

Tércia Pilomia De Paoli

Favela código Cidade:
“O muito falar e o não fazer é suar em vão”
Assembléia do Povo - 1980 a 1986.

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação da Profa. Dra. Maria Stella
Martins Bresciani

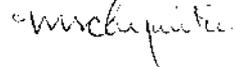
Esse exemplar corresponde
a redação final da Tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
30/06/2000

Banca

Profa Dra Maria Stella Martins Bresciani



Profa Dra Marisa Varanda Teixeira Carpintéro



Profa Dra Maria Cecília Linardi



Profa Dra Ana Cristina de Almeida Fernandes



Profa Dra Ana Maria Niemeyer



Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa

Prof. Dr. José Tavares Correira de Lira

Junho/2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



Recibo 423

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
V.	Ex
TOMBO BC/	42629
PROC.	16/278100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	11/10/00
N.º CPD	

CM-00145859-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

D44f

De Paoli, Tércia Pilomia

Favela código Cidade : "o muito falar e o não fazer é suar em vão" : assembléia do povo - 1980 a 1986 / Tércia Pilomia De Paoli. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Favelas - Urbanização. 2. Favelas (Campinas).
 3. Planejamento urbano. 4. Campinas - História.
- I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A CIDADE

CUIDO

O SOL NASCE E ILUMINA
AS PEDRAS EVOLUÍDAS
QUE CRESCERAM NO LUGAR
DE PLANTAS DESTRUÍDAS

FAVELA código CIDADE:

CAVALHEIROS CIRCULAM
VIGIANDO AS PESSOAS
NÃO IMPORTA SE SÃO RUINS
NEM IMPORTA SE SÃO BOAS

“O muito falar e o não fazer é suar em vão”

(Assembléia do Povo - 1980 a 1986)

E A CIDADE SE APRESENTA
CENTRO DAS AMBÍÇÕES
PARA MENDIGOS OU RICOS
E OUTRAS ARMAÇÕES

COLETIVOS, AUTOMÓVEIS
MOTOS E METROS
TRABALHADORES, PATRÕES
POLICIAIS, CAMELÔS

A CIDADE NÃO PARA
A CIDADE SOI CRESCER
O DE CIMA SOBEE
O DE BAIXO DESCE

A CIDADE SE ENCONTRA
PROSTITUÍDA
POR AQUELES QUE A USARAM
EM BUSCA DE SAÍDA

~~ILUSORA DE PESSOAS~~
~~DE OUTROS LUGARES~~

ILUSORA DE PESSOAS
DE OUTROS LUGARES
A CIDADE E SUA FAMA
VAI ALÉM DOS MARES

NO MEIO DA ESPERTEZA
INTERNACIONAL
A CIDADE ATÉ
QUE NÃO ESTÁ TÃO MAL

É A SITUAÇÃO?
SEMPRE MAIS RU MENDIGOS?
SEMPRE UNS COM MAIS
E OUTROS COM MENOS.

Tércia Pilomia De Paoli

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas - São Paulo
Junho - 2000

Fonte: Jornal Curso Regional - Formosa/GO, dezembro de 1984.



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Em Memória

PAI

De um início provocado pela
dor dilacerante da perda.
Percurso pontilhado
pela ausência de Junior,
Afonzinho e Telma.
A conclusão é resultado
da PERSEVERANÇA.

A DOR,

esta só é superada pelo amor e
carinho da lembrança.

SAUDADE ETERNA.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

**Para a minha mãe,
Dona Glória e de um
modo especial ao Lelo,
a Dina e ao Linus**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, aos meus amigos moradores de favela de Campinas e aos companheiros da Assembléia do Povo por todos esses anos que compartilhamos de trabalhos, discussões, assembléias, reuniões e da esperança em dias melhores.

À Profa. Maria Stella Bresciani pela orientação, o incentivo e a compreensão durante todos esses anos de idas e vindas desse trabalho.

Ao Prof. Amaral Lapa pela ajuda estratégica e a carta de apresentação ao arquivo e a biblioteca da Câmara Municipal de Campinas. O seu amor por essa cidade, professor, é contagiante e compartilhado por uma campineira-goiana.

À Marisa Carpintéro pelo seu apoio, incentivo contínuo e a leitura cuidadosa da primeira versão desse trabalho.

Ao arquiteto Ricardo Badaró, colega e companheiro da AREA, por ceder os mapas de Campinas.

Ao Batata por guardar todos esses anos o arquivo de imagens, diapositivos e fotos da Assembléia do Povo, produzidos pela equipe de fotógrafos: Tadeu, Martinha, Batata, Marco-Aurelio e eu.

À minha grande amiga Ruthinha pela paciência e a perseverança na leitura e correção desse trabalho.

À todos amigos e professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, pela convivência agradável e estimulante.

Aos amigos e colegas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Metodista pela acolhida no seu quadro docente e por compartilhar o sufoco dos últimos meses.

Aos colegas arquitetos da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura e a todos aqueles que pacientes escutaram-me falar das favelas por anos a fio.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- ÍNDICE -

AGRADECIMENTO

INTRODUÇÃO 3

CAMPINAS CONTEMPORÂNEA 22

Fim do século XX 22

Localização 22

. A primeira face da moeda - a Lei 23

. A outra face da moeda - a Realidade 32

. A crise habitacional e as ações do Movimento dos 36

CAMPINAS na HISTÓRIA 51

Século XIX 51

. O primeiro Código de Posturas e suas reformulações 51

. Técnica e Estética 60

Século XX 64

. As primeiras décadas 64

. À margem das discussões? 67

. A fragmentação das normas e o parcelamento indiscriminado 72

. Código de Obras: Lei nº 1.993, de janeiro de 1959 79

. Alterações no Zoneamento entre 1959 e 1988 94

. Retorno 98

ASSEMBLÉIA DO POVO 103

. Favela 108

. Favelas campineiras 114

A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS 132

. Lembranças 134

. O primeiro contato 135

. A minha primeira Assembléia do Povo 135

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

. A conversa com o Toninho	140
. A primeira reunião no Centro Pio XII	140
. A Narrativa	141
. As primeiras visitas as áreas de favela	142
. A Lei da Terra	143
. As discussões	144
. A Assessoria de Moradia	155
. O método de trabalho	165
. Os desenhos	168
. O tipo de representação gráfica	168
. O desenho das moradias	169
. O desenho do sítio ocupado	174
. As moradias	179
. A implantação e as modificações	182
. Jardim das Bandeiras II e Região	182
. A atuação da Assessoria de Moradia na região	185
. Casas fragmentadas	187
. A situação em 1984	187
. Visitas em 1987 e 1996	190
. Parque Dom Pedro II e Região: Vila Iporã - Favela 71	195
CONCLUSÃO	212
BIBLIOGRAFIA	215
ANEXO	231

INTRODUÇÃO -

Fim do século XX - a revolução urbana, iniciada há mais de dois séculos, chega a todos os cantos e recantos do planeta. O novo milênio vai se iniciar com boa parte da população mundial morando em áreas urbanas. A era das cidades-metrópoles dará lugar às megacidades globais. A pergunta é: “Qual será o futuro das Cidades?” Os modelos analíticos existentes não conseguem responder. Buscam-se alternativas, mas a questão urbana permanece uma incógnita. E os prognósticos para o próximo milênio?

Maio de 1999, a **Folha de São Paulo** dedica um caderno especial a “A Teia Urbana”, e os dados apresentados são assustadores. Diz que o crescimento vegetativo mais a migração campo-cidade cria uma Hong Kong por mês, isto é, a cada 30 dias seis milhões de pessoas passam a morar em áreas urbanas. A este ritmo, as megacidades mudarão de endereço no ano 2015 - Tóquio (Japão), Bombaim (Índia), Lagos (Nigéria) e São Paulo (Brasil) ultrapassarão os 20 milhões de habitantes, enquanto Karachi (Paquistão) e Cidade do México (México) terão mais de 19 milhões. O futuro nos reserva o acirramento das contradições, das segregações sociais, econômicas e financeiras. Nos países desenvolvidos, as cidades-metrópoles continuarão seu crescimento em ritmo lento, concentrando riqueza e poder, nos países pobres a situação será inversa, o ritmo acelerado trará um aumento significativo de população e miséria.

A rede urbana global será reestruturada: das cinco maiores aglomerações urbanas do planeta quatro estarão em países do Terceiro Mundo. A previsão da Organização das Nações Unidas (ONU) e da *Water-Aid* (organização inglesa de desenvolvimento sanitário) para o próximo milênio é de que “Favelas vão abrigar 1 bilhão de pessoas”¹.

Lagos (Nigéria), considerada a cidade mais suja do mundo, é dada como exemplo desse processo. Possui 7 milhões de habitantes e 60% moram atualmente em favelas. Camelôs,

¹ **Folha de São Paulo** - ANO 2000 cidades ; domingo, 2 de maio de 1999, p. 8.

prostitutas, sem-teto e mendigos ocupam praças, ruas, bairros periféricos e praias. A lei de uso e ocupação do solo é “tigre de papel”². Lixo espalhado nas esquinas, trânsito caótico, transporte coletivo precário - “A população (...) convive com blecautes, cortes no fornecimento de água e violência”³. O cólera, desintéria e tifo são ameaças constantes.

“O inferno dos vivos não é algo que será; se existe é aquele que está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias (...)”.⁴

ÁFRICA? Basta cruzar o Atlântico. Em 1993, 25,5% dos paulistanos moravam em favelas e cortiços, outros 25,5% em loteamentos irregulares⁵. Metade da população total da cidade, na época, vivia em áreas com infra-estrutura urbana precária ou inexistente. Reflexo direto da dinâmica do mercado imobiliário e do acesso à terra urbana, esta situação agravou-se com a ausência de uma política habitacional⁶ voltada para a população de baixa renda. E não se restringe a São Paulo, está presente em diversas cidades de grande e médio porte da rede urbana brasileira. Não é contemporânea, sua existência já era constatada nas últimas décadas do século XIX, e permanece resistente às ações dos setores públicos e privados ao longo de aproximadamente 120 anos. Institutos e caixas de pensão, Fundação da Casa Popular, iniciativa privada, Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro Habitacional⁷ foram algumas das tentativas que não deram conta do problema. A sua persistência, no ritmo e modelo de crescimento atual, põe em risco a sobrevivência nas cidades. Violência, assassinatos, seqüestros,

² “Não mete medo em ninguém” - *idem* p. 2.

³ ADEOYE, Adewale - “Favelas se alastram pelas praias”, in *Folha de São Paulo* - ANO 2000 cidades; *op.cit.* p. 2.

⁴ CALVINO, Ítalo - *As Cidades Invisíveis*; São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 150. (Grifo do autor)

⁵ *Folha de São Paulo* - *op. cit.* p. 8.

⁶ Há diversos estudos realizados em sociologia, antropologia, ciências políticas, arquitetura e economia que registram seu aparecimento, dinâmica e resultados em diversos momentos no panorama político e econômico no Brasil. A distância entre o discurso e a prática, os meios e a forma de implementação, os objetivos implícitos das forças no poder foram, em muitos momentos, o grande problema. Sobre o assunto consultar AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de - *Habitação e Poder: da fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*; Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

⁷ PORTO, Rubens - *O problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de pensão*; 1938, p. 19.

invasões de terra, colapso no sistema de distribuição e circulação de água, de energia e telefonia, ausência de captação de esgoto e resíduos sólidos, poluição das águas, do ar e da terra, são problemas que crescem geometricamente.

A opção urbana do homem contemporâneo exige respostas, coloca urgência na busca de alternativas de sobrevivência da espécie no espaço das cidades. A parceria e a ação conjunta entre sociedade, governo e mercado é apontada como o norte da bússola. Alguns caminhos já foram experimentados: associações de moradores de bairro e favelas, organizações não-governamentais, administrações municipais comprometidas, gestão democrática, orçamento participativo, espaços democráticos de discussão e decisão⁸.

A década de 70, no Brasil, pode ser considerada um marco nessa busca. A experiência de Brás de Pina⁹ foi seu início e o alerta do arquiteto-urbanista Carlos Nelson Pereira dos Santos, ainda na década de 60, provocou reações. Alguns profissionais, assumindo seu papel social e político na sociedade dos desiguais, da segregação social, das diferenças e da exclusão, mudaram suas pranchetas de rumo. O giro de 180° os colocou frente à frente com o espaço da pobreza - a FAVELA, o cortiço, o bairro periférico e a autoconstrução.

O compromisso político-profissional com os movimentos sociais urbanos propiciou experiências pioneiras e um espaço de reflexão diferenciado.

*“O arquiteto frente à periferia: experiência prova que no trabalho de periferia os profissionais têm muito que aprender e seu conhecimento é colocado em cheque. A troca de informação entre profissional e a comunidade é de grande importância para se avançar na solução dos problemas.”*¹⁰

⁸ FIGUEIREDO, Rubens e LAMOUNIER, Bolívar - *As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira*; Brasília, MH Comunicação, 1997.

⁹ SANTOS, Carlos Nelson Pereira dos - “Brás de Pina” in *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 31-94.

¹⁰ *Jornal do IAB/ SP* - III Encontro Estadual de Arquitetos de SP para o XI Congresso Nacional, cujo tema era: “Por uma gestão democrática da cidade”. Setembro de 1982, p.10.

Velhas certezas foram questionadas. E questões brotaram das ruas irregulares e empoeiradas, dos barracos precários e das casas semi-acabadas, autoconstruídas, dos ônibus lentos, atrasados e entulhados de gente, da bica coletiva no canto do bairro, do emaranhado de gambiarras do poste de luz, do lixo e esgoto a céu aberto na várzea do ribeirão.

Leis iguais para todos? São retroativas, prospectivas, corretivas, conservadoras? Qual é o processo de sua elaboração? Onde e como são elaboradas? Quem participa e como? Por que o espaço urbano, no Brasil, não possui uma jurisprudência específica? O acesso a água, luz, esgoto, pavimentação é um direito ou um serviço acessível a poucos? Cidade legal *versus* cidade real: será que os modelos dão conta da complexidade, das diferenças e da heterogeneidade urbana? Que cidade é esta vista da FAVELA?

Estas questões apareceram-me durante os seis anos de minha experiência profissional e política junto à Assembléia do Povo e as associações de moradores de favela em Campinas, no desenvolvimento de um trabalho conjunto de “urbanização de favelas”, na década de 80. Mobilizaram e nortearam opções futuras. Mas exigiram um esforço de compreensão teórico-conceitual da “cidade contemporânea”, na tentativa de esclarecer, algumas dessas interrogações. Neste trabalho optei por recuperar reflexões, construir meu universo de compreensão mantendo, de preferência, uma conversa contínua com o espaço da pobreza.

Assim, o cenário urbano e a imagem desta contemporaneidade - CIDADE, emerge da diversidade das fontes, idéias, representações, arquivos poeirentos, poemas, canções, ensaios, fotos e paixões.

“Tranqüilo como um sábio e suave como um maldito...

eu disse

Eu te amo, Oh! Minha bela, Oh! Minha encantadora...

Quantas vezes...”¹¹

CIDADE: palco antigo de relações humanas, testemunha tridimensional da aptidão

¹¹ BAUDELAIRE, Charles - Tradução de Jorge Coli discutida em sala de aula.

da espécie a concentrar-se, lugar de temores, angústias, medos, opressão e repressão. Cenário da vida e da morte, *locus* da paz e da guerra - segurança e insegurança - alvo estratégico de uma catapulta transformado na “mosca” de um *EXOCET*. Para uns ela é a cristalização do mercantilismo, para outros o resultado da preparação da GUERRA¹².

CIDADE: centro das preocupações dos setores dominantes da sociedade, a partir do momento em que percebem a disposição do espaço geográfico e a organização da população num determinado território fugindo-lhes das mãos. “*A sociedade industrial é urbana. A cidade é seu horizonte*”, diz Choay¹³. E, no início do século XIX, nasce a questão urbana e a CIDADE é analisada, dissecada, urbanizada, construída, destruída e cadastrada¹⁴ por diversas áreas do saber. Há uma inquietação crescente com seu crescimento, seu “inchaço”¹⁵. O inimigo, localizado anteriormente no espaço exterior, pulsa ameaçador na multidão intramuros¹⁶. A multidão transborda os limites da CIDADE que, em suas passagens labirínticas, acomoda a TURBA, aconchega o boêmio, a prostituta, o viciado, esconde o bandido e o desespero do homem pobre desempregado, aposentado, encostado pelo INPS, o bóia-fria esfomeado¹⁷.

*“A superfície de suas paredes térreas compõe uma vitrine
contínua,(...) cartazes luminosos, letreiros, grafites e CORPOS.*

Suas calçadas-passarelas desfilam NANA e SATIN (...)

‘empertigadas, rindo alto, com olhares para trás na direção dos

¹² VIRILIO, Paul e LONTRINGER, Sylvere - *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*; São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 15.

¹³ CHOAY, Françoise - *Urbanismo: Utopia e Realidade*; São Paulo, Perspectiva, 1979.

¹⁴ SÃO PAULO (cidade) - *Favelas no Município de São Paulo*; São Paulo, Coordenadoria do BEM-ESTAR SOCIAL, 1981. SÃO PAULO, Prefeitura - *Favelas - 1980: Município de São Paulo, Brasil e Grande São Paulo*; São Paulo, Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, junho de 1982.

¹⁵ Inchaço: termo pejorativo usado para descrever o crescimento descontrolado do espaço urbano, principalmente pelas análises que o associam ao organismo vivo. Inchaço, sinônimo de tumor.

¹⁶ PERROT, Michelle - *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.117.

¹⁷ HOBBSBAWN, Eric J. - *Las Revoluciones Burguesas*; Madrid, Guadarrama, 1974, p.357 e -“A turba Urbana” in *Rebeldes Primitivos*; Rio de Janeiro, Zahar, 1978, Cap. VII p.112. BRESCIANI, Maria Stella - *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*; São Paulo, Brasiliense, 1984 e PERROT, Michelle - *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* - *op. cit.*, pp. 101-125.

*homens que se volta(va)m, para as ver, esta(va)m como em casa'
caminhando "meneando as ancas" arrochadas em blue-jeans, brim
e moletom (...). Desenvoltas param à espera, provocam, freqüentam
bares, piscam promessas, vendem o CORPO." 18*

CIDADE: trama complexa de vias de tráfego rápido: cavalo, carruagem, carros, trens, metrô, ônibus, bicicletas, motocicletas, ou tanques, carros blindados, jipe-bazuca, camburões, cães e baionetas, e lento: passantes, pedestres. Pulveriza cotidianos heterogêneos, setoriza o comércio, a indústria, o lazer e as moradias.

*"Nesse centro de Londres, numerosas ruelas de casas miseráveis
entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos
parques públicos" 19.*

East End, conhecido bairro operário londrino e os outros distritos dos pobres de Londres "são considerados *TERRA INCÓGNITA* e seus habitantes, *selvagens desconhecidos*" 20. Em Paris, o contorno do *Faubourg* Santo Antônio é esboçado rapidamente com as palavras de VITOR HUGO em *Les Misérables II*: "os telhados de suas mansardas escondiam terríveis misérias, mas também inteligências ardentes e excepcionais" 21.

Em Londres, o homem pobre é encarado como um contágio moral e classificado entre os que trabalham e os vagabundos. Em Paris, ele é visto como uma ameaça política. "Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil foram massacrados depois da vitória e quinze mil insurretos deportados sem julgamento" 22. Bresciani diz que

¹⁸ De PAOLI, Tércia Pilomia - "São Paulo-Centro", ensaio apresentado na reunião da ANPUH/UNICAMP/IFCh em 1987.

¹⁹ BRESCIANI - *op. cit.*, p. 25.

²⁰ *Idem* - p.28

²¹ *Apud* BRESCIANI - *idem*, p. 111.

²² MARX, Karl - *O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 25. PERROT - *op. cit.* p. 121.

"praticamente inexistente diferença entre trabalhador, pobre e criminoso"²³. E Florêncio, o personagem de Zola em *O Ventre de Paris*, recorda:

" (...) rua de Montorgueil. Fora ali que um grupo de polícias o prendera na noite de 4 de dezembro. (...) caminhava sossegadamente no meio da multidão, a sorrir de toda aquela soldadesca de que o Eliseu enchera as ruas de Paris, (...), quando os soldados apareceram a varrer a tiro, quase à queima roupa, os passeios (...). Já nem mesmo se lembrava bem; a multidão, aflita, passava-lhe por cima do corpo, com um medo horrível dos tiros de espingarda."²⁴

Assim, "na França do século XIX a multidão é vista de forma diferente. Eles temem as depredações e o constrangimento do espetáculo das multidões famintas, mas temem sobretudo as jornadas revolucionárias"²⁵.

CIDADE: no Brasil, enquanto objeto problematizado, aparece no fim do século XIX. Sua origem é vinculada por diversos autores ao processo de industrialização, urbanização e modernização do país, mas possui um elo estreito com os surtos epidêmicos de febre amarela e cólera que assolaram as cidades brasileiras no século XIX: "A CRISE SANITÁRIA". Ações pontuais e setORIZADAS adquirem *status* de "REFORMA URBANA" nos primeiros anos do século XX. Rio de Janeiro²⁶, São Paulo²⁷, Santos, Vitória e Recife²⁸ são alguns exemplos dessas

²³BRESCIANI - *op. cit.*

²⁴ZOLA, Emílio - *Ventre de Paris*, Lisboa, Editora Guimarães, s/d.

²⁵BRESCIANI - *op. cit.* p.109.

²⁶A Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro elaborou um plano em 1875 para atenuar a "crise sanitária". A Reforma Pereira Passos foi realizada no início do século XX. A década de 20 presenciou o arrasamento do Morro do Castelo, uma proposta de urbanização para a área resultante e seu entorno, mais a elaboração do Plano de Alfred H. Agache. REZENDE, Vera - "Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965" in LEME, Maria Cristina da Silva (org), *Urbanismo no Brasil 1895-1965*; São Paulo, Studio NOBEL/FAUUSP/FUPAM, 1999, pp. 39-69.

²⁷Proposta de melhoramentos para o Vale do Anhangabaú, do urbanista francês Joseph Bouvad (1911) e o Plano de Avenidas para a cidade, de Francisco Prestes Maia. Ver SIMÕES, J. R. - "Melhoramentos na área central de São Paulo", in LEME, M.C.S. (org.): *op. cit.*, pp. 205-218.

²⁸Proposta de remodelação do bairro do Recife, zona central e portuária em 1909. Saturnino de Brito realizou, na mesma época, um Plano de Saneamento do Recife e outro Geral de Arruamento articulando-o às áreas periféricas da cidade. MOREIRA, Fernando Diniz - "A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife", in LEME, M.C.S. (org.), *op. cit.*, pp. 141-166.

intervenções - “técnicas e científicas”- de higienização, modernização e reorganização do espaço urbano. A presença das novas idéias urbanísticas, elaboradas e amplamente divulgadas através de congressos nacionais e internacionais, exposições, feiras e revistas, reforça a idéia de que a circulação das informações entre aqueles que participavam da discussão e constituição do “urbanismo” enquanto disciplina era intensa e não reconhecia fronteiras.²⁹ O percurso profissional e intelectual do engenheiro Saturnino de Brito é um exemplo. Participante ativo dessa discussão na época, introduziu o “planejamento urbano” em inúmeras cidades brasileiras da Primeira República.³⁰

CIDADE: o projeto e a realidade da Pólis Brasileira são cheios de contrastes. A elite dominante encara-a como um espaço disciplinador dos pobres imigrantes que aparecem como uma ameaça, os desenraizados que devem ser “civilizado”. Nessa obsessão, invade suas casas, limpando-as da “promiscuidade”, segregando os usos dos compartimentos internos - sala, quartos, cozinha, banheiros - e limitando sua ocupação a uma família nuclear. Tenta localizá-los em espaços cada vez mais segregados na malha urbana, seja em vilas operárias, conjuntos habitacionais ou loteamentos na periferia. Mas apesar desse esforço persistente, não consegue impedir o aparecimento dos cortiços, das casas de cômodos e das favelas. O imaginário da classe dominante brasileira é o mesmo da do londrino e do parisiense descrito por Bresciani³¹. O pobre é imundo, mistura-se ao lixo, à sujeira, exala odores fétidos, é ameaça de doenças contagiosas e ameaça política, mesmo quando considerado fora dessa cena.

CIDADE: a realidade tem seu contraponto e a “*idéia de cidade ideal está profundamente arraigada em todos os períodos históricos, sendo inerente ao caráter sacro anexo à instituição (...)*”³². “*La ciudad es un gran lugar, una liberación, un nuevo mundo,*

²⁹ Para maiores informações sobre o assunto consultar o livro - LEME, M.C.S. (org.), *op.cit.* e as obras completas de Saturnino de Brito, principalmente o volume XX - **Urbanismo: O traçado sanitário das cidades**; Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

³⁰ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de - “De Viena a Santos: Camille Sitte e Saturnino Brito” in SITTE, Camillo, **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos**; São Paulo, Ed. Ática, 1992.

³¹ BRESCIANI - *op. cit.*

³² ARGAN, Giulio Carlo - **A história da arte como história da cidade**; São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp.73-74.

y también una nueva opresión. (...) En primer lugar, sin embargo, es un lugar sagrado”³³.

A cidade de Chang’an (China) permite a Lynch dizer que a tradição urbana chinesa codificou seu modelo urbano ideal gradualmente a partir de 1.500 anos antes de cristo. Quadrada, regular e bem orientada, com recintos, portas, acessos controlados e espaços segregados, tinha o objetivo explícito de criar e manter a ordem política e religiosa.³⁴

Para Choay³⁵, o século XIX foi fértil em modelos urbanos com momentos e filiações distintas. Ao primeiro deles chamou de pré-urbanismo, ao outro de urbanismo e cada um deles com duas correntes de pensamento distintas: uma progressista e outra culturalista. Estas propostas foram motivadas por questões colocadas “no começo da era industrial”, ligadas à problemática geral da sociedade maquinista e até mesmo inconscientes como: “fé no progresso, no poder total das técnicas; aversão a um mundo desnaturalizado e nostalgia de uma relação criadora com a natureza.” (...) “E, depois de ter qualificado como desordem a ordem urbana existente, foram feitos esforços para opor-lhe ordens ideais, modelos, que são, com efeito, projeções racionalizadas de imaginários coletivos e individuais”³⁶. A cidade real foi substituída por sua “IDÉIA” e “modelos ou tipos ideais de aglomerações urbanas”: *New Harmony*, o Falanstério, Icarie, Hygéia, Familistério de Guise, Franceville e o planeta organizado de Herbert-George Wells³⁷. E ainda as idéias de John Ruskin, William Morris, Engels (a miséria, a segregação dos pobres, os bairros ruins), Marx (a cidade como degradação), Kropotkin (a teoria da ajuda mútua, a eliminação das grandes cidades e a simbiose indústria e campo), Bukarin e Preobrajensky (as cidades-tipo)³⁸, a cidade linear de Arturo Soria, o plano de Barcelona de Ildefonso Cérda, a retícula e o plano de New York de 1811³⁹. A Cidade Industrial de Tony Garnier e a separação das funções urbanas, a Cidade Jardim à

³³ LYNCH, Kevin - *La buena forma de la ciudad*; Barcelona, Ed. Gustavo Gili, s/d, p. 20. (Grifo do autor)

³⁴ *Idem*.

³⁵ CHOAY, Françoise - *Urbanismo: utopia e realidade*, *op.cit.* p.50.

³⁶ *Idem*.(Grifo do autor)

³⁷ Para CHOAY - *op. cit.*, Robert Owen, Fourier e Victor Considérant, Etienne Cabet, Richardson, Jean-Baptiste Godin, Júlio Verne e Herbert-George Wells estariam filiados ao pré-urbanismo progressista.

³⁸ *Idem*, pp.139-159. Entre estes estão incluídos os culturalistas e os sem modelo.

³⁹ BENEVOLO, Leonard - *História de la Arquitectura Moderna*; Barselona, Gustavo Gili, 1974.

francesa, as cidades operárias de Dammerstock e os conceitos de padronização, pré-fabricação na criação de um espaço moderno, Le Corbusier - “*La ville radieuse*” e a “máquina de morar”, o objeto-tipo, a ordem e a eficácia⁴⁰. As cidades jardins inglesas e a influência de “*A cidade segundo seus princípios artísticos*”⁴¹. Frank Lloyd Wright e a utopia da *Broadacre*.⁴² A ciência das cidades, a pesquisa prévia ao planejamento, paisagem natural e paisagem urbana e a defesa da grande cidade.⁴³

*“A cidade ideal, mais do que um modelo propriamente dito, é um módulo para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida, mas não sua substância (...)”*⁴⁴.

*“Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro, hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro.”*⁴⁵

“(...) em geral, o desenho da cidade ideal implica o pensamento de que, na cidade, realiza-se um valor de qualidade que permanece praticamente imutável com a mudança da quantidade, na medida em que, por postulado, qualidade e quantidade sejam entidades

⁴⁰ CHOAY - *op. cit.* O urbanismo progressista: Tony Garnier; Georges Benoit-Lévy 1; Gropius ; Le Corbusier.

⁴¹ *Idem* p. 206 e p. 219.

⁴² *Idem*, pp. 235-236.

⁴³ *Idem* p. 273 e p. 299.

⁴⁴ ARGAN - *op. cit.*, pp.73-74.

⁴⁵ CALVINO, Ítalo - “As cidades e o desejo 4”, in *As cidades invisíveis*; São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 32-33. (Grifo do autor)

proporcionais". (...) *"A hipótese da cidade ideal implica o conceito de que a cidade é representativa ou visualizadora de conceitos ou de valores, e que a ordem urbanística não apenas reflete a ordem social, mas a razão metafísica ou divina da instituição urbana"*⁴⁶. Em um extremo encontra-se *"Utopia"*, onde Thomas Morus constrói um "espaço-modelo" com o suporte material para uma sociedade modelo que se opõe a uma sociedade histórica real.⁴⁷

CIDADE: *"(...) a cidade real jamais corresponde a formas idênticas às dos modelos ideais. (...) Todavia, sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos"*.⁴⁸

Esta sobreposição tem relação com a Cidade Legal. Outro espaço de representação do urbano em que a idéia de ordem está presente, cristalizada em dispositivos legais normativos, reguladores, sujeitos à aplicação na construção do espaço urbano real, balizadores da intervenção e gestão do Estado. A legislação específica do urbano, quando prospectiva, muitas vezes traduz conceitos de modelos urbanísticos - progressistas e culturalistas - e incorpora práticas sanitaristas, cristalizando-os como verdades. Quando corretiva, sofre transformações a partir das ações concretas e arbitrárias no espaço construído das cidades, provocadas pela correlação de forças políticas, interesses econômicos, valores culturais e a noção de propriedade privada corrente no senso comum. *"(...) a causa da situação crítica da cidade, hoje, é em grande parte determinada pelo fato de que seu informalismo não tem relação alguma com o formalismo programático das cidades ideais(...)"*⁴⁹. E nem com a legislação urbanística, que ao definir as formas de apropriação do espaço permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, a cidade legal e a clandestina.

"Ela determina apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto - cidade - não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas da relação que esta estabelece com as

⁴⁶ ARGAN - *op.cit.* p.74. (Grifo do autor)

⁴⁷ CHOAY - **A Regra e o Modelo**; São Paulo, Perspectiva, 1985, pp.36-37.

⁴⁸ ARGAN - *op.cit.*

⁴⁹ *Idem*, p. 76.

formas concretas de produção imobiliária na cidade."⁵⁰

CIDADE: da Lei, no Brasil, encontra suas primeiras regras simples e gerais no “*velho direito luso-brasileiro. As Ordenações do Reino fixavam princípios básicos e genéricos sobre a ordenação das povoações*”, já continham “*a idéia de que as imposições urbanísticas eram competência das autoridades locais*”.⁵¹ E as Ordenações Filipinas também possuíam algumas normas genéricas sobre a estética das cidades, as relações de vizinhança e o direito de construir. Código de Postura, de Obra, Sanitário, Plano de Avenidas, Melhoramentos, Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Integrado, Código Florestal, Lei Orgânica, Constituição Estadual e Federal, as diretrizes urbanísticas multiplicam-se e aparecem em “*espaços legais*” diferenciados. As transformações e a sua dinâmica refletem intenções, questões, preocupações e intervenções do Estado, das forças políticas e econômicas da sociedade.

CIDADE: Campinas é a cidade de reflexão deste trabalho. Existe uma produção significativa de pesquisas sobre a cidade, realizadas em diversas áreas do conhecimento como economia, história, demografia, políticas públicas, arquitetura e urbanismo⁵². Essas pesquisas utilizam basicamente as mesmas fontes primárias, os mesmos dados quantitativos e apesar dos enfoques diferentes recorrem à história como suporte para a reflexão do presente. A estrutura destes trabalhos é semelhante e se apóia numa narrativa histórica linear. Elas refletem a posição teórica na qual “*a noção de crescimento evolutivo ou de desenvolvimento constitui o*

⁵⁰ ROLNIK, Raquel - *A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*; São Paulo, Studio NOBEL; FAPESP, 1997, p. 13.

⁵¹ SILVA, José Afonso - *Direito Urbanístico Brasileiro*; São Paulo, Malheiros Editores, 1995, pp. 44-47.

⁵² Destacamos entre estes estudos os trabalhos de: LAPA, José Roberto do Amaral - *A Cidade: Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996; SEMEGHINI, Ulisses - *Cidade - Cidade: Campinas (1860/1980) agricultura, industrialização e urbanização*; Campinas, dissertação de Mestrado/Economia/UNICAMP, 1988; PUPO, C.M. de M - *Campinas, seu berço e juventude*; São Paulo, Academia Campinense, 1969; BAENINGER, Rosana - *Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*; Campinas, CMU/UNICAMP, 1996; CARVALHO, Edemir - *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870/1956*; dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais/IFCH/UNICAMP, 1991; SILVA, Kleber Pinto - *A cidade, uma região, o sistema de saúde*; Campinas, CMU/UNICAMP, 1996; BADARÓ, Ricardo de Souza Campos - *Campinas: o despertar da modernidade*; Campinas, CMU/UNICAMP, 1996; CARPINTÉRO, Antônio Carlos Cabral - *Momentos de ruptura: As transformações no centro de Campinas na Década dos 50*; dissertação de Mestrado, FAUUSP, 1991.

*pressuposto teórico que faz com que a(s) cidade (s) sejam consideradas um fato histórico, sempre o mesmo, um fenômeno cujas transformações (materialidade e função) constituem o objeto de pesquisa”.*⁵³

Bresciani ressalta que esses estudos, que acompanham as permanências e as transformações através dos tempos, articulados à noção da cidade enquanto artifício, trazem contribuições valiosas a compreensão da cidade. Mas propõe uma outra entrada teórica que romperia com a concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas, uma opção que associa as cidades à idéia de modernidade.

Reconhece a cidade como objeto de estudo de diferentes campos do conhecimento, cuja problematização enquanto questão urbana tem suas raízes no século XIX, e opta por associá-la a idéia de modernidade, diferenciando cinco portas de entrada, todas atravessadas pelos pressupostos da disciplina e da cidadania.

Neste trabalho tentei abrir duas portas. Uma é a que dá **“acesso à cidade conceitual, sinônimo de progresso, lugar da história e designa seus habitantes como agentes/sujeitos históricos”**⁵⁴, pela qual pretendo recuperar e refletir a experiência de seis anos como assessora de moradia da Assembléia do Povo, movimento social urbano de luta pela moradia, que se desenvolveu em Campinas na década de 80. Essa convivência política, social e cultural, a troca de experiências, informações e conhecimentos questionaram a prática profissional provocando conflitos teóricos e conceituais na concepção de cidade predominante na arquitetura e no urbanismo.

Qual era o papel do técnico na Assessoria de Moradia do Movimento? Por que, na proposta da Lei da Terra, prevaleceu a relação de uma família por lote, se, durante a construção das casas, ela não foi considerada? Por que a proposta de casas geminadas e de modelo padronizado era rejeitada pelos moradores? Por que se optou pela prática de “arrasa quarteirão” no desenho e na implantação do Plano de Urbanização Específica para as áreas de

⁵³ BRESCIANI, Maria Stella M. - **Permanências e rupturas no estudo das cidades** / xerox, 1990.

⁵⁴ BRESCIANI, Maria Stella M. - Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades; *op.cit.*. E, da mesma autora - “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)” *in Cultura e Cidade*; Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, nº 8/9, setembro-abril 1985, p.35. (Grifo do autor)

favela? Qual era o papel, nessas decisões, das “idéias” de cidade predominantes na sociedade? Por que o Movimento recorreu ao espaço da Lei em seu diálogo com os poderes constituídos e a sociedade?

Convivi, com essas e outras indagações, durante os anos em que participei do Movimento. Elas instigavam a minha curiosidade intelectual e estimulavam minha paixão pela compreensão da cidade contemporânea. Assim, escolhi uma outra porta de entrada em busca de respostas: aquela que *“tenta desvendar a cidade enquanto questão técnica”*, e, para isso, optei por mergulhar no universo das Leis que legislam sobre o espaço urbano. Tudo indicava que, nessas Leis, a cidade era representada por sua idéia, e que os parâmetros da ordem urbana ideal e disciplinadores do espaço e do homem, *“(…), projeções racionalizadas do imaginário coletivo e individuais”*⁵⁵, estavam presentes. Porque, esses modelos *“revelaram-se poderosos instrumentos de ação: exerceram uma influência corrosiva nas estruturas urbanas estabelecidas, contribuíram para definir e ordenar certas normas urbanas de base, particularmente no domínio da higiene”*.⁵⁶

A expectativa, com as possibilidades oferecidas por esse caminho de estudo, era grande, mas seu percurso foi árido e monótono devido à sua especificidade e detalhamento técnico. Iniciei meu mergulho pelos instrumentos legais de Campinas em vigor nos últimos anos da década de 90. Constatei seus limites ao relacioná-los com as tragédias provocadas pelas intempéries climáticas e as invasões de terra do Movimento dos Sem-Teto na cidade. Questionei o porquê dessa situação e fui buscar as explicações nas transformações ocorridas nas Leis, decretos, resoluções promulgados e aprovados durante quase cem anos da história de Campinas.

A trajetória deste trabalho - Favela código Cidade - tem uma relação muito forte com a experiência da Assembléia do Povo. Para compreendê-lo, é necessário conhecer os personagens envolvidos na época e identificar a autora no contexto. Quanto aos personagens, há aqueles que denomino externos ao Movimento como: a Prefeitura, a Câmara dos

⁵⁵ CHOAY - *op.cit.* p. 50.

⁵⁶ *Idem.* (Grifo do autor)

Vereadores, os partidos políticos, sindicatos, associações patronais, a Igreja Católica e os jornais. E os internos, entre os quais estão: as associações de moradores de bairro e favelas, assessores técnicos, consultores e agentes políticos. Vou restringir-me a apresentação dos segundos, com os quais compartilhei percursos, assembleias, desenhos, fotos, divisão da terra, sol escaldante, noites frias, chuvas, atoleiros, vitórias e derrotas. Obtive, de alguns, a autorização verbal para citá-los nominalmente ou por seus apelidos, e, no caso dos que perdi contato, recorri às fontes primárias nas quais estão presentes. O perfil que apresento de cada um é contemporâneo à época da Assembleia do Povo.

A galeria de personagens começa com alguns dos amigos e companheiros moradores de favela como: seu Leobino (Fig.1) presidente da Associação dos Moradores de favelas do Jardim Campos Elísios e Região e Maria Rita (Fig.2), moradora da favela 29 da mesma região. Dona Marlene (Fig.3), mulher de fibra, foi a primeira presidente da Associação do Jardim das Bandeiras II e Região, e seu Geraldo (Fig.4), morador da favela da rua 38 do Jardim das Bandeiras II, participou da equipe local de moradia e urbanização, tendo mais tarde assumido a presidência da Associação. Seu Alcides (Fig.5) e seu Alcides - “o velho” (Fig.6), eram presidente e vice-presidente da Associação dos Moradores de favela do Parque Dom Pedro II e Região. Dona Ilza Cardoso Barbosa e seu Sebastião Ferreira da Silva (Fig.7) participavam da diretoria da Associação de Moradores de Favela da Vila Nogueira e São Quirino. Seu Manuel e seu Benício, presidente e vice-presidente da Vila Brandina e Região e membros ativos da equipe local de moradia e urbanização. E o seu Adonias da Vila Georgina (Fig.8).

Incluo, também, alguns dos companheiros de assessorias como: o -“Batata” - Ronaldo Simões, historiador e fotógrafo, assessor de imprensa cuja máquina incansável registrou o Movimento sem cessar. O Alcides Mamizuka - “o Japonês”- sociólogo e livreiro no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, que participava da coordenação e da articulação política. Antônio da Costa Santos -“Toninho”- arquiteto, profissional liberal e professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCCAMP, foi o primeiro assessor de moradia da Assembleia do Povo e meu contemporâneo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Maria Mazzariol Volpe - “a Mariinha”- advogada e assessora jurídica, era

incansável e adorava um desafio. Maria da Conceição Vieira - “a Conceição”- assistente social comissionada para trabalhar com os movimentos reivindicatórios de Campinas, dava o suporte burocrático e redigia pautas, atas e cartas, articulava e organizava reuniões, assembléias e mutirões. Doraci Alves Lopes, socióloga, fazia parte da assessoria de imprensa. Alfredo Luís Gomes, estudante de filosofia e teologia, trabalhava com as associações de moradores de favela. Entre os assessores, reservo um lugar especial aos meus colegas arquitetos e estudantes de arquitetura que participaram da assessoria de moradia como o Mauro Ferraz da Silva, Roberto Itapura de Miranda, Eunice - “a Nice”, Ana Cristina - “a Aninha”, Paulo, Letícia e Welton.

Para completar apresento-me: “Tércia”⁵⁷ - Terça - Terceira filha de uma família de classe média goiana. Nasci na capital do Estado de Goiás em 1950. Passei minha infância e adolescência em Goiânia, mudei-me para Brasília em 1967, fiz vestibular para o Instituto Central de Artes da Universidade de Brasília, onde cursei os três anos primeiros anos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Em 1972 transferei-me para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde me formei em 1974. Morei na Alemanha dois anos, e, na volta, 1977, fixei residência em Campinas, São Paulo.

Profissionalmente, o Planejamento Urbano era, naquele época, a área que me atraía, mas na conjuntura política da década de 70, eram poucas as saídas; órgãos e instituições governamentais ou órgãos e instituições governamentais. E isto significava estar sujeito às mudanças de humor do administrador de plantão.

Os Movimentos Sociais Urbanos surgiram como opção, através de uma inserção diferente. Uma participação comprometida com uma visão política e uma prática alternativa como agente político e cidadão, transcendendo à do técnico neutro.

Em 1979 iniciei o mestrado em Sociologia no IFCH/UNICAMP A dissertação foi um “acerto de contas” teórico e com a prática profissional do planejador urbano em pensar e intervir na cidades. Após 10 anos e muitos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado,

⁵⁸ “Tércia” - A hora canônica subsequente à prima, em ofício divinos, e correspondente às nove da manhã. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque: Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1ª Edição 8ª impressão, s/d, pp. 1.368.

o planejamento entrava em declínio e deixava evidente sua inoperância. A questão urbana não havia avançado e as cidades permaneciam na mesma. Através do jornal da capital, São Paulo, acompanhava as atividades dos Movimentos Populares Urbanos que explodiam, percebia a sua potencialidade enquanto espaço de atuação política e exercício da cidadania, mas a distância me colocava no lugar de expectador passivo. Alienada dos acontecimentos campineiros, desconhecia a existência de movimentos análogos, bem ali no quintal de casa. Tomei conhecimento da Assembléia do Povo pelos jornais e por relato de meus amigos Batata e Alcides. Aceitei o convite para ir ver *in loco*, na escadaria do Paço Municipal a reunião do POVO.

Galeria de fotos dos Personagens



FONTE: Repórter da Região, janeiro de 1981.

Fig. 01 - seu Leobino na época que era presidente da Associação dos Moradores de favela do Jardim Campos Elisios e Região.



FONTE: Diário do Povo - Repórter da Região, janeiro de 1981.

"Em 82 isto aqui será o juiz, ele decidirá quem vai e quem fica!"

Fig. 02 - Maria Rita e a votação da Lei da Terra.



FONTE: Repórter da Região, janeiro de 1981.

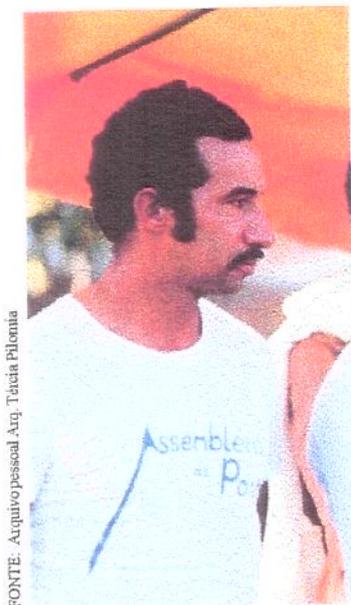
Marlene, casada, mãe de 9 filhos. Mora num barraco do Jardim das Bandeiras II

Fig. 03 - Dona Marlene quando Presidente da Associação dos Moradores do Jardim das Bandeiras II e Região.



FONTE: Arquivo pessoal Anj Tercia Pilomia

Fig. 04 - seu Geraldo e o Plano de Urbanização Especifica do Jardim São José e Vila Lourdez, antiga área do "Salvino" em 1988.



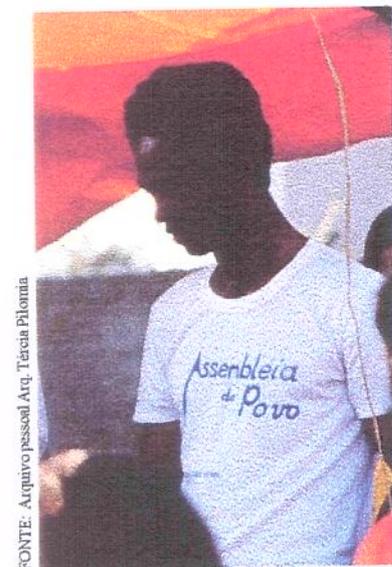
FONTE: Arquivo pessoal Arq. Tércia Pilomia

Fig. 05 - seu Alcides presidente da Associação de Moradores de Favela do Parque Dom Pedro II e Região, 1984.



FONTE: Arquivo pessoal Arq. Tércia Pilomia

Fig. 06 - seu Alcides "o velho" vice presidente da Associação de Moradores de Favela do Parque Dom Pedro II e Região, 1984.



FONTE: Arquivo pessoal Arq. Tércia Pilomia

Fig. 07 - seu Sebastião Ferreira da Silva da Associação de Moradores de Favela da Vila Nogueira e São Quirino, 1984.



FONTE: Repórter da Região: novembro/1980

Seu Adonias tem 49 anos e já morou em mais de doze lugares até chegar na favela da vila Georgina, onde mora hoje, com a mulher e dois filhos. Ele nasceu em Nhambutuba, em Minas Gerais, onde viveu até s 14 anos, no sítio do pai. É ele que conta o que é a luta do homem do campo até chegar na cidade grande e ir morar na favela.

Fig. 08 - Seu Adonias - morador da favela Vila Georgina.

CAMPINAS CONTEMPORÂNEA:

Fim do Século XX

.Localização

A cidade é geograficamente um ponto fixo de permanência no espaço. Seu centro encontra-se a 22° 55 de latitude sul e 47° 05 de longitude oeste, a 90km a noroeste da cidade de São Paulo, em região historicamente conhecida por Oeste Paulista. Seu sítio geológico fica entre a parte meridional do Complexo Cristalino do Planalto brasileiro e as sedimentares da Depressão Periférica. Seu limite a leste é a Serra das Cabras. Seu território inicial sofreu sucessivos desmembramentos dando origem a diversos municípios vizinhos. As altitudes variam entre 500m e 1.000m. A cobertura vegetal original era de floresta latifoliada tropical e semidecídua com presença de cerrados.

A cidade encontra-se em terrenos da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba e Capivari. A sudoeste está o rio Capivari, a nordeste o rio Atibaia e seus afluentes: o Jaguari, o Moji-Guaçu e o ribeirão Anhumas, formado pelos córregos do Serafim e do Tanquinho. Faz parte do “Consórcio das Bacias do Tietê, Piracicaba e Capivari” e está sujeita às suas orientações ambientalistas: política de preservação e recuperação de mananciais, várzeas, matas naturais remanescentes, controle de afluentes poluidores e outras.

A região é recortada por ferrovias e pelas principais rodovias estaduais: Via Anhangüera, Bandeirantes, Santos Dumont, Ademar de Barros⁵⁹ e Dom Pedro I. Entroncamento de circulação de pessoas e mercadoria, a cidade possui características de pólo regional e ligação do interior paulista, mineiro, paranaense, mato-grossense com cidades pólos nacionais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Além disso, ou devido a isso, é considerada o centro da região metropolitana que incluiu as principais cidades de sua região administrativa

⁵⁹ Rodovia que liga Campinas a Moji-Mirim e região.

e de governo e que conta com uma população de mais de três milhões de habitantes.

. A primeira face da moeda - a Lei

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos municípios a competência de “*promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano*”⁶⁰. Segundo ela, a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo “*ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*”⁶¹. A instância máxima prevista para a ordenação do desenvolvimento das cidades é o Plano Diretor⁶². Ele deve: conter os princípios, diretrizes, propostas e orientações estratégicas de desenvolvimento da estrutura urbana; estabelecer os parâmetros para as leis complementares de parcelamento, zoneamento, uso e ocupação do solo; instituir outros instrumentos de gestão urbanística, como operação urbana⁶³, solo criado⁶⁴,

⁶⁰ Constituição da República Federativa do Brasil - Título III; Cap. IV: Dos Municípios, art. 30 ad. VII.; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988, p. 35.

⁶¹ *Idem* - Título VII; Cap. II: “Da política urbana”, art. 182 e 183.

⁶² “O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Constituição da República Federativa do Brasil: Título VII - Da ordem econômica e financeira; Cap. II: Da política urbana, art. 182, parág. 1º.

⁶³ A operação urbana permite a Prefeitura definir planos de ocupação, obras de infra-estrutura necessárias, índices urbanísticos, o uso e a ocupação do solo para grandes áreas da cidade e negociar suas implementações com o setor privado. Plano Diretor de Campinas: instrumentos urbanísticos, Prefeitura Municipal de Campinas, SEPLAMA, novembro de 1995.

⁶⁴ “A noção de solo criado desenvolveu-se a partir da observação da possibilidade de criação artificial de área horizontal, mediante a sua construção sobre ou sob o solo natural. (...) resultado da criação artificial de áreas adicionais utilizáveis, não apoiadas diretamente sobre o solo natural”. GRAU, Eros Roberto - “Aspectos jurídicos da noção do solo criado”, in Solo Criado/Carta de Embu, apud SILVA, José Afonso da - Direito Urbanístico Brasileiro; São Paulo, Malheiros Editores, 1995, segunda edição revisada, p. 233. Esta noção está vinculada a quatro mecanismos básicos: “coeficiente de aproveitamento único; vinculação a um sistema de zoneamento rigoroso; transferência do direito de construir; proporcionalidade entre solo público e solo privado”.

operações interligadas⁶⁵; e pode propor políticas sociais⁶⁶.

As disposições da Constituição Federal são ratificadas pela Constituição Estadual⁶⁷ e pela Lei Orgânica Municipal⁶⁸, que garantem e institucionalizam a participação popular na discussão, articulação e decisão política, principalmente das ações referentes à gestão urbana. Os ocupantes do legislativo e do executivo municipal passam a compartilhar o jogo político com representantes da sociedade civil organizados nos Conselhos Populares.

Campinas discutiu, concluiu e aprovou sua Lei Orgânica em 1989. A convite da gestão Jacó Bittar⁶⁹, a URBE - Planejamento, Programação e Projetos S/C Ltda apresentou, em outubro de 1990, uma proposta para a elaboração do Plano Diretor da cidade, contendo metodologia geral, plano de trabalho e custos⁷⁰. Mudanças políticas e a substituição do Secretário de Obras e Serviços Públicos provocaram a sua rejeição e a contratação do Arquiteto Siegbert Zanettini como consultor e coordenador técnico do Plano. Este foi

⁶⁵ As operações interligadas permitem que os empreendedores imobiliários encaminhem junto à Prefeitura pedido de alteração dos índices urbanísticos de um terreno, desde que não contrarie as diretrizes de adensamento e de proteção ambiental do Plano Diretor. Após análise, é definida uma contrapartida (obras de interesse da comunidade ou recursos financeiros) a ser paga pelo empreendedor. **Plano Diretor de Campinas: instrumentos urbanísticos, 1995, op.cit.**

⁶⁶ Políticas sociais ou públicas nas áreas de saúde, educação, moradia e etc.

⁶⁷ **Constituição do Estado de São Paulo:** Título VI - Da Ordem Econômica; Cap. II: Do Desenvolvimento Urbano: Art. 180 (...) o Estado e os Municípios assegurarão - inciso II - "a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;" São Paulo, Imprensa Oficial do Estado SA - IMESP, 1989, p.29.

⁶⁸ **Lei Orgânica do Município de Campinas:** Título II - Da organização dos poderes municipais; Cap III - Da Participação Popular: Art. 92 - "Os Conselhos Municipais, como órgãos de participação popular na administração municipal, terão as suas competências e constituições definidas em lei." Art 95 - "São consideradas entidades representativas as legalmente constituídas no Município de Campinas." Lei promulgada em 1990, edição publicada pela Câmara de Vereadores, p. 30.

⁶⁹ Prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores que, no primeiro ano de gestão, entrou em conflito com as diretrizes políticas do partido e mais tarde abandonou a sigla.

⁷⁰ O urbanista Cândido Malta Campos Filho era sócio diretor da URBE e a metodologia proposta encontra-se no livro: **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos;** São Paulo, Editora Nobel, 1989.

elaborado no primeiro semestre de 1991 e encaminhado simultaneamente ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU)⁷¹ e à Câmara de Vereadores. O primeiro, após exaustivas discussões, emitiu parecer com sugestões sob forma de emendas ao projeto de lei, encaminhou-o à Câmara, que o aprovou. Logo a seguir, o Prefeito promulgou a Lei. Esta vigorou por pouco mais de um ano. Pois *“rei morto, viva o rei”*. Fim de mandato. Nova eleição. Novo prefeito. José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) assumiu a Prefeitura e o Plano Diretor ficou sob *“revisão”* por dois anos. Enquanto os acertos técnicos e legais estavam em andamento, a política de desenvolvimento urbano permaneceu no discurso e sujeita a ações setorializadas das secretarias da administração municipal⁷².

O texto da Lei que regulamenta o Plano Diretor Municipal, atualmente em vigor, foi aprovado pela Câmara de Vereadores em 1995. Foi elaborado pelos técnicos da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) na gestão do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira e substituiu o aprovado em 1991. Deste, mantém os objetivos básicos da política de desenvolvimento urbano, aprofundando a análise de algumas questões, e dá prioridade à questão ambiental, à estrutura urbana, ao perfil do uso e ocupação do solo das diversas regiões, à capacidade da infra-estrutura instalada e prevista, *“propondo-se, a partir dessa re-leitura da cidade, diretrizes e normas mais adequadas às características de cada zona da cidade”*⁷³. A sua particularidade é o abandono da noção de planejamento integrado e sistêmico⁷⁴ e a recuperação da questão físico-territorial como eixo principal do desenvolvimento urbano sob

⁷¹ O CMDU - é previsto na Lei Orgânica Municipal no seu art.172, parágrafo único.

⁷² Por exemplo o “Projeto Rótula” da Secretária de Transporte - SETRANSP - que reorientou a circulação de veículos no centro da cidade.

⁷³ Campinas - Documento de Sustentação da Lei do Plano Diretor de 1995: SEPLAMA, Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira - “O Grama”.

⁷⁴ Esta noção de planejamento parte de uma visão global e integrada do desenvolvimento econômico e urbano do município. Ela considera, na elaboração do diagnóstico e na proposta de diretrizes, não só as questões físico-territoriais, como as políticas públicas e sociais. A sua implementação pressupõe um processo sistemático de revisão de metas e ação.

a atribuição do município. Sua meta é o “*resgate da qualidade de vida e a transformação de Campinas num município saudável*”⁷⁵. O Plano Diretor está preocupado com a estruturação urbana: o adensamento e a verticalização do centro, que sobrecarregam a infra-estrutura básica (água, luz e esgoto); a permanência dos vazios urbanos, que oneram a construção e manutenção dos serviços de infra-estrutura; a saturação das vias de circulação; a degradação do ambiente natural e construído; e a crescente poluição dos cursos d’água.

O documento analisa a situação de Campinas, sua inserção regional e seu papel de centro polarizador de uma região metropolitana do interior do estado. Identifica suas diferentes regiões e propõe uma subdivisão físico-territorial através de um Macrozoneamento que abrange as zonas rural e urbana. As macrozonas, identificadas por suas características com relação à questão ambiental e à estrutura urbana, foram estabelecidas de acordo com um perfil de proteção e preservação do meio ambiente, de restrição à urbanização, de urbanização controlada, de recuperação urbana e urbanização consolidada.

Foram definidas sete macrozonas diferentes, cada uma com diretrizes estratégicas de orientação de desenvolvimento (Fig.9). Seus limites físicos são os divisores de água das microbacias e as barreiras construídas mais significativas como: ferrovias, rodovias, vias arteriais, corredores de tráfego. Elas foram subdivididas em 37 áreas de planejamento (APs)⁷⁶ e 77 unidades territoriais básicas (UTBs)⁷⁷, consideradas como “bases espaciais para o detalhamento da legislação urbanística”⁷⁸. Prevê a elaboração de Planos Locais de Gestão Urbana⁷⁹ para áreas específicas da cidade. Eles são “instrumento de estruturação e gestão urbana capaz de (diagnosticar e) propor soluções para os problemas urbanos locais”, e o “(...)

⁷⁵ Campinas - Documento de Sustentação, p.25.

⁷⁶ As APs são “recortes espaciais delimitados em função da dinâmica de estruturação urbana e da inter-relação dos problemas.” *Op.cit.*, p. 27.

⁷⁷ “Cada unidade territorial básica (UTB) corresponde a um bairro ou conjunto de bairros delimitados por barreiras físicas ou construídas”. *Idem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Idem*: capítulo III - Dos instrumentos e recursos; art. 10, item III, alínea h; *op. cit.* p. 140.

canal para a participação da comunidade local no planejamento e na gestão urbana da sua região⁸⁰. A SEPLAMA coordenou, na época, a elaboração de três planos locais: um para o subdistrito de Barão Geraldo, outro para a área de proteção ambiental (APA) da região de Souza e Joaquim Egídio e o último para a região do Campo Belo. Transformados em Projetos de Lei, foram enviados simultaneamente ao CMDU e à Câmara dos Vereadores, mas só o Plano de Barão Geraldo conseguiu vencer os trâmites legais, as articulações políticas e os interesses econômicos em jogo, sendo aprovado pela Câmara e promulgado pelo prefeito.

A escolha do subdistrito de Barão Geraldo para a realização do primeiro Plano Local de Gestão Urbana não foi aleatória, fatores técnicos e políticos contribuíram para essa decisão. O sub-distrito é considerado uma região estratégica de ação do Plano Diretor por estar localizado no eixo de expansão norte da malha urbana da cidade, próximo da região de Souza e Joaquim Egídio (APA), do município de Paulínia, onde se localizam a REPLAN e RHODIA e de Jaguariúna onde está instalada a fábrica Antártica.

Atravessado e delimitado por corredores de tráfego regional, o subdistrito de Barão Geraldo, atraiu a implantação de atividades de comércio e serviços de grande porte como: a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; a Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP; a Central de Abastecimento - CEASA; o Parque II da Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas - CIATEC; o Hospital das Clínicas; o MAKRO⁸¹ e o UEMURA⁸². Esta atração continua forte, e a presença de empreendimentos industriais (Compac, Motorola e Nortel), de lazer e residenciais (Condomínios residenciais ALFA CAMP e Barão do Café) de grande porte⁸³ aumentou significativamente nos últimos cinco anos.

⁸⁰ Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, UNICAMP e FAU-PUCCAMP - junho de 1996.

⁸¹ MAKRO - supermercado atacadista de gêneros alimentícios

⁸² UEMURA - atacadista de material de construção

⁸³ Esses empreendimentos são alguns poucos entre os existentes na região.

O Plano de Gestão foi elaborado por uma equipe multidisciplinar. A escassez de profissionais no quadro da Prefeitura, foi superada através de convênios estabelecidos com a UNICAMP e a PUCCAMP. A coordenação geral coube ao Departamento de Planejamento da Prefeitura e a coordenação técnica ao Instituto de Economia da UNICAMP. Constituíram-se três equipes de trabalho: 1) a da Prefeitura, da qual participaram técnicos do Departamento de Planejamento - DEPLAN, do Departamento de Meio Ambiente - DMA, da Empresa Municipal de Desenvolvimento - EMDEC, da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA e da Secretaria de Administração Regional Norte - SAR-Norte; 2) a da UNICAMP, que contou com professores e pesquisadores de diversas áreas, que desenvolveram estudos sobre o meio ambiente, os aspectos socioeconômicos, o perfil sociopolítico, as atividades das áreas rurais e procederam à sistematização do Projeto de Lei; 3) a da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, da qual participaram os integrantes do L'Habitat, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ocupando-se das questões sobre o uso e a ocupação do solo, morfologia, tipologia urbana e diretrizes urbanísticas.

O Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo foi a oportunidade que a SEPLAMA encontrou para consolidar a metodologia de planejamento urbano aplicada no Plano Diretor e a visão de intervenção na cidade por "*fragmentos espaciais homogêneos*". A idéia de planejamento interdisciplinar com "participação popular", ensaiada anteriormente, foi reforçada pela atuação da equipe que, além dos trabalhos "técnicos" intramuros, constituiu *forum* de discussão e participação da comunidade local⁸⁴.

O subdistrito, dividido em suas macrozonas, APs e UTBs, foi pesquisado e analisado, suas deficiências e potencialidades foram diagnosticadas e discutidas com a comunidade. Essas informações subsidiaram a formulação das Diretrizes do Plano de Gestão em seus aspectos ambientais, de uso e ocupação do solo urbano e rural, de um zoneamento urbano específico e de tipologias de ocupação de lotes e glebas. Elas permitiram também a elaboração de programas e projetos especiais para "*algumas áreas que merecem intervenção localizada e a*

⁸⁴ A forma e a dinâmica da participação popular em espaços de discussão e decisão variam de acordo com a organização da sociedade civil e, principalmente, da filiação política e ideológica dos ocupantes do poder local.

*implementação de projetos arquitetônicos e paisagísticos*⁸⁵.

O Plano de Gestão (Fig.10), ao propor a especificidade local, reconhece a heterogeneidade do espaço urbano, sua segregação e estratificação social. Traduz uma reflexão sobre a cidade, que recupera a realidade urbana construída no dia-a-dia e estruturada historicamente pelos agentes políticos, econômicos e sociais. Por outro lado, ele quebra a “isonomia” estabelecida pela Lei de Zoneamento de 1988, cria polêmica e gera conflitos entre os interesses políticos e econômicos dos setores dominantes da sociedade local, principalmente dos proprietários de terra, empreendedores imobiliários, associações de engenheiros e arquitetos. A defesa da “isonomia” passa, para alguns, pelo receio de perda de privilégios e de direitos adquiridos, e para outros, pela visão globalizante da cidade. Todos apontam para o conflito entre as novas e as velhas diretrizes e sugerem a revisão geral da Lei Complementar de Zoneamento prevista no Plano Diretor. Mas, segundo José Afonso da Silva, *“de quando em quando é necessário reorientar a organização dos núcleos urbanos”*⁸⁶. Afinal, a cidade cresce, novas necessidades e atividades aparecem, *“(...) o que impõe uma legislação dinâmica, variável e adequada à solução dos novos problemas urbanos”*⁸⁷. Esta situação *“gera conflitos de leis no tempo”*, principalmente se *“não trazem normas de transição”*⁸⁸. No entanto, a questão não é só a falta de adequação das leis à dinâmica da sociedade, mas também os limites teóricos conceituais intrínsecos à visão de cidade e de política urbana que foi incorporada à cultura dos técnicos e políticos nas últimas décadas do século XX.

A prática do planejamento, implantada no setor da administração pública municipal e estadual no fim dos anos 60 e início dos 70, consolidou-se durante os governos militares, no

⁸⁵ Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo - *op.cit.*, p. 108.

⁸⁶ SILVA, José Afonso da - **Direito Urbanístico Brasileiro**; São Paulo, Malheiros Editores, 1995, p. 260.

⁸⁷ MEIRELLES, Hely Lopes - **Direito Municipal Brasileiro**; 7ª ed., São Paulo, Malheiros, 1994, *apud* José Afonso da SILVA *op. cit.*, p. 260.

⁸⁸ *Idem*, p. 260. *“(...) contudo não resolvem toda a problemática de colisão de leis de uso do solo (...)”*. Segundo José Afonso da Silva, o Direito Urbanístico é uma disciplina jurídica nova e em franca evolução.

período da ditadura no Brasil⁸⁹. A avaliação consensual, na época, era de que “*a cidade está(va) um caos por falta de planejamento*” e defendia-se a implementação de políticas regionais, urbanas e habitacionais nos níveis federal, estadual e municipal e a elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado. Esta visão de planejamento continha uma concepção de cidade construída a partir de uma “*espécie de cruzada antipromiscuidade*” urbana e humana. Concebeu-se um modelo de ordem a partir de pressupostos urbanísticos funcionalistas, tais como o zoneamento das atividades urbanas, a hierarquia de circulação de pessoas e mercadorias, e a política de acesso e ocupação do solo urbano foi “*concebida a partir da casa unifamiliar isolada no lote*”⁹⁰. A cidade, nesses planos, era considerada na sua globalidade através de seus aspectos físico-territoriais, econômicos, sociais e administrativos. As diretrizes, metas e programas de ação eram propostos a partir de um diagnóstico global e integrado dos problemas. Eram a chave de acesso dos municípios às fontes de recursos financeiros de órgãos públicos e instituições privadas.

Os resultados dessa prática podem ser visto por dois ângulos diferentes. O primeiro é o da frustração, pois após tanto esforço a situação das cidades continuou aquém do equilíbrio desejado. O outro é o da vitória, pois a crença no planejamento urbano e na ideologia do plano enquanto instrumento da ordem ficou incorporada à cultura dos técnicos e dos políticos. A prova, diz Rolnik, “*(...) é o reaparecimento desta visão no processo que deu origem à Constituição de 1988*”⁹¹. A Constituição Federal institucionalizou o plano diretor como único instrumento capaz de promover o desenvolvimento urbano, reconheceu a função social da propriedade urbana e da cidade e abriu a possibilidade da constituição de *forum* de discussão e participação popular no processo decisório de elaboração e implementação da política de

⁸⁹ De PAOLI, Tércia - “Um estudo da Política Urbana no Brasil no pós-64 (análise da história do SERFHAU *1964 *1975)”; dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1983.

⁹⁰ ROLNIK, Raquel - “Planejamento Urbano nos Anos 90: Novas Perspectivas para Velhos Temas” in SILVA, Kleber Pinto (org), *A Cidade Contemporânea: tendências e conceitos*; Bauri, UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação: Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, 1995, pp. 5- 6.

⁹¹ ROLNIK, *op. cit.*, p. 5. (Grifo do autor)

desenvolvimento urbano. A Constituição do Estado de São Paulo colocou a participação popular como condição necessária para a elaboração do Plano Diretor. A forma dessa participação popular pode ser democrática em todas as etapas de discussão e elaboração, ou legitimadora do discurso técnico competente. Participação não tem um significado único. Ele depende, principalmente, da opção política e ideológica do ocupante do executivo municipal, do corpo técnico e do compromisso político com o jogo democrático.⁹²

Em Campinas, o que diferenciou a elaboração do Plano Diretor de 1991 da revisão de 1995 não foi a forma da participação popular, mas a concepção de cidade e de Plano Diretor. As diferenças ficaram no plano teórico e técnico. O primeiro pressupunha um modelo de cidade que utiliza as noções de sistema, crescimento, e controle - "*a cidade-artefato*"⁹³. O plano tinha um enfoque global e integrado que, além do aspecto físico-territorial, pressupunha a isonomia das leis e propunha políticas públicas sociais. A revisão de 95 tentava ampliar o alcance do modelo, incorporando questões como a fragmentação da estrutura espacial, a segregação social e espacial provocada pela gestão política da cidade, pelos instrumentos legais e pela dinâmica do mercado. Privilegiava o aspecto físico territorial e excluía, do plano, as diretrizes das políticas sociais. Em ambos casos a forma da participação popular foi articulada e organizada para legitimar o discurso técnico e cumprir dispositivos constitucionais. Assim, apesar do esforço empreendido pela administração do PSDB em regulamentar o desenvolvimento urbano da cidade, ela não investiu na criação de mecanismos ou na organização de espaços políticos que garantissem a continuidade e a aplicação dessas diretrizes. Esta situação permite observar que Campinas chega, teoricamente, ao fim do século XX com diretrizes urbanísticas um pouco mais realistas, mas frágeis.

A fragilidade desses instrumentos reguladores ficou exposta com a vitória de Francisco

⁹² FIGUEIREDO, Rubens e LAMOUNIER, Bolívar - *As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira*; Brasília, MH Comunicação, 1997. "(...) o governo pertence à comunidade e, quando se consegue envolvê-la na resolução dos problemas coletivos, os resultados são espetaculares." p. 15.

⁹³ CHOAY, Françoise - *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*; São Paulo, Perspectiva 1985, p. 295. (Grifo do autor)

Amaral⁹⁴ pelo PPB para ocupante do executivo municipal na eleição de 1996. Mais um prefeito, outro partido político, outra composição política na Câmara. Mais um Plano?! Não, o mesmo, só que na gaveta.

. A outra face da moeda - a Realidade

A cidade é a imagem do “desgoverno”⁹⁵. Continua a sofrer com as enchentes, o congestionamento de veículos, a poluição sonora e do ar, a falta d’água, de energia elétrica, de limpeza pública, a violência urbana, e sua rede urbana multiplica-se sob a pressão de grupos políticos organizados e através de atitudes do “fato consumado”.

Os estragos, provocados pelas chuvas do verão 1997/98, atingiram diretamente a população dos bairros periféricos e das ocupações localizadas nas margens dos cursos de água.

A reportagem “*Reféns da chuva criticam descaso de Chico*”⁹⁶ retratou muito bem a situação e o descaso do poder público municipal com a cidade. (Fig.11)

“Descaso. Essa é a palavra usada por moradores de Campinas para explicar a situação dos bairros em que vivem, na periferia da Cidade. Buracos nas ruas, casas sendo tragadas por erosão que aumentam a cada chuva (...) encostas ameaçado desabar, córregos cheios de entulho e lixo, bocas-de-lobo entupidas anunciam uma tragédia iminente que assombra, principalmente as famílias de baixa renda.”

⁹⁴ O prefeito é mais conhecido pelo apelido: Chico Amaral.

⁹⁵ “Desgoverno” - mau governo, desregramento, falta de governo, de orientação, desnorteamento; *in* Novo Dicionário da Língua Portuguesa - Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

⁹⁶ *Correio Popular* - Caderno Cidade, 14 de janeiro de 1998, p.5.

Descaso e omissão ou falta de dinheiro? Não importa. Os buracos invadiram as ruas da cidade. Mato, lixo e entulhos tomaram conta dos terrenos baldios e das várzeas dos córregos, ribeirões e rios. Os bueiros sujos, a canalização de águas pluviais entupida e árvores sem poda compunham o cenário de omissão e abandono da cidade. Toda a população foi atingida, não importa a classe social ou o bairro. Pois ...

“Após cada chuva, 80 mil moradores de áreas de risco contabilizam estragos provocados por enchentes e erosão.”⁹⁷

Perante o problema amplamente divulgado pela imprensa, o Prefeito ensaiou uma reação decretando uma *“Mega-operação de emergência”⁹⁸* para restaurar a conservação urbana da cidade, *“um plano que envolverá 800 homens e recursos da ordem de R\$ 6 milhões.”* A solução, ao nível do discurso, estava tomada, mas na prática ...

Em 4 de março de 1998 - a *“Tragédia Anunciada”⁹⁹*. (Fig.12)

“Uma tempestade de granizo com 20 minutos de duração, seguida de chuva intensa e ventos de até 90 quilômetros por hora, espalhou o caos e destruição por toda região central de Campinas, ontem. Na favela da Rua Moscou, as águas do Córrego Anhumas invadiram 100 barracos e arrastaram seis pessoas que permanecem desaparecidas.”

Seis desaparecidos, seiscentos desabrigados, cento e dez pontos inundados e trezentos

⁹⁷ *Correio Popular - idem.*

⁹⁸ *Correio Popular - Caderno Cidade, sexta-feira 6 de fevereiro de 1998, p. 4 - “A operação está sendo chamada de ‘faxinão’, diante do estado caótico de conservação da pavimentação asfáltica de ruas avenidas e da falta de manutenção de praças públicas e terrenos.” (Grifo do autor)*

⁹⁹ *Correio Popular: matéria especial do Caderno Cidade, 5 de março de 1998. (Grifo do autor)*

e cinquenta mil sem luz. As imagens (Fig.13) não dão conta do cenário da destruição do centro da cidade e das áreas atingidas. As águas do Ribeirão Anhumas invadiram mais de 100 barracos. O Córrego Proença, canalizado na gestão anterior, transbordou, livrando-se de sua clausura, e alagou apartamentos, residências, garagens, derrubou muros, arrastou carros, pessoas e o que encontrou às suas margens. (Fig.14)

Os títulos dos artigos do Caderno Cidade e as reportagens registram a tragédia. “*A História se Repete*”: “*Na Moscou, a vida vai na enxurrada - o vigia Albertino da Silva Martiniano, de 32 anos, foi arrastado pelas correnteza (quando) tentava recuperar um bujão de gás.*”¹⁰⁰ “*Moradores revoltados - Não dá mais para viver aqui e, a cada chuva forte, passar por isso (...). Além do transtorno de terem seus pertences destruídos pelas inundações, moradores da favela mostravam-se preocupados (...) com a saúde de seus filhos.*”¹⁰¹ “*Tempestade provoca queda de árvores em quatro cidades*”, os maiores estragos ocorreram em Americana, Sumaré, Santa Bárbara D’Oeste e Indaiatuba onde árvores caíram sobre veículos, muros residenciais, interromperam o fornecimento de energia e foram registrados “*diversos pontos de alagamento.*”¹⁰² “*Campinas pára, amarelinhos somem*” e “*O trânsito é interrompido no Laurão.*”(…)“*Semáforos desligados, carros abandonados, congestionamentos e muita confusão. Esse foi o cenário que a região do Viaduto São Paulo, maior ponto de fluxo de veículo da cidade - mais de 60 mil veículos por dia - viveu a partir das 16 horas de ontem*”¹⁰³ (Fig.15); “*Crianças ilhadas, pais em pânico*”: a água invadiu a creche localizada na rua Dona Libânia, no centro, e o choro de noventa crianças deixou os pais, que foram buscar seus filhos, em pânico.¹⁰⁴ E o registro da destruição continua: “*Rajadas de*

¹⁰⁰ *Idem* - p. 2.

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² *Ididem*.

¹⁰³ *Idem* - p. 3.

¹⁰⁴ *Idem* - p. 4.

90km/h em Viracopos”, “Livros escolares são destruídos no Guanabara”, “350 mil pessoas ficam às escuras”; “Água imunda apartamentos no Flamboyant”, “Gerente perde o carro em garagem de edifício”; “Na Norte-Sul, desespero e solidariedade”; “Cidadão, refém da inoperância pública”; “Muro cai no (estádio do) Guarani”, “Deslizamento abre buraco sob viaduto no Taquaral.”¹⁰⁵

Após o desastre *“O MEA-CULPA DA OMISSÃO:”*¹⁰⁶

“O caos que se instalou em Campinas com a chuva da tarde de anteontem foi agravado pelo descaso. A cidade praticamente não recebe serviços de manutenção desde julho do ano passado. Quem admite é o próprio gerente da cidade, José de Vasconcelos Cunha, responsável pela coordenação das DROs (Diretorias Regionais de Operação), órgãos que deveriam realizar a manutenção diária do município.”

Enquanto isso a Prefeitura navega ao sabor dos acontecimentos, não tem metas definidas e abandonou as estabelecidas pela gestão anterior. Desde a posse do atual Prefeito, o aparelho administrativo entrou em estado de inércia, deu-se prioridade aos ajustes políticos, às alianças partidárias e a cidade ficou a entregue à própria sorte. Muitas são as justificativas e desculpas, a falta de dinheiro encabeça a lista. O orçamento, estabelecido na gestão anterior, atrelou as ações do executivo que ainda herdou dívidas e mais dívidas, funcionários descontentes e eleitores cheios de expectativa. Esta situação se repete a cada mudança de prefeito. Corriqueira e previsível, é sempre usada para justificar o primeiro ano de governo.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 4-8.

¹⁰⁶ *Correio Popular*; Caderno Cidade, sexta-feira, 6 de março de 1998, p. 1.

.A crise habitacional e as ações do Movimento dos Sem-Teto.

A crise habitacional e as ações do Movimento dos Sem-Teto são outro viés interessante da questão urbana campineira. Entendê-la passa necessariamente pela forma como estas duas questões foram encaminhadas no passado e como são tratadas, atualmente, pelo poder executivo local. O “Cingapura”¹⁰⁷, o modelo da “ordem”, foi o carro chefe do programa eleitoral de Chico Amaral. Eleito, como viabiliza-lo? Até agora nada. Já as invasões de terra, o modelo da “desordem”, multiplicam-se.

A invasão de terra urbana registrada pelos jornais de Campinas em janeiro de 1998 está entre as últimas ocorridas nos anos 90.

“FAMÍLIAS OCUPAM ÁREAS NO JARDIM ESPERANÇA”.

*“Na primeira invasão deste ano, 280 famílias ocuparam ontem um área suficiente para o assentamento de 5,4 mil famílias próximo à Fazenda Santa Genebra, região norte de Campinas.”(...)
“Ocupantes são moradores das áreas de risco às margens do Ribeirão Quilombo e já demarcaram 240 lotes de 7 metros por 14 metros (...).”¹⁰⁸*

Essas pessoas são moradores de áreas de favelas localizadas nos bairros: Jardim São Marcos, Santa Mônica e Jardim Campineiro, na região norte da cidade, às margens da Rodovia Dom Pedro I. Algumas já moram no local há mais de vinte anos, outras chegaram nos últimos cinco, período em que a região sofreu um processo de adensamento significativo e a olhos vistos. A falta de infra-estrutura, as enchentes periódicas e as doenças são problemas antigos agravados, todos os anos, durante a época das chuvas. Sua solução faz parte, há mais de vinte anos, das

¹⁰⁷ Projeto Cingapura - conjuntos habitacionais para população de baixa renda, construídos em São Paulo, capital, na gestão do Prefeito Paulo Maluf do PPB.

¹⁰⁸ *Correio Popular* - Caderno Cidade; 5 de janeiro de 1998, p. 4. (Grifo do autor)

reivindicações dos moradores. A área invadida é próxima às favelas, pertence à Fazenda Santa Genebra e foi negociada, em 1995, para a construção de 1.160 moradias com recursos do Programa de Combate a Enchentes (PROCEM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A proposta da Prefeitura, na ocasião, era de construir embriões (casas com 25,00m²), junto com a Cooperativa Habitacional de Campinas (COHAB)¹⁰⁹, e transferir para o local os moradores das três favelas. O prazo de entrega das unidades expirou, o ocupante do executivo municipal mudou, em um ano três pessoas diferentes se revezaram na direção da COHAB e o projeto entrou em processo de “banho-maria”, reavaliação interna, engavetamento e abandono. Os moradores, frustrados em sua expectativa de mudança, reagiram com a invasão do início de janeiro de 1998. No dia 14 do mesmo mês mais um acordo foi firmado entre moradores e Prefeitura. Esta prometeu a liberação da área para duzentas e oitenta famílias que poderiam construir nos fundos dos lotes de 7,00m por 14,00m, enquanto as unidades principais seriam construídas na frente. Além dessas famílias, mais trezentas, localizadas em áreas de risco¹¹⁰, seriam transferidas para a região.

Solução? Não, só paliativo, pois, de acordo com a Defesa Civil de Campinas, mais de oitenta mil pessoas vivem em áreas de risco na cidade, que não conta, há muito tempo, com qualquer tipo de política habitacional.

Os últimos cinco anos foram marcados por sucessivas invasões de terra urbana. Algumas foram articuladas pelo Movimento dos Sem-Teto, outras por lideranças autônomas com o apoio de representantes da Igreja e de partidos políticos. As terras invadidas são, na sua grande maioria, de propriedade privada. E a notícia não sai dos jornais. A mídia dá cobertura e divulga tudo: das invasões às ações de reintegração de posse; das reivindicações no Paço

¹⁰⁹ Órgão gerenciador da política habitacional na cidade, criado durante a vigência do Sistema Nacional de Habitação e do BNH.

¹¹⁰ São consideradas áreas de risco os terrenos: a) próximos às margens de rios, córregos e ribeirões - as várzeas com cotas de nível baixas sujeitas a alagamento; b) com alta declividade (mais de 25%), imprópria para edificações; c) que possuem solo fraco, instável e sujeito a erosão - linha de drenagem, brejos e nascentes. A grande maioria dessas áreas faz parte dos 35% da gleba loteada, deixada pelo empreendedor em observância à Lei Federal 6.766 de dezembro de 1979 que: “Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”.

Municipal às audiências com o Prefeito; das barricadas nas rodovias às conseqüências das chuvas: desabamentos, inundações e mortes; da dificuldade inicial de acesso a água e luz ao tratamento diferenciado dado pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA)¹¹¹ e pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL)¹¹². Faz questão de associar as invasões à violência, que aumentou consideravelmente nos últimos anos na cidade. Divulga assassinatos, estelionato, apreensões de drogas, brigas de gangues que ocorrem nesses locais. Reforça a imagem de “caos urbano” e associa pobreza, marginalidade e criminalidade.

Apesar das características e objetivos semelhantes dessas invasões, algumas parecem ter algum tipo de vínculo com as lutas reivindicatórias e as mobilizações por moradia iniciadas no fim dos anos 70 e ao longo dos 80. Uma das primeiras invasões de terra em áreas vazias da cidade ocorreu em 1991, na região do Jardim Yêda. Sob pressão, a Prefeitura articulou junto à COHAB e à Caixa Econômica Federal a construção do Conjunto Habitacional da Vila União, próximo à Rodovia dos Bandeirantes, região sudoeste da cidade. Esperou-se aproximadamente três anos pela entrega das unidades residenciais. Hoje, os moradores enfrentam problemas com a falta de infra-estrutura de serviços, as altas taxas de luz, água e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Muitos ficaram inadimplentes, outros venderam suas unidades. A Caixa Econômica Federal tentou renegociar a dívida, mas os termos da negociação não foram aceitos. O impasse levou a Caixa a fechar todas as linhas de crédito e financiamento aos empreendimentos imobiliários dirigidos à população de baixa renda¹¹³ na cidade.

Em meados dos anos 90, há registro de duas invasões, organizadas pelo Movimento dos Sem-Teto, o San Martin e a Vila Vitória. A Prefeitura, na época, tolerou e procurou desestimular a prática, mas no fim da década foram invadidas grandes áreas particulares na região sul. Atualmente são estimados em cento e vinte os assentamentos dos sem-teto, dos quais o Parque Oziel e o Jardim Monte Cristo são os maiores e mais importantes. O primeiro

¹¹¹ Autarquia Municipal de capital misto.

¹¹² Empresa estatal privatizada na década de 90.

¹¹³ Esta renda varia entre três e cinco salários mínimos.

está localizado nas terras da antiga Fazenda Taubaté, entre a Rodovia Santos Dumont e a estrada velha para Indaiatuba (Fig. 16). Comemorou, em janeiro de 1998, seu primeiro ano de existência com seis mil famílias e a previsão de subdividir um outro trecho da fazenda em duzentos novos lotes.

*“Toda esta área que você vê, daqui até a estrada, vai se transformar numa grande cidade. (...) Enquanto existir terra e famílias sem um teto, o Parque Oziel vai crescer.”*¹¹⁴

As ruas e os lotes foram divididos pela liderança do Movimento, a água é fornecida pela SANASA em reservatórios abastecidos uma vez por semana, as ligações de luz são clandestinas (“gatos” ou gambiarras), mas negocia-se com a CPFL o posteamento da rua principal da invasão, as ligações domésticas e a tarifa mínima. O esgoto doméstico é captado por fossas individuais. Os moradores reivindicam posto de saúde e escolas, fazem barricadas na rodovia Santos Dumont exigindo passarela para pedestres. *“O que eu peço o Chico faz”*, diz Gentil Ribeiro¹¹⁵ (Fig. 17), e se não é atendido leva o povo para rua.

O Prefeito cede às pressões do Movimento dos Sem-Teto e negocia o acesso subsidiado com autarquias e empresas de serviço público. Em março de 1998, o Parque Oziel e o Jardim Monte Cristo já contavam com alguma infra-estrutura básica. O abastecimento de água é feito por quatro reservatórios e duzentas e sessenta famílias possuem ligação de luz. O exemplo está ali do lado: a invasão Jardim do Lago II, realizada há 5 anos em terreno público, conta com rede comunitária de água, energia elétrica, telefone e orelhões comunitários. O problema da terra continua sem solução. Alguns argumentam que as benfeitorias públicas legalizam as

¹¹⁴ Gentil Ribeiro - “o Paraíba”, presidente da associação de moradores assassinado no início de abril de 1998. Num período de dois anos três ocupantes da presidência da associação foram assassinados. A polícia atribui as mortes a conflitos internos pelo poder. Tenta também relacioná-las ao tráfico de drogas. *Correio Popular* - Caderno Cidades, 28 de janeiro de 1998, p.1.

¹¹⁵ *Correio Popular* - *idem*.

ocupações, promovendo uma desapropriação indireta e ferindo o direito de propriedade garantido pela Constituição. (Fig.18)

O que não fica claro é a característica das propriedades invadidas. Sabe-se que são áreas particulares, mas quem são os proprietários? São poucos que aparecem através de ações de reintegração de posse. Uma ação expedida no dia 5 de janeiro de 1998, em nome da família Oliveira, cobre só cento e trinta e nove lotes da ocupação Jardim Monte Cristo, o que corresponderia aproximadamente a 10% da área invadida. Mesmo assim a previsão de cumprimento da ação pelo comando da Polícia Militar era de um mês e qualquer ação repentina na áreas foi descartada, pois defende-se uma “saída negociada”. O Secretário Municipal de Habitação e presidente da COHAB na época, Geraldo Bassoli, era mais pessimista: *“Eu acho que ninguém consegue tirar eles de lá. Nem o Exército.”* Isentava-se de qualquer responsabilidade e recusava-se a assumir o papel de mediador na negociação entre as partes¹¹⁶. Ele era o terceiro ocupante do cargo e no dia 7 de fevereiro entrega ao Prefeito seu pedido de demissão. Alegava como motivo a falta de verba e os conflitos na forma de tratar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. E a matéria principal do mesmo Caderno Cidade esclarecia: *“Chico estuda desapropriar área no Oziel.”* Diz: *“Se as negociações com os donos não evoluírem, estou disposto até em pensar na hipótese de desapropriação.”* A área em questão, Parque Oziel e o Jardim Monte Cristo, é de mais ou menos um milhão de metros quadrados e exigiria recursos da ordem de quarenta milhões de reais. (Fig.19)

Dinheiro, dinheiro, dinheiro, Política Habitacional que é bom, nada. O Plano Diretor é folha morta, a Lei de Zoneamento continua a mesma, o Código de Obra *idem*. E pensar que em 1990 uma imensa área na região sudoeste foi considerada de interesse social, sujeita a um processo de desapropriação e objeto de Concurso Nacional de Idéias, cuja proposta era realização de um “Conjunto Habitacional” para sessenta mil famílias, ou seja, duzentas e setenta mil pessoas. Duas equipes venceram o concurso, mas nada disso foi para a frente. Muda o Prefeito e a cidade continua a mesma coisa, ao sabor das pressões e interesses de grupos.

¹¹⁶ *Correio Popular - Caderno Cidade*; 6 de fevereiro de 1998, p. 4.

Ninguém faz nada, só se cultivam bolsões de riqueza, miséria e clientela política.

A gestão do urbano, realizada em uma relação conflituosa e constante entre Plano Diretor - instrumentos reguladores e disciplinadores - e interesses políticos e econômicos de segmentos da sociedade, está transformando o espaço da cidade em uma colcha de retalhos de guetos, ricos e pobres, de usos especializados, privatizando os espaços de sociabilidade coletiva de lazer, consumo e cultura, e colocando seus habitantes reféns da violência, da degradação do ambiente, da poluição das águas e do ar. É como se *“a degradação das cidades dependesse do destino e não da nossa incapacidade de as conservar.”*¹¹⁷

A esperança, para alguns, ainda está no planejamento - isto é, no urbanismo. Mas será que seus recursos teóricos e conceituais já não estão esgotados? Para Argan, a concepção tradicional de cidade foi colocada em crise pela civilização industrial que, no entanto, ainda não conseguiu substituí-la por outra. Segundo ele duas perspectivas conflitantes procuram enquadrar a cidade contemporânea: uma *“propõe descentralizar, desarticular e desmembrar a cidade, transformando-a em uma inflorescência ou em uma constelação de pequenos aglomerados sociais, coordenados mas auto-suficientes, nenhum dos quais, entretanto, teria a estrutura, o caráter e a configuração da cidade;”*¹¹⁸ outra, *“num movimento apenas aparentemente contraditório, demonstra que o progresso tecnológico das comunicações permitirá chegar, no decorrer de alguns anos (ao aparecimento de) cidades de trinta, cinquenta milhões de habitantes”*, a megalópole.¹¹⁹ A que configuração, estrutura e caráter de cidade Argan se refere? A da cidade-artefato? A do organismo vivo? Será que ambas concepções não estão esgotadas? Quais serão as novas referências da concepção da cidade

¹¹⁷ ARGAN, Giulio Carlos - “O espaço visual da cidade” in *História da Arte como História da Cidade*; São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 225.

¹¹⁸ Esta visão é encontrada na proposta de Plano Diretor da URBE e na metodologia desenvolvida pela SEPLAMA no Plano Diretor aprovado em 1995.

¹¹⁹ Encontramos esta visão tanto no Plano Diretor de 1995 como no aprovado em 1991. Em ambos o conceito de região metropolitana regional está articulada à região metropolitana polarizada pela capital. Algumas análises chegam a prever num futuro próximo uma megacidade que cobriria desde Santos com sua região, o vale do Paraíba até Guaratinguetá, chegando a Piracicaba e Limeira no eixo Anhaguera/Bandeirantes e Luiz de Queiroz.

contemporânea? A cidade global, mercado, ou a cidade-política? A megalópole já é realidade. Será que ela é uma única cidade, ou um conjunto de cidades reunidas em seqüência e proximidade, sem identidade própria, articuladas pela malha de circulação?

A paisagem urbana, vista pelos astronautas da escotilha da “*Columbus*”, é como uma mancha de óleo que se espalha pela superfície do planeta. O relevo terrestre contemporâneo é uma associação entre a paisagem natural dos Andes, das Rochosas, dos Alpes e dos Pireneus, e as cidades. As edificações urbanas ocupam cada vez mais o território do planeta e, cada dia mais altas, almejam atingir o céu. Será que a compreensão e a concepção dessa paisagem não deveria emergir de uma associação de diferentes visões, ângulos e percepções? Quais seriam as contribuições da visão do aviador-urbanista, dos construtores de cidades, do astronauta, do internauta virtual, do morador da periferia, na construção da concepção das cidades contemporâneas ?

O urbanismo, *“como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, (...) está se separando cada vez mais do seu objeto, dir-se-ia até que aspira a destruí-lo”*, diz Argan.¹²⁰ Por quê? Será que o problema é com o objeto, a cidade ou com a disciplina urbanismo? Será que em algum momento de seu percurso esta disciplina conseguiu atingir seus objetivos? A resposta a essa pergunta pode ser dada por uma simples constatação visual, um passeio pelos meandros do sistema de circulação da cidade, uma parada no centro ou na periferia, uma observação fortuita de seus cursos d’água. A agonia, o estado de tensão e insegurança, a violência, a aglomeração, a poluição do ar, da água e do solo, o esgotamento dos recursos naturais fazem parte de um rol de questões colocadas pelas cidades contemporâneas que permitem observar os esgotamento dos modelos tradicionais. Elas também indicam que a sociedade “globalizada” do fim do século XX presencia angústias, dúvidas e expectativas semelhantes às vividas pela sociedade industrial durante o século XIX. Assim, seria interessante recuperar, tirar a poeira, reavivar a memória e percorrer estas angústias, dúvidas e expectativas do século XIX. Convido-os a retornar a

¹²⁰ ARGAN - *op. cit.*, p. 225.

Campinas, recuperá-la em meados do século XIX e percorrê-la até os anos 80. A opção de percurso é no universo dos instrumentos legais de gestão e administração da cidade: leis, códigos, decretos, resoluções, plano diretor, plano de melhoramento e políticas sociais. O objetivo é compreender a relação e a influência da concepção de cidade e do urbanismo na elaboração das regras, normas, diretrizes urbanísticas e construtivas e das propostas para a questão da habitação popular. Afinal, que cidade é essa construída pelas leis?

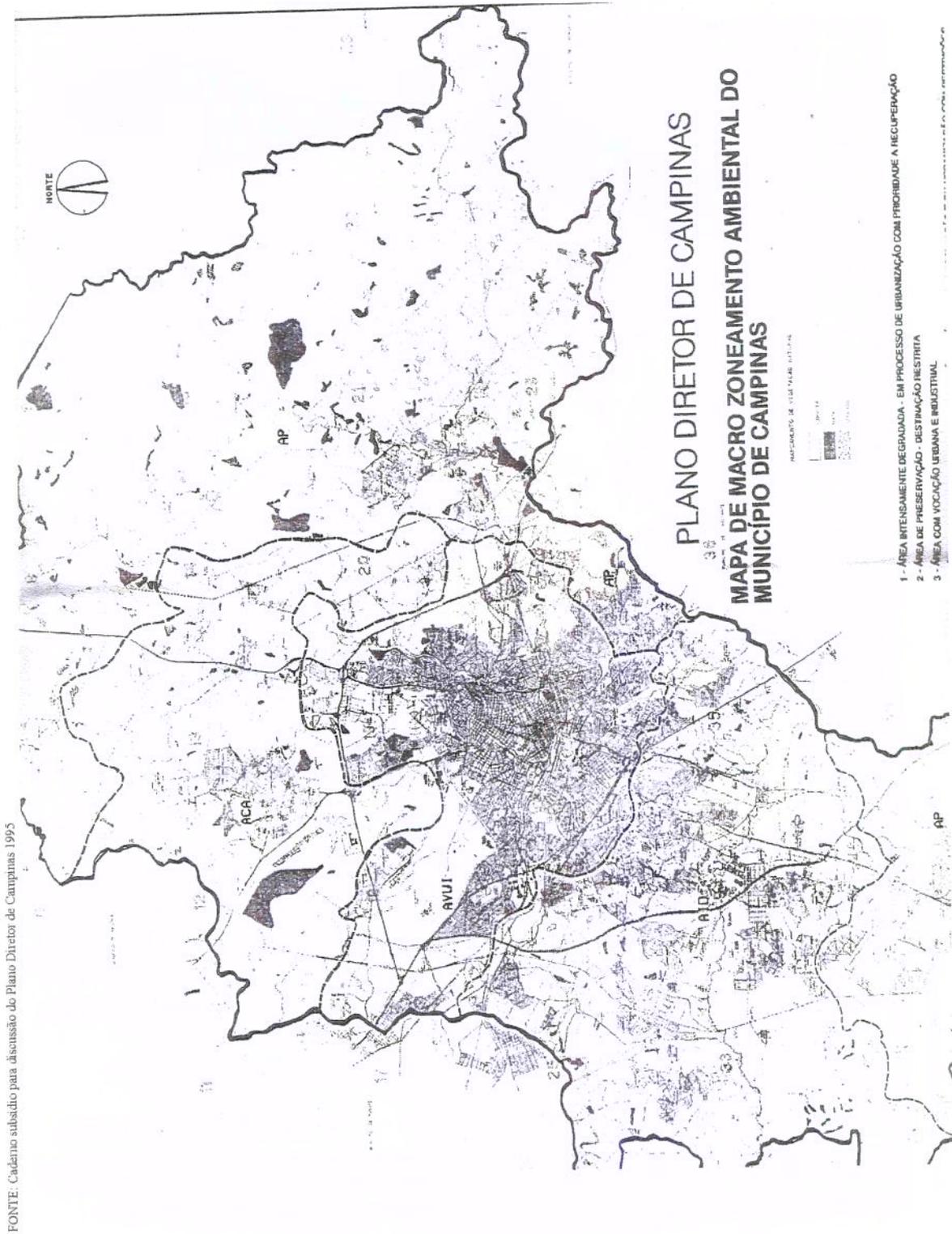


Fig. 09 - Mapa do Macro Zoneamento de Campinas - 1995

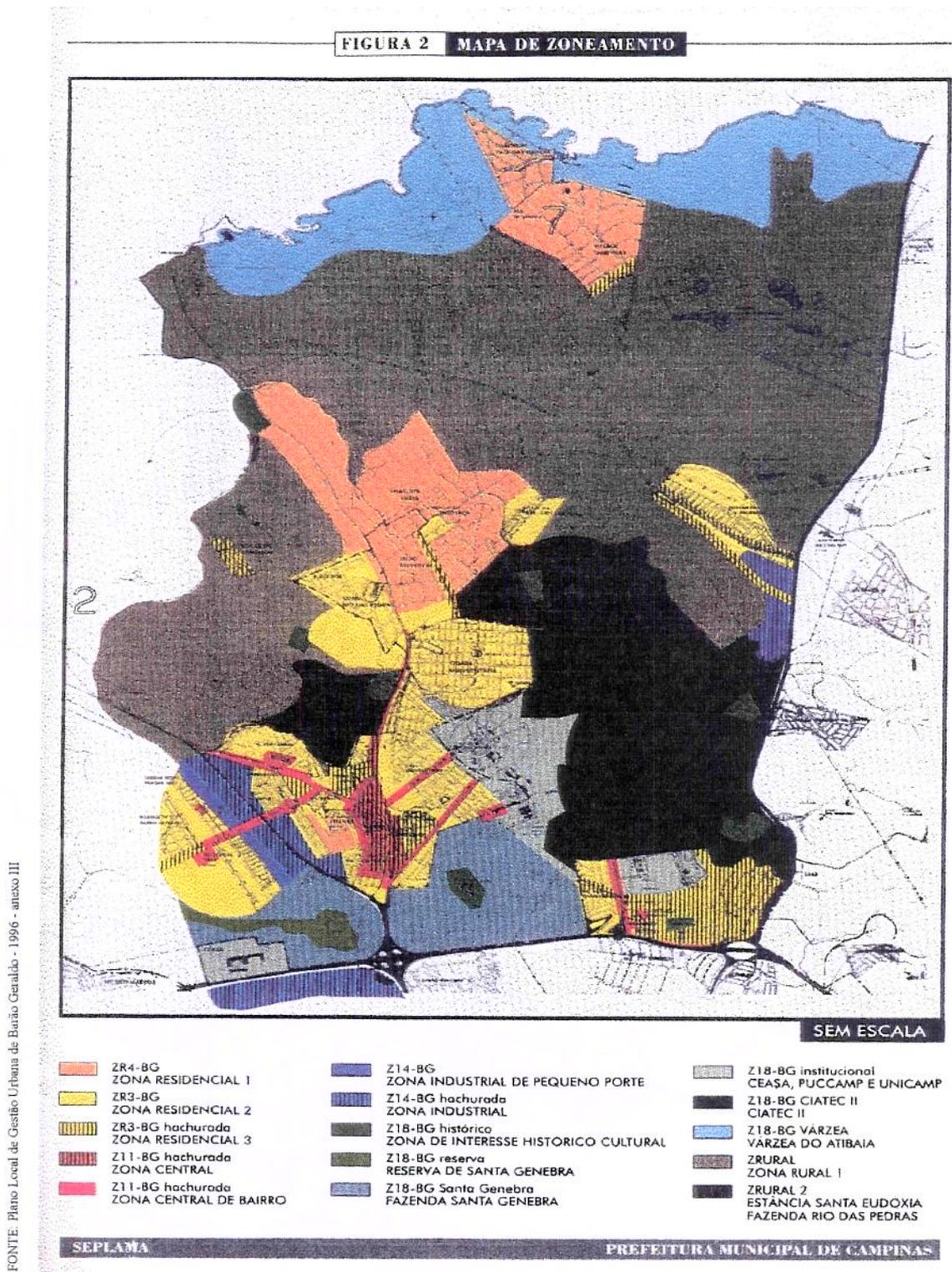


Fig. 10 - Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo - Mapa do Zoneamento - 1996.

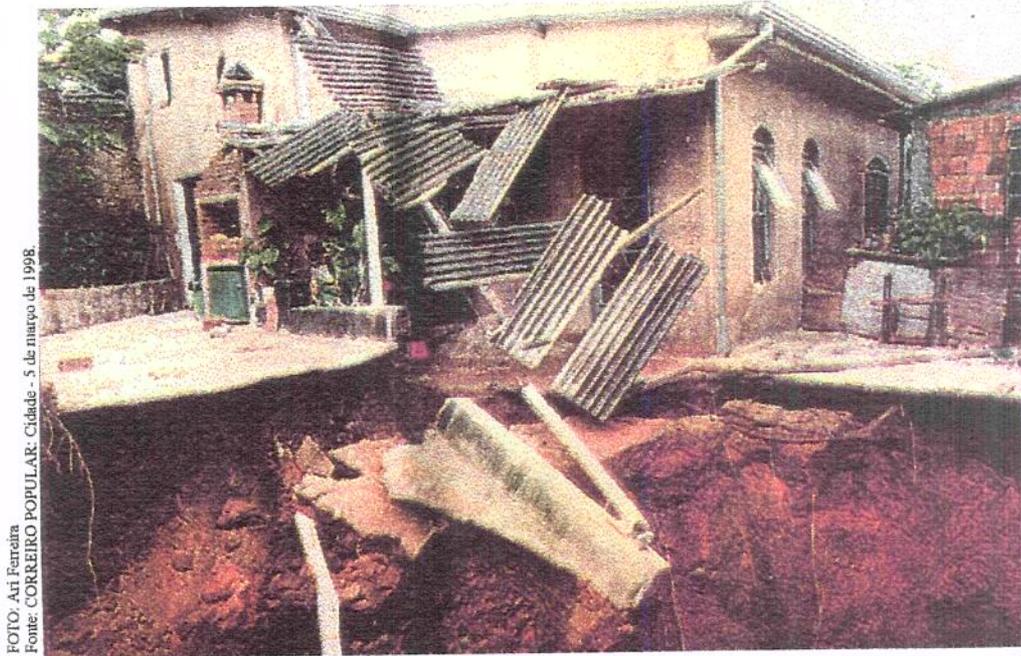


FOTO: Ari Ferreira
Fonte: CORREIRO POPULAR: Cidade - 5 de março de 1998.

Fig. 11 - Interditada pela defesa civil, residência na periferia da cidade desmoronou em razão da infiltração e da erosão provocadas pelas chuvas de verão de 1998.

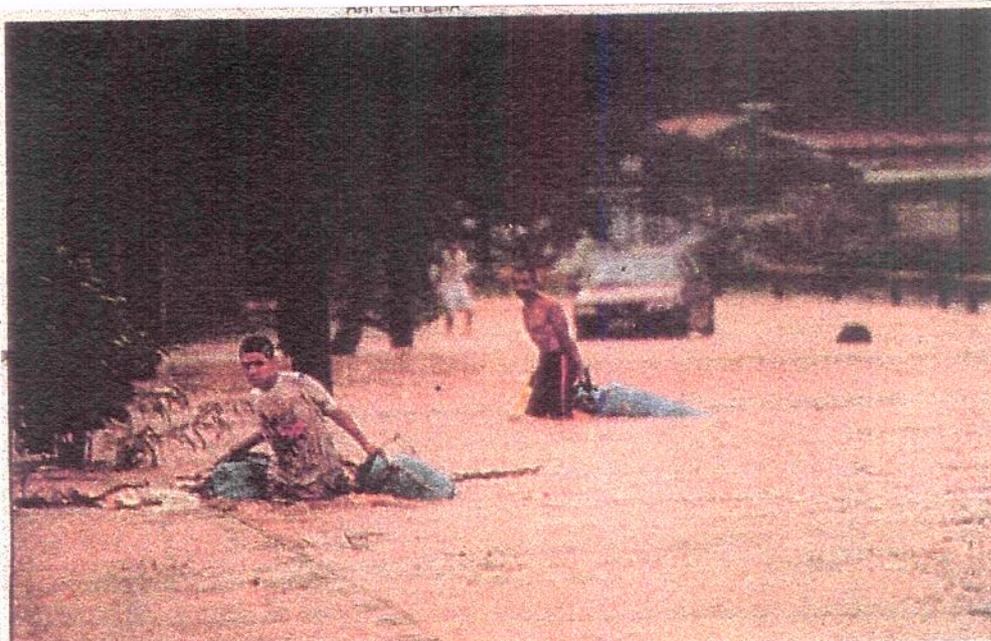


FOTO: Ari Ferreira
Fonte: CORREIRO POPULAR: Cidade - 5 de março de 1998.

Fig. 12 - A força das águas arrasou muros, invadiu as ruas e arrastou botijões na enxurrada.



FOTO: Nervalton Araújo
Fonte: CORREIO POPULAR, Cidade - 6/março/1998.

Fig. 13 - Homens empurram carro na rua Barão de Parapanema, na região central: riscos de contaminação na enxurrada.



FOTO: Ari Femeira
Fonte: CORREIO POPULAR, Cidade - 5/março/1998.

Fig. 14 - Após as chuvas. O prejuízo. “Carro preso com correntes a um portão para não ser lavado pela enxurrada e caminhão de gás que foi encoberto pelas águas do Córrego Proença, na Chácara da Barra”.

FOTO: Nerevelton Araújo
Fonte: CORREIO POPULAR, Cidade - 5/março/1998.

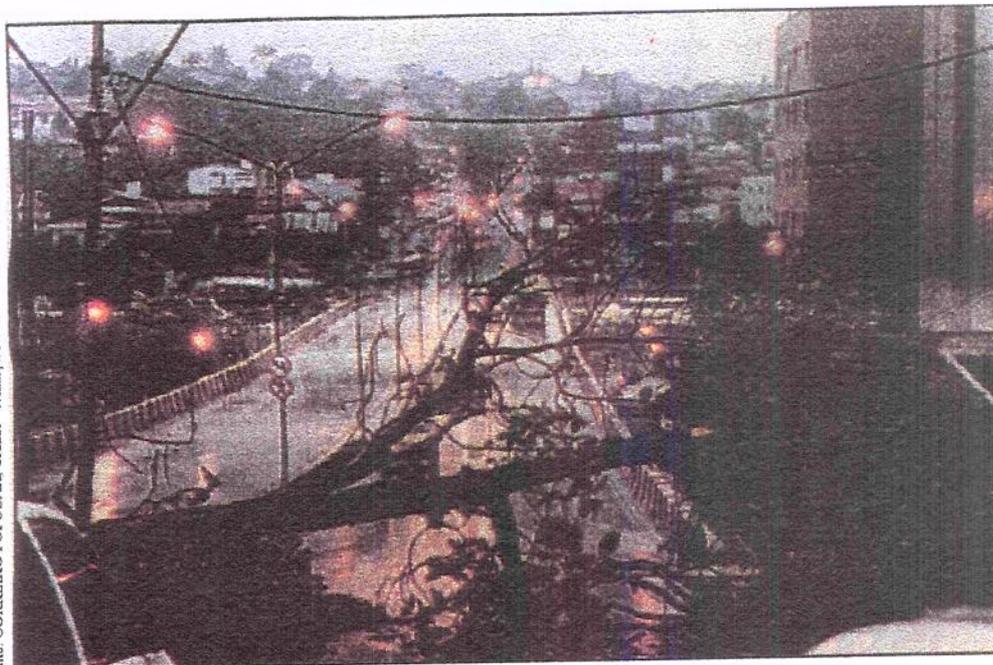


Fig. 15- Na Avenida Moraes Sales, próximo ao Viaduto “Laurão”, ventos de até 90 km/hora, tomba árvore provocando susto, problemas com a fiação e fornecimento de energia elétrica.

FOTO: Aní Ferrás
Fonte: CORREIO POPULAR, Cidade - 28/janeiro/1998

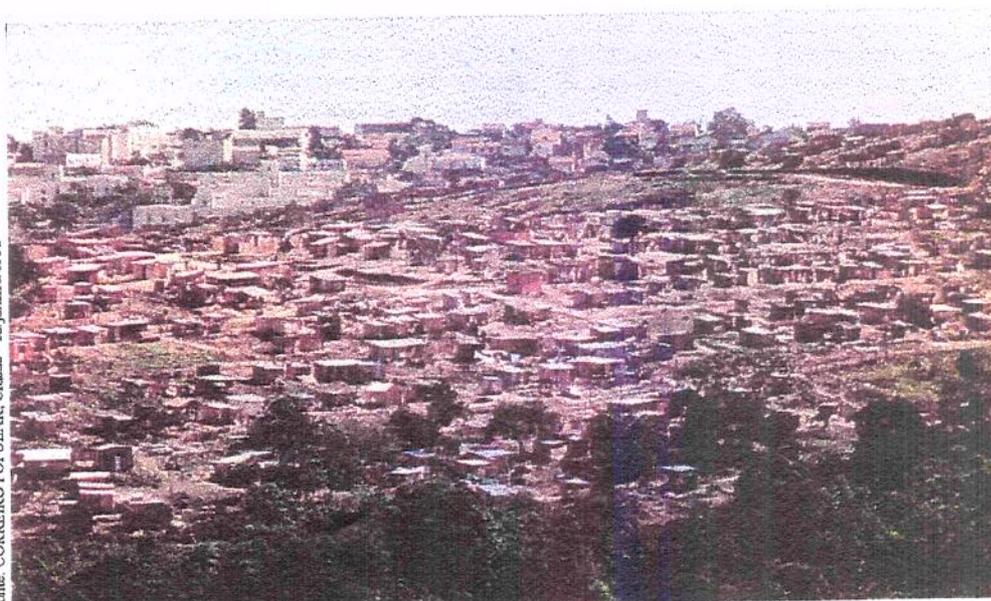


Fig. 16 - Vista geral da invasão de terra ao longo da antiga estrada Campinas-Indaiatuba. O Parque Oziel começou em 1997 e reuniu em um ano trinta mil pessoas.

FOTO: An Ferreira
Fonte: CORREIRO POPULAR, Cidade - 28/janeiro/1998

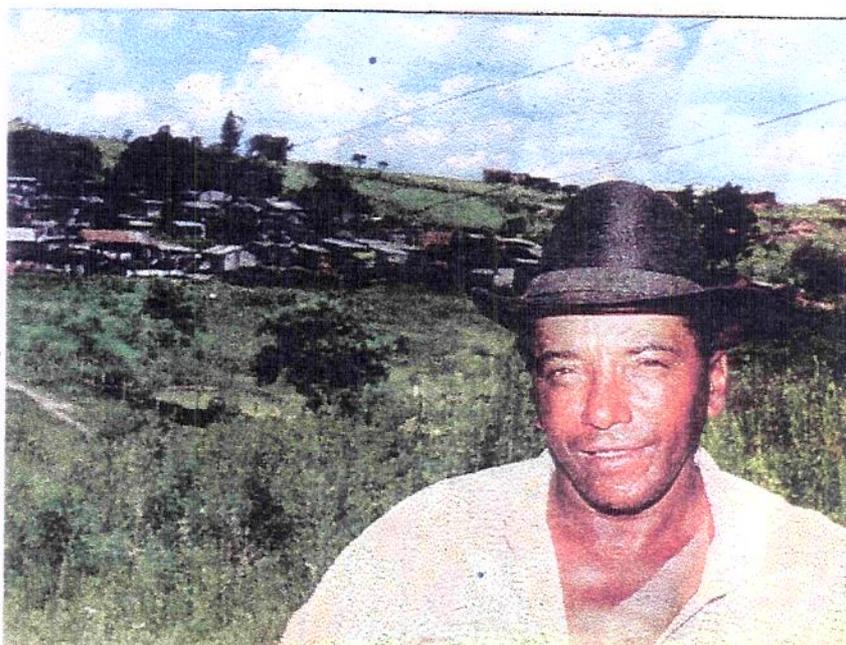


Fig. 17 - Gentil Ribeiro (45): “O Paraíba” - Líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto no Parque Oziel, chegou a gleba em fevereiro de 1997 para erguer o primeiro barraco da ocupação. Organizou e participou das invasões San Martin e Vila Vitória. Assassinado no início de abril de 1998.

FOTO: Gustavo Magnusson
Fonte: CORREIRO POPULAR, Cidade - 26/março/1998



Fig. 18 - “Luis Benedito de Almeida, presidente da Associação dos Moradores do Jardim Monte Cristo, com a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: assembléias e protestos” - Diz que a invasão de uma propriedade alheia não é crime e que a política de invasões será mantida “enquanto a Prefeitura não apresentar uma política habitacional efetiva”.



FOTO: Jayme de Cuvulho Jr.
Fonte: Coneto Popular, Caderno Cidade - 7 de fevereiro de 1998.

Fig. 19 - "Protesto de sem-teto contra liminar de reintegração de posse levou 3 mil para o Paço e tumultuou o trânsito". A manifestação durou quatro horas. A hipótese de desapropriação levantada pelo Prefeito Chico Amaral exigiria um desembolso de R\$ 40 milhões, o equivalente a 5,9% do orçamento municipal.

CAMPINAS na HISTÓRIA

Século XIX

.O primeiro Código de Postura e suas reformulações

As primeiras informações de povoação na região datam do século XVII, com registros sobre o aparecimento de núcleos como Itu, Jundiá, Moji-Mirim e Moji-Guaçu.

A região de Campinas pertencia à Vila de Jundiá e era conhecida como “*bairro do Mato Grosso das Campinas*”. Possuía pastagem natural com nascentes, favorável ao repouso das tropas, à construção de pousos, concessão de sesmarias. Era ponto estratégico de parada da rota secundária, aberta pelos paulistas em 1722 como via de acesso às minas de ouro do sertão oeste de Minas Gerais, Goiazes e Mato Grosso.¹²¹

O local passou a freguesia, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em 1774, sua área urbana foi doada por Barreto Leme e delimitada pelo *rossio*¹²² (Fig.20). As dimensão das quadras, ruas e a disposição das casas foram determinadas em 1774 pelo Governador da Província.¹²³ Na época, o arruamento, a divisão e a distribuição dos terrenos era tarefa do Diretor do povoado.¹²⁴ Apesar dessas indicações dos documentos citados pela

¹²¹ BADARÓ, Ricardo - *Campinas, o despontar da modernidade*; Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 18.

¹²² ROSSIO - gleba de terra, patrimônio da câmara concedida no ato de criação da vila. No caso de Campinas era um quadrilátero com 1/4 de légua lado, com uma área total de 198,30 ha. O valor de uma légua é igual a 5.632,72 metros, segundo DELSON, Roberta Marx - *Novas Vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*; Brasília, Ed. ALVA- CIORD, 1997, p. 15 nota (4).

¹²³ “Morgado de Mateus”- General Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da província, cujo governo seguia uma política de incentivo à lavoura e ao povoamento.

¹²⁴ “Porquanto tendo encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada Campinas do Mato Groço, Destricto de Jundiahi, em sitio onde se axa melhor comodidade e hé preciso dar norma certa para a formatura da referida povoação; ordeno que esta seja formada em quadras de secenta ou

historiografia campineira¹²⁵ e por outros pesquisadores¹²⁶, a forma ou os motivos do aparecimento e consolidação dos núcleos no sertão paulista é descrita como resultado do assentamentos de novas roças, o estabelecimentos de pousos e comércio ao longo das rotas de penetração ao interior do país e, principalmente, pelo declínio da mineração em Goiás e Minas Gerais.

“*Campinas, ao contrário de muitos núcleos urbanos, pode ser considerada uma cidade criada*”, observa Pupo¹²⁷, ao comparar as normas de arruamento e construção estabelecidas por Morgado Mateus com o traçado retilíneo e ortogonal da malha urbana inicial da cidade (Fig.21). O autor está questionando, no fundo, “*as opiniões geralmente aceitas (de que) as cidades brasileiras originaram-se de povoações espontâneas não planificadas*”¹²⁸. A fragilidade destas opiniões fica evidente quando se realiza uma observação mais detalhada das malhas urbanas das cidades e vilas do sertão brasileiro e verifica-se a predominância da “*grelha*”, a presença marcante dos eixos norte, sul, leste e oeste na sua estruturação, a praça central, a localização do pelourinho, dos prédios públicos e religiosos. Essas evidências indicam outra direção e reforçam a idéia da existência de uma possível estratégia portuguesa de assentamentos urbanos no Brasil, principalmente no século XVIII. Esta possibilidade é

oitenta varas cada uma e dahy para cima, e que as ruas sejam de secenta palmos de largura, mandando formar as primeiras casas nos anglos das quadras, de modo que fiquem os quintaes para dentro, à entestar huns com os outros”; São Paulo, 27 de mayo de 1774. D. Luiz Antônio de Souza e Senhor Francisco Barreto Leme. CAMPOS Jr., T.S. - História da fundação de Campinas (subsídios), in **Monografia histórica d município de Campinas**; Rio de Janeiro, IBGE 1952, p.30 - *apud* BADARÓ, Ricardo - *op. cit.* pp. 19-20.

¹²⁵ PUPO, C.M. de M. - **Campinas, seu berço e juventude**; São Paulo: Academia Campinense, 1969.

¹²⁶ BADARÓ - *op. cit.* CARPINTÉRO, Antônio Carlos Cabral - **Momento de Ruptura: As transformações no centro de Campinas na década dos 50**; dissertação de Mestrado, FAUUSP, S.Paulo, 1991. CARVALHO, Edemir - **Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870/1956**; dissertação de mestrado Departamento. Ciências Sociais/ IFCH / UNICAMP - junho/1991.

¹²⁷ “ *As normas para arruamento e construção de casas, estabelecidas pelo Morgado de Mateus,(...), seriam um 'plano Urbanístico', sem os requintes tecnológicos dos atuais, é claro. Elas já revelavam uma certa preocupação com a localização do povoado e suas características urbanas.*” BADARÓ - *op.cit.*

¹²⁸ REIS Filho, Nestor Goulart - **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720**; São Paulo, Ed. Pioneira, 1968.

defendida por Roberta Marx Delson.¹²⁹ Ela argumenta que a descoberta do ouro, no final do século XVII em terras brasileiras, fez com que a coroa portuguesa reavaliasse o potencial da colônia, estabelecendo medidas e um programa legislativo que garantisse o controle do interior do território. Este programa foi formulado sobre quatro questões básicas: a regulamentação das áreas auríferas; o estabelecimento de uma jurisdição sobre os aventureiros, bandeirantes e boiadeiros, que percorriam os sertões sem nenhuma restrição administrativa; a adoção de medidas que contivessem a força crescente dos barões fundiários do sertão brasileiro; e a ampliação de seus domínios territoriais à custa dos espanhóis. “*Estes objetivos condicionaram a política portuguesa para as regiões interioranas do Brasil durante a maior parte do século XVIII.*”¹³⁰

O primeiro Código de Postura de Campinas foi elaborado em 1864 e promulgado em 1867 (Fig. 22). A produção do espaço urbano ficava sob as determinações da Câmara e a responsabilidade, autorização e fiscalização do arruador. Traçavam-se ruas e travessas, definiam-se declividades, alinhamentos, limites de lotes e quadras, dimensões de calçadas, caminhos e ruas.

A abertura e a conservação de caminhos particulares ficavam a cargo dos usuários e nenhuma alteração podia ser realizada ao livre arbítrio do proprietário. No caso específico das construções, o código determinava a altura das casas, térreas e sobradadas¹³¹, a cobertura com telhas, paredes rebocadas e caiadas, beirais “encachorrados” e forrados. Permitia aberturas, janelas, clarabóias e frestas para ruas, becos ou pátios, para os quais deveriam se dirigir as águas da chuva e o esgoto. Em caso de impedimento, construía-se servidão nos terrenos vizinhos. Proibia a localização na rua das escadas de acesso às casas e toda construção provisória sem licença prévia. A Câmara responsabilizava-se pelo calçamento das ruas centrais, determinava

¹²⁹⁰ DELSON, Roberta Marx - *op. cit.*

¹³⁰ *Idem*, p. 9.

¹³¹ “As casas térreas, que de novo se edificarem terão pelo menos vinte palmos (4,40m) de altura na frente, as de sobrado de trinta e seis palmos (7,92m) para mais (...)” - Cap. 1 art. 4 do Código de Posturas da Câmara de 1864.

os locais de depósito de lixo, coleta de águas sujas e enterro de animais mortos. Partilhava com os negociantes, moradores e construtores a tarefa de conservar, desentulhar e garantir acesso às ruas, praças, caminhos e servidões públicas. Mas a conservação dos imóveis, muros e calçadas ficava por conta dos proprietários. Apesar de limitadas, essas medidas visavam a higienização do espaço público. A imagem dessa cidade era heterogênea e as camadas se sobrepunham. A vila colonial açucareira - com pequenas e toscas casas de pau-a-pique, muros de barro, seqüências de portas e janelas no alinhamento - convivia com a cidade do café - casarões e sobrados de tijolos nas esquinas de ruas, travessas e calçadas precárias e estreitas. As águas sujas corriam tranqüilamente pelas ruas¹³².

O Código foi uma tentativa da elite local de adequar uma cidade colonial ao seu papel de pólo econômico regional com a consolidação da cafeicultura no interior paulista. As estradas de ferro foram incorporadas à estrutura urbana e regional entre 1867 e 1883¹³³, conferindo-lhe novos sinais e referências. (Fig.23)

As incipientes medidas sanitárias e a ação descuidada transformaram a cidade, na segunda metade do século XIX, em espaço privilegiado de surtos epidêmicos. Campinas conviveu, neste período, com surtos de varíola, de cólera e de febre amarela.¹³⁴ Sua população foi drasticamente reduzida, situação trágica que exigiu medidas rigorosas na área de serviços

¹³² BADARÓ, Ricardo de Souza Campos - **O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934/1962)**; São Carlos, Dissertação Mestrado, Escola Eng. de São Carlos/USP 1986. SEMEGHINI, Ulisses **Cidade - Cidade: Campinas (1860/1980) agricultura, industrialização e urbanização**; Campinas, dissertação de Mestrado, Economia, UNICAMP, 1988.

¹³³ A São Paulo Railways Co., em 1867, ligou Santos a Jundiá; Companhia Paulista de Estrada de Ferro foi criada em 1867 e inaugurou seu primeiro trecho, Jundiá-Campinas, em 1872, e, em 1875, chegou a Rio Claro; a Mojiana inaugurou no mesmo ano o trecho Campinas-Moji Mirim e, em 1883, atingiu Ribeirão Preto. Existiam mais duas Companhias: a Funilense e a Sorocabana.

¹³⁴ Campinas foi atingida por cinco surtos epidêmicos de febre amarela - 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897. Nos outros anos, a doença permanecia endêmica. SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira - **A febre amarela em Campinas 1889 -1900**; Campinas, Área de Publicação CMU/UNICAMP 1996, p. 9. "Mais do que um problema de saúde pública, a doença se apresentou como um problema econômico e de profundas raízes sociais. Ocorreu, praticamente, um ano após a abolição da escravatura e durante o período de maior fluxo migratório de trabalhadores livres europeus, (...)" CARPINTÉRO, A.C.C - *op. cit.*, p. 32.

de limpeza pública e saneamento¹³⁵. A política de saúde pública reforçava a idéia higienizadora ao obrigar a advertência aos órgãos públicos da existência de enfermos contagiosos, ao regulamentar e controlar a vacinação da população, a atividade médica, os enterros nas igrejas, a limpeza dos quintais, a criação de porcos na cidade, o comércio de escravos, o abastecimento, transporte, manipulação, estocagem, abate, comercialização de carne e dos gêneros alimentícios. Apesar desses cuidados, as medidas sanitárias ainda não ultrapassavam a soleira das portas e não invadiam o espaço construído das habitações. Falava-se de aberturas sem relacioná-las diretamente com a insolação e a ventilação dos cômodos. As fossas fixas nas áreas servidas pela rede de esgoto foram proibidas, determinou-se a desinfecção e o aterro das existentes, o assentamento de esgoto por grupos de casas e obrigou-se a todos os proprietários a permitir a realização destas obras pelo subsolo de suas propriedades. O Código exigiu, ainda, a colocação de equipamentos como latrina com ralo inflexão “*syphoide*”, aparelhos de descarga de água e oclusão hidráulica, nos prédios do perímetro urbano com rede de esgoto, de acordo com as diretrizes técnicas da época¹³⁶. Orientou o uso de tais aparelhos e multou os infratores. O saneamento urbano precisava ser assegurado e o perigo de epidemias eliminado. Os cemitérios foram proscritos do perímetro urbano. As atribuições dos delegados de higiene, dos médicos e da população foram reforçadas diante de casos de moléstias transmissíveis. A saúde pública precisava ser assegurada.

No último quartel do século XIX, ocorreram transformações significativas no sistema produtivo com o desaparecimento da mão-de-obra escrava, a mudança do regime político, a forma de gerir a cidade. “*Uma nova ordem é criada segundo o processo tradicional de adaptação da cidade à sociedade que nela habita.*”¹³⁷ A população urbana assumiu novas

¹³⁵ SANTOS FILHO e NOVAES - *op.cit.* p. 18 - A Comissão Sanitária de Campinas 1896/1897 - sob a orientação de Emílio Ribas, “conseguiu dominar os surtos epidêmicos de febre amarela (...) através de obras de saneamento, drenagem de charcos e pântanos, entupimento de alagadiços e destruição de recipientes que pudessem conter água.”

¹³⁶ BEGUIN, François - “Les Machineries Anglaises du Confort” in *L’Haleine des Doubourgs: Ville, habitat et santé au XIX siècle*, MURARD Lion e ZYLBERMAN (org.), Recherches n° 29, 1978, pp. 187-244.

¹³⁷ CHOAY, Françoise - *Urbanismo: Utopia e realidade*, *op.cit.* p. 4.

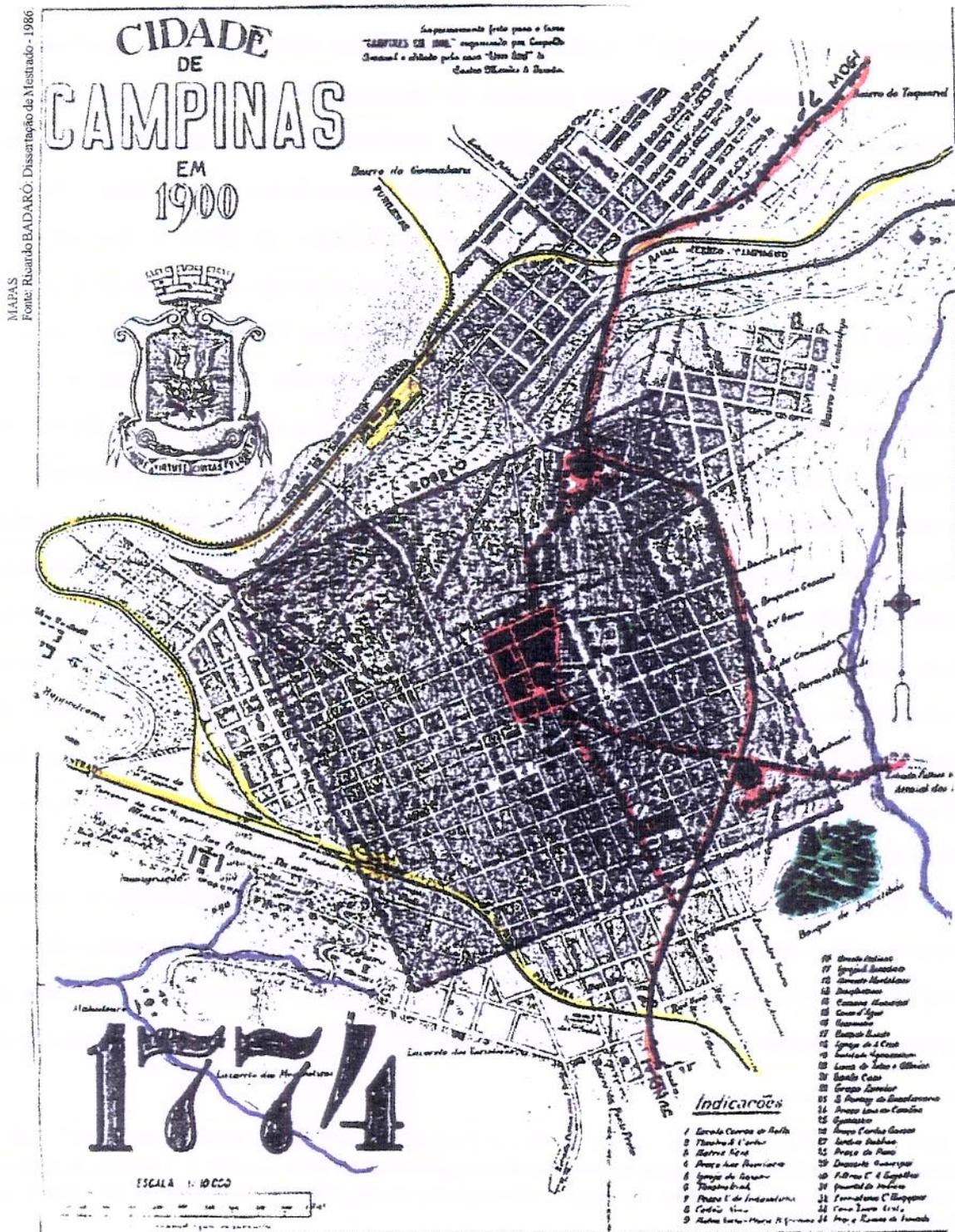


Fig. 20 - O mapa destaca a malha urbana da cidade no início do século XIX, o caminho dos Goiazes e os três pousos em vermelho. O quadrilátero do rossio está em preto.



Fig. 22 - As vias marcadas em amarelo destacam a Malha urbana ocupada de Campinas em 1840.

MAPAS
Fonte: Ricardo BADARO: Dissertação de Mestrado - 1986

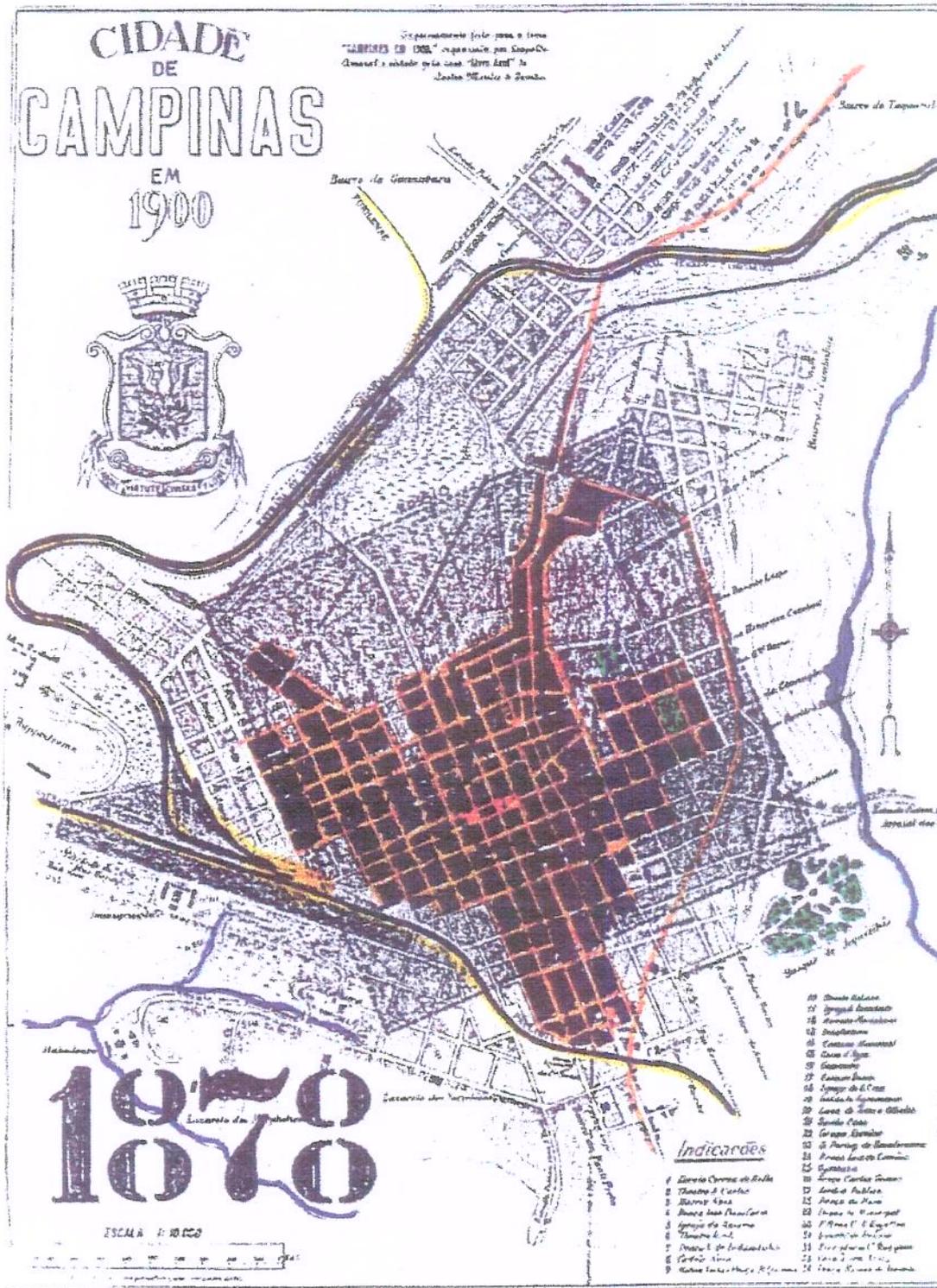


Fig. 23 - A malha urbana da cidade, contemporânea ao Código de Posturas de 1864, está destacada em vermelho.

características e provocou uma diferenciação na forma de habitar. Os cortiços proliferaram em Campinas no final do século XIX e foram “a primeira expressão da miséria urbana, (tipo de moradia a) que (se) sujeitava o imenso contingente de homens livres e disponíveis (na cidade).”¹³⁸ Localizados no centro ou nas suas proximidades, eram casebres construídos com material barato, enfileirados num mesmo terreno e articulados por uma viela, áreas de uso comum como banheiro e tanque de lavar roupa, ou casarões antigos cujos os cômodos eram alugados separadamente.

Até 1894 não apareceu na legislação nenhuma restrição à divisão interna das casas e prédios. A primeira foi com a Lei nº 29, de 1891, que, além de burocratizar o processo de aprovação das construções e reconstruções, exigia a discriminação do local, dimensões e descrição sucinta dos aposentos. As novas construções ficavam sujeitas ao padrão legal prescrito pela Câmara, quanto à altura, alinhamento e dimensões de portas e janelas. No entanto não há registro da preocupação com as condições de moradia dos pobres.

.Técnica e a Estética

Na última década do século XIX, o Estado, nos seus diferentes níveis de governo, assumiu gradativamente a gestão do espaço urbano, sua definição espacial, seu desenho e até sua imagem. No município, o intendente autorizava os arruamentos particulares, exigia a colocação de cercas divisórias e isentava de impostos os terrenos que permanecessem no poder do proprietário da gleba. Implementava e realizava obras públicas como guias, sarjetas, calçamento das ruas centrais e redefinia os perímetros urbano e suburbano da cidade sede, de bairros e distritos.

As idéias do movimento higienista deixaram as ruas e transpuseram as soleiras das

¹³⁸ CARVALHO, Edemir - *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870/1956*, op. cit., p. 48.

portas com a regulamentação da Lei nº 43, de 1896.¹³⁹ Transparecem as primeiras preocupações com as condições de higiene, solidez e aspecto das construções, segundo exigências arquitetônicas “modernas”. A burocracia foi ampliada, pois passou-se a cobrar responsabilidade compartilhada entre proprietário e construtor, intensificando-se o controle e a fiscalização. As construções clandestinas e insalubres foram intimadas ao desmancho. As condições técnicas exigidas anteriormente foram ampliadas e detalhadas. O conceito de área interna de ventilação e iluminação para os cômodos, como uma opção às ruas, pátios, jardins ou quintais, foi introduzido neste período. E as suas dimensões mínimas foram estabelecidas, mas a largura variava de acordo com a função do ambiente. Foram definidos a área de aproveitamento do lote residencial e o afastamento nos fundos em relação à altura do prédio. Exigiu-se calçamento impermeável e ralo para captação de água pluvial e jardins, pátios e quintais com nivelamento favorável às águas pluviais. Com isso, eliminaram-se as águas pluviais das calçadas e as águas servidas da rua, limpando-as da sujeira, da ameaça da contaminação e da proliferação de doenças. Foram alteradas as medidas da altura mínima dos edifícios e o pé-direito específico para o primeiro, segundo e terceiro pavimento, admitindo variações nos edifícios públicos ou naqueles de estilo arquitetônico especial. Os beirais salientes e os balanços foram proibidos. Regulamentaram-se as aberturas nas fachadas. Portas, janelas e mezaninos¹⁴⁰ deveriam guardar as devidas proporções arquitetônicas, respeitando a iluminação e a ventilação dos cômodos e a higienização do prédio. Suas dimensões foram alteradas e as vergas¹⁴¹ alinhadas. A superfície mínima de aeração dos compartimentos, as dimensões mínimas dos aposentos, dos banheiros, latrinas, dispensas e passagens foram definidas. Regulamentou-se a

¹³⁹ Segundo BADARÓ, Ricardo de Souza Campos - *O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)*, *op. cit.*, p. 29, esta Lei é o primeiro Código de Obra do município.

¹⁴⁰ Mezanino ou “girão”, é entendido como “um piso de pequena área, elevado acima do piso de uma loja ou de um pavimento, tendo o respectivo vigamento apoiado sobre colunas”. Esta definição faz parte das “Definições dos termos utilizados no Código de Construções de 1934” - Lei nº 76 de março de 1934.

¹⁴¹ “Verga” é um elemento construtivo, pode ser uma viga armada ou fiadas de tijolos com barras de ferro na massa de rejunte, que vai na parte superior das aberturas, portas e janelas. Em muitos casos se usa uma contra-verga na parte inferior.

diferença entre o nível do chão e a do assoalho das construções no alinhamento e das recuadas. As proibições anteriores de construção de degraus e escadas sobre as calçadas e de prédio em terreno pantanoso e alagadiço foram mantidas.

A Lei interferiu até no sistema construtivo das edificações, ao regulamentar a espessura das paredes, estipulando em um tijolo e meio para as casas térreas e, quando assobradadas, dois tijolos no térreo e um tijolo e meio nos demais pavimentos.

Pela primeira vez a legislação não tratava as construções de forma genérica e estabelecia diferenças normativas funcionais entre construções residenciais, comerciais, industriais e de espetáculos. Os três últimos tipos de uso, além das prescrições gerais, possuíam exigências específicas. Para os estabelecimentos de produtos alimentares exigiu-se medidas construtivas higiênicas como paredes revestidas com meia barra de ladrilhos¹⁴², portas gradeadas de ferro, telas e cuidados especiais com a água limpa e a suja. Para os destinados a espetáculos exigiu-se a instalação de aparelhos mecânicos de ventilação, medidas preventivas contra incêndio, portas giratórias em vários pontos de saída, paredes altas isolando-os dos vizinhos, passagens descobertas, latrinas, mictórios, *toilettes* para senhoras, e que tanto o palco, os cenários e o edifício fossem construídos com material incombustível e vigamento de ferro.

Essa lei, apesar de mais detalhada e de incorporar outros conceitos higiênicos, sanitários e arquitetônicos, era contraditória ao tentar resolver o problema dos cortiços. Assim, ao mesmo tempo que tentou proibi-los, tolerava-os sob condições higiênicas especiais e fiscalização rigorosa, estabelecendo normas específicas para sua localização e construção. Admitia-os próximos a habitações em terrenos com testada mínima de 15,00m. Definiu a dimensão de circulação interna, a área mínima dos cômodos, o pé-direito, as aberturas de ventilação e iluminação, altura de portas, diferença de níveis interno e externo, paredes geminadas, o agrupamento de três unidades, cobertura em meia-água e paredes de divisas até o telhado. Permitiu até sua construção em terrenos sujeitos a inundação, desde que aterrados e drenados.

Os conceitos dos **higienistas** consolidavam-se, não só em Campinas, mas em diversas

¹⁴² Este termo diz respeito à metade do pé-direito ou a uma altura de 1,50m do nível do piso do compartimento.

outras cidades que padeceram com os surtos epidêmicos do fim do século XIX como o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.¹⁴³ A tragédia era recente e a ameaça ainda pairava no ar, nas águas, nas ruas, casas, praças, em cada cantinho da cidade. E a legislação refletia todos esses medos, procurava estender suas ações às áreas mais remotas. Foi assim que as construções em áreas suburbanas foram contempladas com cuidados e exigências. Sem rede de esgoto, eram sujeitas a medidas saneadoras preventivas e provisórias. Duas fossas ou sumidoiros captariam as águas servidas e os materiais fecais.

A cidade estava legalmente protegida contra ameaças de epidemias, a saúde do espaço público e do morador assegurada, a infra-estrutura básica de água limpa e esgoto era implantada e ampliada aos bairros. Houve um cuidado estético especial, substituindo a imagem do casario colonial pelo neoclássico e adotando material e técnicas construtivas diferentes.

As prioridades da época eram claras e as diretrizes urbanísticas não eram ainda objeto de legislação específica. Manteriam as vias de circulação as dimensões definidas anteriormente? Continuariam estreitas, traçadas na malha quadricular e retilínea? Permaneceriam as dimensões e áreas dos lotes heterogêneas, ao sabor da divisão costumeira e alheia à lógica de mercado? É difícil responder a essas perguntas com base nos mapas da malha urbana e nos dados fornecidos pela legislação. O registro cartográfico contém poucas informações, omite a topografia, não diferencia as vias de circulação e não registra a divisão das quadras em lotes. No entanto, o Estado, nos seus diferentes níveis de governo, assumia gradativamente a gestão do espaço urbano, sua definição espacial, seu desenho e até sua imagem. No município, o Intendente autorizava os arruamentos particulares, exigia a colocação de cercas divisórias e isentava de impostos os terrenos que permanecessem no poder do proprietário da gleba.

¹⁴³ Ver os trabalhos apresentados no Seminário de História Urbana/Salvador, 1990: ANDRADE, Carlos Roberto M. de - "A cidade como um corpo são e belo: o pensamento urbanístico do Eng. Saturnino de Brito"; MILLET PINHEIRO, Vera e outros: "Pina: imagens e representações simbólicas do morar"; PECHMAN, Robert M. - "Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade"; FERNANDES, Ana e FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. - "Idealizações urbanas e a construção da Salvador MODERNA: 1850/1920" e o trabalho de CARPINTÉRO, Marisa V. T. - *A Construção de um Sonho - "Habitação Econômica" - projetos e discussões (São Paulo-1917/1940)*; Campinas, tese mestrado História/ UNICAMP, 1990.

Implementava e realizava obras públicas como guias, sarjetas, calçamento das ruas centrais e redefinia os perímetros urbano e suburbano da cidade sede, de bairros e distritos. Na coletânea de leis da última década do século XIX há três autorizações, a particulares, para o prolongamento de ruas e subdivisão de glebas, mas em nenhuma há registro de diretrizes urbanísticas específicas. Esta situação permaneceu nas duas primeiras décadas do século XX..

Século XX

. As primeiras décadas

As primeiras modificações do Código de Posturas de 1896 ocorreram a partir da década de 20. Datam dessa época os primeiros registros de diretrizes urbanísticas em leis, resoluções e decreto-leis que aprovavam, caso a caso, o parcelamento, desmembramento, divisão e arruamento de terrenos e glebas de particulares¹⁴⁴. As normativas mais comuns encontradas diziam respeito às especificações do sistema construtivo e da composição espacial das edificações que foram alteradas. A altura do pé-direito foi reduzida para três metros e meio, as portas e as janelas foram redimensionadas e condicionadas ao estilo arquitetônico¹⁴⁵. Houve a introdução dos porões em todas as construções urbanas, adequando as exigências municipais às recomendações de normas estaduais¹⁴⁶. A espessura das paredes foi redimensionada,

¹⁴⁴ Resolução nº 726, de 2 de agosto de 1923 - aprova o parcelamento de glebas situadas no bairro do Frontão entre as ruas Nova Roma e Augusto Cesar. Resolução nº 752, de 25 de janeiro de 1924 - Bairro do Guanabara; Resolução nº 753, de 25 de janeiro de 1924, Bairro do Bonfim. Lei nº 365, de 9 de novembro de 1925 - na Av. São Paulo; e a Lei nº 370, de 4 de dezembro de 1925.

¹⁴⁵ Lei nº 257, de 21 de setembro de 1920 - "reduz a altura dos pés-direitos para as construções de estilo architectonico".

¹⁴⁶ Lei nº 284, de 24 de maio de 1922.

tornando-se mais estreitas, refletindo novas técnicas construtivas¹⁴⁷. As edificações recuadas do alinhamento das vias públicas, largos e praças situadas em zona central foram proibidas, “*excepto as de estylo architectonico com esthetica irreprehensivel*” e permitidas nas zonas urbana, suburbana e rural¹⁴⁸. Com essas medidas as construções adquiriam um novo aspecto formal e funcional, diferenciando-se das realizadas em períodos anteriores. Essas transformações foram contemporâneas às idéias e práticas implementadas, no plano nacional e internacional, nos meios acadêmico, técnico-profissional, empresarial e nos diferentes níveis administrativos de governo¹⁴⁹.

O urbanismo, constituído no século XIX enquanto disciplina, ampliava as discussões do movimento higienista e introduzia novas idéias e conceitos na reflexão sobre a cidade e seus problemas¹⁵⁰.

A construção de habitações populares salubres e higiênicas foi objeto de pesquisas, propostas e experiências realizadas em diferentes países no último quartel do século XIX e início do século XX. O objetivo principal dessas ações era minimizar o custo das unidades sem prejuízo da qualidade construtiva e funcional. Foi com esta expectativa que as medidas internas dos cômodos, a altura do pé-direito e do peitoril das janelas, a largura e altura das janelas e portas foram redimensionadas de modo que as recomendações de aeração, ventilação e insolação continuassem sendo atendidas. Os cômodos foram diferenciados funcionalmente e uma nova relação de proximidade entre os espaços de higiene pessoal, manipulação de alimentos, de descanso e sociabilidade foi estabelecida. A introdução de novas técnicas construtivas permitiu diminuir mais um pouco a espessura das paredes, minimizando ainda mais

¹⁴⁷ Lei nº 265 de 22 de novembro de 1920, art. 1. Sobre as novas técnicas construtivas ver CARPINTÉRO, Marisa V. T. - *A Construção de um Sonho - “Habitação Econômica” - ...*, *op. cit.*.

¹⁴⁸ Lei nº 265, art. 2 e 3.

¹⁴⁹ CARPINTÉRO, M. V. T. - *op. cit.* pp.185-193.

¹⁵⁰ CHOAY, Françoise - *A Regra e o Modelo*; *op. cit.*, p. 3: “ (...) a partir da segunda metade do século XIX é que o discurso fundador do espaço enunciou suas pretensões científicas e designou seu campo de aplicação com o termo urbanismo; este termo, na verdade, foi criado, e definida a vocação da ‘nova ciência urbanizadora’, em 1867, por I. Cerdá”.

os custos¹⁵¹.

O Primeiro Congresso de Habitação do Brasil, realizado em São Paulo na década de 30, foi um espaço privilegiado de discussão dessa questão em nível nacional. Sob o tema da “Habitação Popular”, teve como objetivo central “*buscar soluções para os problemas de São Paulo e (em particular) para a construção de moradias para população de baixa renda*”¹⁵². O congresso reuniu médicos, higienista, sociólogos, políticos, arquitetos e engenheiros. As discussões, segundo Marisa Carpintéro, versaram sobre a pela “*influência do meio na determinação do comportamento dos indivíduos*”, atitudes como a “*campanha de demolição e despejo dos habitantes de favelas e dos casebres de São Paulo*” foram elogiadas e a “*necessidade de interferência nos costumes e hábitos desta população a partir da organização do espaço da casa*” foi defendida¹⁵³. Carpintéro observa que as propostas não se restringiram a São Paulo, extrapolaram o tema do Congresso sugerindo normas de projetos e construção uniformes para todo o país e um controle maior do poder público sobre o crescimento das cidades.

As preocupações acadêmicas, profissionais, legislativas e políticas expressas no Congresso permitem observar que os conceitos do pensamento urbanístico progressista¹⁵⁴, da Escola de Sociológica de Chicago¹⁵⁵, das “Cidades Jardins”¹⁵⁶, e as idéias do “*Comprehensive Planning*”¹⁵⁷ circulavam com desenvoltura neste meio e orientavam as propostas urbanísticas,

¹⁵¹ CARPINTÉRO, M.V.T. - *idem*, pp. 193-207.

¹⁵² *Idem*, p.186.

¹⁵³ CARPINTÉRO, Marisa V. T. - **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo - 1917/1940)**; Campinas; Editora da UNICAMP, 1997, pp. 106-107. (Grifo do autor)

¹⁵⁴ CHOAY, Françoise - **O Urbanismo: Utopia e Realidade ...**; *op. cit.*

¹⁵⁵ PARK, Robert and BURGESS, Ernest W. - **The City**; Chicago, University of Chicago Press, 1967.

¹⁵⁶ BENÉVOLO, L. - **História de la Arquitectura Moderna ...**, *op. cit.* p. 398.

¹⁵⁷ PETERSON, J. A. - “The City Beautiful Movement: forgotten origins and lost meanings” in **Journal of Urban History**, v.2, n.4, august, 1976, pp. 415-434.

as discussões sobre a habitação e a elaboração das leis na época ¹⁵⁸

.À margem da discussão?

A participação de Campinas nessa discussão transparecia na legislação urbanística e construtiva campineira ainda na década de 20. As “certezas” e dúvidas contemporâneas sobre a cidade e o conflito entre as velhas e as novas práticas fazem parte dos textos dessas leis. As modificações introduzidas na ocupação dos lotes, na área central, podem exemplificar esse conflito. O afastamento frontal passou a ser uma exigência para os lotes residenciais, mas a autorização da construção no alinhamento frontal permaneceu para edificações destinadas ao comércio, serviços e indústrias. O uso do solo passava a diferenciar a ocupação do lote, mas as medidas construtivas higienistas estavam restritas às edificações residenciais, não eram aplicadas aos espaços destinados ao trabalho produtivo.

As diretrizes construtivas e urbanísticas de inspiração conceitual das “Cidades Jardins” inglesas como: casas isoladas, amplos jardins frontais visualmente integrados e ruas sinuosas nas curvas de nível, serviram de referência para alguns planos urbanísticos de parcelamento do solo na cidade, ainda na década de 20. Um deles foi o Jardim do Guanabara¹⁵⁹, localizado fora da área delimitada pelo rossio, separado da malha urbana pela Estrada de Ferro Funilense (Fig.24). Outro foi o parcelamento da Chácara das Laranjeiras, aprovado em 1925, primeiro loteamento classificado como estritamente residencial e de alto padrão. A gleba foi subdividida em lotes grandes, com área mínima de 600,00m². A cada lote correspondia a construção de

¹⁵⁸ Ver CARPINTÉRO, M.V.T. - *A Construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos ... op.cit* e LEME, Maria Cristina da Silva (org.) - *Urbanismo no Brasil 1895-1965*; São Paulo, Studio NOBEL; FAUUSP; FUPAM, 1999.

¹⁵⁹ Projeto da *San Paulo Land and Company Limited*.

uma corpo principal mais uma edícula com as “*dependências usuais*”¹⁶⁰. O afastamento frontal foi definido em 5,00m e o do fundo em 6,00m. Os recuos das divisas eram relacionados ao número de pavimentos da residência e variavam entre 2,20m e 3,00m. A área mínima da construção principal foi fixada em 100,00m². Mas o uso estritamente residencial em algumas quadras do loteamento podia ser modificado a critério do empreendedor. Este tinha isenção de impostos por cinco anos, prazo previsto para a venda das unidades.

Em Campinas, a preocupação com as habitações populares encontra-se registrada no conteúdo da Lei nº 308, de 18 de maio de 1923. Ela previa a isenção de impostos, emolumentos e taxas, durante dez anos, para empresas constituídas ou a constituir, com o fim de construir conjuntos de no mínimo vinte casas para habitações populares, isoladas ou em vilas. Esses empreendimentos deveriam localizar-se, preferencialmente, em áreas próximas às fábricas e oficinas, inseridas no perímetro servido pelas empresas de água, esgoto e luz. A prefeitura se encarregaria de desenvolver três “planos”¹⁶¹ de habitações populares: um destinado aos celibatários, outro para casais e o terceiro para família. A venda seria financiada em dez anos com uma taxa de juros anual de 10%. O objetivo era atender uma demanda reprimida de não proprietários e de preferência operários¹⁶². A prefeitura tentava, de um lado, resolver o problema habitacional dessa população, mas, do outro, assumia a segregação socioespacial da população trabalhadora na cidade.

Há evidências, em jornais da primeira década do sec. XX, de que a preocupação com as habitações operárias era anterior à promulgação dessa Lei.

“ (...) instalaremos as nossas habitações afastadas do centro urbano, nos arredores das mesmas fábricas, empresas a que levamos o

¹⁶⁰ Essa expressão foi encontrada em diversos instrumentos legais de aprovação de loteamentos, mas não há no acervo legal consultado nenhuma definição precisa.

¹⁶¹ Não fica claro qual o significado dessa palavra. Se é o de projeto e plantas para essas unidades, ou planos de financiamento. Na pesquisa sobre o assunto não foi encontrada nenhuma indicação que esclarecesse esta dúvida.

¹⁶² Entre 1925 e 1929 há registro de três bairros considerados operários: vila Industrial, Bonfim e Ponte Preta.

concurso fecundo do nosso trabalho e de onde retiramos o subsídio necessário a nossa subsistência, formamos o nosso núcleo, alagamo-lo em construções modestas, conquanto sólidas; instituindo o bairro operário que floresce sob a denominação expressiva de Vila industrial (...)"¹⁶³.

Outras medidas foram tomadas como a criação da “Repartição de Água e Esgotos” e a regulamentação de seus serviços que estabeleciam novos parâmetros de construção, reconstrução e recuos de prédios. As zonas, nas quais o recuo era obrigatório foram limitadas. Os termos urbanísticos e construtivos como altura, pé-direito, alinhamento, andar, lote, habitação particular, dupla e múltipla, insolação, vias públicas, sobreloja e outros foram definidos em lei. A utilização do “cimento armado” foi permitida na construção de casas e autorizou-se a elaboração de um novo “Código de Posturas”. Nos parcelamentos, introduziram-se novas exigências, principalmente a responsabilidade do proprietário pela execução e a manutenção de infra-estrutura básica, remoção de lixo, arborização e iluminação. A forma de arrecadação de impostos locais foi modificada.

O território da cidade foi subdividido em zonas: urbana, suburbana e rural, nas quais variava a dimensão das vias de circulação e do tipo de logradouro público¹⁶⁴. No entanto, a cidade não tinha diretrizes viárias que orientassem a circulação de veículos e estabelecessem uma articulação entre centro e bairros. A realização, caso a caso, do parcelamento do solo sem uma orientação ou exigência de articulação com a malha consolidada no rossio, fragmentou a malha urbana e a transformou numa colcha de retalho. “*Em 1929 o Prefeito Orozimbo Maia,*

¹⁶³ *Jornal Folha Popular*, 1908, *apud* CARVALHO, Edemir - *op. cit.*, pp. 58-59.

¹⁶⁴ A definição de logradouro público como “toda parte de uma superfície de uma cidade destinada ao trânsito público, oficialmente reconhecido por um nome - praça, largo, rua e avenida” encontra-se nas Definições dos Termos utilizados no Código de Construções de 1934. Aquela que o considera como “todo e qualquer espaço de uso comum do povo” encontra-se na seção I artigo 1 da Lei nº 6031 de dezembro 1988, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo, com as alterações introduzidas posteriormente pela Lei n. 6367, de dezembro de 1990, a Lei nº 7408, de dezembro de 1992 e a Lei nº 7896, de maio de 1994 e publicadas em 1997.

(...) dirigiu-se à Câmara Municipal ponderando (...) sobre a conveniência de se elaborar um plano de urbanismo para Campinas”¹⁶⁵. Uma planta cadastral foi elaborada e os primeiros contatos com o Engenheiro Anhaia Mello foram realizados. Mas foram as palavras do engenheiro Carlos W. Stevenson que refletiram a preocupação corrente entre os campineiros:

“Campinas de hoje ao receber os ilustres personagens que a visitam e honram (...) - não tem para apresentar-se senão os antiquados trajes, quase andrajosos, da dificilmente transitável urdidura das suas ruas deselegantes; estreitas, mal edificadas, cortadas de incômodas sarjetas e que, em pontos mais centrais da cidade, se transformam em desordenado conjunto de vielas com aspecto desolador.”

“E todos nós, campineiros natos e de adoção, queremos ver esboçado o plano de uma nova cidade, a Campinas de Amanhã, (...)”¹⁶⁶.

O engenheiro apresentou um plano viário e sugeriu a contratação de um urbanista. Em 1934 foi contratado o engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia para realizar o estudo do plano urbanístico da cidade¹⁶⁷.

A experiência de discussão e elaboração, que resultou na aprovação e implantação do “Plano de Melhoramentos Urbanos” de Campinas¹⁶⁸, foi um exemplo de planejamento urbano que transcendeu a técnica, ao assumir-se político. O Plano foi o resultado da interação do

¹⁶⁵ BADARÓ, R.S.C. - *Campinas, o despontar da modernidade: ... op.cit* p. 38.

¹⁶⁶ *Apud*, BADARÓ, R.S.C. - *op.cit.* p. 41.

¹⁶⁷ *Idem* - p.43.

¹⁶⁸ BADARÓ, R.S.C. - *O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934/1962), op. cit.*, pp. 41-176. O Plano foi aprovado pelo Ato nº 118, de 23 de abril de 1938.

conceito urbanístico multivalente de Prestes Maia¹⁶⁹ com a idéia e a imagem de uma “cidade moderna” da Comissão de Urbanismo¹⁷⁰, constituída pelas forças políticas-sociais e corporativas organizadas em Campinas na época. (Fig.25)

O Plano de Melhoramento e o Código de Construção, promulgados em 1934¹⁷¹, representavam a síntese de praticamente todas preocupações urbanas, construtivas, sanitárias e higiênicas da época.

O Código dispunha sobre as dimensões de vias e calçadas, perímetros urbano e suburbano, alinhamento, parcelamento do solo urbano e rural, lote mínimo, recuos, zoneamento do uso, altura e estética do prédios. Passava pelos detalhes construtivos de janelas, altura de pé-direito dos pavimentos e compartimentos, insolação, orientação e ocupação diurna e noturna dos cômodos, áreas mínimas, ventilante e iluminante, espessura de parede e material construtivo normatizado.

Foi instituída a censura estética dos edifícios, criam-se normas especiais para casas populares e operárias e os cortiços foram definitivamente proibidos. As construções coletivas, públicas, privadas e institucionais foram detalhadas. Permaneciam as quadro zonas concêntricas e estabelecia-se a hierarquia viária assumindo a articulação da rede. (Fig.26)

A prorrogação de prazos de isenção de impostos de terrenos desocupados e a diminuição dos pedidos de loteamento permitem concluir que o mercado imobiliário estava desaquecido na década de 30 e início dos anos 40. A concessão de incentivo fiscal para a construção de prédios com mais de três andares, indica uma intenção de verticalizar e aumentar a densidade populacional do centro da cidade. A Prefeitura persistia na implementação de uma

¹⁶⁹ Prestes Maia foi contratado em 1934 pela Prefeitura de Campinas para desenvolver um Plano de Urbanismo mais tarde denominado Plano de Melhoramentos Urbanos. BADARÓ, R.S.C. - **Campinas: o despontar da modernidade**; *op. cit.*, p. 49.

¹⁷⁰ Criada pelo Decreto nº 135, de 18 de agosto de 1935, “tinha como função principal zelar pelo interesse coletivo, levando à equipe técnica as condições e aspirações gerais da comunidade, além de estabelecer a comunicação desta com a Prefeitura e outras entidades interessadas na organização do plano.” Posteriormente esta comissão foi substituída pela Comissão de Melhoramentos Urbanos, criada pela Lei nº 490, de 1936, e restabelecida pelo Ato nº 115, de 1938. BADARÓ, R.S.C. - *op. cit.*, pp. 53-55.

¹⁷¹ Decreto nº 76, de 16 de março de 1934.

Política Habitacional dirigida a classe trabalhadora¹⁷². Assumia a segregação socioespacial dessa população na cidade e incentivava a construção de vilas na periferia. As tentativas de retirar os cortiços do centro continuavam, mas há notícias de seiscentas famílias vivendo neste tipo de moradia, em 1939.

“Banidos das zonas mais próximas dos seus centros de trabalho, para irem viver nos arredores desprovidos dos meios baratos de transportes, as classes menos favorecidas recebem com sobressalto a onda renovadora que agita a cidade.”¹⁷³

As medidas do Código de Construções e as do Plano de Melhoramentos foram adotadas de forma integrada e complementar. O sistema viário “radioconcêntrico” do Plano reformulava a Zona Central, hierarquizava ruas e avenidas, integrava os parcelamentos dispersos, introduzia conceitos estéticos, um plano de “zoning” para o controle de altura, áreas, volume, locação e uso dos edifícios. O objetivo do Plano era a remodelação e expansão da cidade segundo regras “modernas” e a longo prazo.

. A fragmentação das normas e o parcelamento indiscriminado

A década de 40 reservou poucas surpresas. A maioria dos parcelamentos atendia às normas do Código de 34. As medidas mais significativas estavam relacionadas com a implantação do Plano de Melhorias. Diversas áreas, no centro e na periferia, foram desapropriadas para o alargamento de ruas e avenidas e a instalação do Aeroporto de Viracopos.

¹⁷² As Leis nºs 496, 497 e 498 de 1936 concedem isenção de impostos, favores e estímulo para a construção de habitação popular, principalmente de vilas.

¹⁷³ *Jornal Correio Popular*, artigo “A vila Operária” apud CARVALHO, Edemir - *op.cit.* p. 63.

A criação do Imposto Territorial Urbano (I.T.U) e suas regulamentações posteriores refletiriam, significativamente nos empreendimentos imobiliários, principalmente nos loteamentos. A redução de 50% do I.T.U das empresas loteadoras e dos proprietários de loteamentos e o gozo do benefício de isenção de impostos por cinco anos, condicionado à execução da infra-estrutura básica e das melhorias, eximiu-os, de uma certa forma, das responsabilidades expressas nas leis anteriores. As vantagens econômicas justificavam a doação pura e simples à Prefeitura dos logradouros públicos desprovidos de infra-estrutura.

A política habitacional municipal começou tímida nos anos 40. A Vila Estanislau, com cento e cinquenta unidades, considerado o primeiro conjunto habitacional é dessa época. A Companhia Santista de Crédito Predial e a Companhia Construtora da Casa Própria são as únicas empresas privadas citadas que aproveitaram as leis de incentivos da prefeitura. Os outros conjuntos habitacionais, construídos entre 1947 e 1954, foram realizados pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões dos servidores públicos, funcionários da zona da Mogiana e da Companhia Paulista e pelos Institutos de Aposentados e Pensões dos comerciários e industriários. Apesar desses investimentos, permaneceu o *déficit* habitacional e a tentativa de erradicar os cortiços continuou até a década de 50.

A dinâmica do parcelamento do solo urbano sofreu modificações. Recuperou as práticas utilizadas antes da elaboração e promulgação do Código de Construções e do Plano de Melhoramentos e as diretrizes urbanísticas voltaram a ser propostas de forma específica para cada loteamento. O tamanho mínimo do lote diminuiu, o uso do solo ficou mais flexível e genérico e as obrigações com a implantação e manutenção da infra-estrutura ficaram esquecidas e perdidas no texto das leis.

A timidez dos primeiros anos da década de 40 foi progressivamente substituída pela voracidade especulativa que atingiu seu ápice em 1952 com setenta e duas glebas parceladas, declinando em 1958. O parcelamento do solo campineiro acompanhou a lógica especulativa praticada na Capital¹⁷⁴. A superfície parcelada excedeu a população do município: “(...) em

¹⁷⁴ GROSTEIN, Marta Dora - *A cidade clandestina: os ritos e os mitos, o papel da irregularidade na estruturação do Espaço Urbano no município de São Paulo 1900 a 1987*; Tese de doutorado, São Paulo,

1953, (havia) cerca de cem mil lotes, isto é, a soma de terrenos edificáveis aprovados correspondentes já a uma população de cerca de quinhentos mil habitantes, ou seja duas vezes e meia a população atual”¹⁷⁵.

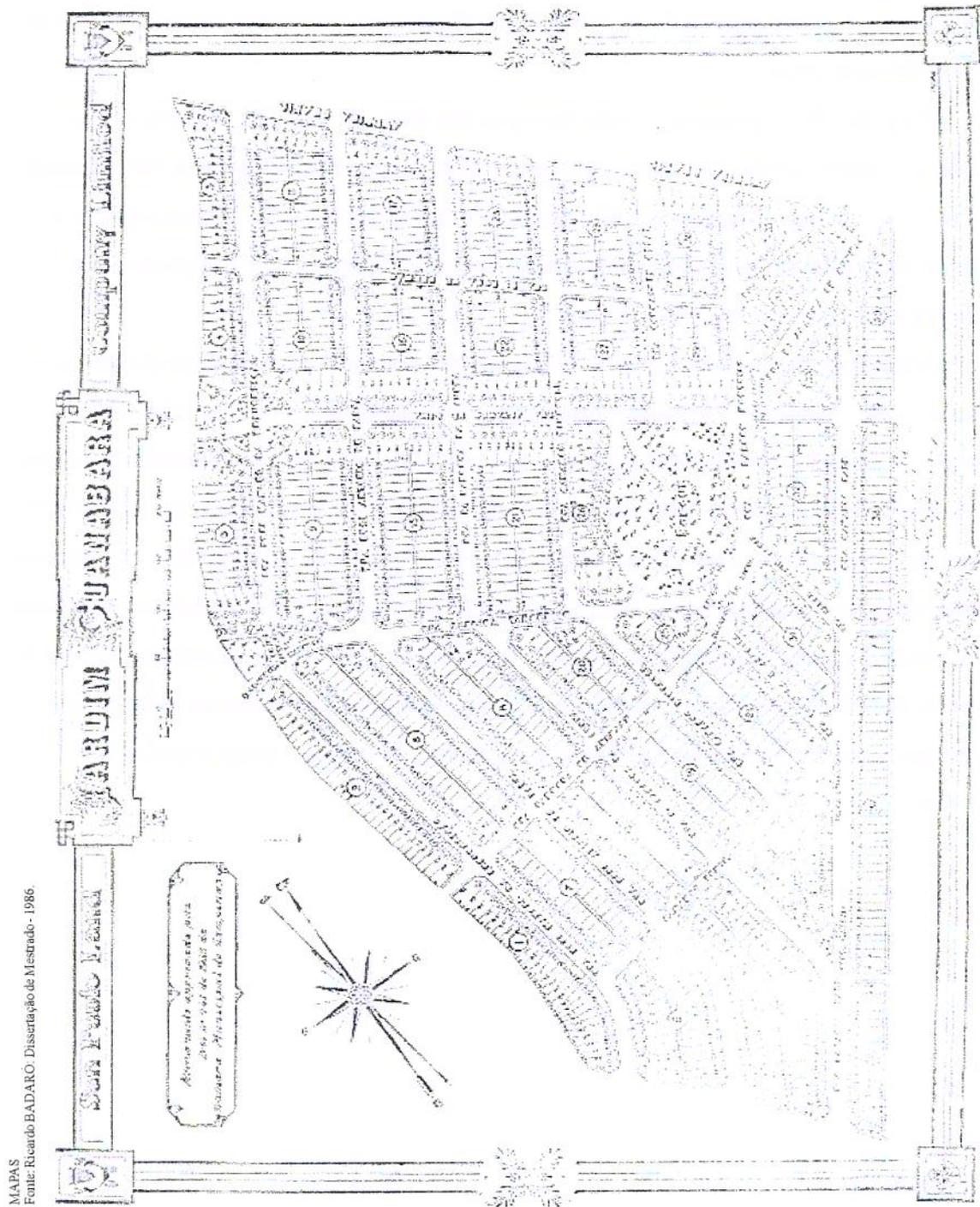
O Plano de Melhoramentos, revisto no início dos anos 50 (Fig.27), ampliou o conceito de uso do solo, introduzindo as zonas comerciais e residenciais diferenciadas, a verticalização e os bairros industriais. Assim, a setorização funcional do espaço foi institucionalizada, o processo de verticalização do centro sacramentado com a introdução da diferenciação do índice de aproveitamento para os terrenos centrais.

A cidade espalhava-se pela periferia sul e sudeste deixando vazios entre as imensas áreas parceladas e não ocupadas. No centro ela projetava-se na direção do céu, concentrando e empilhando as pessoas em edifícios de apartamentos. Era o início de uma nova paisagem urbana que se configurava no horizonte. Essa paisagem-imagem da cidade que variou progressivamente ao longo de todo esse período. De casarios coloniais a sobrados neoclássicos e ecléticos, habitações recuadas no alinhamento, isoladas ou geminadas, variações dos pé-direitos, alturas das construções, a verticalização com prédios “modernos” e funcionais. O espaço segregado socialmente em bairros populares, operários e de alto padrão especializou-se funcionalmente com o zoneamento residencial unifamiliar e multifamiliar, comercial, misto e industrial.

Mas ...

FAUUSP, 1987.

¹⁷⁵ LODI, Carlos - “Problemas Urbanísticos de Campinas”, Jornal **Correio Popular** de 2 de novembro de 1953, apud CARVALHO, *op.cit.* p.73.



MAPAS
Fonte: Ricardo BADARÓ. Dissertação de Mestrado - 1986.

Fig. 24 - Planta do Loteamento Jardim Guanabara

MAPAS
Fonte: Ricardo BADAHO: Dissertação de Mestrado - 1986.

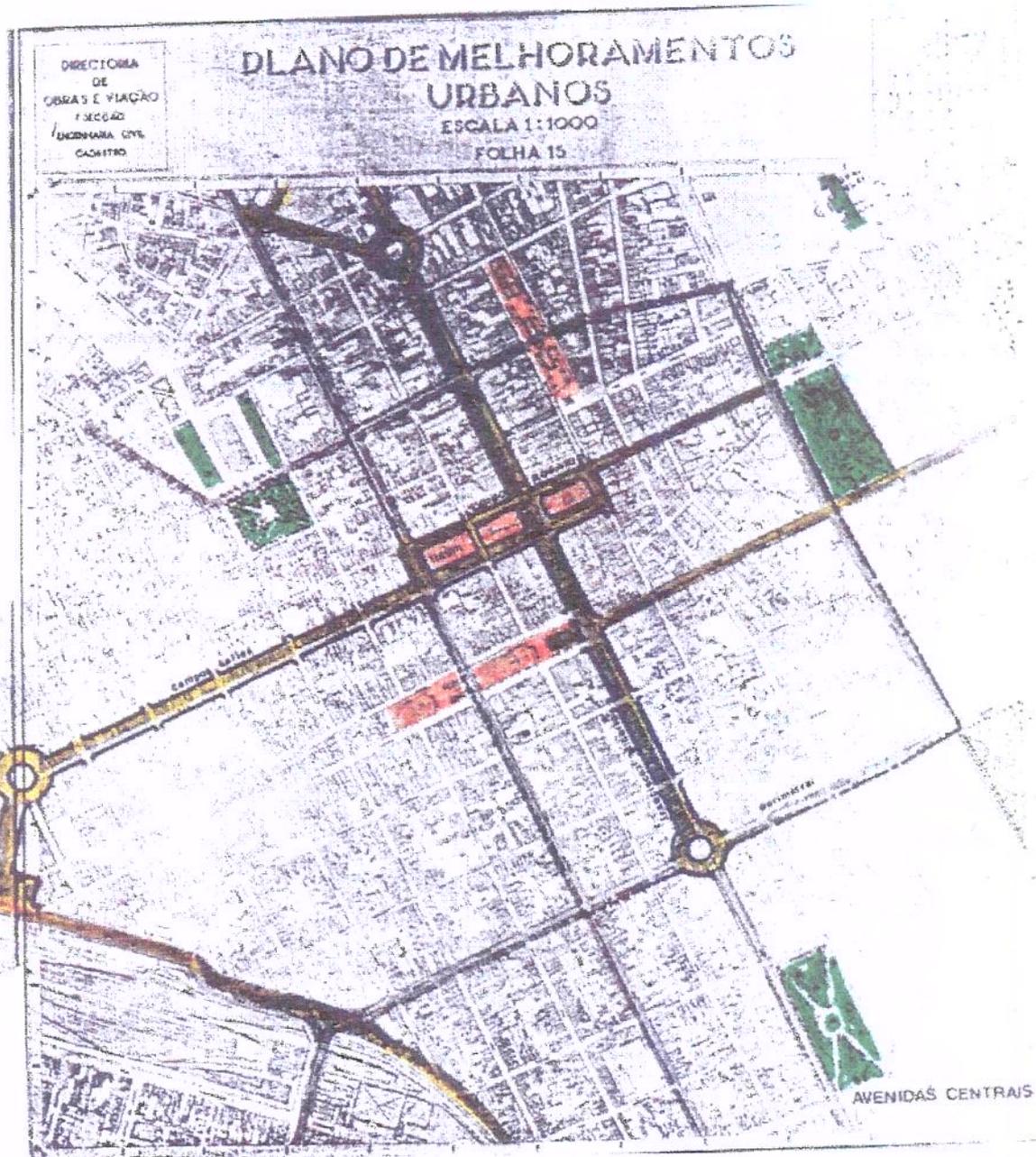


Fig. 25 - Francisco Prestes Maia - proposta para as avenidas centrais de Campinas - Plano de Melhoramentos Urbanos.



MAPAS
Fonte: Ricardo BADAÑO. Dissertação de Mestrado - 1986.

Fig. 26 - Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas - Francisco Prestes Maia

MAPAS
Fonte: Ricardo BADARÓ: Dissertação de Mestrado - 1986.

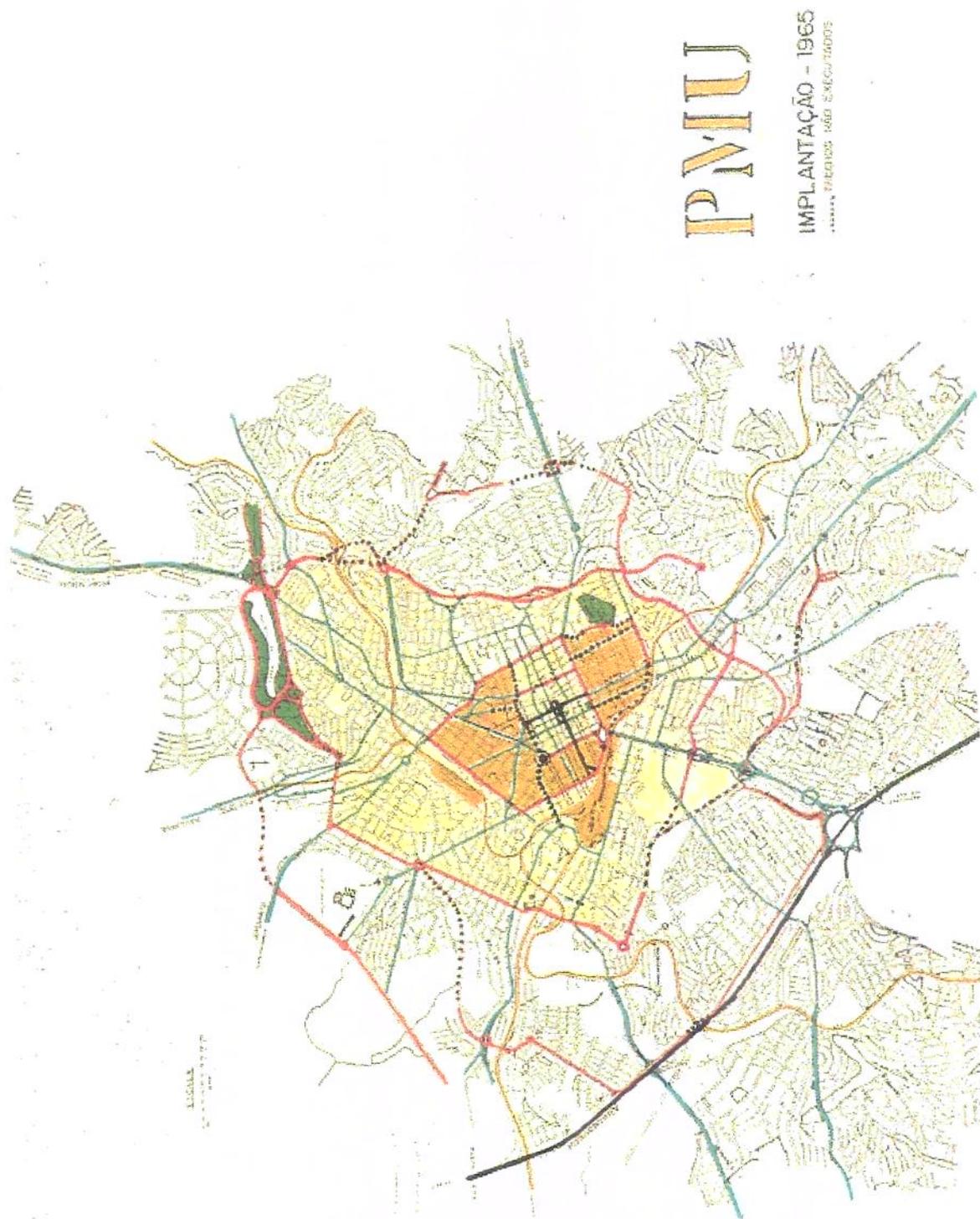


Fig. 27 - Revisão do Plano de Melhoramentos Urbanos - década de 50

. Código de Obras: Lei nº 1993, de janeiro de 1959¹⁷⁶

A cidade chegou no fim dos anos 50 em estado de “descontrole”. As atividades urbanas diversificaram-se, ampliando o uso e a ocupação do solo. A verticalização das edificações colocou novas necessidades técnicas e normas de segurança. As expectativas financeiras e a prática dos empreendedores e construtores imobiliários ampliavam cada vez mais a distância entre as normativas contidas nos instrumentos legais e a realidade. Os interesses dos grupos econômicos prevaleciam no jogo político e na configuração urbana e construída da cidade. A situação exigia que a Prefeitura adotasse atitudes concretas e recuperasse o controle. Assim, as prerrogativas concedidas pela legislação do Imposto Territorial Urbano na expectativa de conter o parcelamento desenfreado, irregular, clandestino e sem infra-estrutura, foram cassadas. E o Código de Construções de 1934 foi resgatado das cinzas. Medidas inócuas: as normativas desse Código haviam sido superadas pela dinâmica social. A época era outra e novos conceitos haviam sido agregados à concepção de cidade. Sob pressão um novo Código de Obras foi elaborado com normas corretivas e prospectivas e aprovado em janeiro de 1959.

A estrutura básica do Código era composta de dez Títulos. Seu conteúdo recuperou e atualizou idéias, conceitos e parâmetros estabelecidos na Lei nº 400, de 1927¹⁷⁷, no Código de 1934, no Plano de Melhoramentos Urbanos, nos decretos e leis de loteamento e parcelamento, aprovados entre as décadas de 20 e 50, e reafirmou o papel gestor do Estado na produção do espaço urbano.

O Código aplicava-se “(...) a todas as construções, edifícios ou terrenos situados no

¹⁷⁶ A primeira vez que tomei conhecimento do Código de Obras de Campinas foi no início de minha atividade como arquiteto e profissional autônoma na cidade, em 1978. A experiência e a sua leitura cotidiana me permitiram ponderar a viabilidade de trabalhar com a edição de 1983. O texto está dividido em quatro partes com os seguintes conteúdos: I) o texto atualizado do Código, com inserção das leis e decretos que têm referência direta aos artigos, capítulos, seções e títulos; II) a relação das leis e decretos posteriores à promulgação do Código que continuam em vigor; III) anexo com as leis e decretos posteriores que não foram inseridos no texto atualizado; IV) anexo com os decretos que modificaram o zoneamento urbano do município.

¹⁷⁷ Lei que estabeleceu os “Serviços de Água e Esgoto” - 26 de fevereiro de 1927, Typ. “Casa Mascote”, Campinas, pp.1-43.

município com exceção das propriedades agrícolas que mantêm seu caráter produtivo". E tinha por finalidade:

"(...) melhorar o padrão de higiene, segurança e conforto; regulamentar a densidade da edificação e da população permitindo o planejamento dos melhoramentos públicos; criar locais próprios para cada atividade permitindo crescimento sem conflito dos setores econômicos e sociais; planejar o tráfego racional por vias públicas adequadas; garantir o valor da propriedade imobiliária evitando a vizinhança de atividades incompatíveis e atraindo investimentos".

Assim reafirmaram-se os conceitos e as idéias de higienização do espaço urbano, de controle da densidade populacional e da segregação social do espaço, defendia-se a eficiência da circulação de pessoas e mercadorias e reforçava-se o papel da propriedade privada do solo urbano, garantindo sua reprodução capitalista.

Restringiu sua discussão às entidades técnicas corporativas e às frações da classe dominante diretamente relacionadas com o setor imobiliário ao recuperar a idéia da "Comissão do Código de Obras e Urbanismo",¹⁷⁸ definida como órgão consultivo, ligado diretamente ao gabinete do Prefeito, cuja competência era rever, atualizar, opinar sobre assuntos omissos ou controversos do Código e de *"promover ou solicitar estudos e pesquisas de maneira a aperfeiçoá-lo com a experiência e a evolução técnica."*¹⁷⁹

Enfatiza o papel da Prefeitura como gestor do espaço urbano, pois *"nenhuma obra de*

¹⁷⁸ Esta idéia apareceu pela primeira vez na década de 20 e foi institucionalizada nos anos 30. Sofreu diversas modificações e desapareceu nos anos 50.

¹⁷⁹ A comissão é considerada espaço de gestão e produção do espaço da cidade. Sua composição é limitada aos representantes das entidades corporativas de classe, arquitetos e engenheiros, aos dos órgãos e entidades públicas e à Câmara de Vereadores, todos ligados ao setor imobiliário. Em 1979 era composta por sete membros: dois representantes da Câmara dos Vereadores (indicados); um da secretaria de Obras e serviços públicos; um do departamento de água e esgoto; um do departamento jurídico da prefeitura; um da associação dos engenheiros (indicado); um do Instituto dos Arquitetos do Brasil núcleo Campinas (indicado) - todos nomeados pelo prefeito por dois anos.

construção, reconstrução, demolição, reforma ou acréscimo de edifícios, bem como a subdivisão do terreno e abertura de ruas e estradas (poderiam ser realizadas) sem a prévia licença”¹⁸⁰, e seu poder de polícia, ao dispor que toda obra estava sujeita à sua fiscalização que, constatando irregularidades, podia intimar seus responsáveis e até embargá-la. Foram previstas as infrações e as penalidades para aqueles que desobedecessem ou mesmo desacatassem os funcionários encarregados de sua aplicação.

Reafirmou a co-responsabilidade pela obra do proprietário, do autor do projeto e dos responsáveis técnicos. E exigiu o registro desses profissionais nas repartições competentes habilitando-os ao exercício da atividade no município.

As condições gerais das edificações não foram inovadoras, mas sim uma síntese das que constavam, desde a década de 30, nos decretos, leis e portarias de aprovação de loteamento, parcelamento e divisão de glebas particulares. Entre elas estavam: a captação e o escoamento das águas pluviais provenientes das edificações e dos terrenos; a situação do edifício em relação aos vizinhos; o desnível mínimo (de 3%) entre a soleira da porta de entrada e o meio-fio ou eixo da rua; a construção e impermeabilização das paredes de divisa e muros de arrimo; a construção de saliências e marquises sobre as ruas e recuos e a cobertura sobre as calçadas; o tipo de material, a forma e altura dos elementos de vedação (muretas e gradil) no limite do terreno com as vias públicas.

O Código estabeleceu as condições de insolação, ventilação e iluminação dos compartimentos, cujas aberturas¹⁸¹ deveriam ser diretas para os logradouros públicos ou

¹⁸⁰ A emissão do alvará de construção só ocorre após o preenchimento das seguintes condições: aprovação dos projetos e pagamento dos tributos municipais. É válido inicialmente por 6 meses mas pode ser prorrogado por mais seis meses.

¹⁸¹ Nos dormitórios, a abertura para o exterior deve ser provida de veneziana ou dispositivo que garanta ventilação permanente.

espaços livres do terreno. A área¹⁸², a dimensão mínima¹⁸³, o pé-direito mínimo, o material de acabamento de piso e parede¹⁸⁴ foram estabelecidos segundo o uso do edifício e a função dos espaços internos. A classificação dos compartimentos sanitários em três tipos com definições bem específicas como *latrina*, *banheiro* e *banheiro* conjugado com *latrina*¹⁸⁵ chamavam atenção pelo detalhamento. Havia uma especificidade com relação à sua localização nas edificações, como a proibição de comunicação direta com salas de refeição, cozinha e despensa. A exigência de abertura que permitia a ventilação e a iluminação natural iria estabelecer um padrão de planta-tipo para edifícios residenciais coletivos e residências uni-familiares.

Regulamentou os espaços de circulação, estabelecendo as dimensões mínimas dos corredores (largura e comprimento) em função do uso, das escadas (corrimão, altura e largura do degrau, patamar entre lances de dezenove degraus e altura mínima de 2,00m), das rampas (largura, inclinação e patamares), portas de saída (largura) e o número de elevadores em função da altura do edifício (dez pavimentos: um elevador, vinte pavimentos: dois elevadores). Este último item institucionalizou o aparecimento desse equipamento e sua popularização nos edifícios.

As garagens, além das exigências do pé-direito mínimo de 2,25m, do revestimento de paredes com barra impermeável até 1,50m, do piso liso impermeável e resistente, da cobertura em laje ou pérgula, deviam possuir dispositivo de ventilação permanente e não ter comunicação

¹⁸² Sala: em residências, 8,00m²; em edifícios de escritórios, 10,00m². Cozinha: área de 6,00m², permitindo 4,00m² no caso de habitação com uma sala e um dormitório, e 3,00m² para *kitchenettes*. Copa: área de 5,00m². Dormitório: se um por habitação 16,00m²; se possuir dois, um terá 10,00m² e o outro 8,00m²; no caso de um terceiro este poderá ter 6,00m².

¹⁸³ A dimensão mínima da sala e do dormitório é de 2,00m, isto significa que a superfície definida pelas paredes deve permitir a inscrição de uma circunferência de 2,00m de diâmetro.

¹⁸⁴ Cozinha e copa não podem ter comunicação direta com banheiro e dormitório, os materiais de acabamento utilizados deverão ser lisos, resistentes e impermeáveis no piso, as paredes devem possuir barra impermeável (1,50m) e o teto deve ser impermeável e incombustível.

¹⁸⁵ A latrina é o espaço reservado ao vaso sanitário, com área de 1,20m²; o banheiro é aquele que contém a pia e a ducha e tem 2,50m²; o banheiro conjugado com latrina possui área de 3,00m² e contém no mesmo espaço os três equipamentos.

com dormitórios. A construção de garagem no recuo de prédios residenciais foi permitida, desde que houvesse uma diferença de nível de 2,50m entre a rua e a entrada da edificação, sua porta não deveria ter movimento de abertura para a rua, a área máxima era de 18,00m² e a largura não deveria ultrapassar 1/3 da largura do lote. Este tipo de uso foi ampliado, primeiro a título precário e, mais tarde, regulamentado para todos os edifícios residenciais .

As lojas deviam possuir um compartimento sanitário sem comunicação direta com dormitório ou cozinha, largura mínima de 7,00m, piso e revestimento de paredes e teto de acordo com o gênero de comércio. Foram regulamentadas a largura, a altura e a ventilação do corredor de circulação e das lojas para as galerias comerciais.

As reformas, obras de acréscimo e modificações em geral estavam condicionadas, por exigência do Código, à garantia das condições de higiene, segurança e comodidade.

As medidas preventivas contra incêndio foram ampliadas e regulamentadas por decreto em 1971, e sua responsabilidade passou para o Corpo de Bombeiros. Em 1975, o Código incorporou as normas propostas pela Norma Brasileira (NB) nº 208 de 1974 da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre “Saída de emergência em edifícios altos.”¹⁸⁶

Em 1959, o Código exigiu a apresentação de projeto complementar de hidráulica para edifícios com mais de três pavimentos ou área maior que 750,00m² e aqueles destinados a usos especiais (fabricação de explosivos, garagens coletivas, postos de serviços de automóveis, prédios de reunião pública e outros).

Introduziu a categoria de *edifícios para fins especiais*, que, além das normas estabelecidas no Código, deveriam obedecer àquelas previstas em legislação especial do Estado e da União. Eles deviam atender às condições gerais e às específicas por categoria. As primeiras regulamentavam o destino de resíduos e águas servidas, submetiam à fiscalização as atividades industriais ou comerciais que produzem ruídos, trepidação, cheiro intenso, incômodo e nocivo,

¹⁸⁶ Essa norma fixou, para os edifícios com mais de 20,00m de altura, as condições mínimas para que pudessem ser evacuados com segurança em caso de incêndio. Introduziu uma terminologia específica como: acesso, antecâmara, área de refúgio, balcão, descarga, duto de ventilação, enclausurar, escada enclausurada à prova de fogo, lance de escada, porta corta-fogo, terraço, unidade de largura, vestibulo.

poluição das águas, perigo de explosão ou incêndio, poeira, fumaça e exigiam medidas especiais de proteção em cada caso. Esses edifícios foram subdivididos em:

- de *habitação coletiva*, cujos itens regulamentados foram: o tipo de material construtivo¹⁸⁷, projetos complementares¹⁸⁸, coletor de lixo com tubo de queda e depósito, incinerador, habitação para zelador, caixa de correspondência, área para recreação infantil, estacionamentos ou garagem para veículos, número de vagas, dimensão mínima da vaga, acessos por rampas e outros;

- *comerciais ou de escritórios*, para os quais se acrescentava às exigências anteriores a necessidade de compartimento destinado à administração, vestiário, instalação sanitária para empregados e usuários. Esta categoria incluía hotéis, motéis, mercados particulares, restaurantes, bares e comércio de gêneros alimentícios. Fazia referência especial aos hotéis, cujos quartos deviam ter no mínimo 10,00m² e, quando não possuíssem banheiros privativos em todos eles, deveriam ter compartimentos sanitários completos e coletivos separados por sexo, na proporção de um para cada seis quartos, além de sanitários para funcionários, copa e cozinha com dimensão mínima de 10,00m², vestibulo com portaria, sala destinada a estar, leitura ou correspondência; daqueles com mais de três pavimentos exigia-se dois elevadores;

- *locais de reunião e de diversão pública em geral*, como as salas de espetáculos, teatro, cinemas, templos religiosos, circos, parques de diversões e locais de diversão de caráter transitório;

- *edifícios industriais*, entre os quais estavam sendo considerados os locais de trabalho em geral, as fábricas de produtos alimentícios, oficinas de reparação de automóveis, postos de serviços e abastecimento de automóveis, garagens coletivas e fábricas de explosivos;

- *depósitos e armazéns* em geral, que abrangiam os estabelecimentos de produtos inflamáveis com reservatórios localizados na superfície e no subterrâneo e o depósito e armazenamento de gás liquefeito de petróleo envasilhados;

¹⁸⁷ Incombustível

¹⁸⁸ Hidráulico (água limpa e suja), elétrico e telefônico.

- estabelecimentos escolares e hospitalares.

O Código dedicou um título à execução das construções, regulamentando materiais e processos de construção, adotando normas e especificações de estabilidade e elementos estruturais, a terraplenagem, tapume e andaimes, as fundações, as paredes, impermeabilização, calçadas, águas pluviais, as instalações complementares como hidráulica, elétrica e telefônica.

Legislou sobre a conservação dos terrenos, estabelecendo as obrigações dos proprietários quanto à limpeza, conservação e a execução de muros e passeios. Regulamentou os tipos de vistorias administrativas solicitadas e as específicas dos locais de reunião e diversão pública em geral.

Quanto às vias públicas, estabeleceu os direitos e deveres de sua utilização, responsabilidades e competências do emplacamento e sinalização, da numeração predial, arborização, construção e conservação de passeios, pavimentação, obras nas vias públicas e utilização das estradas municipais.

Definiu os perímetros disciplinares do crescimento urbano, suburbano e das zonas rurais. Regulamentou a urbanização de áreas e estabeleceu as condições gerais para a sua realização, fornecendo orientação para os planos de arruamentos. Classificou as glebas sujeitas a loteamento e arruamento, impondo-lhes exigências e condições mínimas, o mesmo ocorrendo com as ruas, estradas, espaços livres, as medidas e uso dos lotes, sua subdivisão e os recuos das construções. E os requisitos necessários para a aprovação dos loteamentos foram especificados.

Consolidou o zoneamento do município, dividindo-o em seis zonas: comercial (C); residencial coletiva (RC); residencial singular (RS); rural (RU); industrial (I) e zona de transição (T). Para cada tipo de zona estabeleceu o uso e as exigências específicas para as construções. Criou a figura dos núcleos comerciais da zona residencial singular. Subdividiu a zona comercial em duas, C1 e C2.

Na zona residencial coletiva, permitia a construção de edifícios de uso misto, comercial e residencial, com taxa de ocupação de 2/3 da área do lote, coeficiente de aproveitamento igual ou inferior a quatro, estabelecia os recuos frontal, lateral e de fundo do terreno com relação a ruas e divisas de lotes, definindo a área de projeção da construção, além de uma fórmula para

calcular a altura máxima do edifício.

Reconheceu a categoria de “*grupo popular de residências singulares*” e regulamentou a zona onde era permitida sua implantação. Considerou uma residência por terreno, lote mínimo de 250,00m², com taxa de ocupação de 50% da área do lote. Exigiu recuos e aberturas que garantissem a ventilação e a insolação, o acesso direto à via pública e o gabarito máximo de dois pavimentos.

Na zona residencial coletiva I (RC1), permitia-se a construção de habitação múltipla, geminada ou não, desde que tivesse área construída e livre comum aos moradores, que o térreo ocupasse só 40% da área do terreno, que o andar superior não fosse uma vez e meia maior a a área do terreno, não possuísse edícula, afastamentos laterais, de fundo e entre si.

As condições gerais para os núcleos de residências populares incidiam sobre as dimensões das vias de acesso local, com largura mínima de 9,00m e comprimento máximo permitido de 100,00m, com balão de retorno com 18,00m de diâmetro. Previa-se a possibilidade de facear lotes de 250,00m² com 10,00m de testada. Foi permitida a construção com paredes de meio tijolo. As áreas de uso coletivo deviam ser conservadas, limpas e ajardinadas.

As construções industriais, além das exigências específicas, deviam obedecer às seguintes condições: quanto ao uso, podiam ser destinadas a indústrias em geral, depósitos, oficinas, comércio etc., desde que não produzissem ruídos, odores ou poeiras que prejudicassem as áreas residenciais próximas; não se estabelecia limite para a área construída, mas a ventilação, a insolação e a iluminação deviam ser garantidas. Os recuos previstos foram de 6,00m na frente e 3,00m no fundo. Essas especificações foram aplicadas aos lotes com 20,00m de testada. A altura seria de uma vez a largura da rua ou a necessária à atividade. Os recuos podiam variar a critério da Prefeitura.

As construções nas zonas rurais não estavam sujeitas a este Código. Já aquelas localizadas na zona de transição poderiam ser autorizadas, a critério da Prefeitura, que analisava o local e a situação predominante no entorno, de maneira a evitar atividades incompatíveis.

A Comissão do Código de Obras continuaria o estudo do zoneamento baseado na experiência e nas pesquisas das repartições especializadas. Esta Lei não revogava as zonas

comerciais e industriais de loteamentos aprovados anteriormente, mas elas ficavam sujeitas a modificações e exclusões. Previa-se que toda modificação, exclusão e criação seria precedida por estudos da Comissão responsável e determinadas por Decreto do Prefeito municipal, respeitados os direitos adquiridos.

As disposições transitórias tratavam da regularização das construções clandestinas que cumpriam as exigências do Código quanto à insolação, ventilação, dimensões horizontais e verticais, áreas e requisitos sanitários. As construções realizadas em espaços reservados a viela sanitária, recuos ou faixas necessárias ao alargamento e abertura de ruas e logradouro público ficavam fora dessa regularização. Estabelecia-se o prazo para a entrada do pedido e da documentação necessária, com responsável técnico definido e termo de responsabilidade assinado pelo proprietário.

Nas disposições finais, a Lei definiu que a organização das instruções para a apresentação de projetos para aprovação, as medidas e as exigências do Código que deveriam aparecer nesses projetos eram de competência do Departamento de Obras e Viação e do de Águas e Esgotos.

Este Código sofreu diversas modificações entre as décadas de 60 e 80, principalmente nos anos eleitorais. Em 1960, houve duas modificações no zoneamento: uma introduziu a figura de “*grupos de residências populares coletivas ou singulares*” e a outra modificou os limites e as alturas dos edifícios em ruas sujeitas a alargamento.¹⁸⁹ Há registro de cinco modificações no ano seguinte, entre as quais a que *prorrogou o prazo de regularização das construções clandestinas* e a que dispunha sobre locais de recreação infantil em prédios com mais de três pavimentos.¹⁹⁰ No ano seguinte promulgou-se uma lei que *prorrogava o prazo para a regularização das construções clandestinas*.

Em 1963 houve uma lei cujo conteúdo dizia respeito ao número de elevadores dos edifícios com relação à sua altura, os monta-cargas e as escadas rolantes. No ano seguinte não

¹⁸⁹ Lei nº 2.325 e Lei nº 2.327, ambas de julho de 1960.

¹⁹⁰ Lei nº 2.412, de fevereiro e Lei nº 2.520, de junho de 1961.

foi promulgada nenhuma lei sobre a matéria do Código de Obras. Registra-se que foi o ano do golpe militar no país, do início da ditadura e das mudanças políticas, sociais e econômicas.

Em 1965 duas leis procuraram adequar o Código às novas exigências. Uma delas¹⁹¹ estabelecia requisitos mínimos para a aprovação de loteamentos e construção de casas populares, propostos e financiados pelo Plano Nacional de Habitação, viabilizando a atuação da COHAB. A outra dispunha sobre com a zona residencial coletiva localizada na área central.

Em 1966, três leis¹⁹² modificaram e alteraram o conteúdo de artigos do Código, principalmente com relação à conservação de terrenos no perímetro urbano.

Em 1967, a Lei nº 3.595 de junho alterou a composição da Comissão do Código e a Lei nº 3.622 de outubro dispôs sobre a **permissão de construção popular, em determinadas zonas da cidade**, revogando a Lei nº 19, de 1948, sobre o assunto. **Regulamentava a localização dos loteamentos populares, permitido-os só nas zonas suburbanas, sedes de subdistritos e povoações, a juízo da Prefeitura.** Definiu como habitação popular a construção¹⁹³ sem estrutura de concreto, com um pavimento, subdivisão interna composta de uma sala, um banheiro, uma cozinha, um abrigo, podendo o número de quartos variar de acordo com a necessidade. Previa dependências com o despejo, rancho e WC, além de estabelecer o afastamento, recuos laterais, espessura de parede¹⁹⁴, dimensões de aberturas, capacidade da caixa d'água, tipo de material de piso e barra impermeável nas paredes da cozinha e banheiro, quantidade de pontos de luz e tomadas por cômodo. Exigiu ainda a impermeabilização da alvenaria de embasamento¹⁹⁵, a execução de cintas de amarração no respaldo dos alicerces e das paredes. Ressaltava que modificações e reformas só poderiam ser realizadas após o habite-

¹⁹¹ Lei nº 3.348, de outubro “definindo o lote mínimo de 128,00m², a construção de um embrião de 26,00m², e diminuindo a largura da rua para 8,00m (calçada com 1,20m e leito carroçável com 5,60m)”.

¹⁹² Leis nº 3.442, nº 3.484 e nº 3.497 promulgadas em março, julho e agosto respectivamente.

¹⁹³ Construção principal com área de 100,00m² e edícula ou dependências com 30,00m².

¹⁹⁴ Parede de meio tijolo.

¹⁹⁵ Com 10cm acima do solo.

se e com autorização. A Prefeitura ficava encarregada de fornecer planta padrão, assumia a responsabilidade técnica pela obra, isentava-a de alvará de construção e garantia regalias ao proprietário por quatro anos a partir do habite-se. De acordo com a Lei, a responsabilidade pela execução da obra era do proprietário.

Ainda em 1967, merece destaque a Lei que **restabelecia as disposições transitórias que tratavam da regularização das construções clandestinas**. A anistia concedida a essas construções reforçava a prática clandestina costumeira, reconhecia a inoperância da fiscalização e premiava os transgressores do Código.

Em 1968 foram cinco leis entre as quais estava a que estabelecia¹⁹⁶ o coeficiente de aproveitamento da Zona C2 para hospitais localizados na Zona Residencial singular coletiva.

No ano de 1969 foram mais onze leis. Entre elas a Lei nº 3.756, de janeiro, e a de nº 3.804, de outubro, que tratavam das exigências de melhoramentos públicos em lotemanetos aprovados que não executaram tais obras. A mais importante foi a de nº 3.703 de janeiro de 1969 que regularizou e aprovou a segunda etapa de construções da Fundação da Casa Popular, num total de trezentos e dezesseis residências; e estabeleceu que os reparos e a execução da rede de água e esgoto ficavam por conta da Prefeitura, obrigando os proprietários a conceder autorização para as demolições necessárias à execução dos serviços. Os clandestinos continuavam sendo objeto de normas e procedimentos de regularização estabelecidos na Lei nº 3.748 sobre o assunto.

O Código, na década de 70, foi objeto de quarenta e uma modificações através de leis.¹⁹⁷

Os clandestinos continuavam com os privilégios garantidos.

Já em 71, as matérias de quatro leis¹⁹⁸ dispunham sobre as precauções durante a

¹⁹⁶ Lei nº 3.738 de dezembro de 1968.

¹⁹⁷ Entre elas a Lei nº 3.869, de julho, que diz respeito aos responsáveis pelos projetos submetidos a aprovação; a Lei nº 3.885, de agosto, que autoriza cobertura de faixas de recuos em estabelecimentos comerciais; a Lei nº 3.918 de outubro regulamenta o funcionamento de clubes noturnos.

¹⁹⁸ Lei nº 3.970, de março, nº 3.983, de maio, nº 4.017, de setembro, nº 4.062, de dezembro.

execução de serviços de demolição e edificação, alteravam a regulamentação dos meios de saída¹⁹⁹ de salas de espetáculos, depósitos e armazéns de inflamáveis não líquidos e postos de serviços e abastecimento de automóveis. Das cinco leis²⁰⁰ de 1972, a última foi a mais significativa, pois, além de alterar a redação de um artigo, introduzia parágrafos que regulamentavam o estacionamento em edifícios de apartamentos e incentivava a construção e o uso de edifícios de garagem no centro da cidade. Das três leis²⁰¹ de 1973 uma legalizava os acréscimos das construções realizadas pela COHAB e entregues aos mutuários. Em 1974 foram duas leis e um Decreto²⁰². Cabe destacar a que dispunha sobre loteamento rural fechado com “fins recreativos, dotado de excepcional condição natural e equipamentos urbanísticos de alta qualidade”²⁰³. O Decreto regulamentava esta Lei. Em 1976, houve duas leis sendo a mais importante²⁰⁴ a que dava nova redação ao artigo 7.2.2.01 do Código, que estabelecia as “condições mínimas a satisfazer para arruar e lotear glebas”²⁰⁵. A lei nº 4.753, de novembro de 1977, modificou o artigo que dispunha sobre modificação, exclusão e criação de zonas, permitindo fazê-las por Decreto, respeitando direitos adquiridos. Em 78 foram promulgadas onze leis, das quais três²⁰⁶ proibiam a construção e instalação de indústrias poluidoras na região da Helvétia, Joaquim Egídio e Souza, e outra criava uma nova zona: a residencial coletiva

¹⁹⁹ Corredores, escadas, elevadores, rampas e portas de saídas.

²⁰⁰ Leis nº 4.100, de fevereiro, nº 4.111, de abril, nº 4.116, de maio, nº 4.133 de junho e nº 4.233, de dezembro.

²⁰¹ Lei nº 4.262, de março, nº 4.305, de julho e nº 4.352, de dezembro.

²⁰² Lei nº 4.361 e nº 4.368, de janeiro, e o Decreto nº 4.459, de abril de 1974.

²⁰³ Essas exigências eram do INCRA e da Prefeitura.

²⁰⁴ Lei nº 4.606, de maio de 1976.

²⁰⁵ Isto é, “ligação com via pública existente, condições topográficas para ligação de água e esgoto. Diretrizes viárias, reserva de área institucional, serviços públicos de infra-estrutura, áreas de inundação e florestal”.

²⁰⁶ Lei nº 4.775, de abril, nº 4.784, de maio e nº 4.792, de junho de 1978.

RC1²⁰⁷.

Em 1979 ocorreu mais uma **anistia** para os **clandestinos**: a Lei nº 4.861, de janeiro, *“dispõe sobre aprovação de construções irregulares iniciadas ou concluídas anterior à data da lei mesmo que não atendam às exigências do COU e da legislação posterior quanto a área mínima, pé-direito, espessura de paredes, iluminação, recuos de divisas e frente, proporção de ocupação mas que apresentem condições mínimas de habitabilidade, segurança e higiene”*.

O proprietário tinha um prazo de um ano para requerer o habite-se. É a anistia política dos transgressores da construção do espaço da cidade.

A administração pública abria mão do controle do espaço urbano, reconhecia sua incompetência para fiscalizar a aplicação do Código, optava pela atualização do cadastro e pelo recolhimento de impostos. Medidas desse teor apareceram periodicamente ao longo dos anos. Elas tentavam resolver as irregularidades provocadas pelas construções, reformas e acréscimos realizados sem plantas aprovadas, principalmente nos bairros periféricos, onde a autoconstrução era (e ainda é) uma prática corriqueira. O conceito costumeiro do **“direito de propriedade”** parece ser um dos fatores que contribuem para essa situação. O proprietário acha que pode fazer o que quiser na sua propriedade.

Aliada a essas irregularidades, estava a prática de pôr à venda os terrenos antes da aprovação do empreendimento, o que gerava conflitos entre as partes. Quando ocorriam problemas no processo de aprovação, trazendo a necessidade de redesenhar o plano para adequá-lo às exigências normativas, alguns compradores acabavam lesados. Terrenos e praças eram remanejados, mudavam as diretrizes viárias, as várzeas e os terrenos com declividade acentuada eram destinados ao uso institucional. Em muitos casos, sobrava pouco do plano inicial. Permanecendo a situação de irregularidade, o plano não recebia o registro no cartório

²⁰⁷ Lei nº 4.856, de dezembro de 1978. Nesse ano a zona RC foi redefinida e subdividida em RC1 e RC2.

de imóveis, os compradores não tinham acesso à escritura pública, sua garantia de propriedade era apenas o compromisso de venda e compra ou o carnê de pagamento. O empreendedor culpava a Prefeitura pela situação e vice-versa. Os anos passavam, o período eleitoral chegava e todos eram anistiados. Os que respeitavam as normas se sentiam lesados e muitos denunciavam o “caos”.

Essa situação não era específica de Campinas. Até a década de 70, o parcelamento do solo urbano era regulamentado, no nível federal, pelos Decretos Leis nº 58, de 1937, e nº 271, de 1967. Nos anos 70, a situação do parcelamento do solo urbano estava um verdadeiro “caos” no país, mas havia, no Congresso Nacional, um esforço para a regulamentação dessa matéria. Em 1979, a Lei Federal nº 6.766²⁰⁸ foi aprovada e passou a legislar sobre o assunto. Após essa data, parcelar ficava mais complicado e mais caro. O empreendedor precisava preencher diversas exigências. A gleba a ser loteada ou desmembrada devia estar em zona urbana ou de expansão e era necessário: reservar o mínimo de 35% da gleba a “áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos urbanos²⁰⁹ e comunitários²¹⁰ e espaços livres de uso público”²¹¹, ou proporcional à densidade de ocupação prevista; preservar uma faixa de 15,00 m *non aedificandi* ao longo das águas correntes, faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos. Além disso, o loteamento devia ser aprovado antes de iniciar a comercialização. Estabeleciam-se diretrizes para o loteamento popular²¹², mas essas exigências

²⁰⁸ Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 mais conhecida pelo nome do deputado que a encaminhou no Congresso Nacional “Lei Lemann”: “Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”. O artigo 1º determina que o parcelamento do solo urbano será regido por esta lei e o Parágrafo único diz que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares (...) para adequar o previsto nesta lei às peculiaridades regionais e locais.”

²⁰⁹ “Equipamentos públicos de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás encanado”. Art. 5º, parágrafo único.

²¹⁰ “Os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares”. Art. 4º, parágrafo 2º.

²¹¹ Art. 4º, parágrafo 1º.

²¹² Lote mínimo de 125,00m², frente mínima de 5,00m (...) para loteamento destinado a urbanização específica ou edificações de conjuntos habitacionais de interesse social (...)” Art. 4º, inciso II.

tornavam a terra urbana cara, ficando além do poder de compra da população de baixa renda.

As modificações do Código de Obras de Campinas prosseguiram nos anos 80. No início dessa década, tratou-se de questões²¹³ como a **aprovação de construções irregulares**, limpeza e conservação dos terrenos urbanos, a regulamentação da Zona Residencial Coletiva (RCI)²¹⁴ e a criação da Zona Especial de Comércio (EC)²¹⁵, proibiu-se a instalação de indústrias poluidoras nas proximidades do CEASA, foram feitas novas exigências²¹⁶ de melhoramentos públicos em loteamentos, e revogou-se a lei que tratava de loteamento rural fechado.

O ano seguinte teve um significado especial. A Lei nº 5.079²¹⁷ - conhecida pelos favelados de Campinas como - a Lei da Terra - foi promulgada em março de 1981. Mas, por outro, lado das dezoito alterações que ocorreram nesse ano, dez foram por leis e oito por decretos, registrando aumento significativo da utilização do decreto como recurso legislativo. Isso restringia a arena de negociação ao poder executivo e a administração da cidade.

Dentre as leis, além da Lei da Terra, as mais importantes foram as que tratavam, da criação de Zona de Comércio Especial (ZC-E)²¹⁸, a que introduziu acréscimos ao capítulo 8.6.1 do Código alterando os usos da Zona de Transição²¹⁹, e a que determinava a construção de

²¹³ Lei nº 4.982, de abril e nº 4.983, de abril, nº 5.007, de julho de 1980.

²¹⁴ "Onde pode-se construir habitações múltiplas, geminadas ou não desde que atendam certas exigências quanto a garagens, recuos laterais, afastamento frontal mínimo e altura máxima de 7 pavimentos".

²¹⁵ Lei nº 5.052, de dezembro de 1980 - " (...) implantada por meio de Decreto e a critério do Executivo (...) em ruas e avenidas que não ofereçam condições satisfatórias à existência de prédios residenciais."

²¹⁶ O acréscimo de um inciso no Artigo 7.2.7.01 do Código exigindo arborização de praças e instalação de parques de recreação infantil na proporção de um parque para cada 3.000,00m².

²¹⁷ Essa Lei trata da "concessão do direito real de uso de terrenos públicos por interesse social e outras providências". Ela é objeto de análise na parte seguinte desse trabalho.

²¹⁸ Lei nº 5.123, de julho. As zonas de comércio especial foram " (...) implantadas por Decreto em vias públicas que apresentem tendência à corredor de tráfego e instalação de atividades terciárias (...)".

²¹⁹ Lei nº 5.174, de dezembro. Anteriormente a zona de transição permitia só o uso industrial, com essa lei é ampliado para os usos comercial, de prestação de serviço e residencial com habitações singulares e coletivas. Prevê os afastamentos, recuos, área construída, índice de aproveitamento e altura das edificações.

rampas para acesso de deficientes físicos em edificações de uso comercial, serviços e institucional.²²⁰ Entre os decretos, destacavam-se o que atribuiu à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) a definição de uma Política Global de Desenvolvimento Urbano, o que criou a gerência do plano de pavimentação de vias, da supervisão de regularização de loteamento e arruamento, e o que estabeleceu os procedimentos administrativos de alteração do zoneamento.²²¹ (Fig. 28)

Uma das leis de 1982, transferiu para a SEPLAN²²² a competência de aprovar e fiscalizar o parcelamento do solo urbano. Há registro de cinco leis nos seis anos seguintes. Duas delas dispunham sobre a **regularização de construções clandestinas**. Uma lei de 1987 dispunha sobre a proteção e a preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental, matéria de competência do CONDEPACC.²²³

. Alterações no zoneamento entre 1959 e 1988

O zoneamento, o uso e a ocupação do solo faziam parte do conteúdo do Código de 59, estando definidos no Título 8. Durante onze anos consecutivos diversos artigos sofreram alterações e modificações realizadas principalmente por decreto.

O Decreto nº 4.424, de 1974, revogou o zoneamento estabelecido pela legislação que aprovou loteamentos localizados na sede do município e nos subdistritos de Souza, Joaquim Egídio, Barão Geraldo e Nova Aparecida.

²²⁰ Lei nº 5.132, de agosto

²²¹ Decretos nº 6.722, de outubro; nº 6.616, de agosto; nº 6.752, de novembro; nº 6.611, de agosto respectivamente.

²²² Lei nº 5.241, de maio.

²²³ Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Arquitetônico de Campinas - órgão criado pela Lei nº 4.886, de 1979.

Três decretos foram assinados em 1976. Um deles modificou a zona de um quarteirão que, de residencial coletiva, passou a comercial. Outro criou um núcleo comercial de zona residencial singular em alguns lotes da Chácara da Barra. O último converteu para uso comercial cinco lotes localizados na Av. José de Souza Campos.²²⁴

Em 1978, foram dois decretos. Um alterou para zona residencial singular diversos quarteirões e ruas em diferentes bairros da cidade e dos subdistritos de Souzas e Barão Geraldo²²⁵. O outro²²⁶ modificou o zoneamento de quarteirões, possibilitando o aparecimento de núcleos comerciais em zona residencial singular nos subdistritos.

Em 1979 as alterações se restringiram a quatro. Dois decretos²²⁷ alteravam a zona dos locais descritos para residencial coletiva um (RC1), permitindo a verticalização. A dinâmica de promulgação dos outros dois refletiu o jogo de interesses que existia por trás dessas medidas tomadas por decreto²²⁸, pois um deles propiciou, em uma região estritamente residencial, a criação de núcleo comercial e o outro alterou limitando-o a apenas a alguns lotes do cruzamento da Av. José Souza Campos com a rua Engenheiro Carlos Stevenson. Ambos foram revogados no ano seguinte, mas no curto período de vigência permitiu a aprovação de empreendimentos nesse local.

Em 1980, foram vinte os decretos de alteração do zoneamento. Um modificava o zoneamento comercial (C2).²²⁹ Quatro estabeleciam núcleos comerciais em zona residencial

²²⁴ Decretos nº 4.906, nº 4.952 e nº 5.013, de 1976.

²²⁵ Decreto nº 5.324 .

²²⁶ Decreto nº. 5.565 .

²²⁷ Decretos nº. 5.820 e nº 5.855.

²²⁸ Decretos nº. 5.830 e nº 5.843 .

²²⁹ Decreto nº. 5.971 .

singular.²³⁰ Treze foram a respeito da zona residencial coletiva 1 (RC1)²³¹. Um alterava o zoneamento de um quarteirão para industrial²³² e o outro, apoiado no Decreto Estadual nº 9 de 1969, permitia modificação, por interesse público, de zonas comerciais e industriais, e proibia, por um ano, a implantação de indústrias em loteamentos e glebas situados num raio de seis quilômetros em torno do Distrito Industrial (DIC) da cidade. A exceção era feita para os estabelecimentos já localizados nessa região, para as indústrias com 50 empregados e área de 1000,00m² e para as implantadas à margem das rodovias.²³³

Em 1981, houve treze decretos e praticamente todos propunham alterações de zonas em áreas específicas da cidade. Havia duas para zona especial de comércio²³⁴; cinco para residencial coletiva - RC1²³⁵; duas para residencial coletiva dois - RC2 e uma de zona industrial para uma gleba específica. Um decreto de revogação, outro que criava o CIATEC II²³⁶, e um que individualizava, na zona de expansão urbana, as áreas destinadas ao sistema global de terminal de carga e descarga, atividades comerciais e industriais e estabelecia a responsabilidade dos proprietários com a execução de todas as obras de infra-estrutura²³⁷.

No ano seguinte houve nove decretos. Um dispunha sobre o zoneamento de nove

²³⁰ Decreto nº. 6.055, nº 6.091, nº 6.101, e nº 6.365.

²³¹ Decreto nº. 6.045, nº 6.048, nº 6.050, nº 6.051, nº 6.054, nº 6.058, nº 6.059, nº 6.064, nº 6.085, nº 6.099, nº 6.110, nº 6.113, e nº 6.196.

²³² Decreto nº 6.039.

²³³ Decreto nº 6.141.

²³⁴ Decretos nº. 6.388 (Av. Moraes Sales) e de nº 6.483 (Av. José Bonifácio).

²³⁵ Decretos nº. 6.483 (Av. John Boyd Dunlop), nº 6.497 (Santa Genebra, Vila Costa e Silva), nº 6.622 e nº 6.695 (Av. Amoreiras).

²³⁶ Decretos nº 6.451, 6.529 (RC-2); nº 6.459 (zona industrial); nº 6.619 que criou a CIATEC II como Comissão de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas.

²³⁷ Decreto nº 6.726, de 1981 - glebas localizadas no Bairro Boa Vista próximo à FEPASA, Via Anhanguera e na Estrada dos Amarais e divisa Campinas - Sumaré.

quarteirões do loteamento Campos dos Amarais, classificando-os como industriais²³⁸. Dois alteravam a zona de quarteirões para RC1²³⁹. Outro modificava, a pedido dos proprietários, o zoneamento de duas glebas localizadas no Parque Brasília, Jardim Boa Esperança e Flamboyant para RC1.²⁴⁰ Cabe observar que as alterações ocorridas em certas áreas da cidade para RC1 e RC2 eram o resultado da pressão de grupos interessados na verticalização.

O Decreto nº 7.078, de 1981, tratou do zoneamento de terrenos, glebas e loteamentos nos eixos rodoviários, principalmente da área compreendida entre a Via Anhanguera, o Vale do Rio Capivari e a Estrada Velha de Indaiatuba. Considerava que a ocupação desordenada dessa área, com a coexistência de usos incompatíveis, justificava a tomada de medidas que resguardassem o uso residencial, a adequação de uso ao sistema viário e promovessem o adensamento. Com esse objetivo, alterava o zoneamento da região, introduzindo zona residencial singular (RS) em um quarteirão, a RC1 em outro, a zona industrial em trinta e cinco e a zona de transição em outros quarenta e seis. Introduzia: a zona especial de comércio (ZEC) na Av das Amoreiras no trecho do Jardim do Lago e da Vila Mimosas; nos lotes lindeiros à Av. Dante Alighieri em quatro quarteirões; ao longo da Av. Hum e Av. A do Jardim do Lago; nas glebas da Fazenda Taubaté e Chácara Campos Elisios (clandestino) a zona RS (residencial singular); Purina e Miracena ao longo da rodovia Santos Dumont a zona Industrial; e a zona de transição nos Jardins Santa Amália, João Carmona, Aero-Continental, Kioto Hamamoto e o Maria Eugênia na Av. Amoreiras. Disponha que as glebas localizadas na zona residencial singular poderiam ser parceladas para loteamento residencial econômico.

Outro decreto do mesmo ano regulamentou e restringiu o gabarito dos prédios em um raio de 100,00m²⁴¹ nas regiões envoltórias do Bosque dos Jequitibás e do Parque Portugal. Um outro decreto, considerando a necessidade de ordenar o uso e a ocupação, implantou

²³⁸ Decreto nº 6.990.

²³⁹ Decretos nº 6.884 e nº 7.124 .

²⁴⁰ Decreto nº 7.090.

²⁴¹ Decreto nº 7.092 .

Zona Especial de Comércio (ZCE), nos corredores de tráfego da malha urbana²⁴².

Até 1988 o zoneamento fazia parte do conteúdo do Código de Obras do Município, mas nesse ano foi revisto e separado adquirindo *status* de Lei complementar, situação na qual permanece até hoje. Essa lei é contemporânea do Plano Diretor de 1991 que previa sua revisão. No entanto só após a aprovação da revisão do plano em 1995 é que seria revista e modificada.

.Retorno

O percurso ao universo dos instrumentos legais de gestão e administração de Campinas chega ao fim, ou melhor, ao começo. O caminho foi monótono e árido, mas possibilitou pensar algumas respostas e ampliou a compreensão de diversas questões que surgiram durante minha atuação na Assembléia do Povo.

Afinal, que cidade é essa construída pelas leis? Tudo indica que essa cidade é feita de palavras e idéias, registradas em camadas e mais camadas de papel empoeirado. O conteúdo dessa pilha de papéis é o registro do desejo, da aspiração, da utopia e da delimitação de um campo do saber. Em cada título, artigo e parágrafo, captam-se os sinais, os traços e os pequenos fragmentos das concepções de cidade. A cidade das leis, seja artefato, máquina ou funcional, vai adquirindo forma e estrutura, passa por transformações, apropria-se de novos conceitos e adquire personalidade própria. Ela aspira ao todo, mas acaba sendo uma miragem fragmentada e sem forma, na qual a unidade se sobrepõe à totalidade, o lote à cidade e a propriedade individual ao interesse coletivo. Ela tenta traduzir a razão mas é o registro do conflito. Aspira a organizar e disciplinar a realidade, corre atrás da ordem, mas é o reconhecimento das contradições e o retrato da desordem. Quando tenta corrigir “desvios” e anistia as irregularidades, reconhece seus limites e questiona o modelo. O ilegal de ontem é o legal hoje e será a solução de amanhã.

²⁴² Decreto nº 7.098.

A segregação espacial é parte desse jogo. Ela vai se estruturando, sendo qualificada e estigmatizada. Os bairros das classes média e alta são os primeiros e vão se distinguir pelo tamanho dos lotes, a área construída das habitações e a localização na malha urbana. A limpeza, o saneamento e a recuperação da área central, pela e para a elite, pressupõem a retirada dos cortiços da região e a sua expulsão para a malha periférica. O incentivo às construções populares é uma intenção com fôlego curto e atuação limitada (Fig.29). A proliferação do parcelamento das áreas na periferia é estimulada, dá origem aos bairros populares, e sua forma de apropriação do solo provoca o aparecimento de vazios na malha. A oferta de terra é grande, mas o preço proibitivo restringe o acesso, que, aliado aos aluguéis caros, pressiona a procura por alojamentos alternativos, ou fora desse mercado. Os cortiços aumentam e as favelas aparecem enquanto solução “temporária” de moradia para a população de baixa renda (Fig.30). A sua persistência questiona o modelo na sua base. A cidade, enquanto objeto personalizado dá lugar à cidade enquanto espaço da política.

FONTE: Caderno Subsídio do Plano Diretor de Campinas 1991.

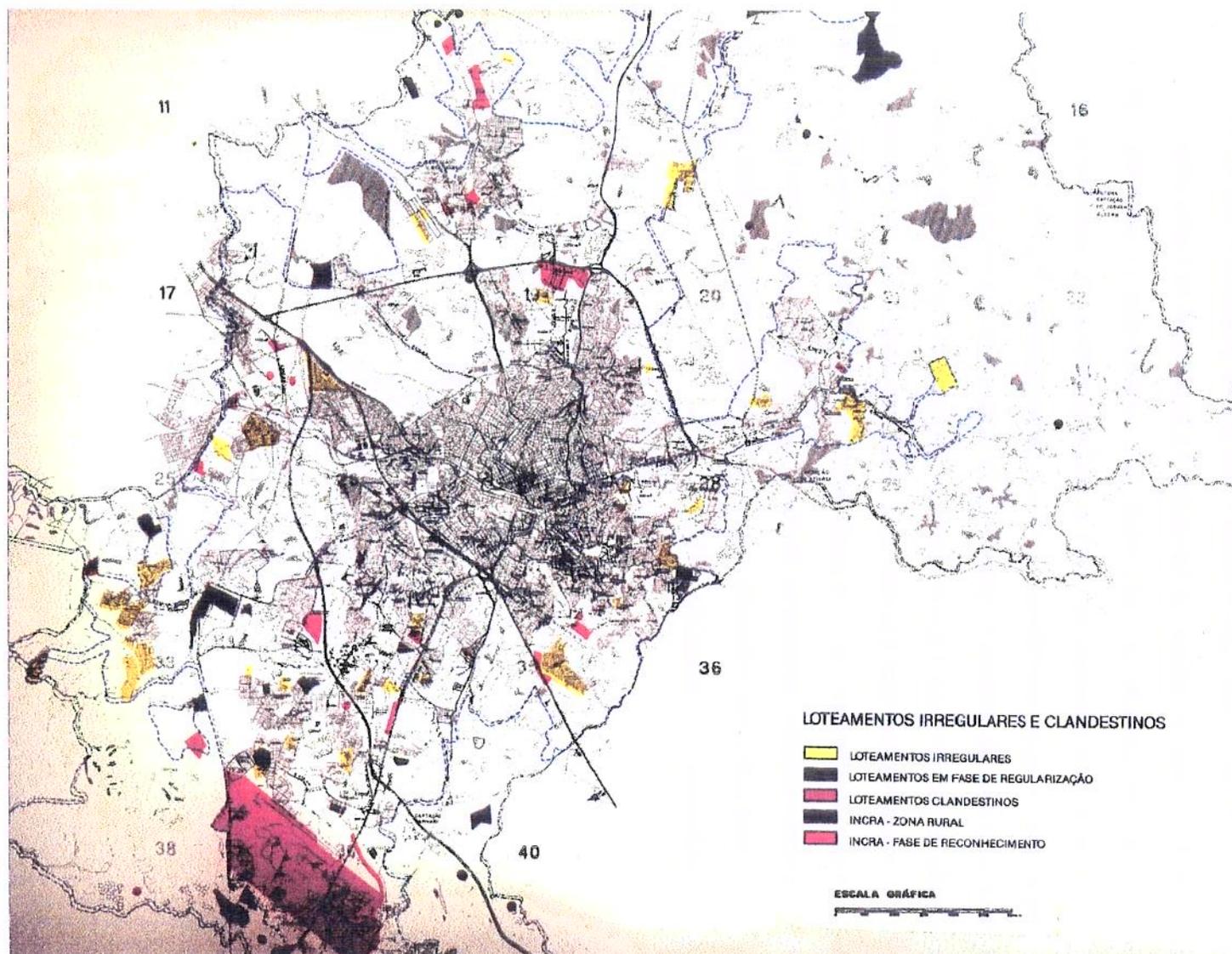


Fig. 28 - Loteamentos Irregulares e Clandestinos na década de 80 em Campinas.

FONTE: Caderno Subsídio do Plano Diretor de Campinas 1991.

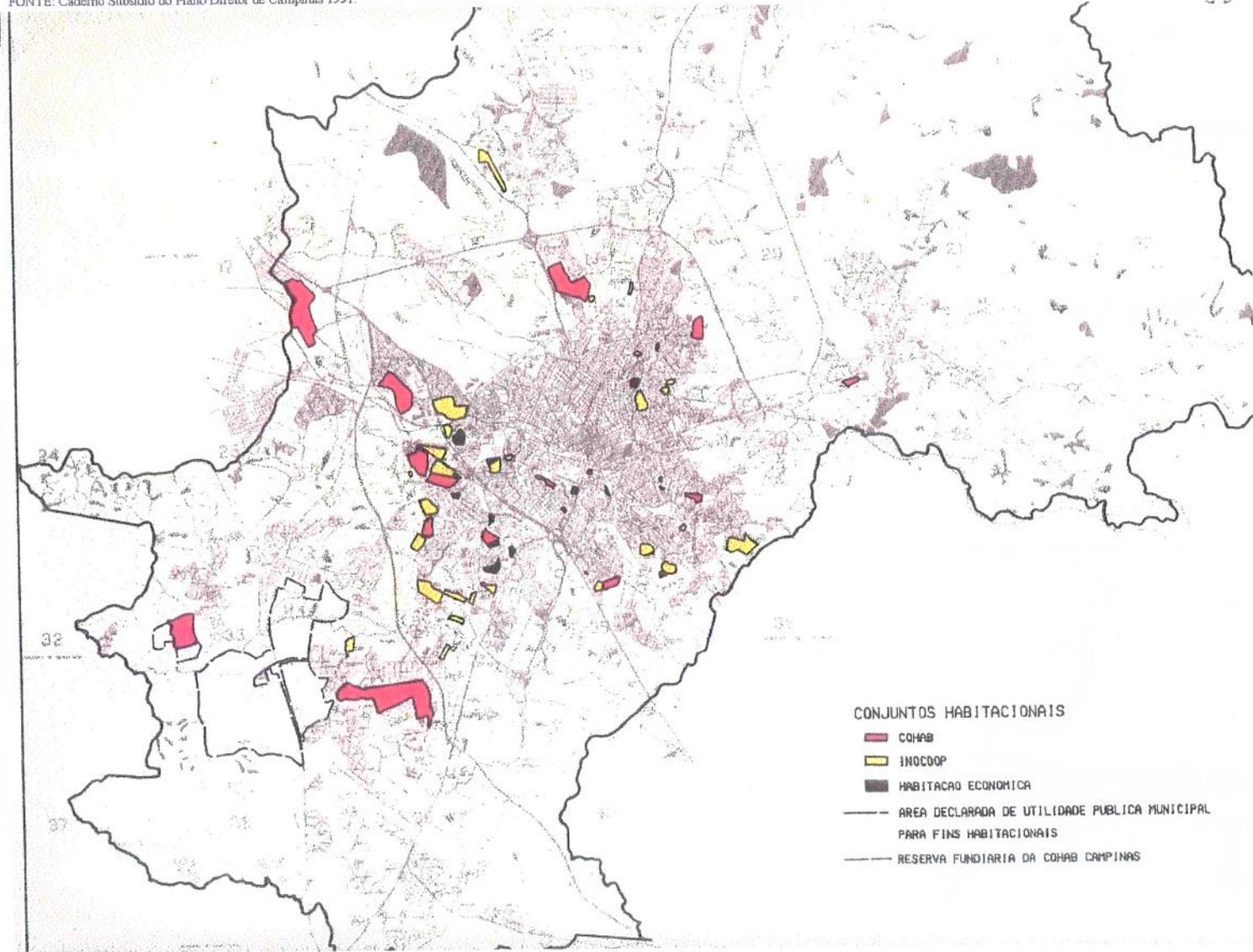


Fig. 29 - Conjuntos Habitacionais construídos em Campinas, levantamento da década de 80.

FONTE: Caderno Subsídio do Plano Diretor de Campinas 1991.

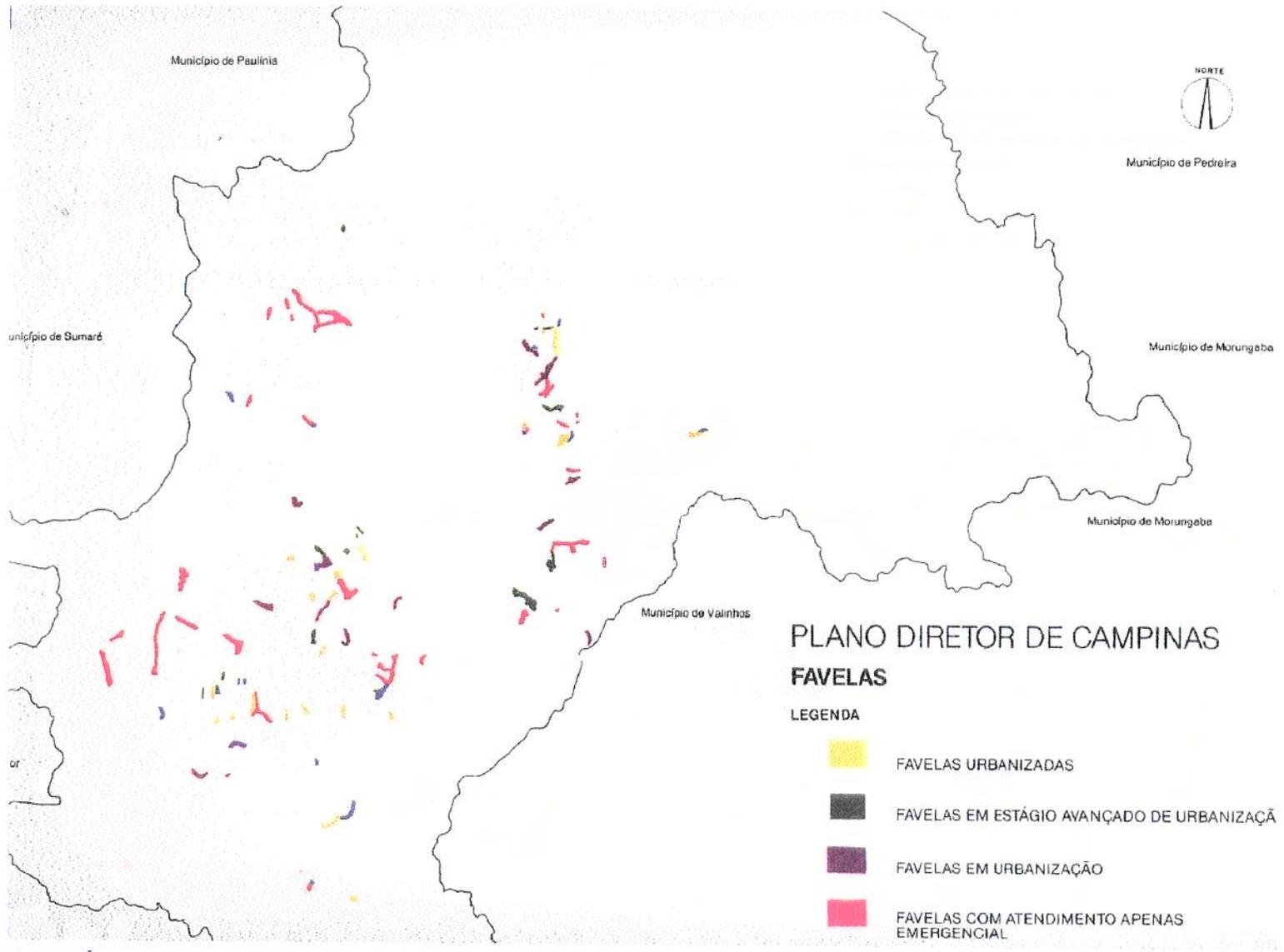


Fig. 30 - Áreas de Favelas em Campinas, levantamento da década de 80.

- ASSEMBLÉIA DO POVO -

“Quem sabe, para compreender melhor os acontecimentos em que me achei envolvido, é bom que eu recorde o que andava acontecendo naquele pedaço de século, do modo como o compreendi então, vivendo-o, e do modo como o rememoro agora enriquecido de outras narrativas que ouvi depois - se é que minha memória estará em condições de reatar os fios de tantos e tão confusos eventos”.

Humberto Eco - O Nome da Rosa

A Assembléia do Povo (Fig.31) foi um movimento popular de luta pela terra urbana que se desenvolveu em Campinas, no Estado de São Paulo, entre 1979 e meados dos anos 80. Nessa época, ocupava o executivo federal o General Figueiredo, mais um presidente militar indicado. Mas após quinze anos de ditadura, o país entrava numa fase de abertura política gradual e controlada. Havia “*a novidade de uma ‘sociedade civil’ que se movimentava*”²⁴³, lutava-se pela anistia política, contra a carestia, pela reforma partidária, pela autonomia da organização sindical e surgia as primeiras manifestações dos movimentos populares urbanos²⁴⁴. Organizada, a população ganhava as praças, lutava por melhorias de infra-estrutura, saúde, transporte, creche e pela terra urbana e se constituía enquanto interlocutor político na arena de discussão, gestão e produção da cidade.

Essas formas organizativas pareciam, no início, pertencer à “*dimensão da vida social que escapava ao controle do Estado*” e de algumas instituições tradicionais, ser a “*expressão da capacidade de auto-organização dos trabalhadores*”, principalmente no local de moradia, e “*portadores de futuro*”, agentes de uma transformação e “*revitalização democrática da sociedade*”.²⁴⁵

Esses movimentos, durante as três últimas décadas do século XX, tiveram diferentes enfoques temáticos com período de maior e menor articulação. Os mais significativos, segundo Ana Maria Doimo, foram: o movimento do “*custo de vida*”, de 1977 e 1978; o da moradia de, 1979 a 1986, com retomada em meados dos anos 90; o da saúde, entre 1980 e 1985; a luta contra o desemprego, iniciada em 1981, declinando em 1982 e retomada de 1983 à 1985; do transporte coletivo, com início em 1981 e intensificada em 1988.²⁴⁶

Campinas, mesmo após o golpe militar de 1964, continuou a eleger os ocupantes do

²⁴³ TELLES, Vera da Silva - “Movimentos sociais: reflexão sobre a experiência dos anos 70”, in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org) - **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul** ; São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 55.

²⁴⁴ DOIMO, Ana Maria - **A vez e a voz do Popular**; Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

²⁴⁵ TELLES - *op. cit.* p 59.

²⁴⁶ DOIMO - *op. cit.*

executivo e do legislativo local. Era considerada uma cidade de oposição, pois elegia, para prefeito, políticos filiados ao Movimento Democrático Brasileiro²⁴⁷ (MDB), o partido de “oposição” tolerada. Apesar disso, alguns, assim que assumiam o cargo, mudavam de partido alegando pressões e dificuldades no acesso às verbas federais.

Em 1978, os campineiros elegeram prefeito, pela primeira vez, o Sr. Francisco Amaral²⁴⁸, candidato do MDB, cuja plataforma eleitoral era dirigida aos moradores dos bairros periféricos carentes de infra-estrutura básica. Após a eleição, tudo indicava que as promessas ficariam no papel ou se perderiam ao vento. Mas... o tempo era outro e o povo se organizava para cobrar promessas.

A falta de infra-estrutura (água, luz, transporte coletivo e pavimentação), de serviços sociais urbanos (posto de saúde, creche e educação) e o descaso dos órgãos públicos provocaram, no fim da década de 70, a mobilização dos moradores dos bairros populares e a organização de movimentos reivindicatórios congregados num espaço político autodenominado “Assembléia do Povo”.²⁴⁹ (Fig.32)

Essa mobilização coincidiu com a rearticulação política do movimento operário e sindical, a opção da Igreja pelos pobres, a organização e atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁵⁰ e os movimentos urbanos populares em outras cidades brasileiras. Por outro

²⁴⁷ Orestes Quércia foi eleito prefeito em 1968 pelo MDB. Vereador em 64, foi um dos três que ingressaram na legenda “oposicionista” quando estabelecido o bipartidarismo no país. Nas eleições de 1972, Lauro Péricles foi eleito para o cargo com a mesma legenda. A diferença entre os dois foi que Quércia governou com minoria na câmara, enquanto Lauro Péricles, mesmo com maioria significativa, fez uma gestão polemica aproximando-se da ARENA e dos militares. “1960-1979 Os anos de chumbo”, in CAMPINAS SÉCULO XX: 100 anos de História, Caderno Especial dos Jornais *Correio Popular* e *Diário do Povo*, 18 de fevereiro de 2000.

²⁴⁸ Francisco Amaral era deputado federal.

²⁴⁹ Ver De PAOLI, Tércia Pilomia - “Assembléia do Povo / Favelas: o primeiro passo de uma experiência de urbanização de favelas em Campinas, SP” - trabalho apresentado no I° SEDUR, Unb, Brasília, DF, setembro de 1984. LOPES, Doraci Alves - *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo*; Campinas, São Paulo, Ed. Alínea, 1997 e TAUBE, Maria José - *De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório*; Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.

²⁵⁰ Sobre este assunto, ver artigos publicados na *Revista Novos Estudos CEBRAP*, vol. 1 n° 2 abril de 1982: PIERUCCI, A. F. de Oliveira - “Origens e desenvolvimento”, pp. 48-49; CAMARGO, Cândido P. Ferreira de - “A Igreja do Povo”, pp. 49-53; CARDOSO, Ruth - “Duas faces de uma experiência”, pp. 53-58.

lado, algumas Sociedades de Bairro, pressionadas pela articulação dos moradores, redefiniram sua atuação política abandonando *“aquele caráter associativo, assistencialista e dependente da prefeitura”*.²⁵¹ A melhoria de condições de vida da população deixou de ser encaminhada de forma clientelista, sujeita à barganha política, passando à categoria de direito a ser conquistado.

A especificidade de Campinas, nesse momento, era o jogo político local. O Prefeito Francisco “Chico” Amaral foi eleito com cento e dez mil votos, o dobro dos outros cinco candidatos ao cargo. Sua campanha, baseada no lema **“o máximo de benefício social”** para a população carente de serviços básicos, sensibilizou e conquistou os votos da periferia.

*“Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida (...), já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade.”*²⁵²

Chico Amaral não foi diferente. Ao assumir o cargo, suas ações indicaram outra direção.²⁵³ O episódio da pavimentação foi a gota d’água²⁵⁴. Os preços abusivos foram

²⁵¹ LOPES - *op. cit.*, p. 75.

²⁵² JESUS, Carolina Maria de - **Quarto de despejo**; São Paulo, Oficinas Gráficas de Linográfica Ed. Ltda, 1960, p. 39. O diário da favelada Carolina é um desabafo e uma narrativa impressionante da vida na favela do Canindé, na capital paulista, nos anos 50. Recupero algumas passagens na tentativa de pontuar, exemplificar e marcar que mesmo transcorridas mais de duas décadas entre o diário e a Assembléia do Povo, as diferenças nas condições de vida são mínimas, e que o imaginário construído pela sociedade sobre o favelado quase não sofreu transformação.

²⁵³ JESUS - *op. cit.*, p.33 - “O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953, passava os domingos aqui na favela. (...) Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. (...) Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais.”

²⁵⁴ “As obras de asfaltamento mostram isso muito bem (...), os moradores, inconformados com os preços abusivos, passaram a reivindicar outros mais justos.” Trecho do artigo enviado à seção “Cartas na Mesa”, **Diário**

questionados e a população reivindicou preços justos. Como resposta, foi acusada de subversiva. Além de fatos como esse havia também a burocracia das administrações regionais (ARs) no encaminhamento e na solução dos problemas dos bairros. Cansados de atitudes como essas e das promessas eleitorais não cumpridas, o povo partiu em busca de uma forma articulada e pública de encaminhar e cobrar as suas reivindicações.

As CEBs locais eram os principais espaços de articulação dos moradores dos bairros e favelas. O apoio da Igreja²⁵⁵ a esses movimentos reivindicatórios abriu um espaço de discussão coletiva e de articulação conjunta das reivindicações, no prédio da Cúria Metropolitana - no Pio XII. A opção por assembleias populares transformou a escadaria do Paço Municipal em palco político por excelência. E “*se uma assembleia é soberana, o que dizer de uma assembleia do povo?*”²⁵⁶. A primeira assembleia ocorreu em março de 1979, com a participação de 1.500 moradores²⁵⁷ de quarenta bairros e algumas favelas. Foram encaminhadas publicamente setenta reivindicações e estabeleceu-se um prazo de 30 dias para a resposta²⁵⁸. Prazo vencido, retorno garantido, novas cobranças realizadas e a certeza de que só uma mobilização muito grande e coletiva seria capaz de exercer pressão efetiva junto ao poder público local.

O movimento, que inicialmente era ignorado pelo Executivo, pela classe política em

do Povo, 17 de dezembro de 1978, pelo diretor do jornal **Repórter da Região** - Ronaldo S. Gomes (Batata). A pavimentação passava pelos seguintes passos: a) a adesão de 70% dos proprietários dos lotes; b) orçamento e licitação da obra; c) rateamento dos custos pelos proprietários, a Prefeitura entrava como intermediária.

²⁵⁵ SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de - “Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política”, in **Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80**; Petrópolis, Ed. Vozes/CEDEC, 1982, pp. 41-72. O autor analisa as diferentes fases e as transformações que ocorreram na relação entre Estado e Igreja. Destaca a reorientação política, teórica e ideológica da Igreja com relação aos conflitos sociais e às lutas das classes populares, com a criação de espaços sociais e políticos de discussão e articulação como as CEBs.

²⁵⁶ Estas palavras de Maria Conceição Vieira e do Alfredo Luiz Gomes na apresentação do livro da LOPES - *op. cit.* pp. 9-10, expressam o pensamento corrente na época sobre a Assembleia do Povo. De acordo com documento elaborado pelo movimento em julho de 1983: “O nome surgiu na imprensa, em função de ato público realizado no Paço Municipal e foi adotado pelo movimento”.

²⁵⁷ Número divulgado no jornal **Repórter da Região**, abril de 1979, pp. 1,4 -5.

²⁵⁸ De PAOLI -, *op. cit.* p.1; LOPES -, *op. cit.* p. 76; TAUBE - *op. cit.* pp. 128-130.

geral e pelos órgãos de divulgação, conquistou progressivamente seu espaço, impondo-se como interlocutor político. A maioria das reivindicações encaminhadas pelos moradores dos bairros nas primeiras assembleias foram atendidas, mas as que diziam respeito aos problemas enfrentados pelos favelados não foram consideradas. Essa atitude provocou um decréscimo na participação dos bairros, mas, por outro lado, permitiu que as reivindicações das favelas recuperassem sua especificidade tornando-se o eixo político do movimento. A forma como eram vistas as favelas pelo poder público e as ações a que estavam sujeitas contribuíram para a articulação e a mobilização dos moradores.

Afinal qual era a imagem que o poder público, a classe política e a sociedade campineira tinham deste espaço chamado **favela**?

Favela

Esta palavra traduz, de imediato, no imaginário, o espaço de moradia dos pobres na cidade. Possui diversos significados, que variam de acordo com a época e a visão política, ideológica ou teórica. Está muito próxima da imagem do CORTIÇO consagrada na obra homônima de Aluizio de Azevedo.

“(...)aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão.” E “(...), à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo que as tintas seccassem. Havia grande avides em alugal-as.”

Provocava reação de indignação, fúria e medo da vizinhança: *“Um cortiço! Maldito seja aquelle vendeiro de todos os diabos! (...) Estragou-me a casa, o malvado!”* As noventa e cinco casinhas do cortiço de João Romão, formavam um quadrilátero de cal e pedra com um pátio ao meio, todo murado com um portal: *“Estalagem de São Romão. Alugam-se casinhas e tinas para lavadeiras”*. A imagem do pátio, a grande lavanderia, é descrita com a seguintes

palavras.

*“E n’aquella terra encharcada e fumegante, n’aquella humidade quente e lodosa, começou a minhocar (...), a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, d’aquelle lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.”*²⁵⁹

Algumas décadas atrás, quando se falava em favela, a imagem de referência era a paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro.

No início do século XX, em “As ‘Favelas’... de Paris”²⁶⁰, Saturnino de Brito faz referência aos “agrupamentos de tugúrios malsãos, chamados ‘favelas’ pelos cariocas” e alerta os envergonhados com sua existência para um artigo de Gabriel Maurière, publicado na revista *L’Eau de Paris* “sobre os tugúrios da Ville-Lumière”, que “s’avance peu à peu” nos arredores da cidade. Vias estreitas, cheias de detritos, cheiram mal no verão. O esgoto a céu aberto contribui para o odor fédico, contamina as águas e propicia a proliferação de doenças. “(...) *Les cellules prolifèrent sans règle ni mesure*”, mas “*ele vê nestas construções um belo esforço de trabalho, um impulso para a independência, para a propriedade pessoal do home* (isto é, do lar)...”²⁶¹

O termo FAVELA, para José Alípio Goulart²⁶², pode ter surgido no fim do século XIX no Morro da Providência. A referência do autor é o trabalho: “Os morros cariocas no Novo

²⁵⁹ O cortiço é outra forma de moradia urbana do pobre e está associada ao imaginário da cidade do Rio de Janeiro. O romance de Aluizio Azevedo retrata a aquisição da terra, a construção das casinhas em etapas, a vida dos moradores, do proprietário, o comportamento da vizinhança. AZEVEDO, Aluizio - *O Cortiço*; Rio de Janeiro, Livraria Garnier (Paris, Imp. Paul Dupont) 1925.

²⁶⁰ BRITO, Saturnino de - “As ‘Favelas...’ de Paris”, in *URBANISMO: Traçado Sanitário das Cidades*; Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, pp.187-189.

²⁶¹ BRITO: 1944, *op. cit.*, pp.188-189.

²⁶² GOULART, José Alípio - *Favelas do Distrito Federal*; Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura / IBGE, 1957.

Regime”, realizado por H. Dias da Cruz, em 1941. Segundo Cruz, a toponímia da palavra está ligada à Guerra de Canudos. O seu aparecimento é associado aos soldados que regressaram ao Rio, acompanhados pelas “cabrochas” naturais de uma serra chamada Favela, do interior da Bahia, e que se instalaram no morro da Providência. Em 1897, esse morro era conhecido popularmente como Morro da Favela. Mas Goulart pondera que a origem do termo pode ser outra.

O Morro da Providência é considerado, por Goulart, a primeira favela do Rio. Em 1920, o “levantamento cadastral do recenseamento” registrou 839 domicílios e seis casas comerciais no local e a existência de outras favelas como a do Morro do Salgueiro, de São João, da Babilônia, do Cantagalo e do O’Relly (Arrelia).

Em 1957, na época do trabalho de Goulart, havia cento e treze favelas no Rio, com uma população estimada de 400 mil habitantes²⁶³. As definições e reflexões desse autor sobre as favelas cariocas são curiosas e interessantes. Elas permitem perceber o que se entendia por favela na década de 50, ou melhor, qual a imagem construída desse objeto na época. Segundo o autor a “*moradia do favelado é o casebre, barraco (...) habitações rústicas, pobres, desconfortáveis e anti-higiênicas*”.²⁶⁴ Feitas de madeira, lata e zinco, com muros de arrimo para nivelar o terreno. E as favelas são “*(...) aglomerados de casebres que se localizam nas encostas dos morros, em desordem, sem simetria e densamente agrupados, habitados pelas classes menos favorecidas, (...)*”.²⁶⁵ Em outro momento é enfático ao dizer que “*o termo ‘favela’ significa: área de desintegração social, desajustamento e fragmentação*”. Dá o exemplo do “*Morro da Providência (que) foi um dos mais célebres redutos da pobreza, da malandragem*²⁶⁶ *e da desordem que se conheceu no Rio de Janeiro (...)*”. E completa a “*(...)*

²⁶³ *op. cit.* pp. 21-23.

²⁶⁴ *Idem*, p. 25.

²⁶⁵ *Idem*, p. 11.

²⁶⁶ *Idem*, p. 23 - “*(...) o ‘malandro’ (termo) pejorativo profundamente injusto para homens que queriam trabalhar e não tinham onde (...)*”.

localização e higienização (das favelas) são problemas que competem às municipalidades; sua extinção compete à União, pois somente um complexo de medidas de âmbito nacional porá fim a essa miséria". (Fig.33)

O autor deixa transparecer um conflito latente entre sua opção teórica e o imaginário popular, o senso comum. *"Durante as inúmeras visitas que fizemos a diversos núcleos de favelados, não tivemos oportunidade de apreciar nenhum excesso ou comportamento inadequado, considerando o nível educacional dos presentes."*(...) *"A promiscuidade das favelas, por seu turno, não é a mesma promiscuidade dos cortiços."*²⁶⁷

A favela e o cortiço não são privilégio do Rio de Janeiro. Estudos e pesquisas sobre diversas cidades brasileiras registram a presença de uma ou do outro e até de ambos na estruturação da malha urbana.

A existência dos mocambos, no Recife, é registrada no início do século XX. Nas declarações dos participantes do I Congresso Médico de Pernambuco, havia propostas de medidas de controle e vigilância da moradia das populações pobres, com o objetivo claro de "limpar" a cidade. A proliferação dos mocambos continuou na década de 30, e a criação da Liga Social contra o Mocambo, durante o Estado Novo, confirma a permanência desse tipo de moradia no Recife, *"(...) para cada quatro mocambos demolidos, apenas uma casa foi construída"*.²⁶⁸

O registro da construção do porto, no aterro de uma faixa estreita de manguezal entre o morro São Lourenço e a Baía da Guanabara, em Niterói, deixa implícita a existência de *"uma área pobre, ocupada por casebres - ferida cancerosa da cidade"*. A reivindicação da construção do porto data do fim do século XIX²⁶⁹.

²⁶⁷ *Idem* p. 32 e p. 37.

²⁶⁸ MOREIRA, Fernando Diniz - "A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965", in LEME, Maria Cristina da Silva (org.) - *Urbanismo no Brasil - 1895-1965*, org.; São Paulo, Studio Nobel; FAUUSP-FUPAM, 1999, pp. 152-153.

²⁶⁹ AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de - "A construção da cidade na primeira metade do século 20: Niterói, espelho do Rio", in LEME, M C S (org.) - *op. cit.*, p 73.

Segundo o *Anuário* do Estado do Rio Grande do Sul, de 1890, existiam cento e quarenta e um cortiços na cidade de Porto Alegre e houve uma proliferação na primeira década do século XX²⁷⁰. O Ato nº 96 - Regulamento Geral sobre Construções, de 1913, traduziu em lei, a preocupação com a localização dos cortiços, na sua regulamentação da área central “(...) estava proibida a construção de casas térreas. (...) vedada as casas de madeira ou os grupos de pequenas habitações (...) moradia dos pobres que proliferavam em ruas adjacentes ao centro principal”.²⁷¹

Em momentos posteriores, outros autores²⁷² procuraram uma sistematização mais científica estabelecendo uma distância entre sujeito e objeto. Consideram a favela como “*um termo genérico que designa pobres de toda espécie como um rótulo para o ambiente*”²⁷³, ou “(...) *uma ocupação ilegal da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra nem em seu aluguel aos proprietários legais*”, áreas públicas ou privadas ocupadas por barracos. Espaço de estágio provisório do migrante recém-chegado à cidade e momento de passagem para uma melhor condição de moradia que continha a idéia da fácil ascensão social. A permanência nesse estágio era atribuída à acomodação e à falta de vontade do favelado.

A favela também era vista como ilha de miséria patológica e anormal, que se formava de maneira segregada, à margem do dinamismo econômico e social urbano. Carregava o estigma da criminalidade e a transfiguração da pobreza em delinqüência potencial e efetiva.

²⁷⁰ SOUZA, Célia Ferraz de - “Trajetórias do urbanismo em Porto Alegre, 1900-1945, in LEME, MCS (org.) - *op.cit.* pp. 83-101 .

²⁷¹ SOUZA - *op. cit.*, p. 107.

²⁷² ANT, Clara Levin e KOWARICK, Lúcio F. - “A favela na cidade de São Paulo: último recurso de moradia”, COGESP/PMSP - maio de 1980/ (mimeo). Neste artigo os autores realizam uma revisão bibliográfica de diversos trabalhos, estudos e pesquisas realizadas sobre as favelas e os cortiços, nas décadas de 60 e 70.

²⁷³ ABRAMS, Charles - *Habitação, Desenvolvimento e Urbanização*; Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1964.

Colocava-se a necessidade de extirpá-la da cidade.²⁷⁴ Essas visões possuíam tal força que até os próprios favelados incorporavam-na como uma segunda pele.

“- Você é mesmo uma vagabunda. Dormia no Albergue Noturno.

O seu fim era acabar na maloca.

- Está certo. Quem dorme no Albergue Noturno são os indigentes.

Não tem recurso e o fim é mesmo nas malocas (...)”²⁷⁵

O poder público campineiro compartilhava essas visões com a elite dominante. Elas influenciaram e orientaram sua atuação através da Secretaria de Promoção Social, principalmente na definição de uma política de desfavelamento, remoção e produção de habitações populares na cidade.

As ações do governo Federal e Estadual, de incentivo à interiorização das indústrias, provocaram o crescimento do parque industrial interiorano paulista, transformando a região de Campinas no terceiro parque industrial do país, reforçando sua presença na rede de cidades médias do estado de São Paulo. Era reconhecida como uma das cidades brasileiras com os melhores indicadores de qualidade de vida²⁷⁶, importante pólo migratório e principal destino da migração estadual. Entre 60 e 70 a entrada superou a saída, a população urbana quase dobrou.

POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL 1960/1980.				
CIDADE	ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
Campinas	1960	184529	34774	219303
	1970	335756	40108	375864
	1980	591557	73002	664559

(fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980)

²⁷⁴ ANT e KOWARICK - *op. cit.* - Os autores destacam estas idéias como as mais correntes sobre as favelas na época de realização do trabalho.

²⁷⁵ JESUS, C. M. de - *op. cit.* p. 21.

²⁷⁶ CAMPINAS: Caderno de subsídios para a discussão do Plano Diretor de 1991, p. 42.

E na década seguinte, mais de um quinto do fluxo migratório total do estado dirigiu-se para essa região. Houve uma progressiva concentração da população nas áreas urbanizadas²⁷⁷. Em 1970, a população favelada campineira, representava 0,9 % do total. Em um ano ela duplicou e em dez chegou a ser dezesseis vezes maior.²⁷⁸

. Favelas campineiras

As primeiras notícias da existência de favelas em Campinas foram registradas pela imprensa na década de 60. Além dos artigos que denunciavam o abandono e a deterioração dos serviços públicos nos bairros populares da periferia, a imprensa cobrava medidas urgentes com relação à presença de mendigos na área central e ao aparecimento de favelas, pois comprometiam a imagem da cidade e ameaçavam seus “**foros de civilização**”. A polícia foi mobilizada e, em trabalho conjunto com a Prefeitura, promoveu arrastões nas “*128 malocas das 260 existentes*”²⁷⁹, desalojando os moradores e indiciando outros por vadiagem.

Política de remoção a ferro e fogo? Quase. A intenção era, através da triagem feita numa marcação homem a homem, de permitir a permanência na cidade só daqueles que tinham condição de serem absorvidos pelo mercado trabalho e morar de acordo com as regras do mercado imobiliário ou da política habitacional. Esse programa de remoção e controle dos “**marginais**”²⁸⁰ exigia tratamento especializado, dedicação contínua da assistência social pública que, por outro lado, contribuía indiretamente para a apropriação do solo urbano e para a atuação da COHAB em seus programas de construção de vilas populares.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ FERNANDES, Ana Cristina de Almeida - **Uma imagem em negativo: considerações em torno a assessoria do movimento popular**; dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, 1989, p.18.

²⁷⁹ *Correio Popular*, 28 de novembro de 1964, *apud* LOPES, D.A. - *op. cit.* pp. 54-55.

²⁸⁰ Sobre a discussão da relação entre marginalidade e favela ver: LOPES, D.A. - *op.cit.*.

Se a favela era o caos e a desordem, a COHAB, apresentada como solução do problema habitacional da população de baixa renda, era o modelo da ordem. Entre o discurso e a prática há uma distância muitas vezes até palpável, pois, no final, o acesso às unidades habitacionais acabou restrito àqueles que preenchiam as exigências cadastrais e financeiras do órgão. As unidades foram financiadas por valores inacessíveis à grande maioria e apenas pequena parcela da população foi atendida.

As favelas permaneciam e a administração municipal continuou a procurar outras formas de ação de controle e desfavelamento.

O projeto das Casas Transitórias, lançado em 1969 pela Secretaria de Bem-Estar Social em conjunto com a COHAB, sob o aval do governo estadual, foi um entre tantos outros. Ele visava remover os favelados dos barracos para habitações provisórias com aluguéis de valor simbólico, por um prazo de seis meses, tempo considerado suficiente para uma poupança de recursos necessários para a aquisição de uma moradia definitiva financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).²⁸¹ A população favelada no período era estimada em 400 famílias. E, se tudo corresse bem, as favelas seriam erradicadas a curto prazo. Mas a ação realizou o avesso do discurso, pois possibilitou à Prefeitura “limpar” certos bairros da cidade da presença incômoda dos favelados.

“Estou morando na favela, Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas (...)”²⁸²

O programa exigiu um controle sistemático das áreas de barracos, a elaboração de metodologia de trabalho e a pesquisa de campo com a sistematização de dados sobre a condição de vida dos favelados. Essas medidas deixaram nas mãos das assistentes sociais o destino dos favelados. O resultado permitiu ao poder público, dividir-los em três grupos: o daqueles em condições de se tornar proprietários e adquirir de imediato sua casa, o dos que podiam ser

²⁸¹ *Idem*, pp. 62-63.

²⁸² JESUS, C. M. de - *op. cit.* p.21.

recuperados e inseridos no mercado de trabalho, com alguma chance, e os irrecuperáveis, que recebiam passagem de volta à cidade de origem. A Prefeitura seguia duas linhas de ação: uma preventiva, que controlava os migrantes, verificando sua procedência e qualificação profissional efetiva ou potencial, analisando as chances de permanecerem ou não na cidade, e outra curativa, dirigida às favelas existentes, cadastrando seus moradores, avaliando sua condição financeira e de vida, para tomar medidas de controle e definir seu destino na cidade. Assim, a política predominante na cidade nas décadas de 60 e 70 foi a do desfavelamento e da remoção, sob o controle irrestrito e arbitrário da Secretaria de Bem-Estar Social, ou Promoção Social.

A presença dessa questão na agenda política era cíclica, com seus altos e baixos, mas a prática era sempre a mesma. A solução COHAB faliu, mas os imigrantes continuaram a chegar alojando-se em áreas públicas²⁸³ cada vez mas distantes do centro. A maioria das novas favelas foram formadas com a conivência da Secretaria de Promoção Social, que indicava os lugares, fornecia material para a construção dos barracos, controlava quem ficava e quem saía, arbitrava o acesso à infra-estrutura básica (água e luz).

A vida urbana introduz modificações significativas na forma de acesso ao recurso básico para a sobrevivência humana: a água. Disponível na natureza, na cidade tem um custo, financeiro e (ou) político, e sempre esteve sob controle. Mas, se nas favelas do Rio de Janeiro²⁸⁴ e São Paulo as torneiras coletivas faziam parte do cotidiano, em Campinas não acontecia o mesmo. Aqui a prática mais comum era o empréstimo da vizinhança, ou o abastecimento em nascentes e cursos d'água próximos à ocupação, todos comprometidos e poluídos.

O acesso²⁸⁵ à água e à luz foi uma das primeiras reivindicações dos favelados através

²⁸³ A grande maioria, dessas áreas, fazia parte da categoria de bens de uso comum do povo que são inalienáveis. E elas correspondem a 30 ou 40% da gleba sujeita ao parcelamento urbano, destinados as vias de circulação, praças, áreas institucionais e áreas livres, principalmente às margens dos cursos d'água.

²⁸⁴ GOULART J. A. - *op. cit.*, p. 43. - "Em cada favela há uma torneira (coletiva...). Esta bica, instalada pela Prefeitura (...) é colocada o mais próximo possível da principal via urbanizada que passe mais perto da favela." JESUS, C. M. de - *op. cit.* p. 19. - "Deixei o leito, fui buscar água. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila."

²⁸⁵ A água, assim como a luz, "constitui uma das maiores reivindicações dos favelados" GOULART, J. A. - *op. cit.* P. 43. Para atender a esta reivindicação, em Campinas, exigiu da Prefeitura estabelecer negociações com

da Assembléia do Povo. Com relutância e em meio a restrições burocráticas, as torneiras coletivas, comunitárias ou individuais e os postes com quadros de distribuição de força foram sendo incorporados à paisagem das favelas. Mudança de direção política na atuação da Promoção Social? Não. O discurso continuou o mesmo: “ (...) *este estágio de levar água (...) às favelas não se trata de um esquema definitivo. Não pretendemos fixar ninguém (...) mas dar a essa população benefícios para que possam sair, numa fase posterior, delas (...)*”. Só a prática sofreu modificações, pois com a falência do programa das casas transitórias, colocava-se a necessidade de buscar outra saída que sustentasse o discurso de espaço transitório entre favelado e “cidadino”: “ (...) *a atual administração visa acabar com as favelas, substituindo-as por modernos núcleos habitacionais urbanizados*”.

No rol de reivindicações da primeira Assembléia do Povo havia a proposta de parcelamento e compra das áreas públicas ocupadas por favelas. Na véspera, havia sido promulgada a Lei Municipal nº 4.865, de 7 de março de 1979, “*que proibia qualquer negociação em torno da questão da posse da terra.*”²⁸⁶ A contraproposta foi o Programa de Financiamento para Lotes Urbanizados (PROFILURB) e o compromisso do Prefeito Chico Amaral de não promover mais nenhuma remoção. Mas a prática de remoção foi fortalecida e veio a ser o elo articulador do movimento dos favelados, que passaram a resistir organizadamente às ações da Prefeitura nesse sentido. O PROFILURB foi rejeitado e, em setembro de 1980, o Prefeito reconheceu o fracasso. (Fig.34)

O embate político entre o Executivo municipal e a Assembléia do Povo acirrou-se provocando uma crise política interna e o desgaste político do Prefeito diante dos setores da elite dominante local. Chico Amaral viajou para o exterior e o Vice-Prefeito assumiu o cargo. A atuação de José Roberto “Grama” Magalhães Teixeira foi outra. Abordava bairros e favelas isoladamente através das ARs e do Conselho das Sociedades Amigos de Bairros (SABs),

a SANASA e a CPFL. A forma de instalação da água dependia da proximidade da rede de distribuição e da opção por torneiras coletivas, hidrômetro comunitário ou individual. No caso da luz, a CPFL só fazia ligações próximas à rede pública, o que provocava um acúmulo de “postinhos” nas calçadas e a multiplicação das “gambiaras”.

²⁸⁶ LOPES, D. A. - *op. cit.* pp. 80-81.

reconhecido como interlocutor legalmente constituído. A desmobilização sobrevoava o movimento, principalmente entre as associações de moradores dos bairros com orientação política conflitante. Concentraram-se os esforços para manter a mobilização dos moradores de barracos, que corriam o risco de perder o espaço político conquistado. O tratamento das questões levantadas pelos favelados sofreu retrocesso significativo, o discurso anterior foi recuperado, o programa PROFILURB reativado, as remoções arbitrárias e a prática clientelista retomadas.

Em 16 de dezembro de 1979, quinhentos moradores da favela do jardim Campos Elísios dirigiram-se à Prefeitura, onde denunciaram a ameaça de remoção de quinze barracos. Reivindicavam saber para onde iriam, em que condições, quais as garantias de infra-estrutura e da posse da terra, o direito de aceitar ou não a remoção e qual seria a situação dos que permanecessem no local. E exigiram que o poder público se manifestasse de alguma forma sobre o loteamento das favelas.²⁸⁷ A resposta continuou sendo o PROFILURB, mas sem estabelecer prazos. O primeiro núcleo já estava em processo de implantação e o segundo em estudo. Um conjunto de quinhentas e seis “casas-embriões”²⁸⁸ foi executado no Jardim Aeroporto, longe da malha urbana, próximo ao Distrito Industrial e aos conjuntos da COHAB. (Fig.35)

As expulsões das favelas foram suspensas. “Chico” Amaral reassumiu o cargo no início de 80 e recebeu em audiência de gabinete 200 moradores de duas favelas, uns ameaçados de remoção outros reivindicando o loteamento das favelas. Recorreu às leis para fundamentar suas respostas. Afinal, dependia de uma lei municipal sobre a matéria, cuja competência era da Câmara de Vereadores, e ainda lembrou uma lei federal que proibia iniciativa neste sentido.²⁸⁹

²⁸⁷ *Idem*, p. 89.

²⁸⁸ Casa-embrião era um módulo de 15,00 m² com dois cômodos - quarto-cozinha e banheiro. Apresentava problemas de conforto térmico e estruturais, era construída em bloco de concreto com cobertura de telha ondulada de fibrocimento. Em 9 de dezembro de 1980, após um vendaval com muita chuva, as quinhentas e seis unidades implantadas foram praticamente destruídas. Este fato provocou arrependimento naqueles que haviam aceito a transferência para área e reforçou a rejeição dos outros moradores das favelas.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 90.

A intenção era redirecionar as negociações do movimento para uma arena política mais complicada - os vereadores. Por outro lado, recorria ao nível federal para explicar seu impedimento de tratar a matéria, colocando-a fora de sua competência legal.

O tiro acabou saindo pela culatra. A assessora jurídica²⁹⁰ do movimento invocou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual a habitação é considerada um direito natural, o reconhecimento desse direito pela Constituição Brasileira e a Lei Federal nº 4132, de 10 de setembro de 1962, que regulamenta a desapropriação por interesse social. O art. 2º dessa lei define o interesse social e estabelece em itens os casos aos quais se aplica. O item IV é claro: ***“Manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos de mais de dez famílias.”***²⁹¹

Segundo a análise da assessoria, esta lei se aplicava aos terrenos particulares. Mas a propriedade pública, como ficava? A resposta estava no Decreto-Lei Nacional nº. 271, de fevereiro de 1967, que

“cria o DIREITO REAL DE USO sobre terrenos públicos e privados, como direito real resolúvel, permitindo sua inscrição em livro próprio, com fruição total do bem, apenas condicionada à destinação fixada, transferindo-se inter vivos e causa mortis, como qualquer direito real”.²⁹²

A notícia se espalhou e a mobilização cresceu. Aos resistentes à política de desmobilização do movimento promovida pelo Vice-Prefeito no fim de 79, outros e mais outros vieram somar suas forças, chegando a congregar cinquenta e quatro dos oitenta e quatro núcleos existentes na cidade. Discussões, reuniões de representantes e assembléias nas favelas

²⁹⁰ Advogada Maria Mazzariol Volpe.

²⁹¹ *Apud, Assembléia do Povo: “A luta pela Terra”* - publicação interna produzida pelas assessorias do movimento em janeiro e fevereiro de 1982, p. 24.

²⁹² *Idem.*

multiplicaram-se e a luta pela posse definitiva da terra ocupada tomou forma e força política. *“Posse legal e de fato, não sob uma visão de propriedade privada - terra para negociar, mas sim com o objetivo de satisfazer a necessidade primeira do homem - terra para morar.”*²⁹³ No dia 14 de novembro de 1980, as escadarias do Paço Municipal acomodaram seis mil pessoas que, em mais uma Assembléia do Povo, entregaram um documento formado por essas Leis e pareceres favoráveis de juristas reconhecidos nacionalmente, reivindicaram a terra, a participação paritária nas comissões de regulamentação da posse, a autogestão das áreas em que moravam, um basta às ações arbitrárias das assistentes sociais e deram o prazo de trinta dias para a resposta da Prefeitura²⁹⁴. Algumas destas reivindicações obtiveram resposta imediata: as assistentes sociais foram retiradas das favelas provocando a demissão do ocupante da Secretaria da Promoção Social, e garantiu-se às associações de moradores a autogestão nas áreas ocupadas. Por outro lado, o Executivo Municipal elaborou um Anteprojeto de Lei concedendo o Direito Real de Uso aos favelados e submeteu-o à discussão em diversos setores da sociedade civil e na Assembléia do Povo. Após estudos e discussões internas, o movimento marcou audiência com o Prefeito, levou suas críticas e a reivindicação de apresentar um substitutivo sobre a matéria que atendesse os interesses dos moradores das favelas. O Prefeito atendeu a reivindicação e o Projeto-Lei foi elaborado em menos de um mês.

As condições gerais do Projeto de Lei foram discutidas com as associações de moradores de favela e estabeleceu-se que:

“o uso da terra seria exclusivamente residencial; em caráter gratuito; por tempo indeterminado; como direito real resolúvel; com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade; responsabilidade tributária; transferência por sucessão legítima e resilição em casos de desvio de finalidade.”²⁹⁵

²⁹³ De PAOLI, T.P - *op. cit.*, p. 2.

²⁹⁴ Esse era o prazo que o movimento dava à Prefeitura para responder as reivindicações encaminhadas em cada ato público ou audiência.

²⁹⁵ **Assembléia do Povo: A luta pela terra - *op. cit.* p. 40.**

A subdivisão das áreas seria realizada através de um Plano de Urbanização Específica, elaborado pelos moradores, através de sua associação e segundo diretrizes mínimas.

No dia 14 de janeiro de 1981, o texto foi entregue ao Prefeito, que o encaminhou à Câmara com pedido de urgência. A tramitação foi acompanhada de perto por um plantão permanente de favelados. O Projeto de Lei²⁹⁶ entrou em pauta na sessão do dia 26 de fevereiro. O plenário estava lotado e a expectativa era grande. Os vereadores, incomodados com a presença maciça do povo, adotaram diversas manobras para esvaziar o plenário, atrasando a votação até a 1h30 da manhã do dia 27. (Fig.36)

*“ Provavelmente quem lê este artigo, toma três refeições por dia, dorme 8 horas por dia e trabalha duro, mas não pega no ‘pesado’ - literalmente falando. Por isso é difícil compreender o sofrimento a que foram expostos 120 favelados de Campinas na fatídica noite de anteontem na votação que lhes tirou o direito da terra onde estão atualmente com seus barracos. ”*²⁹⁷

A Câmara apresentou e aprovou um substitutivo ao Projeto de Lei encaminhado pelo Prefeito, cujo conteúdo era basicamente o mesmo, mas com alteração significativa do artigo 1º, que dispunha sobre a Concessão do Direito Real de Uso, autorizando-a apenas para os bens patrimoniais, excluindo os bens de uso comum do povo - as praças públicas. Resumindo, o projeto aprovado tirou as terras dos favelados.

“Somente as pessoas que tomam três refeições, mas que estiveram na Câmara durante a sessão de anteontem, compreenderam perfeitamente a desumana situação daquele povo, que tomou todos os lugares do plenário do nosso legislativo, para ver os vereadores

²⁹⁶ Esse ficou conhecido como “o Projeto dos favelados”, ou “o Projeto da Assembléia do Povo”.

²⁹⁷ **Jornal de Hoje** - “ Bolachas em Plenário” - colunista interino J.B. Oliveira, p. 2 , 28 de fevereiro de 1981.

rejeitarem a doação."²⁹⁸

Algumas pessoas sentiram medo. Medo de uma revolta, de gestos de desespero e loucura. Ninguém esperava, que após mais de 7 horas de espera em pé, com fome, sono e cansaço, os favelados reagissem daquela forma à rejeição do projeto. A indignação tomou conta do plenário, após o esclarecimento da assessoria jurídica, houve choro, sussurros, mas logo depois, de pé e de frente, encarando os vereadores, entoaram o Hino Nacional. Alguns inconformados exibiam o título de eleitor, prometendo não esquecer dos vereadores nas próximas eleições²⁹⁹. (Fig.37)

Esta derrota provocou uma luta acirrada entre diferentes representantes da sociedade civil, a Assembléia do Povo, os vereadores e o Prefeito. A Igreja Católica divulgou uma carta com os nomes de todos vereadores³⁰⁰ que votaram contra o projeto original. Um ato ecumênico foi realizado no Jardim Carlos Gomes. E diversas entidades sindicais, comunitárias e religiosas enviaram cartas de apoio³⁰¹. O Prefeito, numa última tentativa, vetou o substitutivo, mantido pela Câmara apesar do trabalho de sensibilização realizado pelos favelados.

A assessoria jurídica do movimento analisou o substitutivo aprovado e concluiu que a saída seria a desafetação, através de decreto, antes da promulgação da Lei. Várias consultas foram realizadas junto a juristas da área de Direito Administrativo, que confirmaram essa

²⁹⁸ *Assembléia do Povo - op. cit. p. 2.*

²⁹⁹ *O Repórter da Região: "Favelada saca uma arma mortal - Título de eleitor pra acertar contas com vereador"; Campinas, ano III, n. 14, abril de 1981.*

³⁰⁰ *"(...) chamando-os de traidores do povo e conclamando os cristãos a repudiarem a Traição". Assembléia do Povo - op. cit. p. 111.*

³⁰¹ O contato com as entidades, sindicatos, associações e igrejas foi articulado na reunião do dia 6 de março de 1981, que contou com a presença de 14 associações. Entrou-se em contato com: Associação dos Servidores da Universidade de Campinas, Associação dos professores da PUCC, Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, ASC (Associação dos Secundaristas de Campinas), sindicato dos bancários, ferroviários, hoteleiros, petroleiros, vidreiros, condutores rodoviários, construção civil, lojistas, jornalistas, corretores, professores e outros. O saldo foi positivo, só dois sindicatos negaram o apoio: construção civil e lojista. (anotações pessoais das reuniões).

possibilidade, principalmente por não existir nenhuma lei municipal sobre a matéria. Esta solução foi apresentada ao Prefeito, que assumiu o compromisso e o risco. Ao retornar ao cargo, após um mês afastado por doença, assinou o Decreto nº 6.449, de 30 de março de 1981, que *“procede à desafetação de bens públicos que relaciona, transferindo-os da classe de uso comum do povo para a de bens patrimoniais”*.³⁰²

*“Na cidade de Campinas
tem o povo favelado
que luta todo dia
pra ser respeitado.
E o povo organizado
construiu o seu projeto
para urbanizar a favela
só faltava o decreto.”*³⁰³

O povo recuperava a terra por decreto e as diretrizes, regras e normas para a urbanização das áreas por lei. A reação da classe política foi imediata.

*“O Prefeito Francisco Amaral parece ter alcançado o seu propósito de transformar a cidade de Campinas numa imensa favela. Ontem ele baixou três atos destinados a doar terrenos públicos aos favelados, embora alguns juristas entendam que Amaral conseguirá mesmo a cassação do seu mandato.”*³⁰⁴

³⁰² *Assembléia do Povo - op. cit. p. 48.*

³⁰³ *O Repórter da Região: “A caça da Codorna” - op. cit. Essa poesia foi feita por um favelado no início da luta pela terra e publicada neste jornal.*

³⁰⁴ *Jornal Correio Popular - “Vejam o que Amaral fez para Campinas”; 31 de março de 1981 p.1.*

O dia 30 de março foi considerado o **DIA DA VITÓRIA**.

*“(...) é um dia que vai entrar na história do povo brasileiro, é o dia em que os favelados de Campinas, depois de muita luta conquistaram o direito de morar definitivamente nas praças onde ficam as favelas.”*³⁰⁵

Risos, abraços, gritos e choros tomaram os corredores do Pio XII. Os fogos explodiam no céu e a caravana, divulgando a notícia, partiu para as favelas. Mas numa luta o gosto da vitória muitas vezes dura pouco, o melhor é preparar-se para as próximas batalhas, que, neste caso, não foram poucas.

*“Olha, minha gente
A história não pára aqui
Tem muita luta pra frente
o importante é resistir
A codorna foi caçada
isso fica na lembrança
Saiba que o povo oprimido
nunca perde a esperança.”*³⁰⁶

A palavra que dominava as conversas e o imaginário era CONSTRUIR. Mas antes era necessário urbanizar, sanear, cadastrar e elaborar o Plano de Urbanização Específica. Estudar, desenhar, medir, conferir, discutir e elaborar as plantas das moradias. Pesquisar custos, processos construtivos alternativos, frear a “sede” construtiva e, antes de mais nada, manter a

³⁰⁵ O Repórter da Região - “A praça é do povo”, *op. cit.*

³⁰⁶ *Idem* - “A caça da Codorna”.

mobilização do povo. O trabalho só havia começado, agora era hora de arregaçar as mangas e pegar no pesado mesmo. Pois apesar da disposição do Prefeito em levar adiante o compromisso assumido, a prefeitura não tinha dinheiro para cumprir sua parte prevista na Lei da Terra: levantamento topográfico, plani-altimétrico, terraplenagem e drenagem, canalização de cursos d'água, construção de galerias e outros serviços necessários à elaboração e implantação do Plano de Urbanização Específica.

Nesse momento, os dois campos de articulação do movimento tomaram caminhos distintos, mas articulados entre si. O externo, o campo da política, que deu ênfase à divulgação das posições do movimento e às articulações com setores da sociedade em busca de apoio às ações do Prefeito e à Lei da Terra. O interno, o espaço de articulação e mobilização dos favelados, que aconteceu nos locais de moradia e privilegiou o processo de “urbanização” das áreas.

As questões suscitadas pela Assembléia do Povo, no campo da política, foram elaboradas em pesquisas, teses, artigos e livros como o de Doraci Lopes - **Marginais da História? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo publicado em 1997**, a dissertação de mestrado de Ana Cristina de Almeida Fernandes - **Uma imagem em negativo: considerações em torno da assessoria do movimento popular**, defendida, em 1989, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e o livro de Maria José Mattos Taube: **Pobre é que nem abelha, cada dia zune num canto - Estudo de processos migratórios e fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais**”, publicado pela editora da UNICAMP em 1986.

Esses trabalhos são de leitura obrigatória para quem está interessado em compreender a dinâmica do Movimento nos seus aspectos mais amplos. No entanto, há ainda muitas questões que perpassam o espaço interno de articulação e mobilização nas favelas e ficaram subentendidos e justificados pelo compromisso político com o Movimento. Resta ainda explicitar a dinâmica da relação existente entre as assessorias e a população, como o conflito entre o saber do técnico - arquiteto e engenheiro- e o saber “popular” do construtor prático, o mestre-de-obra e o servente de pedreiro. Como também a influência das diferenças culturais

na construção das moradias, na opção da casa isolada no lote, na construção da edícula - “casa de fundos” ou na opção de relacionamento dos favelados com a Prefeitura.

O pesquisador, ao privilegiar umas questões em detrimento de outras, faz sua opção e recorta o objeto de análise. Individualmente arma o seu tripé, gira a mira e foca o ângulo de preferência. Minha opção é pelas questões suscitadas no espaço de articulação e mobilização no cotidiano do movimento. Pois elas sempre foram as que mais me inquietaram intelectual e profissionalmente durante os seis anos em que participei da assessoria de moradia da Assembléia do Povo. Nesse período de prática cotidiana da urbanização das áreas de favela, convivi com problemas, conflitos e diferenças culturais. Afinal qual era o papel social e político do técnico-profissional comprometido com o movimento social? Como as concepções de cidade eram apropriadas pelos favelados e pela elite no poder? Qual era a participação dessas concepções, na construção do imaginário urbano e da legitimação do discurso político da luta pela terra? Será que a solução da moradia não está além da necessidade? Qual é o papel da cultura na opção de moradia do indivíduo?

Essa experiência me marcou profundamente, colocando em questão, não só a minha compreensão e concepção de cidade, como muitas das minhas certezas teóricas e técnicas. Refleti, na época, sobre algumas dessas dúvidas, procurei ampliar minha compreensão da cidade e tentei revê-la durante minha atuação prática. Mas, no auge do envolvimento com o trabalho de assessoria, a grande maioria ficou só registrada. Agora, o que pretendo é recorrer às lembranças, recuperá-las da memória e narrá-las a luz do tempo.

FONTE: Jornal "Hora Sincra", 21 de dezembro de 1980

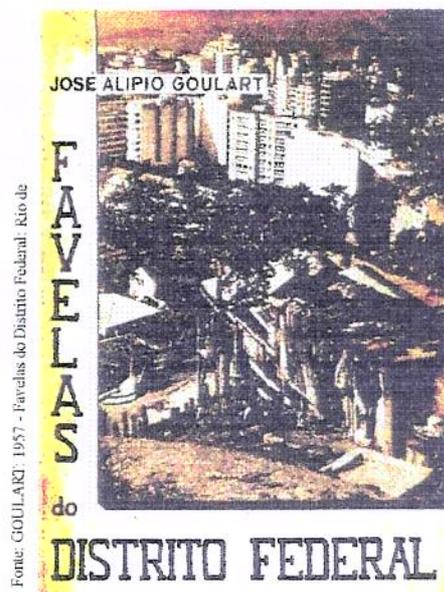


Fig. 31 - Assembléia Local - realizada ao ar livre nas áreas de favela.

FONTE: Jornal "Hora Sincra", 21 de dezembro de 1980



Fig. 32 - Assembléia do Povo no Paço Municipal de Campinas.



Fonte: GOULART, 1957 - Favelas do Distrito Federal: Rio de Janeiro

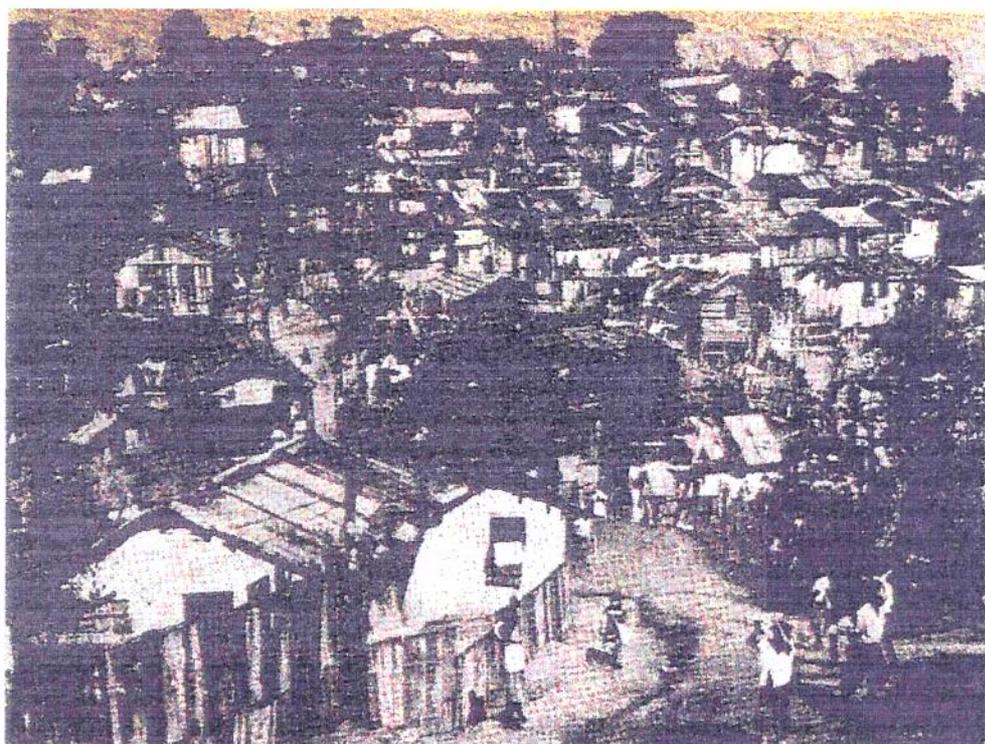
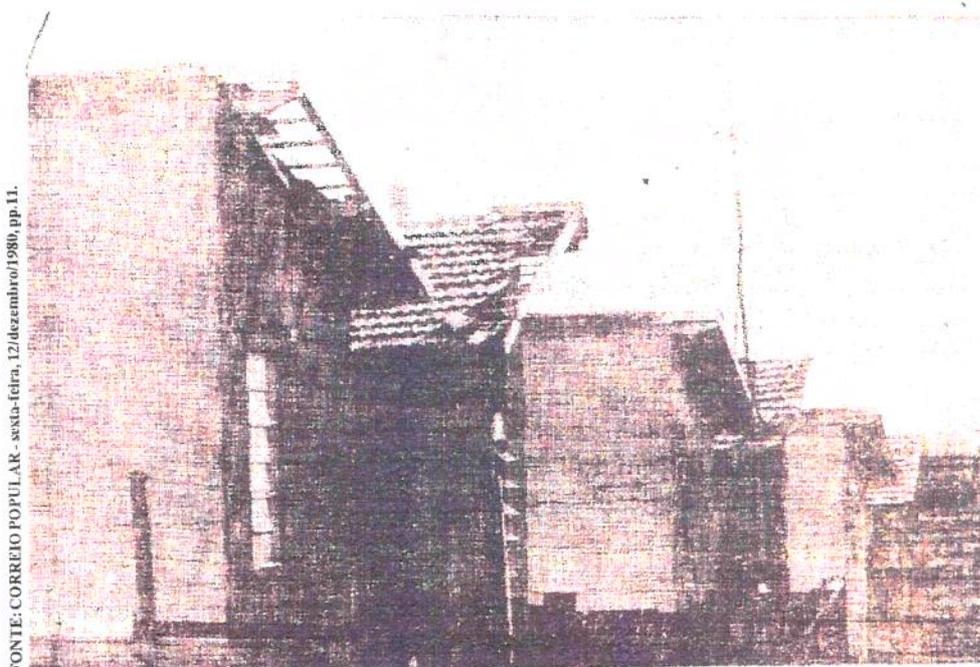


Fig. 33 - Imagem de Favela no Rio de Janeiro da década de 50.



FONTE: CORREIO POPULAR - sexta-feira, 12/dezembro/1980, pp.11.

Fig. 34 - Conjunto PROFILURB: casas destelhadas após chuvas e ventos que atingiram velocidade de 60 km/h em 9 de dezembro de 1980.



FONTE: CORREIO POPULAR - sexta-feira, 12/dezembro/1980, pp.11.

Fig. 35 - O Conjunto PROFILURB tinha 506 casas-embrião de 15,00 m² cada. A chuva destelhou a maioria delas.



Fig. 36 - Momento da rejeição do Projeto de LEI que dispunha sobre o Direito Real de Uso da Terra - sessão da Câmara de Vereadores do dia 26 de fevereiro de 1981.



A decepção depois da espera até às 2 horas da madrugada.



Indignação final. Dna. Marlene desabafa: "Traidores . . ."

FONTE: HORA SACRA - Semanário cristão Campinas, 8/março/1981.

Fig. 37 - Câmara dos Vereadores madrugada do dia 27 de fevereiro de 1981. Primeiro "A decepção depois da espera até às 2 horas da madrugada" e logo a seguir a "Indignação final". Dona Marlene desabafa: **TRAIADORES...**

- A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS -

*“E sobretudo é preciso
trabalhar com segurança
pra dentro de cada homem
trocar a arma da fome
pela arma da esperança”*

Ferreira Gular - “A bomba suja”

Iniciei minha experiência política, técnica e profissional, junto à Assembléia do Povo, no segundo semestre de 1980. Alguns dos motivos que me levaram a assumir, nesse momento, um compromisso político com o movimento popular foram: a efervescência política do país, a anistia, a reorganização da sociedade e o alerta de Carlos Nelson Ferreira dos Santos no texto “Quando as pranchetas mudaram de rumo”.³⁰⁷ Em 1980, no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de assistir a uma exposição oral do autor, sobre a sua experiência em Brás de Pina. Ele era arquiteto urbanista e havia atuado junto às favelas do Rio de Janeiro, nas décadas de 60 e 70. Assim, não fui a primeira ser atraída por este tipo de atuação política e, felizmente, nem a última. A atuação dos arquitetos-urbanistas nas ONGs, na gestão da Prefeita Luiza Erundina em São Paulo e no projeto Rio-Favela foram alguns desdobramentos importantes realizados em espaços diferenciados cujo elo comum era o compromisso político e social com a classe desfavorecida.

Encerrei minha participação na Assembléia do Povo em 1986, quando ela foi desarticulada enquanto movimento político coletivo, mas mantive contato com algumas lideranças locais por mais alguns anos.

Minha intenção, neste capítulo, é refazer o percurso dessa experiência. Recuperá-la através de fontes primárias, das lembranças, da memória, das minhas anotações pessoais, dos desenhos e das falas.

³⁰⁷ Li esse texto na década de 70, era uma reprodução xérox. Perdi a cópia e agora não tenho certeza nem do título correto. Mais tarde li o livro, do mesmo autor - *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

.Lembrança³⁰⁸

*“ minha memória evapore
feito a água
 de uma lágrima*

*minha lembrança se vá
sem deixar lembrança alguma
 em seu devido lugar*

*se um dia eu esquecer
que você nunca me esquecerá”*

Paulo Leminski - La vie en close

³⁰⁸ Dicionário Aurélio - ato ou efeito de lembrar-se, coisa que se apresenta em um dado momento da memória, trazer à memória - reminiscência: aquilo que se conserva na memória.

- “musa inspiradora do épico ... institui a corrente da tradição que transmite o acontecimento de geração a geração”. BENJAMIN, Walter - *O Narrador*, trad. José Lino Grunnewald in *Coleção Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 67.

.O primeiro contato

Medo, lógico. Lembrei-me das passeatas estudantis de 68. Gás lacrimogêneo e de efeito moral, policiais, cassetetes, correria, mas superei o medo. Molhei o lenço, coloquei os tênis e me preparei para o pior.

Cheguei na Avenida Irmã Serafina e parei, fixei o olhar e, devagarinho, fui enchendo-o com a multidão. Subindo as escadarias do Paço Municipal, estavam velhos, jovens, mulheres e crianças, todos com bandeiras, cartazes em cartolina, papel pardo e vermelho salpicados de palavras de ordem e desespero. Desciam dos ônibus cantando “**o povo unido jamais será vencido**”. (Fig.38)

.A minha primeira Assembléia do Povo ³⁰⁹

Era noitinha. Parei o carro a umas duas quadras e pretendia vencer o que faltava a pé. Devagar e atenta me dirigia à Prefeitura. Era a primeira vez que iria subir aquela escadaria sem nenhuma pasta amarela debaixo do braço, ou algum imposto atrasado para pagar dentro da bolsa. Não iria atender nenhuma notificação do Departamento de Urbanismo e nem procurar as últimas modificações do Código de Obra. Minha ida ao Paço Municipal, naquele dia, tinha uma única e exclusiva razão, pretendia assistir *in loco* a uma Assembléia do Povo.

³²⁷ Esse texto foi escrito em 1984 e faz parte do meu arquivo pessoal.

Mãos no bolso, segurei firme o lenço úmido e apertei o passo. Afinal, o que me fez ir até ali? A curiosidade intelectual ou a esperança política? A única coisa que sabia era que aquela assembléia não se resumiria às poucas notícias dos jornais, aos relatos do Batata, do Alcides e do Toninho e às discussões intelectuais no IFCH/UNICAMP, como as anteriores. Continuei caminhando. Já na proximidade da Prefeitura pude vê-los. Eram tantos. Quando cheguei ao sopé da escadaria, percebi que não eram tantos, mas eram muito mais do que calculara, e continuavam chegando, desciam dos ônibus, passavam por mim, subindo. As mãos permaneciam no bolso, apertei o lenço mais uma vez e procurei observar aquelas pessoas que passavam por mim. Faces queimadas, sugadas, velhos, jovens, homens, mulheres e crianças. Alguns calçados, outros descalços, chapéu e lenço na cabeça. Eram rostos diferentes e distantes. Alguns me olhavam, outros não. Quieta, retirei o lenço do bolso. Ele destoava daquela multidão, mas, após tantos anos, ainda era um companheiro inseparável de atos públicos. Recoloquei-o no lugar, subi e desapareci na multidão. Caminhei pela margem da concentração, parei em frente à Câmara do Vereadores, um pouco afastada, afinal, era uma estranha, sentia-me estranha e na posição de espectador.

Baixinha, mal conseguia enxergar o palanque, mas não desistia de procurar um rosto conhecido, e foi com satisfação que meus olhos encontraram o Batata.

Lá estava ele, com sua inseparável **Asahi Pentax**. CLIC, CLIC, registrando tudo e todos. Na hora em que o olho cansou do visor e o filme acabou, aproximou-se: “Até que enfim resolveu aparecer, hem!”, teria dito ele. Bem, se não foi isso, foi algo muito parecido e bem mais sarcástico.

Apoiei-me no Batata e subi na cerquinha de arame do jardim. Afinal consegui enxergar melhor o palanque. Batata, o grande falador, começou a identificar os personagens que se revezavam lá na frente. Lembro-me de alguns: Donizete, Wanda, Dona Ilza, seu Leobino, Dionísio e seu Adonias. Nesse ínterim o Toninho se aproximou e começou a me passar mais informações, substituindo o Batata que não parava quieto no lugar.

Quem coordenava (se a minha memória não embaralhou todas as Assembléias a que assisti) era seu Leobino - presidente da Associação dos Moradores de Favela do Jardim Campos

Elisios e Região, baixinho, com voz forte e uma fala, para mim, extremamente difícil de compreender. Uma fala simbólica e cheia de metáforas, que só viria a entender algum tempo depois, mas ali, naquele momento era a fala que melhor expressava o desejo do povo e era recebida com aplausos e completada com palavras de ordem. Estarrecida, percebi que a analfabeta ali era eu.

Seu Leobino, no microfone, ia apresentando seus companheiros e os oradores seguintes. A cada fim de discurso ele o articulava com os anteriores e introduzia o refrão no momento certo:

“O povo unido jamais será vencido”

“ Deus fez a Terra

Pra tudo quanto é vivente

Viver em cima dela

A terra é nossa

O maior erro do Homem

É vender a terra

A terra não foi feita para ser

vendida

A terra é minha

A terra é nossa

A terra é do POVO”.

A Terra é minha, sua, nossa .

A PRAÇA É DO POVO”

Seu Adonias, da favela da Vila Georgina, falou da vinda do campo, a expulsão e a chegada à cidade. Dona Wanda, do Londres, completou, destacando os problemas enfrentados

na chegada à cidade e a fixação na favela. Os outros, que pouco a pouco ocupavam o palanque, iam completando a história da trajetória deles - favelados - até o momento.

Todos reafirmavam as condições que possibilitaram estarem ali reunidos no Paço Municipal naquele momento: **“a organização, a solidariedade e a união”**

*“O gigante somos nós, o povo.
Mas o povo, qualquer povo,
só vira gigante, em qualquer berço,
quando desperto, mobilizado,
solidário, comunitário.”*³¹⁰

Fiquei quieta, escutando os discursos e as informações dos meus amigos. No fim da Assembléia, conheci outras pessoas: Mariinha, Conceição, Martinha, Renato e muitos outros dos quais não me lembro o nome. Ah! Lá no meio da multidão consegui identificar o Alcides Mamizuka.

A assembléia foi “quente”. O microfone era disputado pelas lideranças e moradores. Todos falavam. Falar era um direito adquirido e inquestionável. As necessidades afluíam no discurso de cada um, alguns articulados e outros expondo as necessidades cotidianas. Mas a finalidade era a mesma: sensibilizar o Prefeito, convocando-o a comparecer à Assembléia, deixar o gabinete e ouvir a voz do povo. Desafiavam e provocavam os vereadores a saírem de seus esconderijos na Câmara e se misturarem à multidão. No auge da Assembléia foi lida um lista com todas as reivindicações das Associações presentes. O objetivo era a entrega pública e a convocação de outro ato público para buscar as respostas.

Finalmente, nesta assembléia, o Prefeito desceu do gabinete e foi muito bem recebido pelo povo. Como também alguns vereadores. Todos discursaram palavras demagógicas, mas aplaudidas. O povo é educado com as “autoridades”.

³¹⁰ **Diário do Povo** - Joelmir Betting, 27 de novembro de 1980.

.A conversa com Toninho

Meu objetivo era saber mais sobre o Movimento e, principalmente, o papel que ele desempenhava na Assessoria de Moradia e o que os favelados esperavam desse trabalho.

Lembro-me bem, foi uma conversa de 6 horas. Se estava surpresa com o envolvimento dele, a recíproca também era verdadeira.

Paciente e didático, expôs sobre o Movimento e sua participação. Contou um pouco da história política de Campinas, dos percalços do povo nas assembléias e audiências anteriores. Passou pela repressão policial, prisões e torturas enquanto possibilidades presentes. Falou-me do envolvimento voluntário, responsável, numa luta política. Reconheci que tinha razão em muitas coisas, principalmente quanto à responsabilidade, mas estava pensando em algo mais dinâmico, uma troca democrática entre saber, necessidade e opção política.

.A primeira reunião no Centro Pio XII

Fui ao Centro Pio XII na sexta-feira seguinte à Assembléia do Povo do dia 14 de novembro de 1980. Estavam presentes diversos representantes de associações de moradores. E foi o Alcides Mamizuka quem me apresentou como futuro membro da Assessoria de Moradia. Conheci assessores e presidentes de associações. Mas fui recebida com certa reticência e desconfiança.

A Narrativa

“(...) trocar experiência, orientação para interesse prático, dar conselho ao ouvinte; o narrador escolhe o que narra na experiência própria ou relatada.

A tendência é começar a história como uma interpretação das circunstâncias; lenta superposição de camadas finas e transparentes; a despreocupação com que desce e sobe os degraus da experiência, como uma escada.”

“O cronista é o narrador da História (...) a diferença que há entre aquele que escreve história, o historiador, e aquele que narra, o cronista. O historiador está obrigado a explicar, de uma maneira outra, os incidentes de que trata; não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo (...) o cronista livra-se da explicação demonstrável e entra em seu lugar a interpretação (...)”³¹¹

³¹¹ BENJAMIN, Walter - *op.cit.*, p. 65. TODOROV, Tzvetan - “Os dois princípios da Narrativa”, in **Os gêneros do discurso**; São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 61-72. Segundo TODOROV, a narrativa pressupõe a temporalidade, mas recorre ao tempo em unidades descontínuas. Possui dois princípios: o de sucessão e o de transformação, cuja natureza passa pela negação, a interdição ou intenção com realização. A narrativa possui dois tipos de organização: o mitológico, que combina a lógica da sucessão com a negação, e o gnoseológico ou epistêmico, no qual a importância do acontecimento é menor do que a percepção que temos dele, do grau de conhecimento que possuímos. “Consiste numa reinterpretação dos eventos já ocorridos” (p.67). Mas, meio que se pode acrescentar que a procura do conhecimento também domina outro tipo de narrativa: a ficção, no qual “os acontecimentos traduzidos em palavras sofrem profundas modificações. A realidade (...) é uma coisa, enquanto os sinais que a descrevem são incontáveis”, diz LLOSA, Mário Vargas - “A mentira e a verdade na

.As primeiras visitas as áreas de favela

Comecei a freqüentar as favelas após a reunião de coordenação realizada sexta-feira à noite, para avaliar a Assembléia do dia 14 de novembro de 1980. Acompanhei Toninho, que havia agendado para o fim de semana visitas em algumas áreas. Fomos à Vila Ipê, onde fui recebida com curiosidade e desconfiança. Toninho me apresentou como arquiteta interessada em “entrar na luta”. O murmúrio corria: “a nova engenheira...”. Engenheira, eis um detalhe que merece reflexão. A identificação e associação do engenheiro como único profissional da construção civil e o desconhecimento da atividade do arquiteto na área não são restritos ao favelado, permeia a visão de mundo de diversas pessoas de diferentes classes sociais. Logo essa associação não provocou estranhamento e, por todos esses anos, fomos, somos e seremos os Drs. Engenheiros. Arquiteto, só na carteirinha do CREA, no registro do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, nos espaços institucionalizados do mercado de trabalho.

Nessas reuniões, quem falava era o Toninho, caloura no assunto, eu só escutava. Quando menos esperava, passavam-me a palavra. E aí estabelecia-se a confusão na minha cabeça. Escolhia as palavras com cuidado e procurava repetir aquilo que já havia captado. Procurava pontuar os passos da “**luta pela terra**”: a) ficar onde está, b) a não-remoção da população das áreas ocupadas; c) retirada das assistentes sociais das áreas de favela: autonomia de ação para as associações; d) urbanização da área.

O momento era de grande polêmica e mobilização para a Assembléia do Povo. Havia a questão do PROFILURB, o encaminhamento das reivindicações de água e luz, o relacionamento com a Secretaria da Promoção Social, o projeto da Lei da Terra do Prefeito e a conseqüente negociação de seu substitutivo. A chegada de novas pessoas era olhada com desconfiança. Afinal, qual era o interesse em entrar como voluntário numa luta que não era sua? Quais eram os compromissos? E o ganho? Perguntas e mais perguntas.

.A Lei da Terra

Os primeiros estudos dos conceitos jurídicos que caracterizariam a Lei da Terra foram apresentados no 1º Encontro dos Moradores de Barracos de Campinas, em agosto de 1980, pela advogada Mariinha Massariol, assessora jurídica da Assembléia do Povo. A Lei Federal nº 4.132, de 1962, por exemplo, visava à proteção de posseiros em terrenos urbanos públicos e privados. O Decreto Lei Nacional nº 271, de 1967, instituía a **Concessão Do Direito Real De Uso Por Interesse Social** de terras públicas e privadas. O artigo 160/III da Constituição Federal vigente na época reconhecia a **Função Social da Propriedade**. Tudo indicava que esses parâmetros legais davam consistência à reivindicação da posse da terra pelos favelados, tornando-a defensável. Esta pesquisa foi entregue ao Prefeito Chico Amaral na Assembléia do Povo do dia 14 de novembro 1980. E seria a espinha dorsal do Projeto de Lei e do substitutivo da Lei da Terra.

Se a solução no campo jurídico parecia possível, faltava encontrar uma que permitisse o parcelamento das áreas ocupadas sem o estabelecimento *a priori* de lote mínimo, pois cada área teria um tamanho de lote, as densidades variavam muito de área para área e os moradores queriam ficar onde estavam, descartando qualquer tipo de remoção.

Os parâmetros urbanísticos de parcelamento, loteamento e subdivisão de glebas e lotes urbanos são regulamentados no nível federal pela Lei nº 6.766, de dezembro de 1979, que: “Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”. Ela estabelece dimensões, área, testa do lote mínimo, declividade, porcentagem destinada ao uso público e institucional, a infra-estrutura urbana necessária à aprovação dos empreendimentos.

Essas exigências, aplicadas às áreas de favela, poriam por terra qualquer ilusão de ficar onde estava. Mas a própria Lei nº 6.766, de 1979 indicava uma saída, pois no Cap. II, art. 4º item II³¹² prevê que em casos especiais e de interesse social, o poder local pode estabelecer

³¹² Lei Federal nº 6.766, de dezembro de 1979: Cap. II - Dos requisitos urbanísticos para loteamento: II - “os lotes terão área mínima de 125,00m² e frente mínima de 5,00m, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de

novos parâmetros urbanísticos assegurando as condições mínimas de salubridade, estabilidade da terra, declividade e outros, permitindo a elaboração de Plano de Urbanização Específica.

A Assessoria de Moradia discutiu, pesquisou e propôs diretrizes urbanísticas específicas para as áreas. O dimensionamento, a função e a representação simbólica das vias de circulação, do lote e das edificações, reconhecidos tecnicamente e utilizados no parcelamento do solo urbano, colocavam problemas concretos. Se fossem aplicados na urbanização das favelas, a terra desapareceria. O problema foi discutido com os moradores, em assembleias locais, e as definições técnicas e legais desses elementos do desenho urbano, foram questionadas. A situação dos loteamentos, próximos às favelas, serviram de comparação na análise. Esses loteamentos, legalizados ou não, possuíam características de uma concepção de cidade inerente às diretrizes urbanísticas, reconhecidas tecnicamente, e uma identidade com o discurso legal corrente. Após as discussões, ficou a proposta de que esses elementos deveriam ser substituídos por outros que não só atendessem, a especificidade da urbanização das áreas ocupadas como imprimissem, no desenho urbano da favela, a identidade política do Movimento.

. As discussões

As vias de circulação são vistas como espaço de circulação de pessoas, veículos e mercadorias, cujas dimensões variam de 14,00m a 25,00m. A questão colocada era: qual seria sua função nas áreas de favela? A resposta, tirada em conjunto com os moradores, foi que as vias de circulação deveriam assumir um caráter estritamente local e que, além de acesso às moradias, deveriam ser destinadas à circulação de pessoas e a local de reunião e lazer. Suas dimensões deveriam permitir o tráfego apenas eventual de veículos de serviço: lixeiro, peruas de compras, ambulância e bombeiro, restringindo a circulação de veículos particulares e preservando a maior parte da área para moradia. Foram definidos três tipos de vias: **caminho**,

conjunto habitacional de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.”

passagem e escada.

O **caminho** era caracterizado como via coletora local (Figs.39-40) com: 6,00m de largura, comprimento menor ou igual a 300,00m a não ser que houvesse acessos alternativos transversais, mão única de direção, declividade menor ou igual a 12%, tolerável até 15%, raio em curvas e esquinas de 9,00m. Permitiam-se caminhos sem saída, utilizando, no final, sistemas de retorno do tipo “T” ou martelo, e recomendava-se que seu comprimento não ultrapassasse 15 vezes a sua largura.

A **passagem** foi caracterizada como via local exclusiva para pedestres (Figs.41-42) com: 3,00m de largura, comprimento menor ou igual a 200,00m a não ser que houvesse acessos alternativos transversais, declividade menor ou igual a 15%, não apresentando ressaltos - guias e sarjetas.(Figs.43-44)

A **escada**, com as mesmas características da **passagem** (Fig.45), foi um recurso adotado para situações em que a declividade estivesse entre 15% e 25%.

Esta busca não se limitou a novas diretrizes urbanística, mas extrapolou o campo semântico. As palavras “conceituais e institucionalizadas” confundiam mais do que ajudavam.

A palavra **rua**, por exemplo, no senso comum significa o leito carroçável, onde passam os veículos. Segue uma hierarquia relacionada com sua largura e fluxo: local, coletora, avenida. A mais utilizada nos loteamentos tem 8,00m de leito carroçável.

A **calçada** é a distância de 3,00m entre a guia e a divisa do lote em ambos os lados da **rua**. Todavia, tecnicamente a **rua** é definida pelo leito carroçável mais as calçadas. As dimensões, os conceitos e as definições das vias de circulação foram estabelecidas enquanto norma, em 1976, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mas a largura padronizada de 14,00m para a rua, local e coletora, é usada desde a década de 50.

Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia : 1981

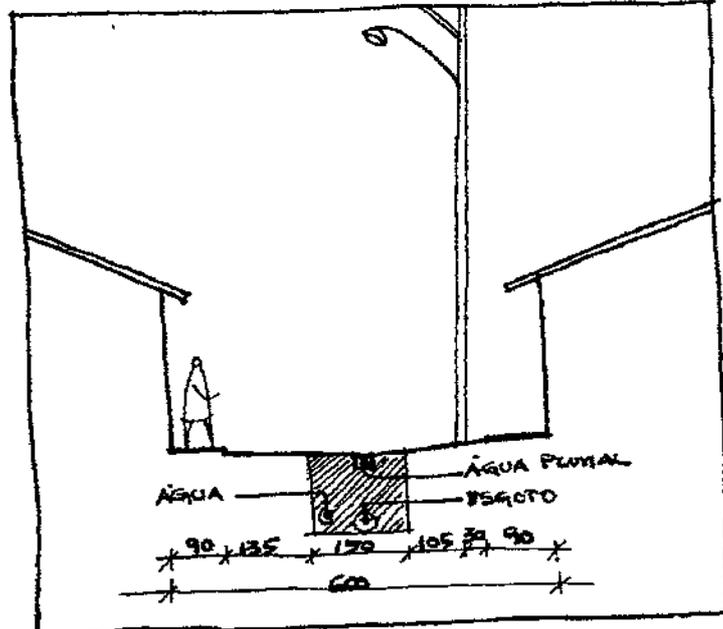


Fig. 39 - Caminho com largura de 6,00m e moradias lindeiras sem recuo frontal.

Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia : 1981

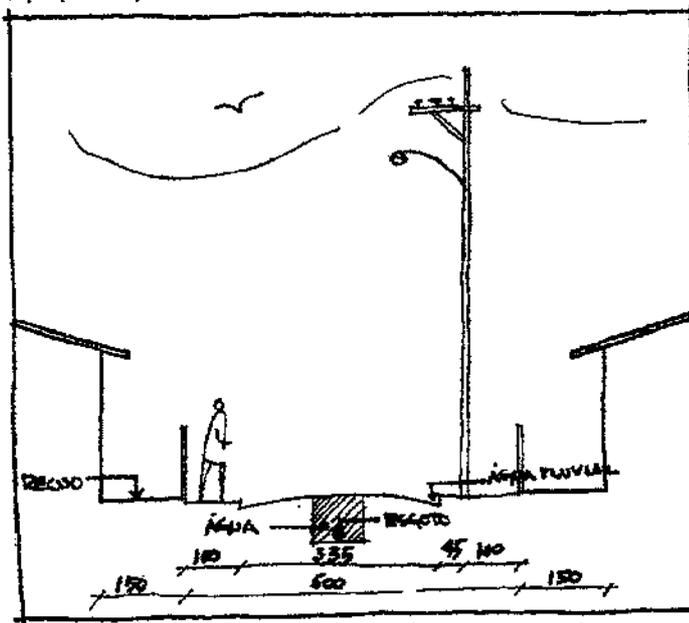


Fig. 40 - Caminho com largura de 6,00m e moradias lindeiras com recuo frontal.

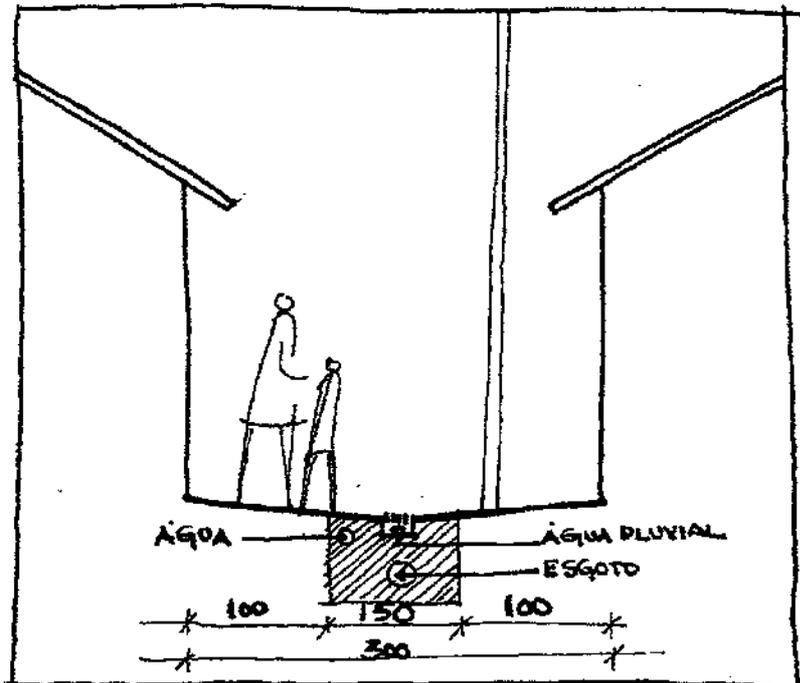


Fig. 41 - Passagem com largura de 3,00m e moradias lindeiras sem recuo frontal.

Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilominia : 1981

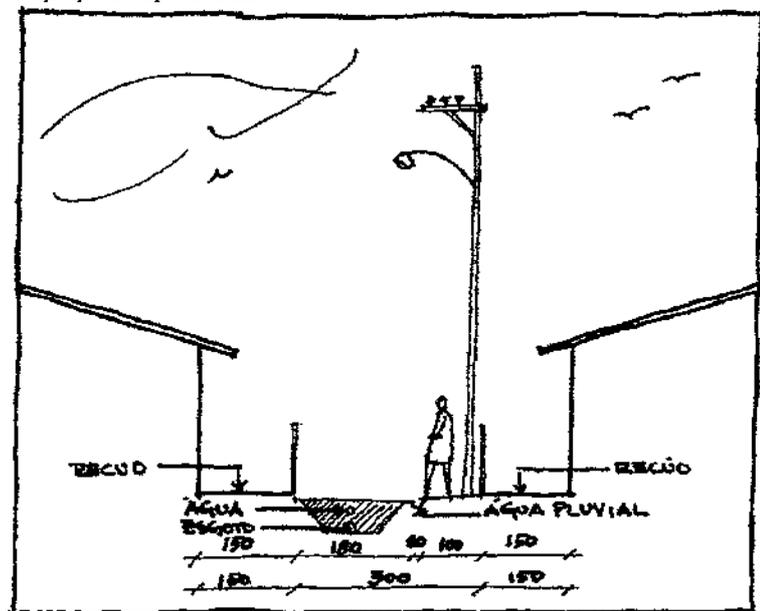


Fig. 42 - Passagem com largura de 3,00m e moradias lindeiras com recuo frontal.

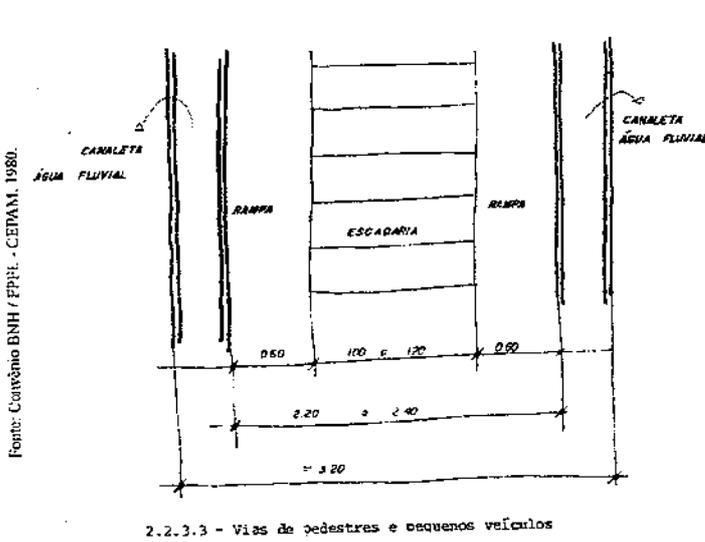


Fig. 45 - Padrão de ESCADA.

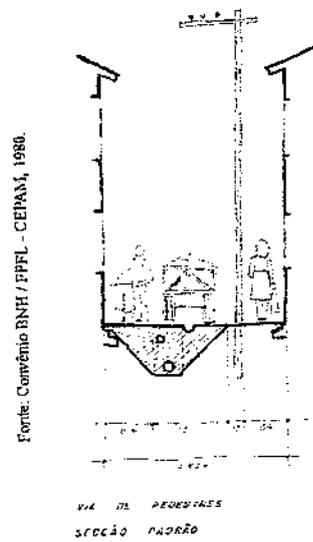


Fig. 43 - Passagem com 3,60m de largura. "Estudo de Normas Legais de edificação e urbanismo, adequadas às áreas de assentamentos sub-normais ou de baixa renda" - Fundação Faria Lima - CEPAM, São Paulo, 1981.

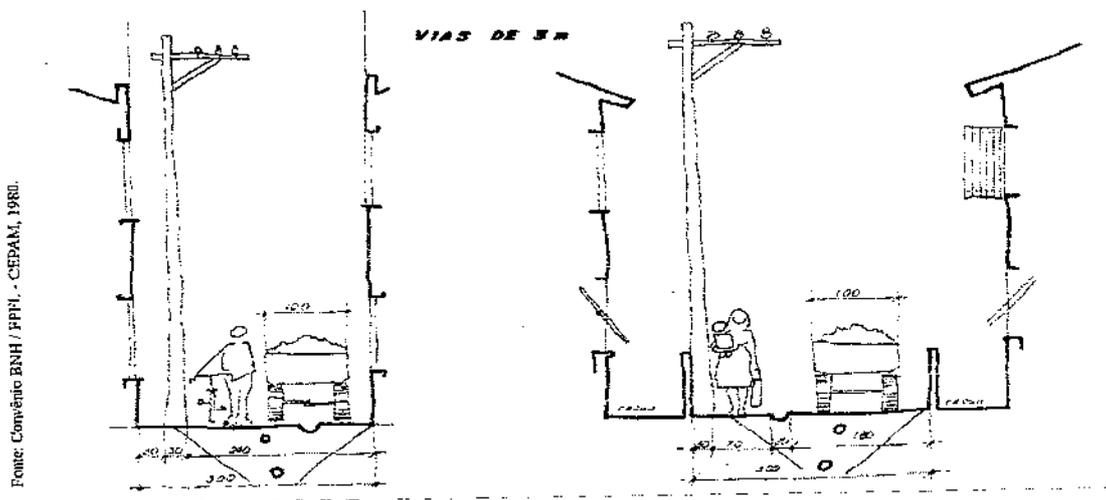


Fig. 44 - Passagens com 3,00m de largura: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, São Paulo, 1981.

Assim, toda vez que se falava **rua**, a referência era o senso comum e a confusão se estabelecia. Para superar este impasse e reforçar a especificidade e a identidade da urbanização das áreas, optou-se por palavras que substituíssem as convencionais montando um jogo de significados: **bairro** foi substituído por **vila**; **rua e avenida**, por **caminho, viela, escada e passagem**; **lote**, por **terreno**; **residência e casa**, por **moradia**; **escritura** por **termo administrativo**.³¹³

O problema do parcelamento parecia resolvido, mas havia um outro obstáculo: o Código de Obra do Município. Promulgado em 1959, previa diretrizes construtivas de recuos, afastamentos, insolação e ventilação restritivas, inviabilizando a construção das moradias. A saída foi estabelecer condições gerais e específicas para a construção das moradias, como as definidas no artigo 15 da Lei da Terra:

- a) a solução estrutural adotada no projeto de cada moradia deverá garantir sua perfeita estabilidade, através de desenhos, cálculos e memorial descritivo;*
- b) quando as moradias forem construídas com material e técnicas convencionais será exigido o cumprimento das normas e especificações da ABNT;*
- c) quando forem empregados materiais e procedimento construtivos novos serão exigidos análise e ensaios comprobatórios de suas qualidades;*
- d) as moradias deverão ser projetadas observando-se os melhores critérios contemporâneos de insolação, ventilação e iluminação natural e artificial, devendo todos os compartimentos terem aberturas diretas para espaços de uso comum ou para espaços livres do próprio terreno;*
- e) será obrigatória a observância de um pé-direito de no mínimo 2,40m;*
- f) toda moradia deverá dispor de no mínimo 1(hum) compartimento sanitário com acesso independente de dormitórios e cozinha.”*

Estes incisos procuravam garantir flexibilidade ao sistema construtivo e de material

³¹³ A esta nomenclatura -se uma redefinição de favelado, que, além de invasor, possuidor, morador de favela passou a significar “novo” morador urbano ou “novo homem” - cidadão.

de construção das moradias. Alterava o pé-direito mínimo e abria a possibilidade de redimensionar recuos e afastamentos.

A Lei estabelecia que estas áreas seriam de uso residencial restrito. Cada terreno corresponderia a uma única moradia construída, isolada ou agrupada, e com no máximo dois pisos. Esta moradia teria no mínimo duas fachadas - frente e fundo - orientadas para áreas livres do terreno e as vias de circulação internas (caminhos, passagens e escadas) e as externas (ruas e ou avenidas). Chegou-se a um consenso com relação a esses itens e eles foram incorporados ao substitutivo do Projeto de Lei.

Nas reuniões de esclarecimento e articulação sobre a Lei da Terra procurou-se destacar os diversos passos necessários à reurbanização das áreas ocupadas e que seriam incorporados à Lei. Entre esses passos, procurou-se separar aqueles de responsabilidade do poder público como:

- a) levantamento topográfico atualizado e exame da qualidade da terra;*
- b) drenagem dos córregos e terraplenagem;*
- c) instalação de água, luz e esgoto;*
- d) execução de pavimentação, guias, sarjeta e águas pluviais ;*
- e) aprovação do desenho de subdivisão e das moradias;*
- f) título de posse;*

e aqueles que ficariam sob a responsabilidade das associações:

- a) o desenho do traçado dos caminhos e vielas ;*
- b) divisão dos terrenos e sua distribuição aos moradores da favela;*
- c) a construção das moradias e da sede da associação sob o sistema de mutirão.*

A minuta do Projeto de Lei foi entregue em janeiro de 81 ao Executivo municipal³¹⁴. O encaminhamento à Câmara dos vereadores foi em caráter de urgência e tinha prazo de trinta

³¹⁴ "Concomitante à elaboração da minuta do projeto de lei, a Assembléia do Povo definiu um Plano de Trabalho para 1981".

dias para ser votado. Esta ação³¹⁵ acirrou o conflito político entre executivo e legislativo. As declarações individuais que alguns vereadores deram aos jornais ampliaram as discussões e dominaram as articulações internas na Câmara. Os vereadores, contrários à matéria do Projeto, tentaram diversos caminhos para obstruir a votação em plenário. Mas, findo o prazo, o plenário da Câmara lotou. A expectativa era grande. Os vereadores preferiam que a casa estivesse vazia para realizar a votação e adotaram diversas medidas para atingir este objetivo. Comemoraram aniversários, pediram palavras de ordem e de esclarecimento, saíram do plenário provocando ausências e esvaziando a sessão. Esperavam, de um lado, cansar a audiência e, de outro, que com o prolongamento da sessão noite adentro, houvesse um esvaziamento do plenário devido ao horário dos últimos ônibus para as regiões onde moravam os favelados. Mas foi tudo em vão. O povo permaneceu no plenário até 1h30 do dia seguinte, quando a matéria foi finalmente votada. (Fig.37)

Modificaram o artigo 1º, que permitia a aplicação da Lei aos terrenos públicos municipais permitindo-a só para as áreas patrimoniais. Aqui cabe uma explicação: há duas classe de terrenos públicos, de um lado aqueles classificados como **Bem Público de Uso Comum do Povo**, as praças, e de outro **os Bens Patrimoniais**, estes disponíveis para construção e venda pelo poder público.

O grande lance dos vereadores foi aprovar uma lei que não poderia ser aplicada em nenhuma área ocupada por favela, pois todas estavam em áreas reservadas a praças, portanto, enquadradas na categoria de bens de uso comum do povo. Resultado: tinha-se a Lei, mas a TERRA evaporou-se com a contagem dos votos no plenário. Após um silêncio constrangedor e o esclarecimento da Mariinha sobre que havia acontecido, a revolta tomou conta da platéia. Maria Rita (Fig.2) subiu numa cadeira e, com o título de eleitor na mão, ameaçou os vereadores acuados no plenário, os que ficaram, pois muitos saíram correndo, escorregaram pela escada do fundo e fugiram pela garagem. Depois da revolta, ordeiramente o Hino Nacional ecoou na sala e a saída foi acompanhada pela palavra de ordem: “**O povo unido jamais será vencido**”.

³¹⁵ Ela foi descrita de forma sucinta no capítulo anterior, mas é aqui que recupera seu papel no processo político de urbanização das áreas de favela.

Partiram frustrados, mas não vencidos. Era só uma outra etapa, um outro obstáculo a ser vencido, pois todos acreditávamos numa saída.

Enquanto a discussão externa tomava seu curso, os conflitos e os interesses transpareciam na arena política. Internamente a preocupação era quanto ao caminho a tomar na “base” para mantê-la coesa e articulada.

Os representantes das associações, em assembléia de coordenação, decidiram que, enquanto esperavam o desfecho político da Lei da Terra, deveriam partir para a urbanização de fato. Assumindo as palavras do seu Leobino:

“o muito falar e o não fazer é suar em vão”.

A primeira ação neste sentido foi a organização e a realização, num domingo de junho de 1981, do **primeiro mutirão** de abertura de um “**caminho**” na favela 29³¹⁶ do Jardim Campos Elisios. Não participei deste mutirão por falha de comunicação interna. Assim: “*o que narro aqui não é a lembrança do fato em si, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma*”.³¹⁷ Durante estes cinco anos “*suas faces ocultas (foram) reveladas por outros olhares*”.³¹⁸

O mutirão foi preparado em poucos dias e, na manhã daquele domingo, a favela 29 recebeu mais ou menos “**60 companheiros de diversas diretorias**”. A assessoria de moradia só possuía um estudo do Plano de Urbanização Específica (PUE) da área. A escolha do caminho e a sua demarcação foi feita na hora, sob a orientação do Toninho. A divisão dos trabalhos foi estabelecida entre os participantes. Picaretas, enxadões, enxadas, carriolas entraram em ação. Homens, mulheres e crianças removeram construções, cercas e entulhos que obstruíam o traçado. Outros ajeitavam o lugar e reconstruíam partes das moradias removidas.

³¹⁶ As áreas de favela eram identificadas, pela Secretaria da Promoção Social, com um número de código.

³¹⁷ BOSI, Ecléa - Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos; São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, p. 330.

³¹⁸ BOSI, E. - *op.cit.* p. 331.

Na cozinha coletiva improvisada, as mulheres cuidavam do almoço. O trabalho durou o dia inteiro, com direito a almoço e hora de descanso, e transformou-se em manchete de jornal na segunda-feira.

A avaliação final do mutirão foi positiva. Os pontos negativos deixaram algumas lições importantes como: a necessidade de melhor organização, tempo maior para a preparação, o PUE mais definido, a demarcação anterior dos caminhos, a coordenação da relação homem-ferramenta. Esta ação tinha objetivos explícitos: de um lado, procurava unir as “bases” através de uma ação concreta, mantendo-as articuladas em torno da questão da terra; e, de outro, serviria como efeito demonstrativo perante a opinião pública de que, se a urbanização não saísse pelos “caminhos competentes” e de direito, o povo a faria com as próprias mãos e de fato. Com a “derrota” na Câmara e o prolongamento dos conflitos políticos, as associações haviam estabelecido critérios para orientar a seleção das áreas de favelas para a elaboração dos Planos de Urbanização e a implementação de fato.

O objetivo era multiplicar ações como o mutirão dos Campos Elísios para confirmar a capacidade dos moradores de “urbanizar” com as próprias mãos as áreas ocupadas e, por outro lado, pressionar a Prefeitura a executar sua parte e mostrar ao Legislativo que, apesar da resistência à Lei da Terra, eles não tinham nenhuma proposta que solucionasse o problema da moradia para essa população.

Assim, as áreas de favelas, que teriam prioridade de ação, deveriam preencher os seguintes requisitos:

- a) ocupar áreas públicas, pois as áreas particulares enfrentavam uma demanda legal mais complicada que envolvia negociação com o proprietário, moradores e o poder público;**
- b) contar com associação legalmente reconhecida, com estatuto, registro e diretoria constituída; (organização)**
- c) já haver avançado com os trabalhos de divisão da terra, dos desenhos das casas e do levantamento familiar, propostos pela Assessoria de Moradia; (mobilização)**

d) apresentar boa condição topográfica e não ter grandes problemas de contensão de encostas, de erosão, drenagem e canalização de córrego.

e) estavam há mais tempo no movimento: (antiguidade)

A primeira lista foi elaborada com as favelas que ocupavam áreas públicas. Os critérios que prevaleceram foram os de **antiguidade, organização, mobilização** e condições físicas favoráveis à urbanização. A associação dos Campos Elísios, com a favela 29, ocupou o primeiro lugar, em seguida vieram a do Jardim Londres, da Vila Georgina, do Jardim das Bandeiras II e região, e, em quinto lugar a do Dom Pedro II e região. A atuação da Assessoria de Moradia foi dividida. Iniciei o trabalho com as associações do Jardim das Bandeiras II, Vila Georgina e a do Dom Pedro II. Toninho permaneceu com a associação do Campos Elísios e, mais tarde, trabalhou com a do Jardim Londres, do São Marcos e do Jardim Campineiro, da Vila Georgina e da Vila Ipê.

Esta organização era, naquele momento, uma das poucas saídas do Movimento para a continuidade do trabalho da urbanização de fato. Com ela ficou claro que havia muito trabalho e poucos assessores. E que ao privilegiar algumas áreas, individualizava-se o problema da urbanização, provocando descontentamento daqueles participantes que se sentiram preteridos. Ponto de pauta de diversas reuniões de coordenação, sua discussão deixou claro que, para a sobrevivência do movimento, era imprescindível desenvolver o trabalho simultaneamente em todos os núcleos. A consequência direta foi a reestruturação no método de atuação da Assessoria de Moradia e a ampliação do quadro de assessores. A coordenação entrou em contato com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCCAMP que abriu espaço para a realização de um seminário para divulgar o trabalho da Assembléia do Povo.

. A Assessoria de Moradia:

A Assessoria atuava em duas frentes: uma geral, que acompanhava as associações de moradores nas Assembléias do Povo, audiências com o Prefeito, instituições e órgãos públicos. Outra de caráter mais específico e interno ao movimento. Durante cerca de sete anos passou por momentos distintos. Contou, no início, com o esforço individual do Toninho até o meu ingresso no segundo semestre de 1980. Juntos participamos da articulação da Lei da Terra, das discussões sobre a urbanização das áreas, das diretrizes urbanísticas do Plano de Urbanização Específica.

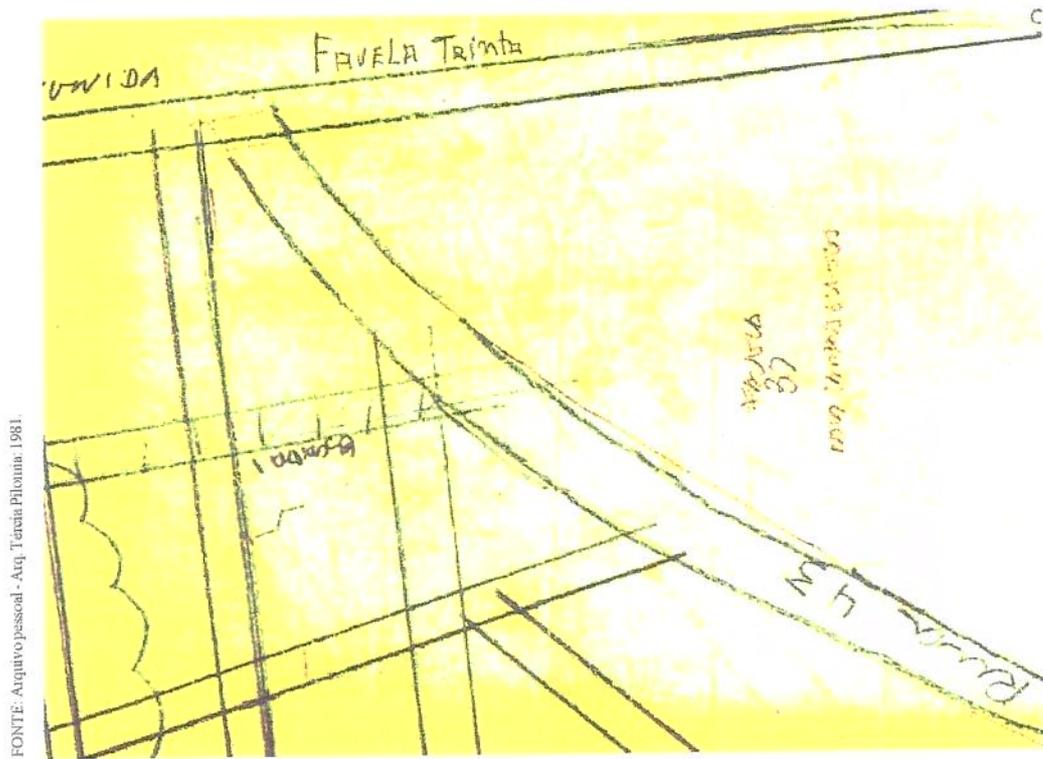
A metodologia de trabalho foi elaborada durante o processo de participação no movimento. A sua fase inicial estava estreitamente relacionada à mobilização interna dos moradores de favela. Enfatizava-se, além da organização dos moradores em associações e a participação na Assembléia do Povo, a necessidade de apropriar-se do espaço ocupado através de um levantamento das condições físicas dos sítios (Figs.46 a 49) para identificar a existência e a condição dos córregos e várzeas, de erosão, de região de alta declividade, a infra-estrutura existente e os equipamentos sociais na proximidade. Pensou-se na construção das sedes das associações (Fig.50) como um outro elo de articulação política e símbolo da organização interna dos moradores. Mas a moradia era o eixo estrutural, a espinha dorsal do trabalho, e não tínhamos modelos habitacionais prontos. Optamos pela elaboração de projetos com a participação dos moradores. Trabalhámos, portanto, com o desejo. O primeiro passo foi a realização, pelos moradores, de um desenho da “**Casa dos Sonhos**”.

A proposta dos desenhos da “**Casa dos Sonhos**” foi feita em assembléias locais. Era uma forma de manter, no cotidiano, a ligação dos moradores com o Movimento. A resposta variou de área para área. Muitas associações demoraram a compreender a proposta, outras achavam que cabia aos “engenheiros” a realização do projeto e não levaram a idéia adiante. Mas o maior obstáculo foi a inibição provocada pelo papel em branco. Apesar das dificuldades, insistiu-se na realização dos desenhos (Fig.51), pois, junto com o cadastramento familiar realizado pela associação, comporiam a base primária para a elaboração do estudo preliminar

do PUE. Os primeiros resultados foram os estudos preliminares realizados para a favela 29 do Jardim Campos Elísios (Fig. 52) e a favela 71 localizada no Parque Dom Pedro II, (Figs. 53 a 56). Estas informações foram mais tarde cruzadas com as plantas cadastrais das praças.

Esta fase do trabalho durou até a realização do I Seminário de Subhabitação, realizado pela Prefeitura, na gestão do Vice-Prefeito José Roberto Magalhães “Grama” Teixeira, em agosto de 1981. A posição política do Vice-Prefeito com relação à Assembléia do Povo gerou conflitos tais que fez com que o Movimento marcasse posição retirando-se da organização e não participando do Seminário. Apesar dessa decisão, as discussões do Seminário foram acompanhadas de perto e, posteriormente, seus resultados e consequências foram avaliados em reunião de coordenação. Nessa ocasião, algumas associações reconsideraram e ponderaram que havia sido uma falha não participar, outras, apesar de reconhecerem a perda da oportunidade de expor suas opiniões e soluções, mantiveram a decisão como uma forma de externar suas insatisfações. Esse conflito também estava presente no grupo de assessores e a consequência direta foi a saída do Toninho da Assessoria de Moradia. Uma saída que não se configurou como sua retirada definitiva do Movimento, mas que passou a caracterizar uma forma independente de atuação nas áreas de favela, mesmo naquelas que permaneceram filiadas politicamente à Assembléia do Povo.

A fase final caracterizou-se pela entrada e saída de vários estudantes e profissionais de arquitetura e engenharia. A permanência e o envolvimento dessas pessoas com o trabalho de assessoria dependeu de fatores como: compromisso político com o Movimento; prioridade das atividades cotidianas profissionais e acadêmicas; disponibilidade de tempo de dedicação; condições materiais precárias; e cobrança quase diária dos favelados por resultados que estavam fora do alcance do assessor. Permaneci, ao longo desse tempo todo, coordenando, orientando e discutindo o trabalho. Discutimos o método de trabalho, esclarecemos e adotamos diretrizes de atuação conjunta, contornamos conflitos, apoiamos nas ausências e tentamos resolver problemas. O método de trabalho dinâmico, em processo contínuo de elaboração, estruturou-se com novas interpretações e contribuições.



FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia - 1981.

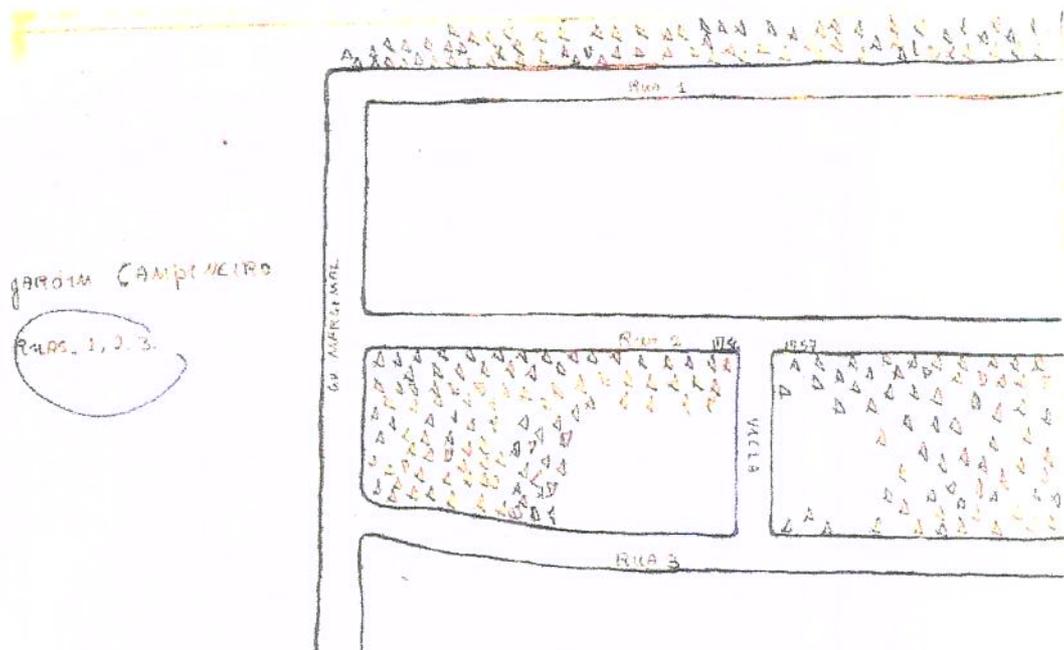
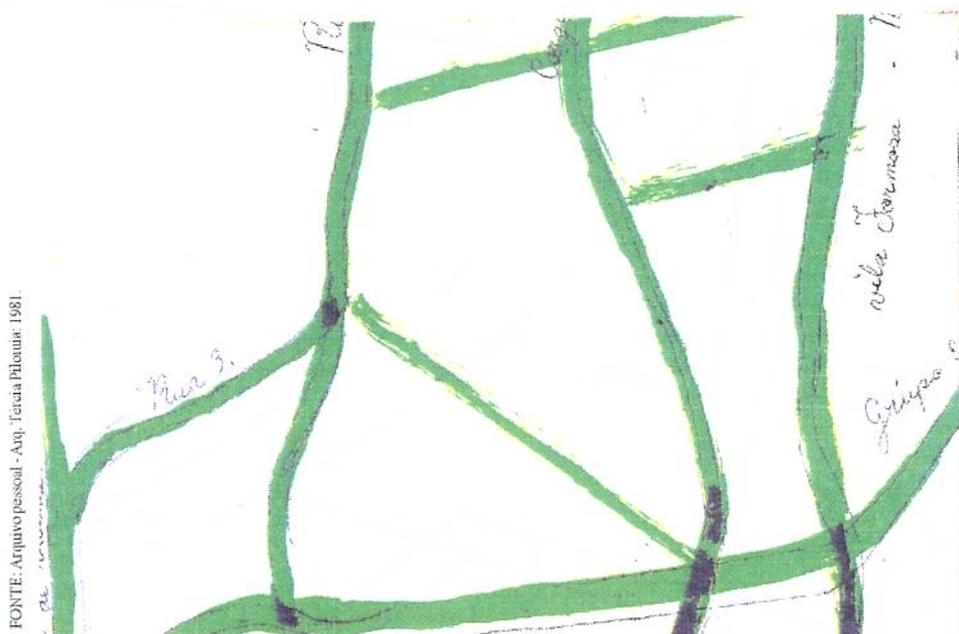
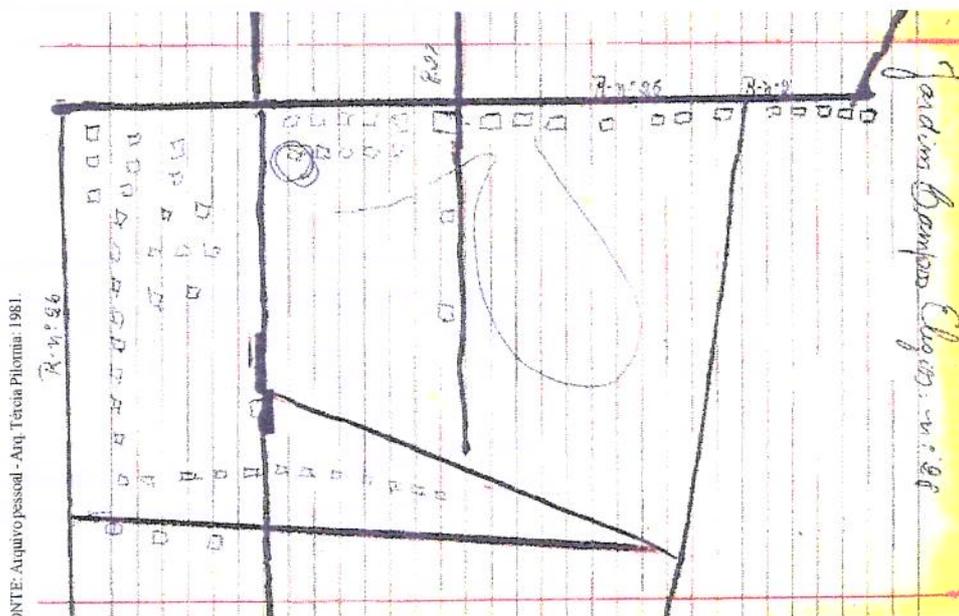


Fig. 46 - DESENHOS do levantamento das condições físicas das áreas ocupadas pelas Favelas realizados pelos moradores.



FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia, 1981.

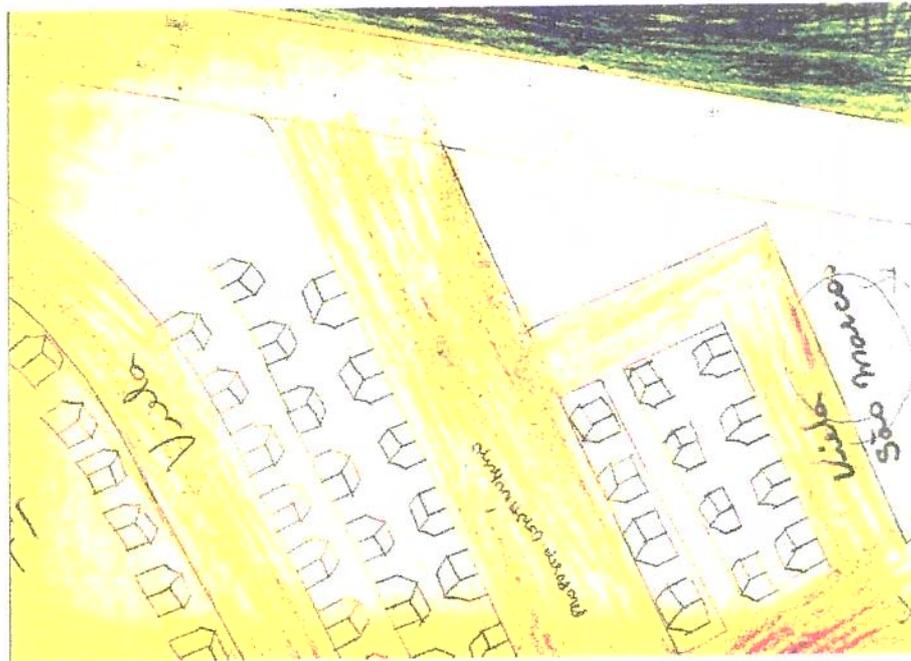
Fig. 47 - Sistema de circulação na Favela: Desenho realizado pelos moradores.



FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia, 1981.

Fig. 48 - Área ocupada por barracos: Desenho realizado pela associação dos moradores.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia: 1981.



FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia: 1981.

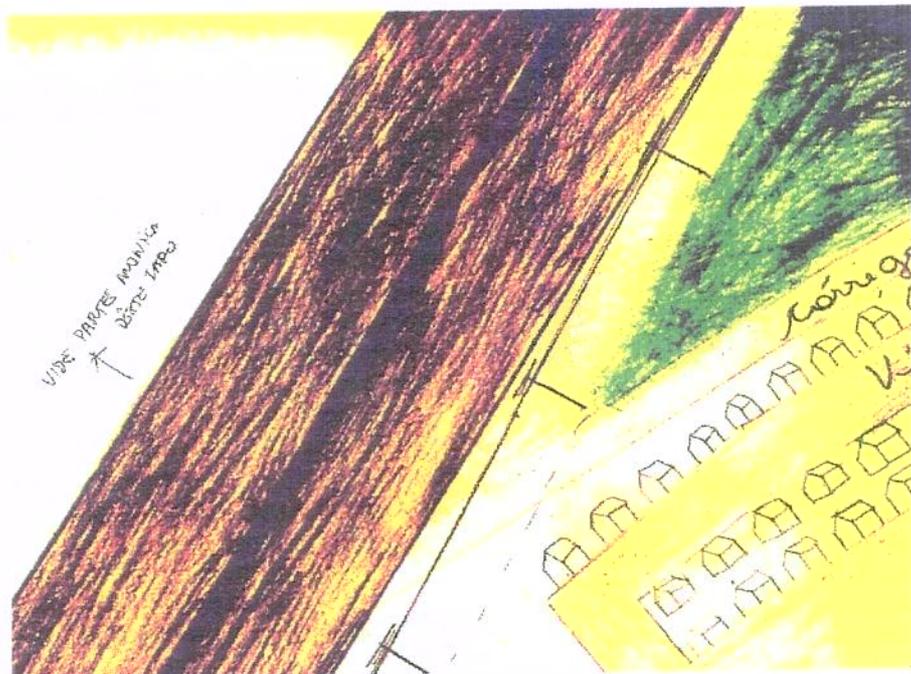


Fig. - Desenho da área ocupada realizado pela Associação de Moradores.

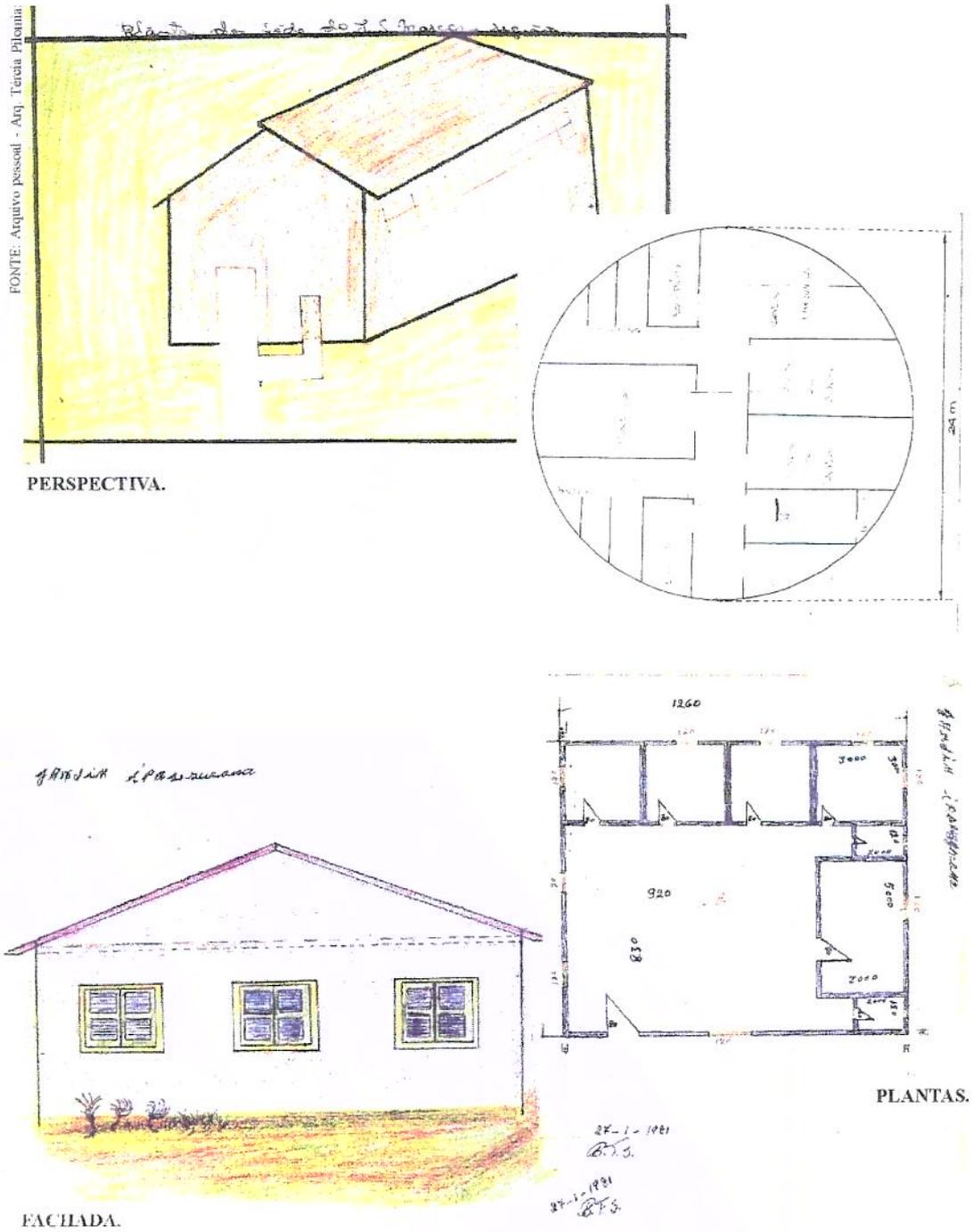
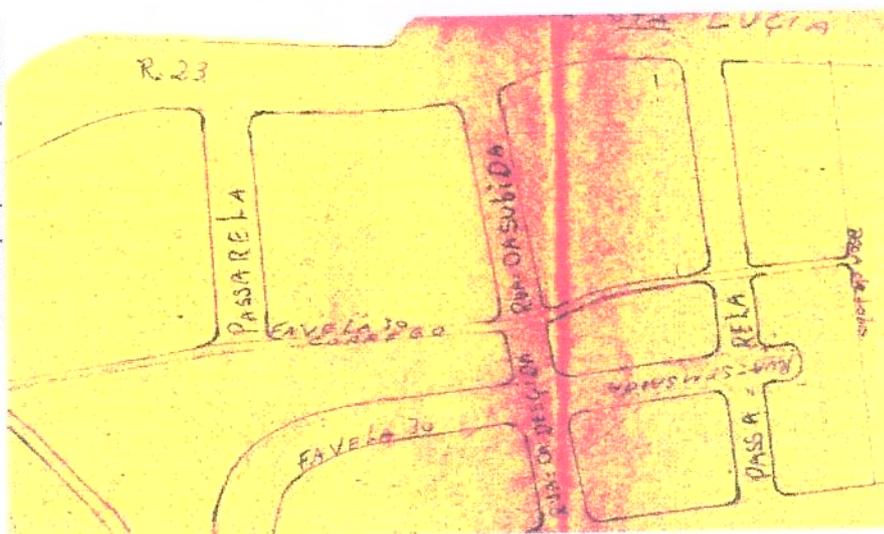


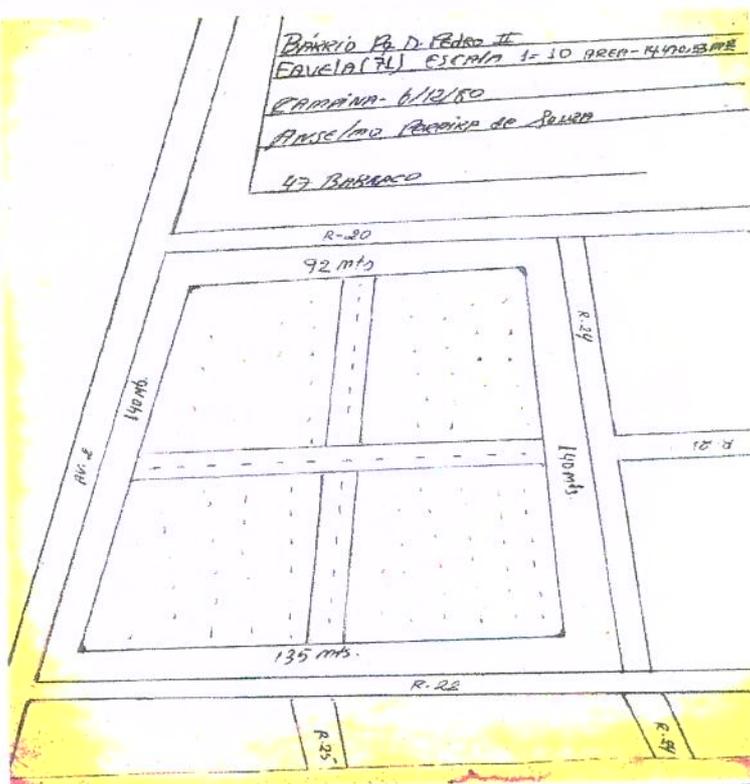
Fig. 50 - Desenhos de Sede de Associações.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia



Campos Elíseos: Favela 30.

Fonte: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia



Vila Iporã: Favela 71.

Fig. 51 - Desenhos realizados pelos moradores das Associações do Jardim Campos Elísios e do Parque Dom Pedro II e Região - 1981.

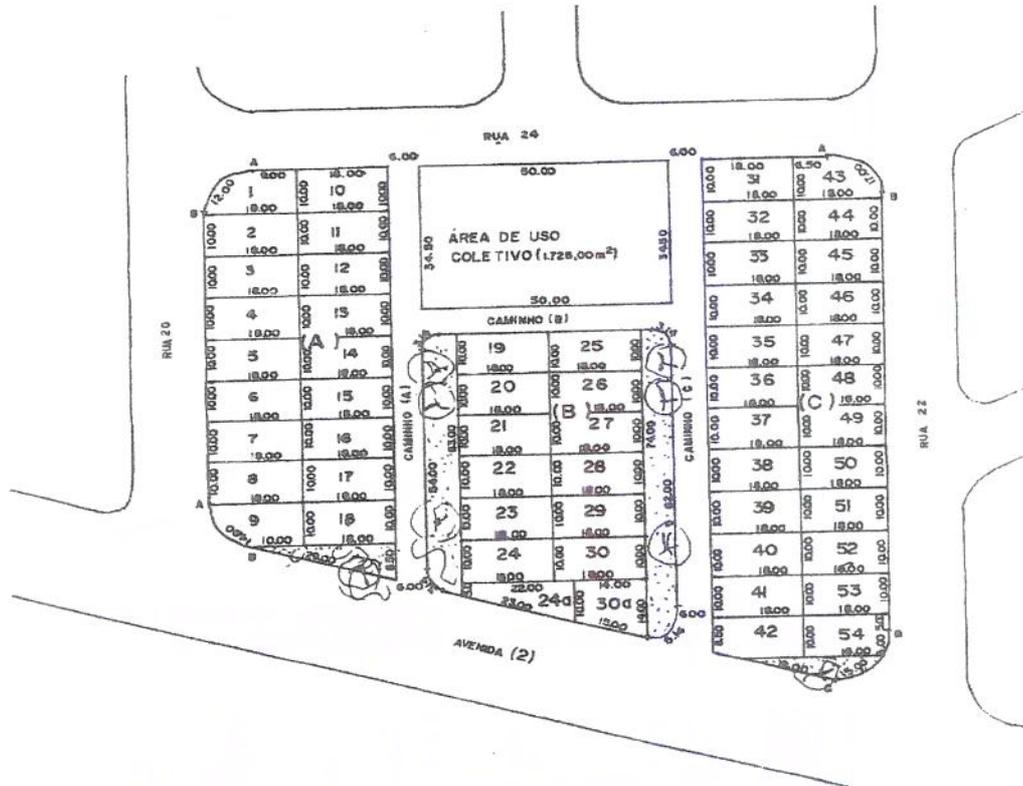


PLANO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA ESC 1:1000
 AUTORIA
 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FAVELAS-CAMPOS ELÍSEOS
 COOPERAÇÃO TÉCNICA
 ANTONIO DA COSTA SANTOS ARQ.CREA 53336/0

A.1-12
 CAMPOS ELÍSEOS CÓDIGO 29
 ÁREA TOTAL 36550
 TERRENOS 22100
 USO COMUNITÁRIO 615
 CAMPO DE FUTEBOL 5262
 CAMINHOS E PASSAGENS 7253

Fig. 52 - Plano de Urbanização Específica - Associação de Moradores Favelas - Campos Elíseos:

Fonte: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA FAVELA DO
 PARQUE D. PEDRO II E REGIÃO
 PLANO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA (praça 3 / AR-7 / cod. 71)

área total: 14.470,00m²

ESC. 1:1000

colaboração técnica: Assessoria de moradia da "ASSEMBLEIA DO POVO"
 arq. TÉRCIA PILOMIA De PAOLI
 CREA 52566 / D

Fig. 53 - Plano de Urbanização Específica da Favela 71 - VILA IPORÃ. Desenho enviado à Prefeitura de Campinas pela Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II e Região.

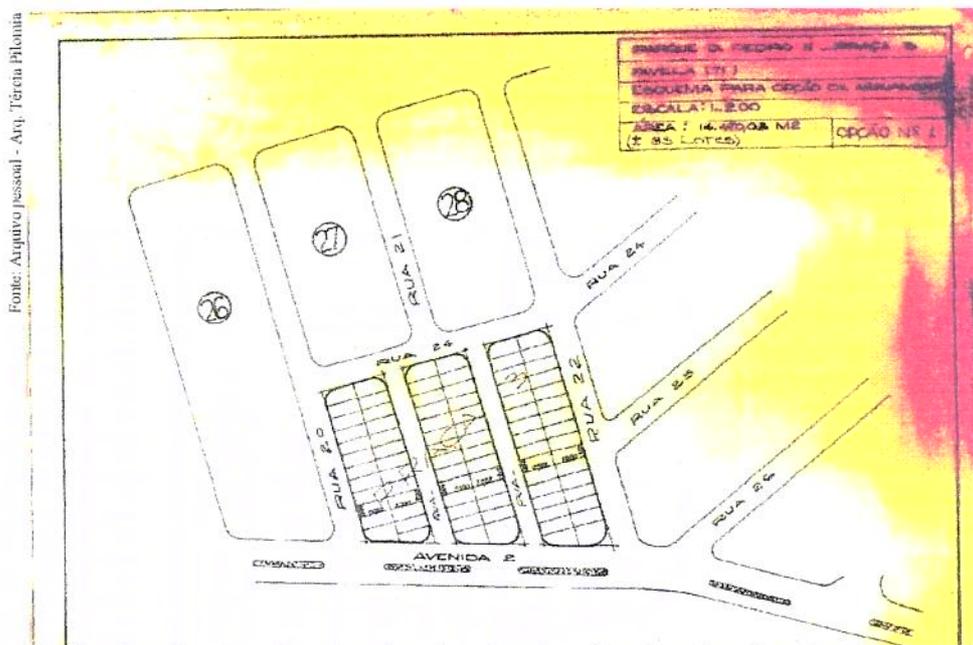


Fig. 54 - VILA IPORÃ - Favela 71: Planta elaborada por desenhista técnico, a pedido da Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II e Região - 1981.

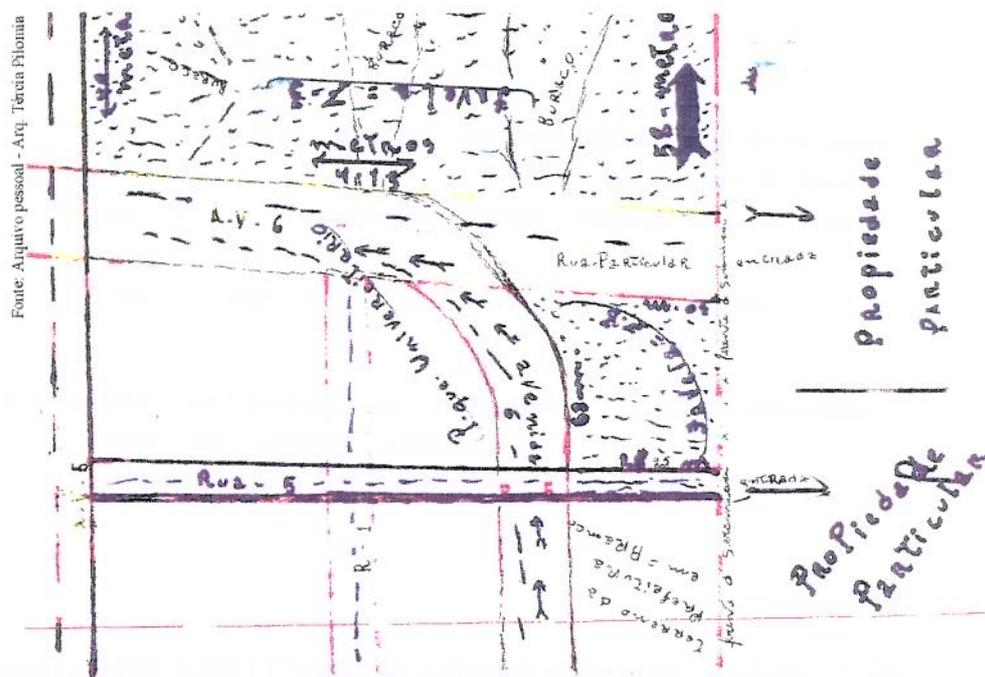


Fig. 55 - VILA IPORÃ - Favela 72. Planta desenho realizado pelos moradores e Associação do Parque Dom Pedro II e Região - 1981.

.Método de trabalho

A Assessoria de Moradia da Assembléia do Povo optou, na elaboração dos projetos e atuação nas áreas, por uma interação entre a aspiração individual e coletiva dos favelados, reforçando o caráter político da luta pela terra. Buscou uma relação dialética entre o desejo, o saber costumeiro e prático e o conhecimento técnico. Assim, o método estruturado considerou a participação ativa do povo em cada passo. O objetivo era a socialização de um saber “competente” através de um processo de aprendizagem conjunto e contínuo. A técnica, os códigos, regras e principalmente o vocabulário específico da área deveriam estar ao alcance de todos, dando-lhes condições de diálogo e negociação junto à sociedade e aos órgãos competentes gestores do espaço urbano.

Os passos iniciais foram: exposição do trabalho em assembléia local; desenho das áreas com os possíveis caminhos e a sede; levantamento das famílias e dos barracos; o desenho das moradias; aquisição, junto ao cadastro municipal, das plantas ou do levantamento aerofotogramétrico das áreas ocupadas.

A idéia era a de que, com esses dados, seria possível realizar o primeiro estudo da divisão da terra, discuti-lo em assembléia e corrigi-lo, até chegar a um PUE definitivo. Passando a seguir para a demarcação dos caminhos e os mutirões.

As dificuldades e os imprevistos começaram a surgir durante a aplicação do método, exigindo a incorporação de outros passos, ajustes e adequação ao longo do tempo. A precariedade das fontes era muito grande, nem todas áreas possuíam planta cadastral, as topográficas eram raras, praticamente nenhum dos loteamentos periféricos contava com projeto de esgoto, águas pluviais, adutoras ou de distribuição de energia elétrica, os equipamentos sociais urbanos existentes eram insuficientes e distantes. E, por outro lado, a quantidade de áreas de favelas a urbanizar era MAIOR que a capacidade de trabalho dos assessores.

Assim, a opção de urbanização com as próprias mãos exigiu um plano de trabalho dinâmico e estruturado (Fig.56) que possibilitasse à Assessoria de Moradia trabalhar simultaneamente em diversos núcleos com um número reduzido de pessoal.

Em um segundo momento, a idéia de desenvolver o Plano com uma equipe local de moradores ganhou força e adquiriu dupla finalidade. De um lado, seria uma forma de superar a morosidade da Prefeitura e a sobrecarga de trabalho da Assessoria, de outro, um meio de transmitir conhecimentos, injetar autoconfiança e reforçar a auto-suficiência das pessoas na realização de um trabalho “técnico” que, de acordo com a visão corrente, só poderia ser realizado pelo “Dr. Engenheiro”. A quebra de um mito ? Quem sabe? ...

A elaboração dos Planos de Urbanização Específica - PUEs, foi priorizada. Montou-se no Centro Pio XI uma infra-estrutura mínima³¹⁹ para a realização dos desenhos e uma escala de plantões³²⁰.

E a responsabilidade pelo trabalho foi compartilhada e dividida entre Assessoria e associações. À primeira coube o diagnóstico físico-territorial e dos serviços de infra-estrutura e equipamentos sociais urbanos, a análise dos desenhos³²¹ dos moradores, a elaboração do estudo preliminar do PUE, os ajustes necessários entre os dados cadastrais e os recolhidos no local, a discussão, orientação e acompanhamento da implantação, a realização do desenho final para protocolar na Prefeitura. Aos representantes das associações coube: pesquisar e adquirir dados junto aos órgãos e instituições competentes - Prefeitura, SANASA e CPFL; levantar, medir, registrar e desenhar os perímetros das áreas, córregos, erosão, adutoras, equipamentos sociais, vielas existentes, localização dos barracos e outros, participar das reuniões de assessoria, organizar as assembleias locais para a divulgação, a discussão das propostas e tomadas de decisão de encaminhamento dos trabalhos, organizar equipes de trabalho local para a realização dos trabalhos necessários à elaboração e implantação do PUE.

³¹⁹ Prancheta, régua paralela, papel fosco, lapiseiras e escalas - material básico de desenho reunido pelos arquitetos da assessoria.

³²⁰ Os plantões aconteciam na segunda, quarta, quinta e sexta-feira de manhã e segunda à noite.

³²¹ Das moradias, da divisão da terra e das sedes das associações.

.Os desenhos

O desenho urbanístico e arquitetônico pertence a áreas do saber que interferem na paisagem ambiental, definem o *habitat* humano e a paisagem urbana em suas interrelações. Reflete idéias, imagens, signos e símbolos culturais, aspirações do mercado consumidor e de seus produtores potenciais. Orienta desde a apropriação do solo à forma final das construções. Traduz os códigos, regras e técnicas construtivos, através de representações bidimensional - plantas, elevações e cortes - e tridimensional - perspectivas e maquetes em escala. Possui linguagem gráfica específica, recorrendo à espessura do traço e à largura entre linhas para significar paredes, aberturas, níveis, transparências, proximidade, etc.

.Tipo de representação gráfica dos favelados

A maioria dos desenhos da “Casa dos Sonhos” foi realizada em planta. Alguns moradores representaram a fachada frontal com cobertura em duas águas, outros tentaram uma perspectiva e cortes transversais indicando portas, janelas, barra de azulejo. Houve representações interessantes que fugiram ao padrão tradicional, como os desenhos da Figura 57, nos quais a planta foi desenhada na fachada.

Havia algumas anotações nos desenhos, como o número de pessoas na família, o tipo de cobertura, algumas medidas nos cômodos, a identificação do banheiro por equipamentos como vaso sanitário e chuveiro, a metragem total da parte externa, e até mensagens :

*“ Deus feis a terra
não vendeu a terra”
“Do senhor é a terra e sua
plenitude e os que nela abitam”*

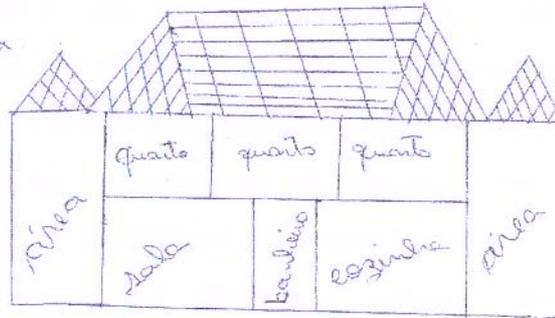
Utilizaram todo tipo de papel, caneta “bic” azul, preta, vermelha, grafite e lápis de cor.

.O desenho das moradias

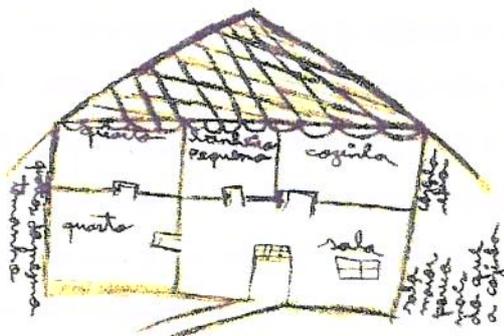
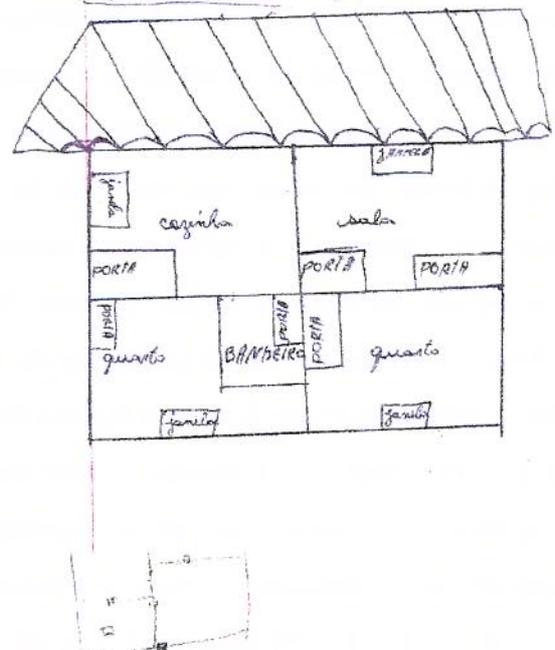
Se, por um lado, a luta era pela posse da terra, por outro o objeto de desejo dos favelados era a “**casa**”. Esta era vista como um “**direito natural**” (Fig.58) do Homem: teto, abrigo, espaço da sociabilidade familiar, de inserção na paisagem urbana construída, identidade urbana e propriedade. O Movimento imprimiu-lhe um caráter simbólico, de articulação e mobilização política da “**base**”. E, assim, a Assessoria de Moradia procurou trabalhar, no nível do desejo e do sonho individual e coletivo, a **moradia**. Recorreu-se ao desenho como instrumento de expressão. A proposta foi encaminhada aos moradores em assembléias locais. Pediu-se que desenhassem sua moradia, não o barraco onde moravam mas aquela que desejavam e sonhavam algum dia construir. A diretoria da associação ficou responsável pela divulgação mais amigável do pedido, o recolhimento dos desenhos e a entrega aos assessores. O resultado dependeu muito do empenho da associação. Algumas conseguiram respostas significativas dos moradores, outras já não se empenharam tanto assim. A impressão era de que, essas últimas, não acreditavam na viabilidade e na objetividade da proposta. A reação dos moradores foi mais ou menos parecida. Houve aqueles que não desenharam, reprimindo o desejo, o sonho e a esperança. Ou talvez por não acreditarem sequer nas possibilidades do Movimento pela posse da terra, julgaram inútil o esforço. Outros foram desenhando à medida que o Movimento ia somando vitórias no campo político. Já aqueles que, desde o início, assumiram a proposta, passaram por momentos distintos. Pôde-se observar que a inibição era grande, mas à medida que o receio era superado, enfrentavam o papel armados de lápis preto, de cor, bic preta, vermelha e azul. Alguns recorreram a desenhistas, outros pediram ajuda ao vizinho, parentes e amigos, mas muitos superaram o medo e registraram no papel a **MORADIA** - o objeto de desejo, o sonho, a necessidade, o “modelo”.

Desenhos realizados em diferentes tamanhos, cores, texturas de papel, foram recolhidos, separados e analisados por área de favela (Figs.59 a 61). Aquela pilha de desenhos era uma curiosa e interessante amostra de signos (símbolos) estéticos e culturais: casas com duas águas e espigão frontal, afastamento frontal com cercas delimitando o espaço público e

Elcio Antunes da Silva Gomes.
 Sécio Nº 86
 Nº do Cartão 47.237
 3 pessoas
 Vila Georgina



Domíngila Virgínia dos Santos 5 Pessoas
 Cecílio Virgínia dos Santos 6 Pessoas
 Luiz Virgínia dos Santos 3 Pessoas



Elciana de Lencas
 Batista
 Casa y camodose
 banheiro

41-201
 5 pessoas

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia

Fig. 57 - "A casa dos sonhos" - O desenho das PLANTAS das moradias na FACHADA é original e foge ao padrão técnico de representação gráfica - 1981.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

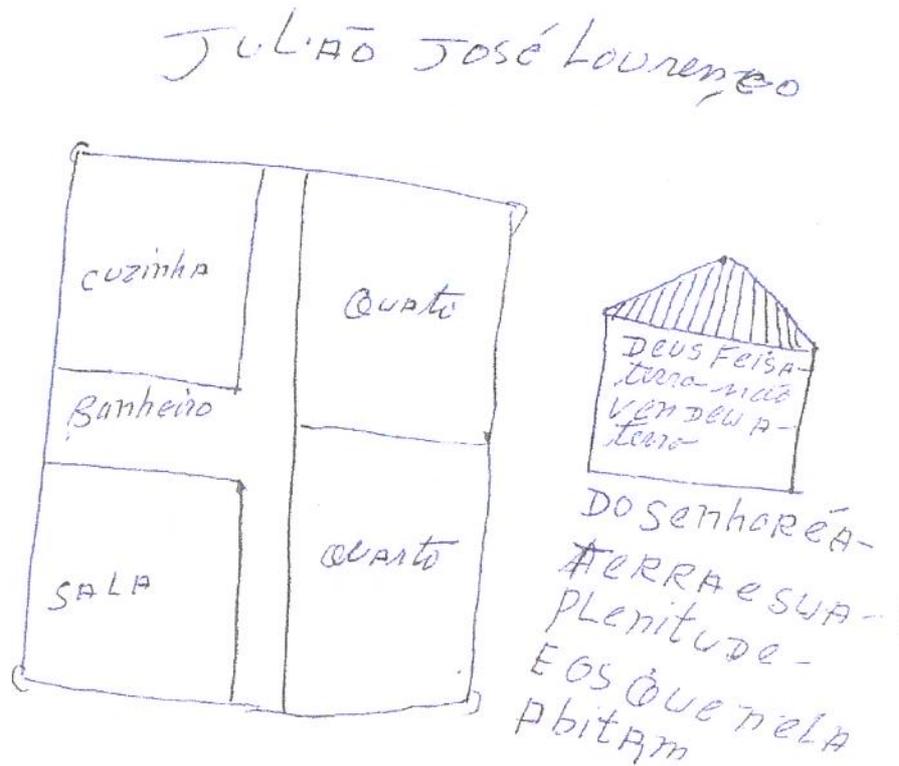


Fig. 58 - PLANTA e FACHADA realizada pelo seu Julião José Lourenço e o registro de que a **MORADIA** é um **DIREITO NATURAL** do homem.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

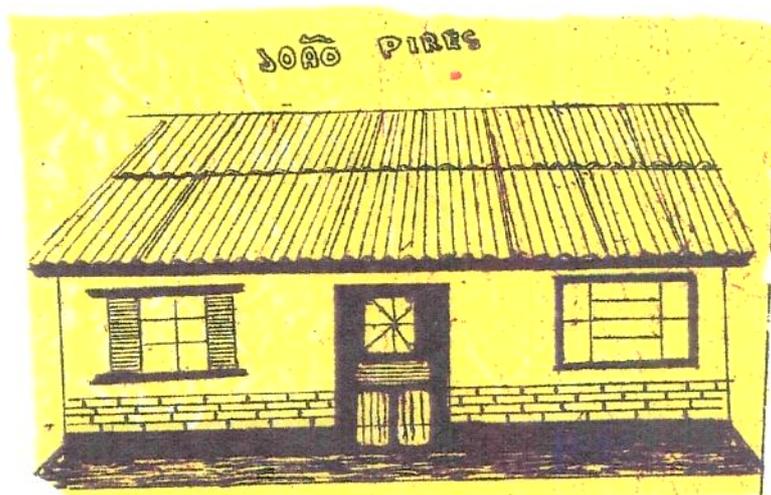
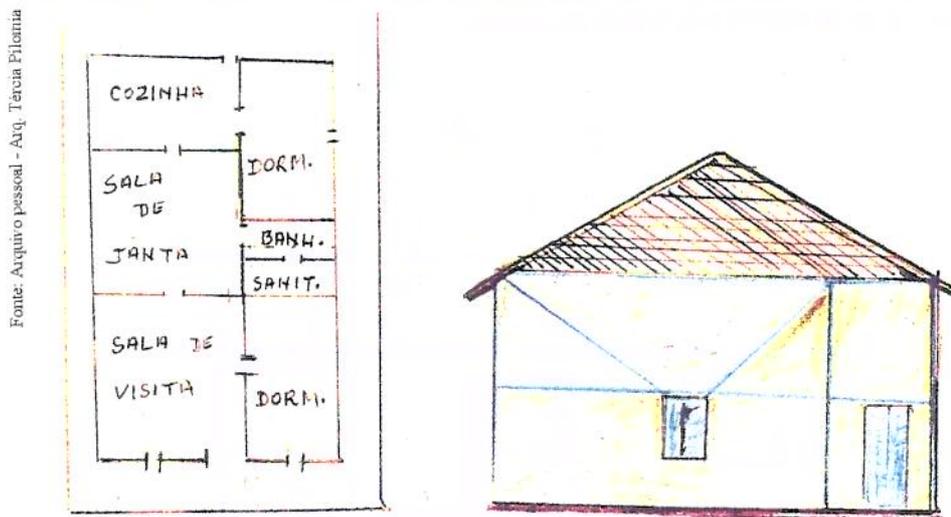


Fig. 59 - A "CASA" do seu João Pires é um exemplo do carinho com que alguns moradores desenharam o desejo e o sonho. A realidade está presente nas telhas de fibro-cimento, na janela de folha dupla - vidro e veneziana (quarto), no vitraux (cozinha ou sala), na porta de entrada e nos detalhes de acabamento da parede.



Fig. 60 - Perspectiva: desenho realizado por morador de Favela em 1981.



JOSÉ AUGUSTO DE MORAES - 41.286 V. GEORGINA

Fig. 61 - Planta e Fachada: desenho realizado por morador de Favela em 1981.

o privado, a presença de banheiro no corpo da casa, do corredor ordenando a circulação interna, das aberturas (janelas) diferenciadas para os quartos (venezianas) e os outros cômodos (*vitreaux*), de portas de acesso e circulação interna.

A maioria representou a casa sem levar em consideração sua implantação no terreno. Os que a representaram implantada consideraram os afastamentos laterais e de fundo, assim como o recuo frontal, caracterizando a casa isolada no terreno. A divisão de algumas plantas, com cozinha, quarto, banheiro e área de serviço e cobertura de uma água, configurava a tipologia das edículas, o que permitia pressupor sua localização no fundo do terreno e a liberação da frente do terreno para construção posterior. Essa apropriação do lote urbano é uma prática comum nos bairros periféricos e permite ao morador mudar-se, “sair” do aluguel, e construir devagar o corpo principal.

Em mais de cem desenhos há alguns que merecem atenção e análise. Há aqueles que representam, na subdivisão espacial interna, uma residência de classe média: com abrigo para dois carros, sala, cozinha, área de serviço, banheiro social, duas suítes (Fig.62); outros, em que a subdivisão reproduz a das casas de fazenda do interior de Minas Gerais e Goiás: sala grande com quartos de ambos os lados e o banheiro externo, articulado com uma varanda, que dá para o quintal (Fig.63), e guardam semelhança com o interior da casa bandeirista.

Essas diferenças podem ser observadas, principalmente, se implantarmos as plantas nos terrenos e analisarmos a orientação dos cômodos em relação à frente e ao fundo do lote. Por exemplo:

1) na Figura 64 a sala está orientada para a frente, a cozinha para o fundo e o banheiro entre os dois, formando uma ala lateral, e do outro lado estão os quartos;

2) na Figura 65 a sala e um quarto estão virados para a frente, para os fundos há outro quarto, a cozinha, o banheiro, a área de serviço e todos estão articulados por um corredor de circulação e distribuição;

3) na Figura 66 o abrigo e a sala para frente, um banheiro social, a cozinha, a copa e dois quartos articulados por um corredor;

4) na Figura 67 o abrigo, a sala e quarto estão virados para frente, dois quartos, a

cozinha e o banheiro estão articulados por um corredor e virados para o fundo;

5) na Figura 68 varanda, a sala e o quarto para a frente, a cozinha, a área de serviço e outro quarto para o fundo.

As aberturas (janelas) desenhadas em planta indicavam que nenhuma casa era geminada ou construída nas divisas laterais do terreno, optando-se pela casa isolada no lote.

Desenho do sítio ocupado

A outra proposta de desenho foi do sítio que ocupavam, demarcando suas barreiras físicas: córregos, erosão, linha de alta tensão, oleoduto, estrada de ferro, vias perimetrais, construções como muros e cercas de propriedades e a infra-estrutura básica existente como: posteamento de energia e iluminação pública, rede de água, águas pluviais e adutoras de esgoto. O levantamento dos barracos existentes com suas vielas de acesso completavam o desenho. (Figs.69-70)

Foram analisadas conjuntamente em assembléia local as características dos sítios: suas deficiências em infra-estrutura básica, problemas topográficos (declividade, cota de nível, nascentes, várzeas) e geológicos (erosão, composição do solo), sua relação com o loteamento lindeiro, com o centro da cidade, os acessos viários, o sistema de transporte coletivo entre outros.

Esses trabalhos permitiram que os moradores se apropriassem do espaço ocupado, dos conceitos e do vocabulário técnico básico do desenho da cidade e da edificação, e confirmou a hipótese da presença de pessoas que trabalhavam na construção civil. Este fato reforçou a intenção da Assessoria de Moradia de trabalhar com equipes de moradores locais no desenvolvimento dos trabalhos de elaboração e implantação dos Planos de Urbanização Específica.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

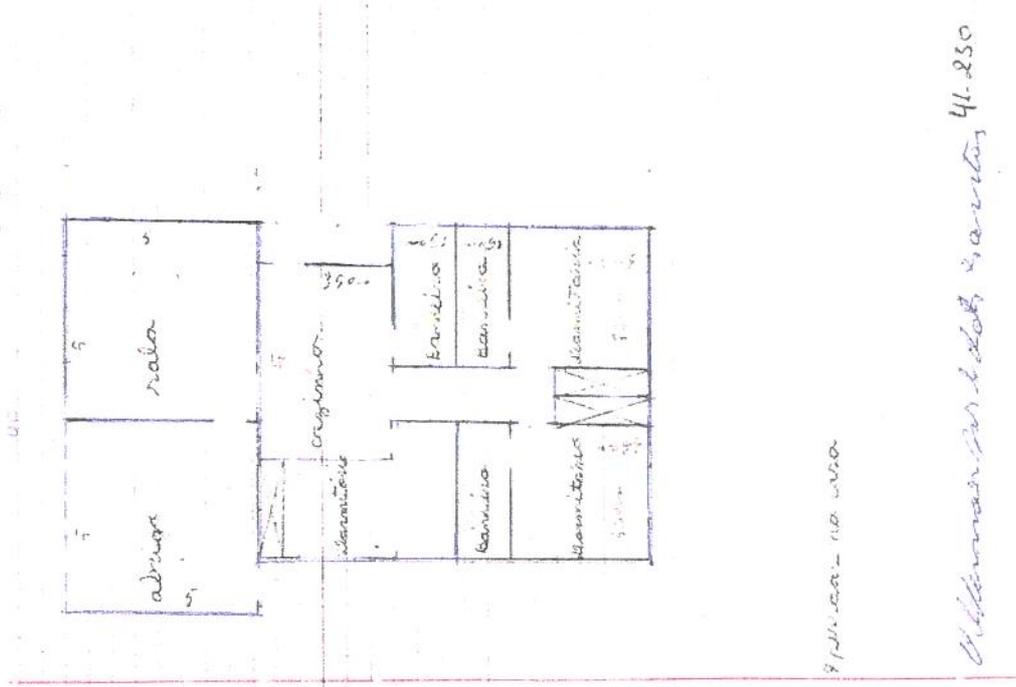


Fig. 62 - O desenho traduz uma subdivisão interna de uma residência de classe média.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia, 1981.

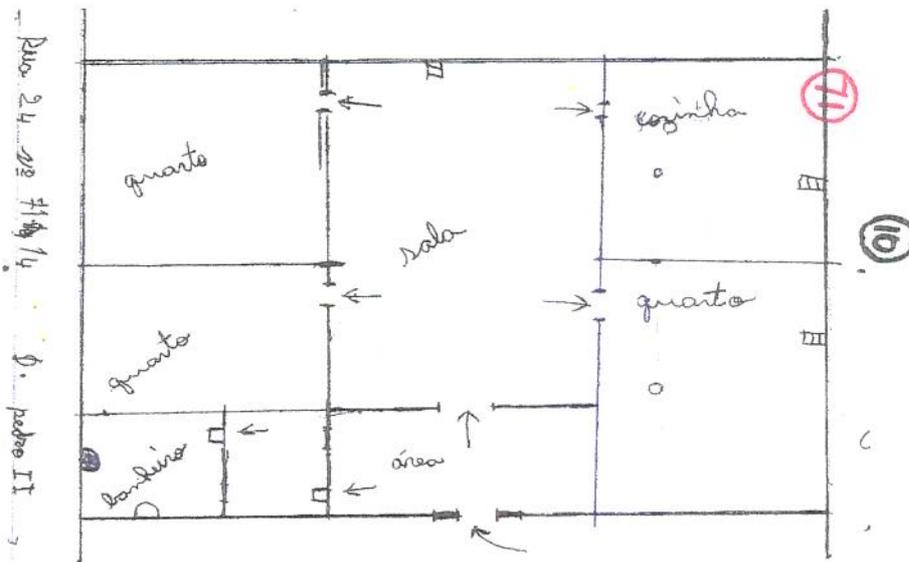


Fig. 63 - Desenho reproduz a subdivisão de uma casa de fazenda do interior de Minas Gerais e Goiás, muito parecida a da casa bandeirista.

FONTE: Arquivopessoal - Arq. Tércia Pilomia 1981.

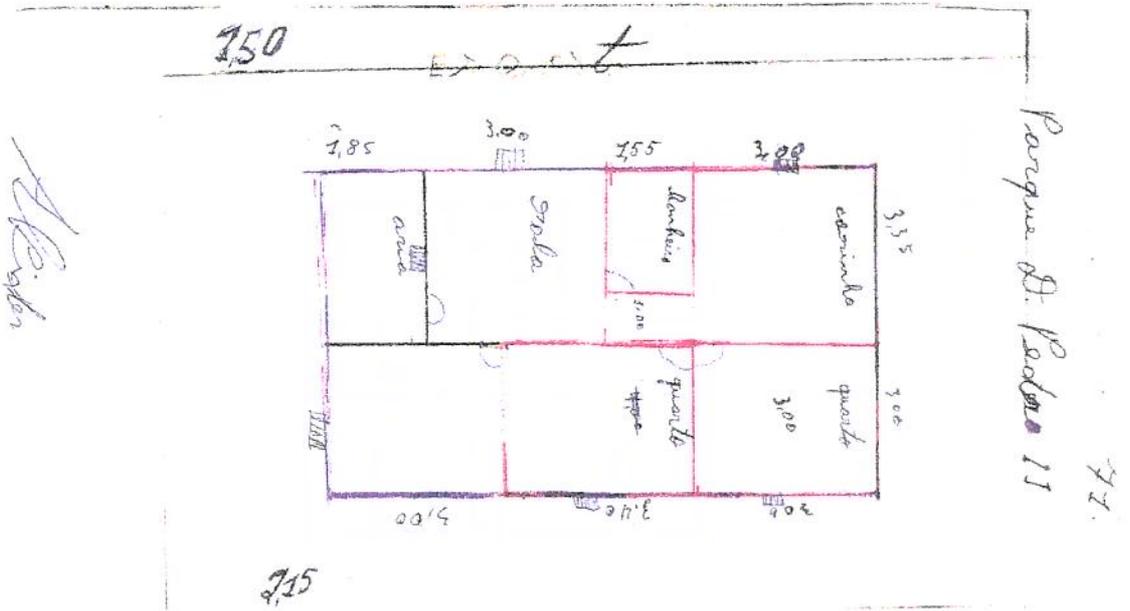


Fig. 64 - Exemplo 01.

FONTE: Arquivopessoal - Arq. Tércia Pilomia 1981.



Fig. 65 - Exemplo 02.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

NUMERO: DA CARTA RINHA: 147
 NUMERO DO BARRACO: 41-84
 NOME: SORDE NI OUE VRIAS
 NOME DA MÃE: ETELVINA DESSUS VRIAS
 2 PESSOAS:

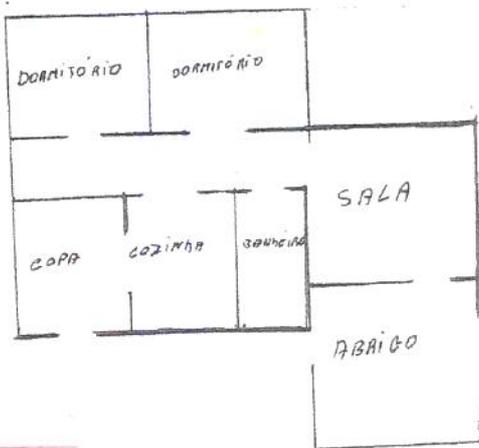


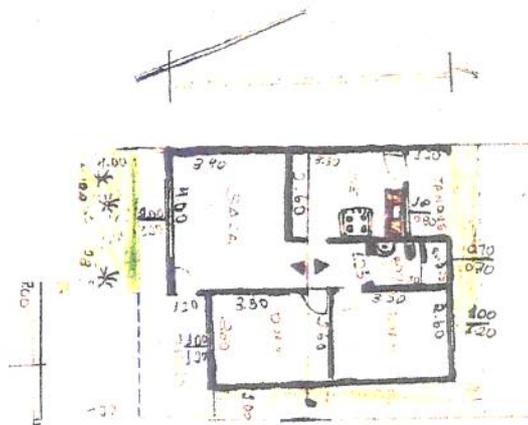
Fig. 66 - Exemplo 03. PLANTA

número da carteira = 325
 número do barraco = 41-84
 nome: Geni Siqueira Fernandes
 nome do esposo: Genotélino Cândido Faria
 5 pessoas.



Fig. 67 - Exemplo 04. PLANTA com 5 "cômodos".

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.



FUCLA: VILA GEORGIA
 PROP: PAULO PEREIRA ALVES
 Rua: Prudentes Faria nº 41-169
 3 pessoas

Fig. 68 - Exemplo 05. PLANTA com três "cômodos".

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

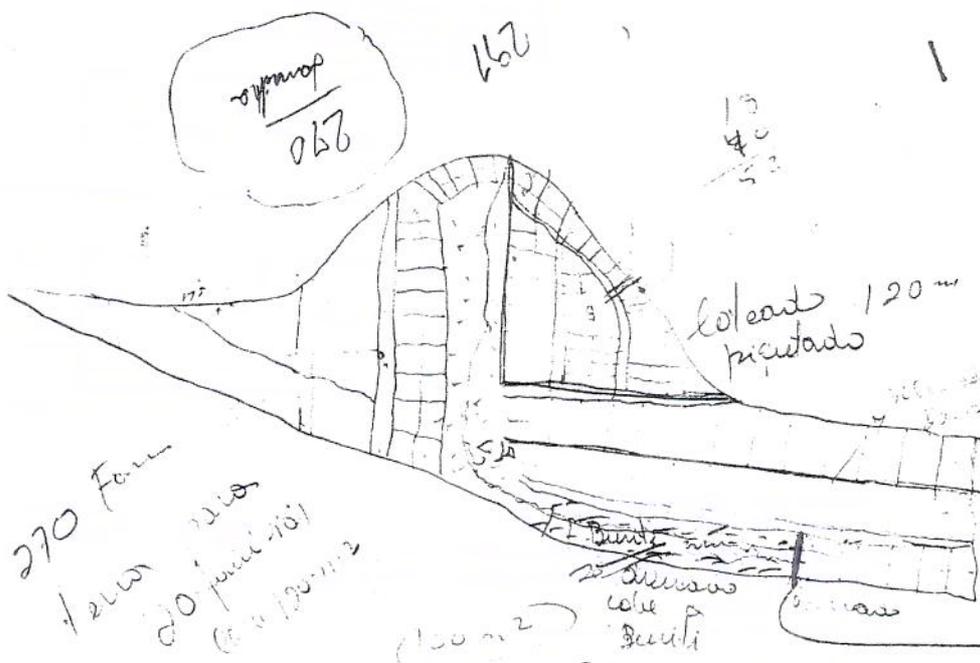


Fig. 69 - DESENHO do Sítio Ocupado com demarcação das barreiras físicas naturais e construídas e informações complementares.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia

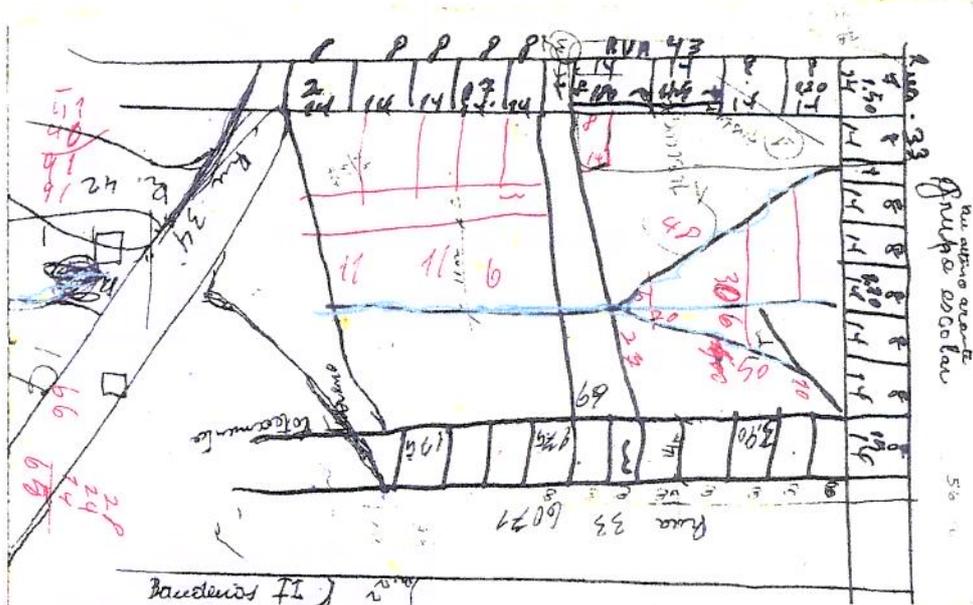


Fig. 70 - DESENHO do Sítio Ocupado com as barreiras físicas naturais, construídas, águas pluviais, linha de drenagem, nascente e uma proposta de parcelamento de acordo com a ocupação existente.

.As moradias

A construção das moradias abriu outro campo de experimentação e modificações. O primeiro ocorreu nas dimensões dos cômodos, porque as medidas dos espaços só se tornam inteligíveis quando estes adquirem forma tridimensional. O que parece grande torna-se pequeno e o que é pequeno, depois de ocupado, parece grande. A compreensão é ampliada com o artifício do método de medidas comparadas. Sugeriu-se aos moradores que medissem os cômodos dos barracos, os móveis, os equipamentos domésticos e os comparassem com os espaços propostos nas plantas dos modelos. Assim, se a trena, a linha, os piquetes, as balizas e o esquadro romano (3x4x5) (Figs. 71-72), introduziram-nos na apropriação da terra nua; o metro, o fogão, a pia, a geladeira, a cama, a mesa os ajudaram na apropriação espacial das moradias.

O resultado final foi elaborado em conjunto. Sua realização foi lenta, mas permitiu àqueles que dela participaram a ampliação de um horizonte, a apropriação prática de um processo abstrato, ou melhor, a compreensão dos mecanismos envolvidos na transformação de uma terra nua em um sítio “urbano” e das variáveis das diferentes etapas que envolvem a urbanização e a construção da moradia.

O método exigia que as informações fossem passadas devagar, pouco a pouco. Depois dos primeiros desenhos das casas e da definição do tamanho do terreno, foram introduzidos os conceitos de afastamento, recuos, conjunto de moradias geminadas, geminadas duas a duas e isoladas. Nas assembleias locais específicas para o assunto, expus e expliquei o que era cada um deles, procurando referências cotidianas e desenhando em grandes folhas de papel pardo ou num quadro-negro. Realizamos uma pesquisa para que escolhessem que tipo de ocupação desejavam para o terreno. (Figs. 73-73a)

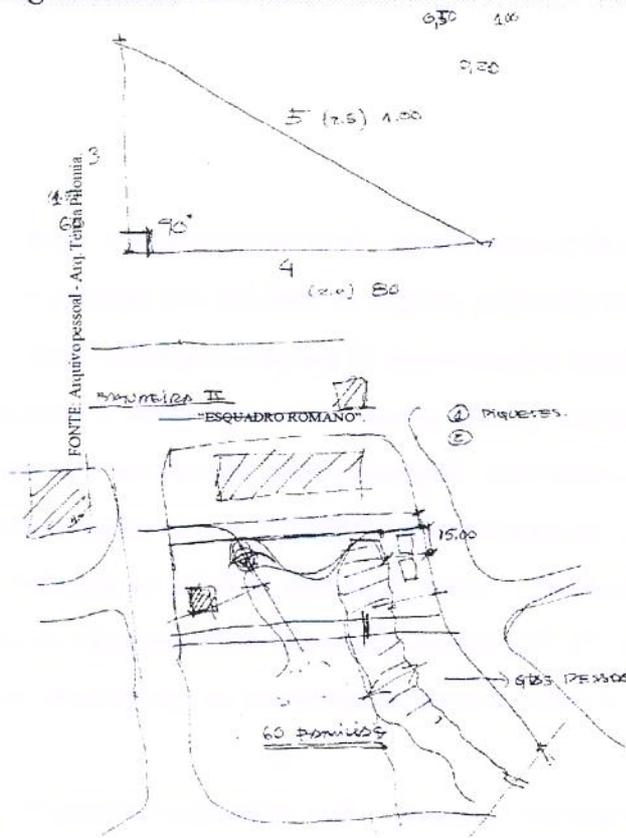


Fig. 71 - Esquadro romano utilizado para implantar as construções no "esquadro" - linhas perpendiculares e ângulos retos. E desenho explicativo de como tirar e fazer medidas da área ocupada a partir de pontos de referências.

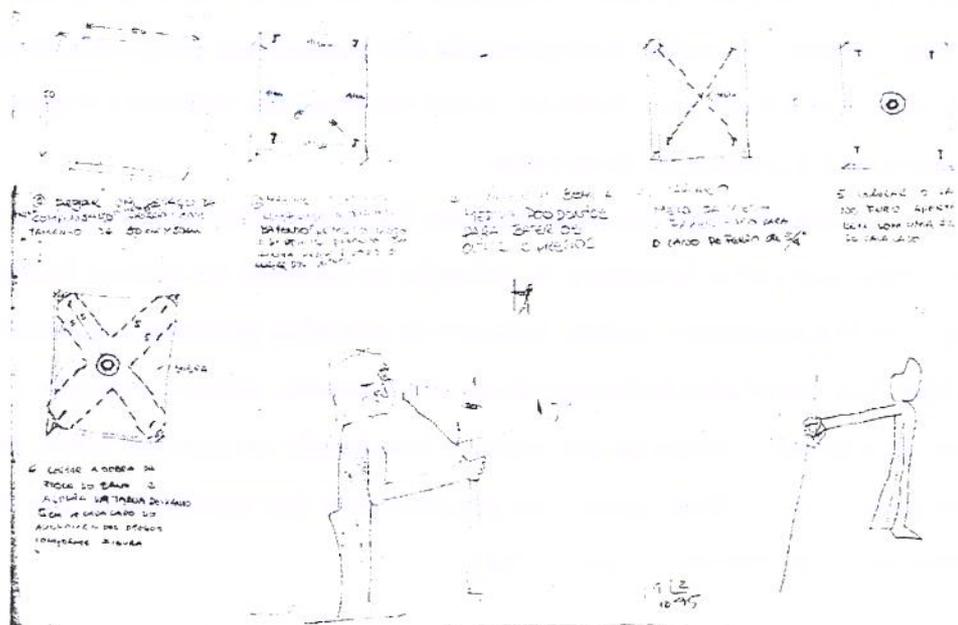


Fig. 72- MIRA e BALIZA utilizados para tirar os alinhamentos do perímetro das áreas e dos terrenos. As medidas foram feitas com a trena e as cotas de nível com uma mangueira transparente e flexível.

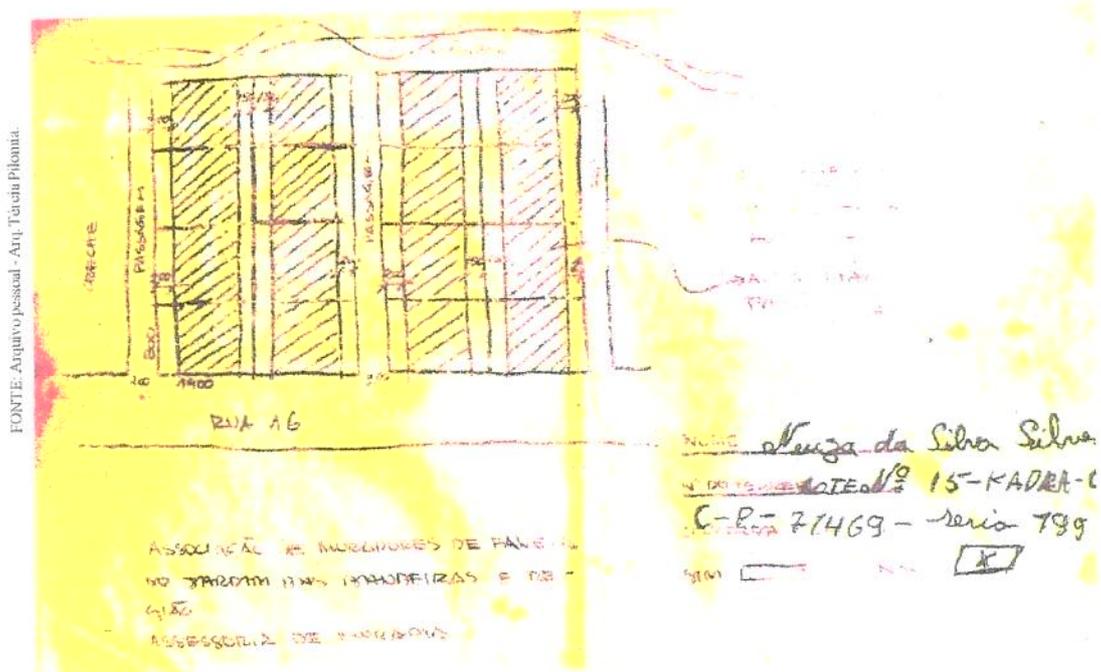


Fig. 73 - Exemplo das Pesquisas realizadas sobre a ocupação da MORADIA no terreno e sua implantação na quadra.

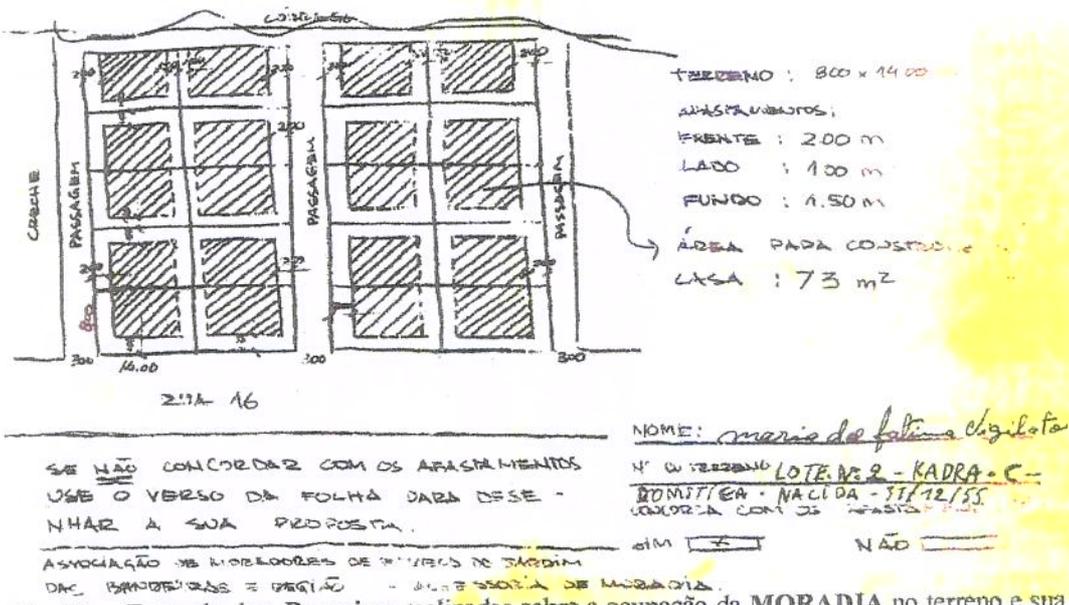


Fig. 73a - Exemplo das Pesquisas realizadas sobre a ocupação da MORADIA no terreno e sua implantação na quadra.

.A implantação e as modificações

A assessoria foi simultânea em todas as associações congregadas na Assembléia do Povo e o método adaptado de acordo com a especificidade local, seja físico-territorial - dimensão, densidade populacional, seja político-organizativo dos moradores. Trabalhei em vinte e quatro núcleos. Dentro desse universo, optei neste trabalho, por analisar e relatar duas experiências localizadas em regiões distintas da cidade que pertenciam a diferentes associações de moradores: Jardim das Bandeiras II e região e Parque Dom Pedro II e região. Além da assessoria direta por mais ou menos cinco anos, acompanhei o desenvolvimento e a consolidação dessas áreas por mais dez anos, mantendo contato, fazendo registros gráficos e fotográficos das transformações.

.Jardim das Bandeiras II e Região

A experiência com a Associação do Jardim das Bandeiras II e Região inaugurou a fase de revisão constante do método e sua relação com a especificidade das áreas de intervenção.

Localizada na periferia sul da cidade, abrangia cinco bairros: Jardim São José, Jardim das Bandeiras I e II, Jardim Santa Rita e Jardim Santa Cruz e Vila Lourdes. E congregava sete núcleos com alta densidade populacional. A maioria das áreas ocupadas apresentava condições físicas precárias, com muitos barracos localizados em áreas de risco³²².

A pressa do povo pressionava a Associação que, por seu lado, repassava-a à Assessoria de Moradia. Esta iniciou os trabalhos levando em consideração experiência anterior. Os dados utilizados inicialmente foram: o levantamento do número de moradores por núcleo e a área da praça ocupada registrada nas plantas cadastrais. A densidade diferenciada dos núcleos resultou em terrenos com área e dimensões diferentes. Em alguns casos chegou a

³²² São consideradas áreas de risco as parcelas de terra com declividade superior a 20%, localizadas próximas de margem de córregos, área de drenagem e sujeitas a erosão.

70,00m², em outros a 180,00m². Esta disparidade colocou para a Assessoria, a coordenação e a Associação a questão da igualdade de direitos dos moradores, levando-nos a considerar a possibilidade de uma padronização regional para a área do terreno: 120,00m². Esta opção exigia o remanejamento dos moradores entre os núcleos.

Os primeiros estudos foram elaborados e a assembléia local convocada. O salão comunitário ficou lotado. As pessoas chegavam em grupos e procuravam acomodar-se entre os bancos de madeira. Os desenhos foram afixados e, durante a exposição, realizou-se o croqui em grandes folhas de papel pardo, numa tentativa de socializar cada traço. A caneta “pilot” preta corria na superfície, delimitando as divisas, a vermelha definia as medidas, a azul a área construída de cada terreno. As duas possibilidades foram explicadas. Os 120,00m² enfeitiçavam e seduziam, mas a perspectiva de mudança jogou um balde de água fria nesta opção, pois foram poucos os moradores que votaram a favor da mudança.

A assembléia foi cheia de surpresas. Alguns moradores não conseguiam identificar nas plantas a sua área, ou porque a forma *in loco* era diferente da registrada e usada como base para os desenhos, ou por não possuir registro no cadastro da Prefeitura e não ter sido incluída nos estudos. Depois de mais de quatro horas pedi tempo. Um mês era o que precisava. Recomecei o trabalho. A pedido da Assessoria, a Associação montou equipes de trabalho em cada área sob a coordenação do seu Geraldo. Visitamos área por área, expliquei para as equipes como fazer as medidas do perímetro, das vias de circulação, a localização dos postes de distribuição de energia, bueiros, adutoras, linha de alta tensão, oleoduto, e realizar os registros gráficos necessários para corrigir ou montar as plantas. Com essas informações foi possível reiniciar os estudos preliminares com mais segurança e mais próximo da realidade local. Verificou-se que a largura das vias de circulação podia ser de 12, 14, 15 ou 16 metros, não seguindo as especificações regulamentadas pela Lei Federal nº 6.766, de 1979, e pelo Código de Obra Municipal, de 1959³²³, indicando que o parcelamento dessa região era anterior às duas leis. A

³²³ O Código de Obra em vigor na época era de 1959 e tinha diversos artigos e anexos agregados ao longo de 22 anos.

partir daí, a conferência sistemática das medidas e da situação legal do loteamento³²⁴ foi incorporada à metodologia.

Após a assembléia, foi estruturada outra frente de articulação, pois, apesar de a mudança ter sido voto vencido, havia um número considerável de pessoas dispostas a mudar. Esta decisão deu força à Associação, que incluiu um pedido de terra pública desocupada por barracos no rol das reivindicações da Assembléia do Povo encaminhadas ao Prefeito. Duas praças localizadas em bairros da região foram negociadas.

E na fala dos moradores:

“tanta terra e nós aqui nesses buracos, esprimidos, (...) e se a gente tentasse? afinal a terra é da Prefeitura. Não é?”

Por outro lado seu Salvino Amaro de Almeida:

“mas e as plantas? Depois de 15 anos cuidando, plantando. Eu tenho um documento, Dona.

A senhora está aqui, até já vou explicar pra senhora: - sabe, eu adubei isso tudo.

Aquele bananal todo. Só de adubo foi cento e poucos mil. Não foi assim lascado. Tem um resto da bomba pra pagar. A gente luta, mas com dificuldade, não é assim conforme a pessoa pensa:

- Hei ! Fulano enriqueceu”.

Ele detinha, na época, permissão de uso de duas glebas da Prefeitura próximas a um curso de água: a Praça 4 do Jardim São José e a Praça 2 da Vila Lourdes. Já havia perdido uma parte da Praça 4 do Jardim São José, para a instalação de uma creche particular e alguns barracos, mas agora enfrentava a reivindicação da Associação de Moradores de Favelas do Jardim das Bandeiras II e Região. A intenção era substituir as bananeiras por casas de alvenaria. As negociações pela posse das áreas duraram dois anos.(Fig. 74)

³²⁴ Havia muitos em situação irregular, ou eram clandestinos e em processo de aprovação no Departamento de Urbanismo, ou regularizados, mas com plantas cadastrais desatualizadas.

. A atuação da Assessoria de Moradia na região

O Plano Urbanístico Específico dessa área foi realizado de forma diferente de outros (Fig. 75). A gleba estava limpa, ocupada apenas por cafezais, mandiocas e bananeiras. Precisávamos só desenhar o plano, demarcar as vielas, passagens e terrenos. Mas antes necessitávamos saber quem iria para lá.

A ocupação foi organizada pela Associação dos moradores, que realizou uma pesquisa nas áreas de favela mais densas. Procurou discutir e convencer os moradores das vantagens da mudança. Os argumentos foram: a) o morador iria para uma gleba limpa, com terreno maior, viabilizando a construção imediata da moradia definitiva; b) ficaria próximo à escola, creche e ônibus; c) sua saída ajudaria na urbanização e relocação daqueles que permanecessem no local.

Apesar das dificuldades, foram realizadas assembleias locais com os futuros moradores. Estabeleceu-se o tamanho dos terrenos, os afastamentos frontal: 1,50m; lateral: 1,00m e de fundo: entre 2,50 e 3,00m. Os terrenos regulares, de 8,00 x 12,00m, com área de 96,00m², teriam no máximo 56,00m² de área construída. Foi possível definir três modelos de moradias. Um com quatro “cômodos” e dois com três “cômodos”.

A noção de “cômodos”³²⁵ é interessante: engloba a sala e os dormitórios, a cozinha é considerada de forma independente e o banheiro é esquecido. Foge à terminologia difundida pelo mercado imobiliário e de projetos residenciais que falam em casas ou apartamentos com dois, três ou quatro dormitórios, e não “cômodos”!

As áreas foram medidas por diversas vezes e descobrimos detalhes interessantes. A rua 16 do loteamento tinha uma largura fora do estabelecido pelo Código de Obra de 1959, este detalhe possibilitou-nos localizar o parcelamento das glebas em período anterior a esta data. Enquanto trabalhávamos, a SANASA construiu uma adutora às margens do córrego que passava no fundo das glebas e um ramal de captação rasgando-as quase ao meio. Ao conferirmos a área da creche, verificamos que suas medidas diferiam das registradas no desenho da Prefeitura.

³²⁵ “Quarto, compartimento, aposento” in *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986.

Estes dados foram introduzidos no desenho e um novo Plano efetuado. Houve um rearranjo nas quadras e terrenos. Foi um jogo de ajuste constante, a cada nova variável um novo ajuste. Novos desenhos, novas medidas e novos moradores. O trabalho na terra nua ajudava o aparecimento do traço no papel em branco. (Fig.76)

As propostas residenciais foram aprovadas, mas houve ressalvas na forma de implantação do conjunto, pois, devido às dimensões mínimas dos terrenos, todos os modelos de moradia exigiam uma parede na divisa. A solução mais simples e racional seria a parede de meia, isto é uma parede comum a duas residências. Prevaleceu o corredor entre casas - nada de parede de meia - a individualidade se sobrepôs à lógica simples. Ninguém desejava partilhar a parede com o vizinho.

Os desenhos desenvolveram-se paralelamente à negociação das glebas. Em janeiro de 1983, quando o Decreto nº 7.690³²⁶ foi assinado e publicado (Fig.77), tudo já estava praticamente pronto no papel. A gleba comportou oitenta e quatro terrenos, com vielas e caminhos. E como o papel permite correções e alterações, deu-se entrada na parte burocrática³²⁷ junto à Prefeitura.

Após a pesquisa sobre tipos de ocupação da construção no terreno, foram elaboradas três plantas básicas de moradia (Fig.78). Acompanhavam-nas um memorial descritivo básico³²⁸, que procurava orientar a construção em seus aspectos técnicos: pé-direito, fundação, impermeabilização, cobertura, barra impermeável, rufos e calhas. Outros aspectos como: tipo de telha, esquadrias e portas, acabamento e detalhes de fachada, eram sugeridos. A intenção era

³²⁶ Ver o conteúdo do Decreto. A permissão de uso (dada ao seu Salvino), homologada em 1969 foi revogada pelo Prefeito Magalhães "Grama" Teixeira. Ele declarou as áreas de utilidade pública e interesse social permitindo o uso qualificado pelos moradores das favelas: Jardim São José - código 75; Jardim das Bandeiras - códigos 35 e 60; Jardim Sta Rita e Sta Cruz - código 84; e Vila Lourdes - código 78. Em seu artigo segundo, aprovava o Plano de Urbanização Específica apresentado pela Associação de Moradores das Favelas.

³²⁷ Protocolo, análise e aprovação.

³²⁸ O arquiteto Roberto Itapura de Miranda participou da Assessoria de Moradia nos trabalhos de campo. Mas além da assessoria direta as Associações, contribuiu com a proposta de folha padrão para apresentação, protocolo e distribuição de cópias das moradias, contendo desenhos e um memorial descritivo construtivo mínimo.

estimular a participação dos moradores no processo de construção das moradias.

A ocupação dos terrenos foi feita devagar. Tinha-se como princípio não permitir a construção de barraco, nem mesmo provisório. Quem quisesse mudar deveria primeiro construir. Esta imposição foi assumida, desde o começo, por todos os envolvidos. E provocou uma mobilidade nos futuros moradores. Quem não tinha condições para construir de imediato transferia seu direito a outro. Além disso, os termos do Decreto nº 7.690 desencorajaram alguns. A permissão de uso qualificado por dez anos não dava as mesmas garantias conquistadas pela Lei da Terra e provocou muitas transferências. Mas os cômodos adquiriram dimensões, as paredes subiram deixando as aberturas das portas e janelas. O sol entrava nas casas, a água usada preocupava e provocava soluções individuais (fossas) e coletivas (adutoras coletivas até o córrego). A morosidade da Prefeitura contaminou a SANASA e a CPFL.

A implantação desse Plano de Urbanização Específica e de outros seis, da região do Jardim das Bandeiras II, foi acompanhada passo a passo, durante muitos anos, por seu Geraldo. O início de sua participação na Associação do Jardim das Bandeiras II foi através da equipe local de moradia. Mais tarde assumiu o cargo de Presidente da Associação por diversas vezes, mas não abandonou, em nenhum momento, o trabalho de campo. Ele aprendeu a medir, tirar nível, alinhamento, destacar paredes, de tudo um pouco. Socializou o conhecimento, treinou outros companheiros e ajudou outras associações a organizar e a articular o trabalho das equipes de moradia.

.Casas fragmentárias

A situação em 1984:

Agora, como construir? Diversas soluções foram tentadas. Autoconstrução, mutirão, cooperativa para compra de material e fabricação de tijolos de solo-cimento foram algumas das soluções discutidas e até tentadas. Mas a dificuldade de organização dos interesses individuais em coletivos foi imensa, esbarrou-se na descrença, desconfiança e individualismo. Acabou

prevalecendo a construção por conta e o endividamento no depósito da esquina. Esse foi o caso dos dois pioneiros da área que, com recursos parcos, levantaram suas casas. Duas produções bem diferentes e, por coincidência, uma ao lado da outra. Um deles era mestre-de-obras numa construtora de porte. Construiu uma casa bem apumada, dentro das exigências mínimas da construção civil: mesmo assim introduziu modificações interessantes na estrutura, na alvenaria e na cobertura. Essas modificações me alertaram e passei a prestar atenção à forma “fragmentada” como os construtores práticos captam as diferentes informações a que têm acesso no canteiro de obra e de como delas se apropriam.³²⁹

A casa possuía todos os elementos construtivos. A fundação com brocas manuais de até 2,00m; as vigas baldrame com armação de ferro 3/8", 4 ferros estribados a cada 20cm; colunas com ferragem simples nos cantos das paredes de ½ tijolo baiano; percinta de amarração na altura de porta e janela; laje pré-moldada com cobertura de telha de barro. Perfeito, só faltou uma coisa, a impermeabilização das vigas baldrame e do contrapiso. Por que, me perguntei?³³⁰

A casa vizinha era incrível. Desafiava quase todas as teorias e mesmo algumas práticas da engenharia civil. Foi erguida de forma bem precária, seja quanto aos materiais, seja quanto à mão-de-obra. As paredes misturavam tijolo baiano e maciço, provocando uma “briga” de amarrações que não combinam entre si. Elas lutam por um prumo comum e as aberturas estão cada qual num nível. Nos cantos, encontramos a amarração simples de tijolo com tijolo, não havia concreto armado. E a cobertura resumia-se à “estrutura” de madeira e telhas de fibrocimento. A ausência da impermeabilização é um fato e o tipo de fundação uma incógnita.

O tempo foi o responsável pela ampliação do canteiro de obras na área. Aos poucos as construções se multiplicaram. A Prefeitura, através do FUNDAP e sob a pressão dos favelados, abriu um programa de financiamento de material básico. Era um sistema cooperativo

³²⁹ Esta questão é inspiradora. Atiça a curiosidade e é uma área fértil de reflexão. Afinal, como se dá a formação desta “cultura” técnica, tão enraizada e de difícil questionamento?

³³⁰ A repetição desta situação foi quase uma constante. A resposta mais comum era: “Sabe, Doutora, o concreto é resistente, não deixa passar a água não”. Tentei explicar que esse material é poroso e permeável comparando seu comportamento com o do filtro de papel “Melita” - efeito “mata-borrão”.

sob a responsabilidade da Associação de Moradores. Financiava-se material para grupos de dez famílias no mínimo. A Associação do Bandeira II e Região só conseguiu organizar um grupo. Cada família recebeu material - tijolo, ferro e telha - suficiente para erguer um cômodo, cozinha e banheiro. Se já havia resistência às soluções coletivas, ela era muito maior quando a Prefeitura participava das negociações.

Em 1984, diversos terrenos dessa área estavam ocupados com construções em diferentes estágios: umas só com as fundações concluídas, outras com alvenaria na altura de respaldo de janelas e portas, algumas já com laje mas sem cobertura de telhado.

O lote 85 da quadra G era do seu José. A casa em construção obedecia o desenho do modelo um. Ela era seu abrigo, um canteiro de obra habitado. Os tijolos estavam nus, sem reboco. As telhas onduladas recebiam "provisoriamente" as chuvas há quase dois anos. Esquadrias sem vidros ocupavam os rasgos das paredes de meia levantadas pelo seu José Pereira e o compadre Toninho³³¹. Os painéis leves, com pouca estrutura, aprumavam-se e carregavam nas entranhas os conduítes de PVC à espera da água e da energia.

Morador provisório de barraco, seu José morava agora numa casa "provisória", mas sentia-se em segurança. O cimento substituiu por diversas vezes o arroz, cobriu o corpo e tirou da mesa para a caixa registradora do depósito de materiais. A sua presença era indispensável na sinfonia "provisória", na mistura básica do concreto, da argamassa, no contrapiso e no vermelhão do piso rústico da construção. A umidade que escorregava pelas paredes denunciava as telhas quebradas e a laje encharcada pela chuva. Já aquela que subia lentamente pelo alicerce seguia seu caminho livre de vedacit, neutrol, piche ou plástico. A terra seca ilude a ingenuidade do construtor prático e do leigo, que crêem na "impermeabilidade" do concreto. A porosidade deste, quando desprotegida de um impermeabilizante, permite o caminho fácil da água. Ela sobe imperdoável pelas paredes, enchendo de musgo os tijolos e a argamassa.

As dificuldades dos assessores eram muitas e agravavam-se, à medida que as construções eram individualizadas, iniciadas em diferentes momentos e com os recursos

³³¹ Apelido do morador, também conhecido por Seu Antônio Vermelho.

disponíveis dos moradores. A equipe de moradores, da fase da divisão da terra, não teve fôlego nem informação suficiente para acompanhar as construções de perto, e, nesse momento foi posta em xeque. Seus integrantes não tinham “autoridade” nem detinham o “saber técnico” para se imporem diante da experiência de diferentes e diversos “construtores” práticos. A vigilância contínua dos “engenheiros” fugia à proposta de trabalho da Assessoria de Moradia. Aos assessores só restou advertir dos perigos e das conseqüências dos erros, principalmente quando chegavam muito tarde para combatê-los.

Visitas em 1987 e 1996. (Fig. 79)

Na visita de agosto de 1987, constatei a existência de oitenta e sete³⁶² terrenos no núcleo. O acréscimo no número de terrenos foi resultado do parcelamento das áreas que haviam sido preservadas no PUE para minimizar o perigo das enchentes e a área *non aedificant* da adutora da SANASA. Eram terrenos irregulares e ocupados por moradias cujas plantas foram adaptadas dos modelos propostos para a região. Do total de terrenos, cinquenta e nove estavam ocupados por moradias concluídas e em construção. A situação das áreas localizadas no fim das quadras próximas ao córrego era preocupante.

A situação em 1996 era totalmente diferente. O núcleo estava consolidado com todos os terrenos e as áreas reservadas ocupadas. Pude constatar em uma quadra a presença de um “sobradinho”. Nas vielas, a paisagem era formada por carros parados, crianças brincando, mulheres conversando, pavimentação improvisada e pequenas áreas de erosão. Na entrada, as “gambiarras” equilibristas riscavam a paisagem. (Fig. 80)

³⁶¹ Foram incluídos mais três lotes, irregulares, no fim das quadras originais.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tercia Pilomia



Fig. 74 - Planta com CURVA DE NÍVEL - Levantamento Aerofotogramétrico, folha. 602 / Terra Foto S.A./SEPLAN - Prefeitura Municipal de Campinas, 1982.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tercia Pilomia

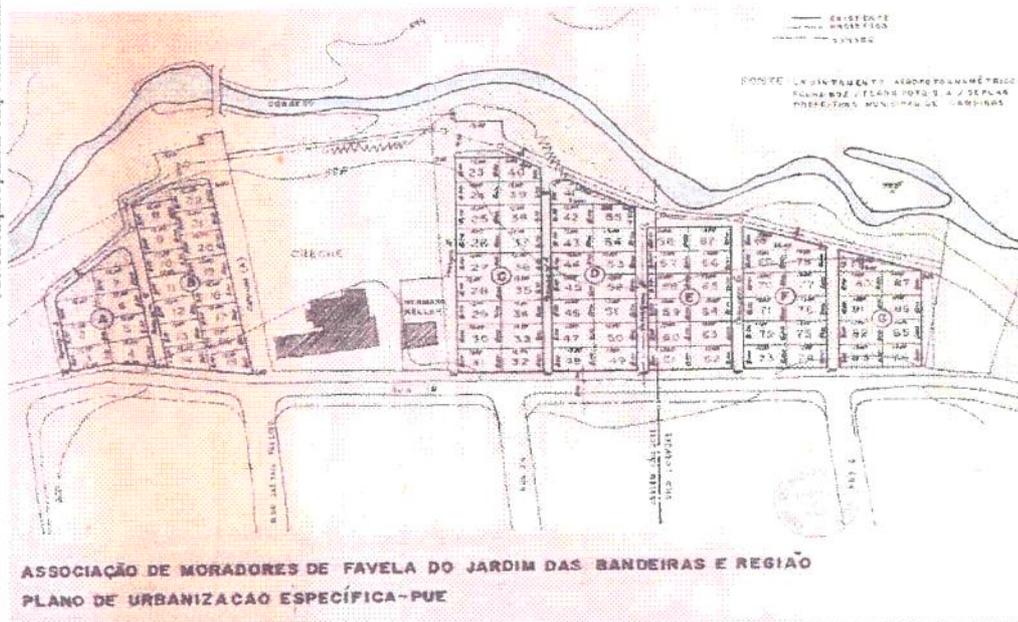
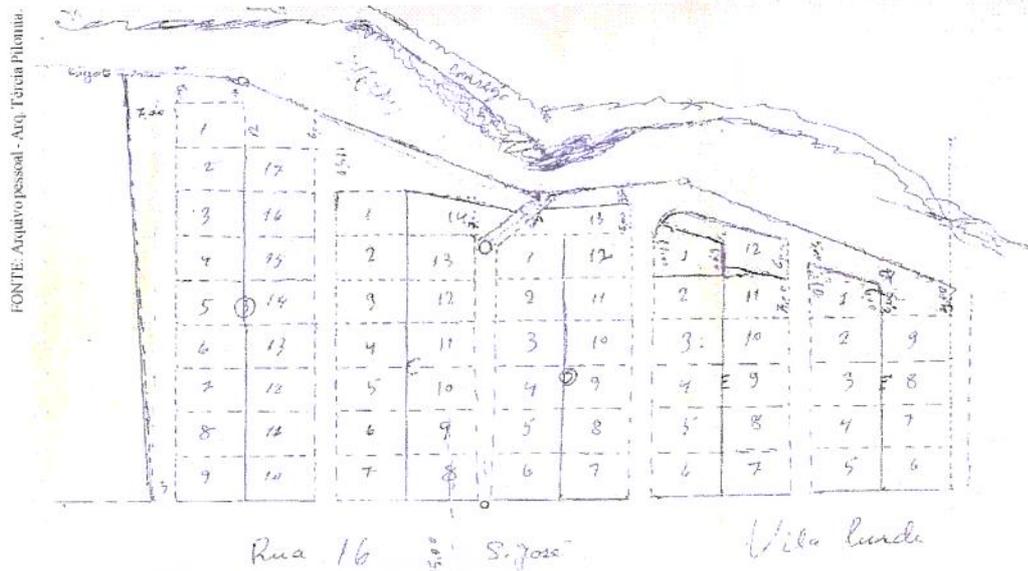
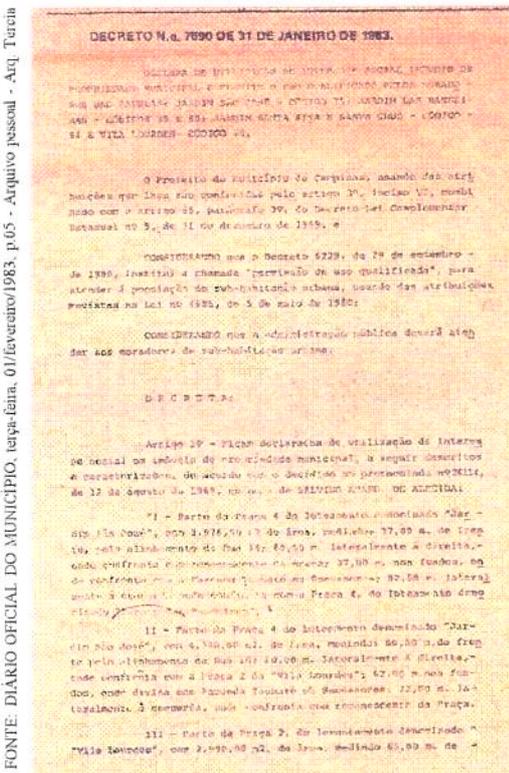


Fig. 75 - Plano de Urbanização Específica - Associação Jardim das Bandeiras II e Região - Jardim São José e Vila Lourdes.



FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia

Fig. 76 - Estudo do seu Geraldo para a implantação do PEU da "Área Salvino" - Associação Jardim das Bandeiras II e Região - Jardim São José e Vila Lourdes.



FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, terça-feira, 01/fevereiro/1983, p.05 - Arquivo pessoal - Arq. Tercia

Fig. 77 - Decreto n. 7.690 - 31 de janeiro de 1983 - Declara de utilização de interesse social imóveis de propriedade municipal e permite o uso qualificado pelos moradores das Favelas : Jardim São José, Jardim das Bandeira II, Santa Rita, Santa Cruz e Vila Lourdes.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia



Fig. 78 - Desenhos dos **MODELOS 1, 2 e 3** escolhidos pelos moradores da “Área Salvino” em 1982. Acompanha um **Memorial Descritivo** mínimo: “broca no encontro de paredes - tijolo de barro ou cimento - barra impermeável na cozinha e banheiros - portas internas 70cm, externas 80cm - janelas 1,00X1,20m - banheiro 1,00x0,60 - telha cerâmica ou cimento - forro leve fixado ao madeirame ou laje - caixa d’água 500litros.”

ASSOCIAÇÃO DE MORADORE DO JARDIM DAS BANDEIRAS E REGIÃO
 PROJETO DE MORADIA
 ESCALA 1:100
 Colaboração Técnica: ASSessoria de Moradia da Assembleia do Povo
 Arq. TERCIA PILOMIA DE PAOLI obra 52564/D
 Est. PAULO MAIER

PONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

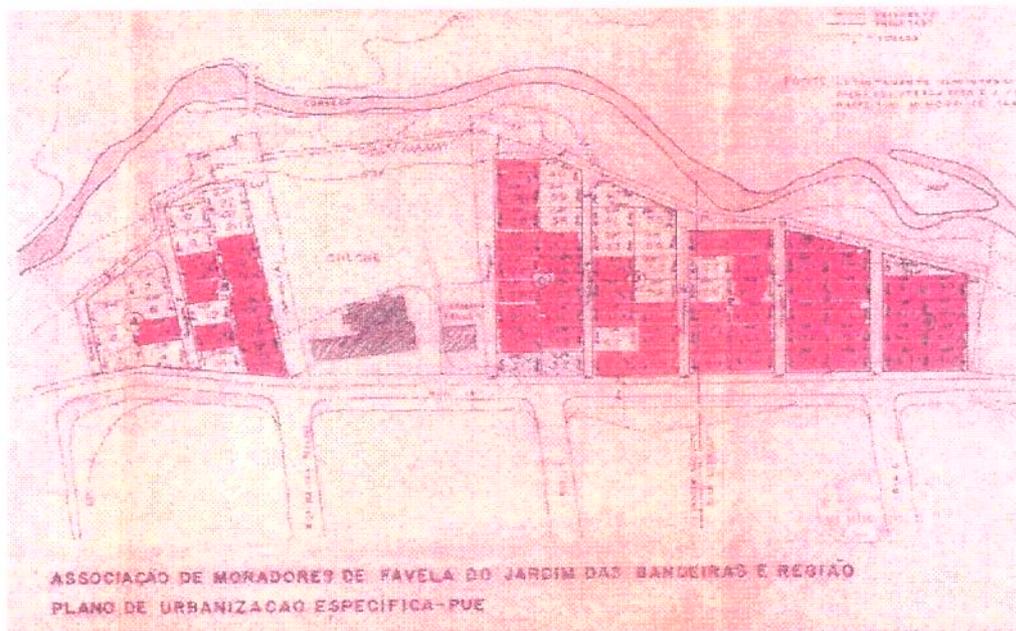


Fig. 79 - Levantamento dos terrenos ocupados em março de 1987 na área do Jardim São José e

Fotos arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.



Fig. 80 - Registro fotográfico da ocupação da área do Jardim São José e Vila Lourdes em

.Parque Dom Pedro II e Região: Vila Iporã - Favela Código 71 ³³³

As áreas que faziam parte da Associação do Parque Dom Pedro II localizam-se na região sudoeste da cidade, próximas aos DICs³³⁴. (Fig.81)

Há diversos caminhos para chegar a essa região, e muitos sofreram transformações significativas nos últimos dez anos. Quando iniciei o trabalho, na década de 80, chegava ao Parque Dom Pedro II pela Av. das Amoreiras que, na proximidade do Jardim Campos Elísios, mudava de nome para Estrada da Santa Lúcia. Logo adiante passava-se pela região das cerâmicas e depois cruzava-se um viaduto, por baixo. A estrada fazia uma curva para a direita, depois para a esquerda, logo adiante tinha uma baixada seguida de uma subida onde se transformava em uma avenida de duas pistas. Neste ponto seguia-se com cuidado, procurando o primeiro retorno à esquerda para pegar uma avenida que dava acesso ao bairro. Este trajeto passava por uma escola e, poucas quadras depois, à direita, estava a favela Dom Pedro II - código 71.

A primeira vez fiz este trajeto acompanhada, cheguei sem problema. A segunda fui dirigindo e acertei, mas as outras inúmeras vezes em que estive por lá foram cheias de erros e acertos. Não importava como fosse, se de carro ou de moto. Os pontos de referência mais próximos eram muito escassos, a tipologia edificada dos bairros da periferia compõe uma paisagem urbana muito homogênea, as diferenças só aparecem nos detalhes, se estes somem, cria-se a confusão. A única forma de chegar sem errar era ir de ônibus e descer no ponto certo.

A região sofreu, nos últimos anos, modificações significativas na rede viária. Visitei a área em 1996, e, para chegar lá, me perdi diversas vezes. Alguns pontos de referência ainda permanecem, como as cerâmicas, o viaduto e os prédios dos DICs, mas o mais importante hoje foi construído na última década - o Terminal de ônibus Ouro Verde. Mesmo assim, quem desejar visitar a região é melhor verificar primeiro o trajeto no mapa da cidade, pois só com as

³³³ Esse loteamento foi aprovado pela Lei nº 843, de 12 de fevereiro de 1953.

³³⁴ DIC I até V - é a sigla que denomina os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-Campinas no Distrito Industrial.

indicações acima com certeza não chegará.

A Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II e Região foi constituída no final de 80, início de 81, no auge da luta pela terra. O primeiro contato com os moradores foi intermediado pelo seu Leobino³³⁵, que os colocou a par da mobilização dos favelados na Assembléia do Povo, convidando-os a participar das reuniões de coordenação do movimento no Centro Pio XII.

Os primeiros a aparecer foram os moradores da favela 71, que, após algumas reuniões, organizaram as outras três áreas. A Associação foi constituída por moradores de quatro áreas: Parque Dom Pedro II 1ª parte - código 71, com quarenta e dois barracos e duzentos e quarenta e três moradores; Parque Dom Pedro II 2ª parte - código 72, com trinta e seis barracos e duzentos e oito moradores; Parque Universitário³³⁶ - código 73, com cinquenta e sete barracos; e Jardim São Cristóvão - código 39, com sessenta e oito barracos e trezentos e noventa e quatro moradores. Eram áreas distintas e pequenas, localizadas em praças públicas.

Visitei a favela 71 acompanhada pelos moradores que compunham na época a diretoria da Associação da Região.

A área, que mais tarde adotou o nome de **Vila Iporã**, era pequena, com poucas famílias e nela residiam o Presidente e o Vice da Associação regional - seu Alcides e seu Alcides - "o velho".

A ocupação era desordenada, com muitas áreas vazias utilizadas para lazer, principalmente pelas crianças. Esta situação permitiu pensar em reservar um local para a construção de um Centro Comunitário e um minicampo de futebol, que faziam parte das reivindicações dos moradores. Iniciamos as discussões sobre os pontos que nos permitiriam dar uma "ordem", traduzir as aspirações num desenho urbano do local.

Os conceitos básicos passavam inicialmente pelas "vias de circulação", em relação à

³³⁵ Presidente da Associação do Jardim Novo Campos Elísios e região que ficou responsável por entrar em contato com moradores de favelas de áreas próximas, organizando-os de forma a ampliar a base de articulação e reforçar quantitativamente o movimento.

³³⁶ Estes barracos estavam numa área que sofria um processo de erosão muito grande.

área individual de cada lote, que permitiriam a distribuição pelos moradores residentes no local. Estes conceitos, traduzidos nos artigos que tratavam da Urbanização Específica da Lei da Terra, já haviam sido discutidos com as lideranças e em assembleias locais em todas as áreas de favela, e agora seriam recuperados e trabalhados mais sistematicamente em cada área.

A área da praça, ocupada pela favela 71, era pequena, mas a relação de habitantes por metro quadrado permitiu um desenho generoso, com caminhos de 6,00m, bolsão para estacionamento, pequenas áreas verdes no fim das quadras, lotes de 128,00m² cada e uma área reservada ao centro comunitário e ao campinho de futebol. (Fig.53)

O sítio era peculiar. Nunca imaginei encontrar em Campinas vegetação característica de cerrado, muito menos “pequizeiros”³³⁷. Conversando com os moradores e através de levantamento cadastral, verifiquei que a maioria vinha do noroeste paranaense mas muitos tinham raízes mineiras. Todos conheciam o **pequi**, saboreavam as frutas e preservavam as árvores. O traçado procurou preservá-los nos quintais, nos afastamentos e nas calçadas. Até um caminho foi batizado com este nome.³³⁸

A proposta da “**Casa dos Sonhos**”, lançada no período de mobilização e de disputa política em torno da elaboração, apresentação e aprovação da Lei da Terra, na Câmara, foi bem recebida na região. As respostas foram variadas. Livres para expressar o que desejavam e da forma que conseguissem, procuraram diferentes caminhos para realizá-la. Muitos, envergonhados talvez, pediram para alguém desenhar, a neta, o sobrinho (desenhista), o vizinho, outros enfrentaram o desafio e desenharam tentando passar a idéia de seu objeto de desejo. Os moradores da Favela 71 responderam muito bem à proposta, só 20% não realizaram o desenho (Fig.82)

O primeiro desenho da subdivisão foi elaborado tendo como referência: desenhos dos moradores (Figs.83 a 86), discussões em assembleias locais, levantamento cadastral das famílias

³³⁷ Árvore característica do cerrado e campo. O fruto, pequi, é comestível, faz parte do cardápio alimentar da população de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

³³⁸ No fim dos anos 90, a rua ainda conservava esta denominação. O significado e o motivo desta denominação está na lembrança de poucos.

realizado pela Associação dos Moradores, topografia, perímetro da praça registrado na planta cadastral do loteamento fornecida pela Prefeitura à Associação, e, o mais importante, as diretrizes urbanísticas estabelecidas na Lei da Terra.

A proposta foi apresentada em assembléia local. Optei por uma exposição passo a passo, comparando a sugestão dos moradores com o desenho realizado segundo os parâmetros urbanísticos da Lei da Terra e a especificidade do local: a topografia, número de famílias, reserva de área verde e de lazer, construção do centro comunitário.

Encerrada a discussão do Plano de Urbanização Específica, iniciei, sobre grandes folhas de papel branco, uma análise pública da ocupação do terreno individual: afastamentos, recuos e vielas sanitárias. Enquanto falava, ia traçando e explicando o significado de cada passo. Em alguns momentos, durante a exposição, percebi, naquelas fisionomias cheias de expectativas e curiosidade, expressões de interrogação. Tudo indicava que meu vocabulário técnico continha palavras desconhecidas, estranhas ou com significado diferente. Naquele instante ficou clara a existência de um problema de comunicação e compreensão que precisava ser superado, resolvido, para não pôr em risco o desenvolvimento do trabalho conjunto. A saída foi o diálogo sobre o significado de cada uma delas. Trocamos experiências, comparamos expressões regionais na área urbanística e construtiva e pouco a pouco construímos um léxico comum, próprio.³³⁹ Assim, os três modelos³⁴⁰ de planta propostos para as moradias, acompanhados de sugestões de coberturas e fachadas, foram discutidos e ficaram definidos após duas assembléias locais.

O trabalho na Vila Iporã, no entanto, não foi tão tranquilo quanto pode estar parecendo. O exercício da narrativa pode muitas vezes recriar a ordem dos acontecimentos, omitir detalhes, dar a impressão de linearidade aos fatos e mascarar conflitos. Mas há detalhes imprescindíveis à compreensão da dinâmica do que se quer narrar e os conflitos são os mais

³³⁹ A transformação maior ocorreu com a “Dra. Engenheira” que acabou substituindo as palavras técnicas por seus “sinônimos” costumeiros e até culturais, não só na assessoria às associações, como na sua atividade profissional.

³⁴⁰ Elas foram elaboradas a partir da sistematização das informações contidas nos desenhos das casas, dados sobre a composição média familiar, dimensões do terreno e as diretrizes da Lei da Terra.

importantes.

Assim, entre os diversos impasses que surgiram, o mais grave foi provocado pela situação específica da favela 71. A sua seleção como primeiro lugar de intervenção, entre os núcleos da região, foi realizada seguindo os critérios gerais discutidos nas reuniões de coordenação no Centro Pio XII. Mas estes não foram divulgados e discutidos na “base” regional. Por coincidência, ou infelicidade, tanto o Presidente como o Vice-Presidente da Associação moravam³⁴¹ no local. Isso acabou provocando a desconfiança dos moradores das outras áreas. O problema foi levado à reunião de coordenação do Movimento numa sexta-feira, mas o precedente estava aberto e abriu espaço para que a insatisfação das outras associações aflorasse.

Afinal, o povo tinha pressa de começar a construir e pressionava seus representantes. Após discussões prolongadas, concluiu-se que, para superar problemas desse tipo, seria necessária uma atuação simultânea em todos os núcleos. Esta decisão colocou na pauta de discussão questões como: a necessidade de ampliar o quadro de assessores de moradia, de reforçar a mobilização interna das associações para satisfazer os critérios estabelecidos pelo método adotado pela Assessoria, melhorar a divulgação das informações e decisões tomadas nas reuniões de coordenação nas favelas, e, por outro lado, ampliar as cobranças junto à Prefeitura, principalmente dos recursos necessários ao trabalho.

Na região do Dom Pedro II, os conflitos foram superados com a criação de associações por área de favela, a chegada de novos assessores³⁴² e a formação das equipes locais.

O trabalho da Vila Iporã deslanchou. Caminhos foram marcados, barracos removidos, começaram a construção das moradias e a Prefeitura iniciou os trabalhos de infra-estrutura,

³⁴¹ Em 1996 ambos ainda moravam no local.

³⁴² Foi neste momento que o arquiteto Roberto Itapura de Miranda ingressou na Assessoria, passou a acompanhar o trabalho da favela 72 e, posteriormente, assumiu outras áreas. Introduziu na experiência com os moradores do Parque Universitário a construção da moradia por etapas ou módulos: a partir de uma unidade mínima, a casa poderia sofrer ampliações até quatro cômodos.

guias, sarjetas, água pluvial, iluminação pública e concedeu a permissão de uso³⁴³ por dez anos.

A entrega das “permissões”³⁴⁴, em 14 de julho de 1984, fez parte das comemorações do aniversário de Campinas. A festa contou com a presença do Prefeito José Roberto “Grama” Magalhães Teixeira, do Secretário da Promoção Social, de vereadores e representantes de outras associações de moradores de favelas.³⁴⁵ (Fig.87)

A paisagem da Vila Iporã já era outra (Figs.88-89). Os caminhos estavam consolidados, a iluminação pública, rede de energia e água instaladas. Possuía diversas moradias auto-construídas, com ligação doméstica de água e energia elétrica³⁴⁶ individualizadas, em diferentes estágios construtivos - laje de cobertura sem telhado, cômodos em construção, só baldrame ou alvenaria de embasamento, paredes sem reboco ou provisórias de madeirite, areia, pedra, tijolo, blocos amontados - um canteiro de obras coletivo. (Fig.90)

As diferenças culturais sobressaíam nos detalhes estéticos, independentemente do “modelo” de planta escolhido. A influência da tipologia residencial dos loteamentos periféricos podia ser observada nos vedos e muros com o uso de gradil ponta de lança, no material de acabamento, azulejos, cerâmicas, pedra ardósia, reboco e pintura, no emprego de esquadria industrializada tipo “sazazaki”, nos detalhes das vergas superiores das aberturas em forma de arco, nos acréscimos da varanda até o limite frontal do terreno, no ritmo dos elementos de fachada - porta, duas ou três janelas. Momento de transição, como se estivessem na soleira entre a antiga forma de apropriação do solo e a consolidação da vila. Momento em que o sonho começava a se transformar em realidade, quando o “modelo” legal³⁴⁷, discutido e elaborado conjuntamente dentro do discurso da “ordem” mostrava sua fragilidade, seus limites e a

³⁴³ O Decreto de Permissão de 10 anos foi publicado no Diário Oficial do Município. Contém o memorial descritivo do parcelamento e a discriminação de cada terreno e seu respectivo morador. Esta relação serviu de base para registrar o modelo de moradia de cada um deles.

³⁴⁴ As pastas entregues na solenidade estavam vazias.

³⁴⁵ Algumas imagens dessa festa fazem parte do anexo de fotos deste trabalho.

³⁴⁶ Caixa de entrada com hidrômetro e cavalete, postes e caixa de entrada de energia.

³⁴⁷ A Lei da Terra.

necessidade de adequar-se à transformação dinâmica da comunidade. O uso e a ocupação estabelecidos para os terrenos sofrem modificações pressionados pela especificidade das famílias extensas e a necessidade dos moradores. As edículas de fundo, ocupadas pelo filho que acabou de casar, pais idosos aposentados, encostados ou doentes, parentes recém-chegados à cidade, surgem nos fundos dos terrenos. Há a introdução de usos mistos, pequenos comércios e uma igreja associados à moradia. (Fig.91)

O espaço reservado ao “campinho”³⁴⁸ e ao centro comunitário foi objeto de projeto arquitetônico. O “programa de necessidade”³⁴⁹ inicial foi modificado, principalmente o do Centro Comunitário, que se converteu em um espaço de múltiplo uso: sede da Associação, salas de aula e creche, salão para reuniões e festas. Aprovado, deu-se início à construção.

A visita realizada em 1996 foi uma surpresa agradável: no lugar do canteiro, a VILA. Caminhos asfaltados, guias, sarjetas e águas pluviais, arborização de porte, mais de 90% das moradias concluídas, campinho de futebol em terra batida. A ruína do Centro Comunitário destoava na paisagem. Falta de dinheiro, desestruturação da associação, desinteresse da população? São perguntas para as quais não tenho respostas.

Vila Iporã - apesar de incorporada à estrutura urbana do entorno³⁵⁰, ainda conserva identidade própria. Símbolo de uma luta de anos, reflete a concretização de um sonho coletivo movido pela necessidade, a esperança, a fé, a perseverança, alcançado através da organização, da força coletiva, da participação democrática na produção do espaço, do respeito pelas tradições culturais e da luta pela cidadania do povo.

Entrei pela rua do **Pequi**, estacionei o carro na frente da Igreja e chamei seu Alcides. “Quem é?” gritou lá de dentro. “Sou eu, seu Alcides, Tércia”. Ele apareceu na janela incrédulo.

³⁴⁸ Nomeado de campinho de futebol porque não seguia as medidas regulamentares para um campo de futebol, nem mesmo de futebol de salão. Era só uma área retangular com uma trave de gol de cada lado.

³⁴⁹ Programa de necessidade pode ser considerado o rol de atividades e de usos previstos para um determinado espaço.

³⁵⁰ A última vez que estive por lá, me perdi, mas conhecendo tão bem o desenho e a tipologia habitacional da Vila, acabei encontrando meu destino sem maior dificuldade.

“Doutora! Há quanto tempo. Entra, entra”. Tomamos água e café. O neto saiu correndo para comprar uma coca-cola. Conversamos de tudo um pouco. Percorremos na lembrança momentos do passado. Lembramos das pessoas, dos companheiros de caminhada, trocamos notícias. Fomos passear na Vila e reencontrar os velhos amigos e antigos moradores. Quatro horas depois, no fim da tarde, me despedi. Antes de partir, parei, enchi meus olhos com aquela imagem e pensei: **“Afinal, valeu a pena”**.

MACROZONA 5

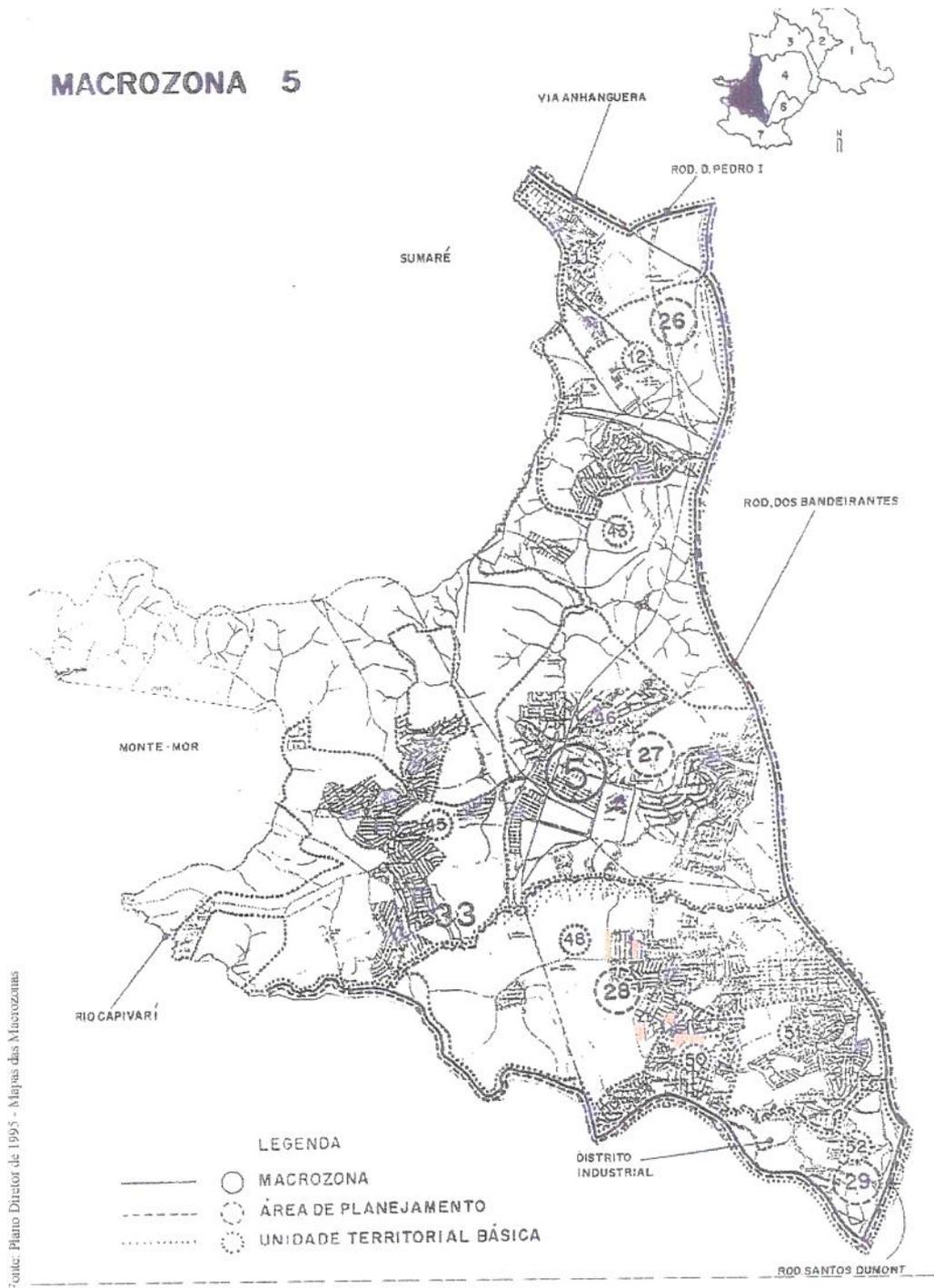


Fig. 81 - Mapa da região sudoeste de Campinas - Localização das favelas que faziam parte da Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II e Região em 1980.

COD. ASSOCIAÇÃO ESTUDO DOS DESENHOS
71 DOM PEDRO II DAS CASAS

TOTAL DE DESENHOS ENTREGUE ATÉ 12/08: 22

DESE- NHOS	QUAR- TOS (Q ²)	SALA	COZINHA	BANHEIRO		ÁREA SERV.		SEMI- NAGAS	FACHADA	CORTE
				DENTRO	FORA	DENTRO	FORA			
1	2	x	x	x				x		
2	2	x	x	x			x	x		
3	2	x	x	x			x	x		
4	2	x	x	x		x?				
5	3	x	x	x		x?				
6	3	x	x	x		x				
7	2	x	x	x						
8	2	x	x	x						
9									x	
10	3	x	x	x		x				
11	2	x	x	x		x				
12	2	x	x	x						
13	2	x	x	x						
14	3	x	x	x						
15	2	x	x	x						
16	2	x	x	x						
17	3	x	x	x						
18	4	x	x	x		x				x
19	2	x	x	x						x
20	1	x	x	x		x				
21	3	x	x	x						
22	4	x	x	x		x			x	

42,7%

54,5% — 2 QUARTOS

27,2% — 3

18,1% — 4

9,0% — 5

36,4% —

2,0% —

2,0% —

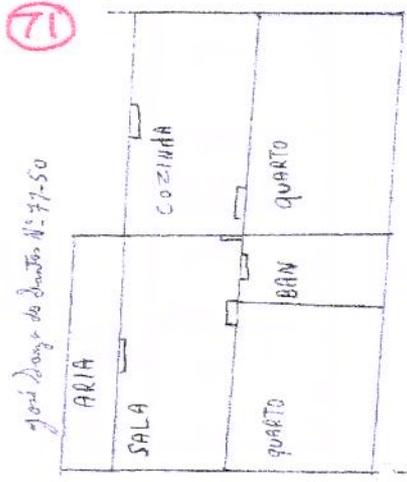
2,0% —

2,0% —

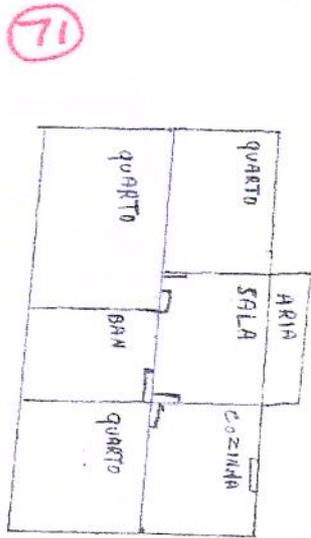
FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

Fig. 82 - Vila Iporã - Favela 71: levantamento do desenhos das "Casas dos Sonhos" realizados pelos moradores em 1981.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia



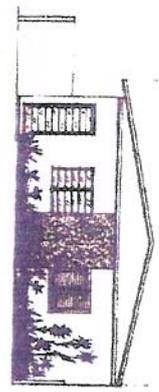
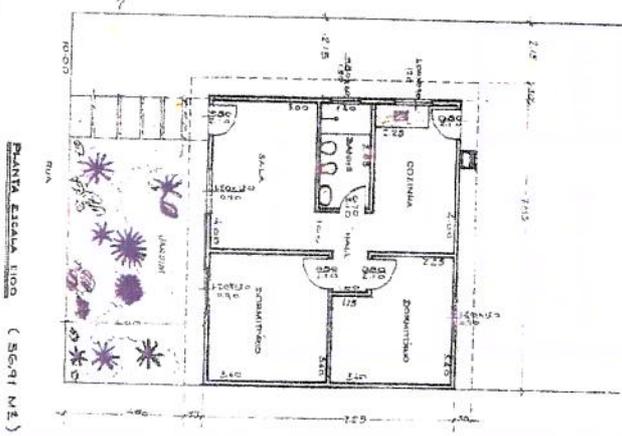
Projeto de casa de Santos N° 71-50



Projeto de casa de Santos N° 71-39

Desenhos realizados por moradores

Alida de Lima
rua 24 - N° 71-21
Parque D. Pedro II.



A. V. D. 71 12
Módulo de Escala
desenho por desenhista residente e proprietário

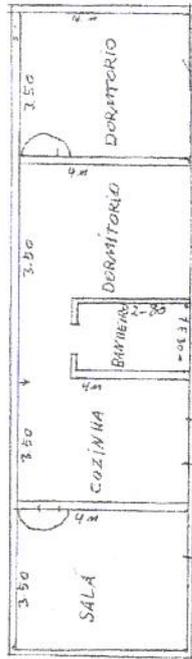
Fig. 84 - Vila Iporã - Desenhos dos

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia

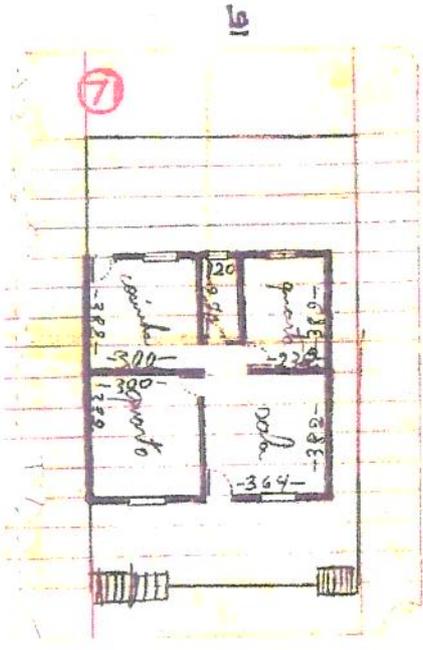
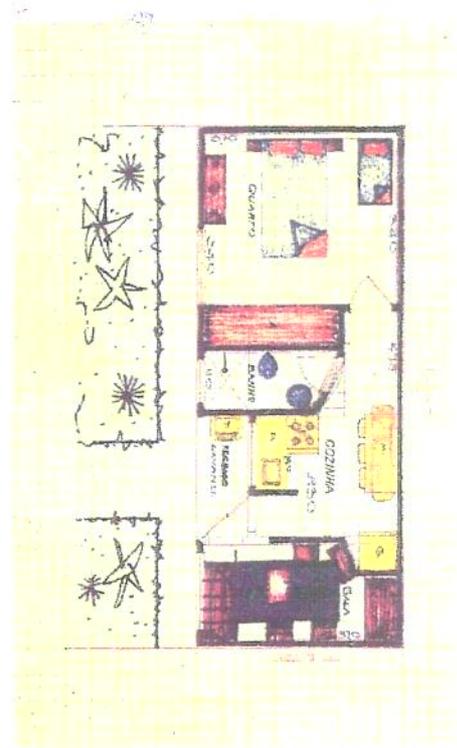
71

13

Desenho realizado pelo morador



Antônio Calisto no 71-137



Antônio Rodrigues Soares dos Santos N: 71-44

71

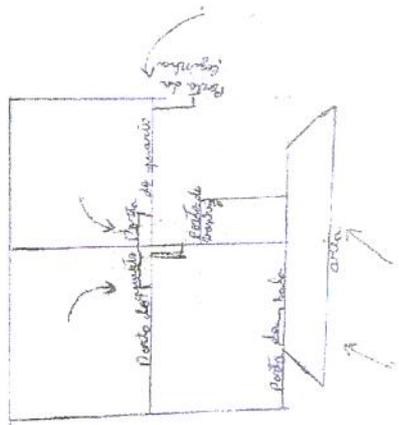


Fig. 85 - Vila Iporã -Desenhos dos moradores.

FONTE: Arquivo pessoal - Arq. Tércia Pilomia.

Prefeito entrega títulos de terra no Pq. D. Pedro

As 56 famílias da favela urbanizada do Parque Dom Pedro II terão, de uma certa forma, o sonho da casa própria realizado, hoje, quando receberem do prefeito Magalhães Teixeira e do secretário de Promoção Social, Daniel Paz de Paiva, os títulos de concessão definitiva de direito real do uso da terra, já devidamente registrados no Cartório de Imóveis.

Em torno de 44 favelas de Caminas tiveram seus processos de urbanização aprovados pela Prefeitura e muitos já estão sendo executados através de um trabalho integrado entre a Promoção Social e a Associação de Moradores.

Os títulos da favela do Parque Dom Pedro II, neste momento, havia sido o primeiro a ser entregue aos moradores. Os títulos que estão sendo entregues para os moradores que estão morando em barracos em cartório dos com

básica, medem 180m² e a maioria já recebeu casas de alvenaria em lugar dos barracos construídos, provisoriamente, com tábuas e folhas de zinco, geralmente.

O evento, considerado um fato inédito no Brasil, será realizado às 15,30h, numa área central da favela, onde está prevista a construção de um Centro Comunitário, uma mini-crinche e um campo de futebol.

Os núcleos de barracos vêm sendo estudados em separado pela Prefeitura, a fim de que possam receber as condições necessárias para a urbanização. O processo conta com a ajuda da Prefeitura que organiza o projeto e fornece o auxílio financeiro para o transporte e aquisição do material de construção, mas a execução, principalmente, depende da mobilização dos moradores que se organizam, na maioria das vezes, em regime de auto-ajuda para a construção das casas.



Foto - Arq. Tércia Pilomia.

Fig. 87 - Entrega dos "Títulos" da TERRA aos moradores da VILA IPORÃ em 1984.

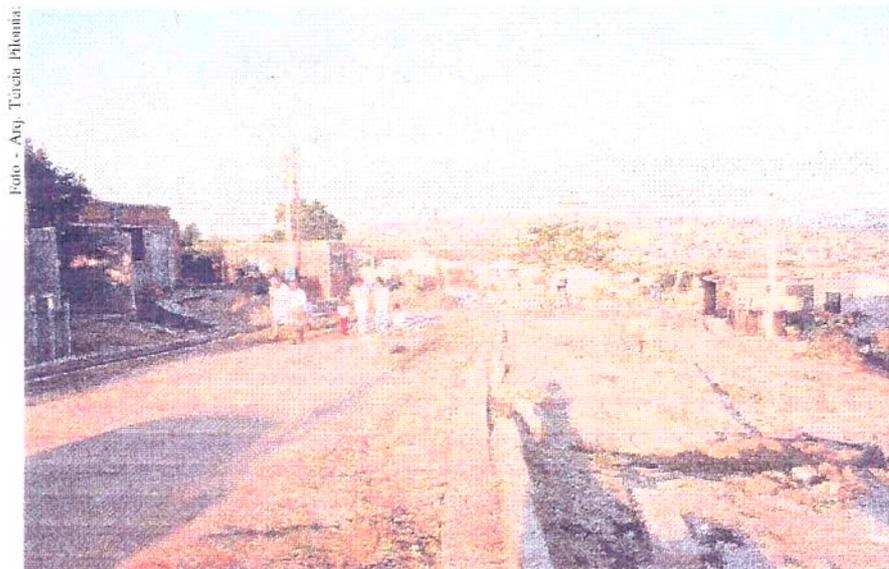


Fig. 88 - VILA IPORÃ - Vista geral do caminho "C" em 1984.



Fig. 89 - VILA IPORÃ - Moradia localizada no caminho "C" em 1984.

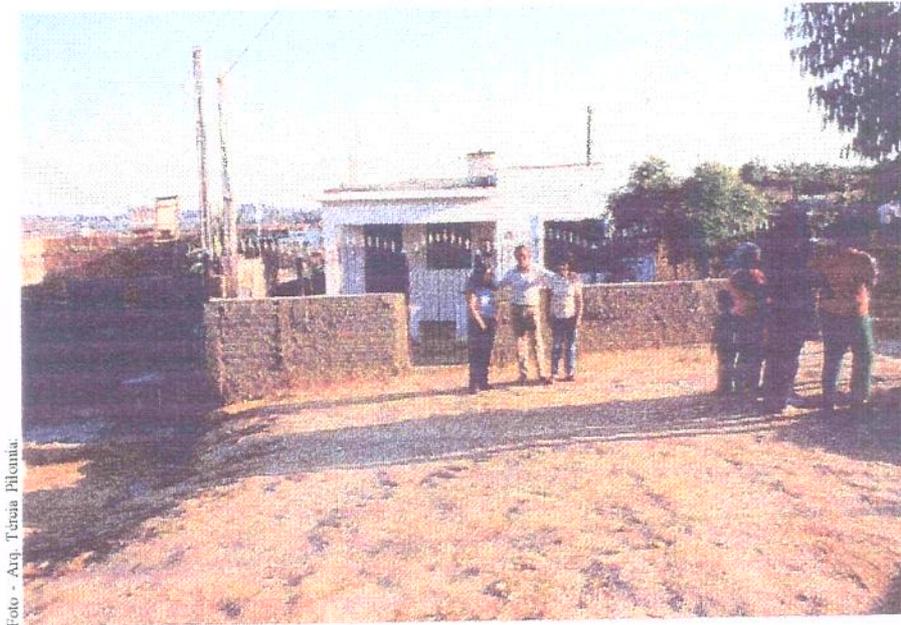


Foto - Arq. Tércia Pilomia.

Fig. 90 - VILA IPORÃ em 1984.



Foto - Arq. Tércia Pilomia.

Fig. 91 - VILA IPORÃ - a presença de uso misto: moradia e igreja - 1984.

- Conclusão -

Essa narrativa é um pequeno esboço da minha experiência de seis anos, mais de dois mil dias e quase duzentos e cinquenta fins de semana de trabalho. Ela foi construída pelas lembranças dos fatos vividos e das minhas anotações, recortes de jornais, documentos, fotos, gravações e desenhos, arquivados e guardados com carinho durante todos esses anos. Vasculhar e organizar todo esse material, me permitiu reviver e rever as situações que instigaram e orientaram este trabalho. Acompanhada pelos favelados, moradores urbanos elevados a cidadãos pela luta e pela conscientização do seu papel político, pude abrir e entrar pela porta que dá “acesso à cidade conceitual sinônimo de progresso, lugar da história e (que) designa seus habitantes com agentes/sujeitos históricos”, indicada por Maria Stella Bresciani.

No percurso pude observar que a compreensão da cidade passa necessariamente pelos seus moradores, todos eles, independente da sua classe social. Que a cidade é o resultado da dinâmica social, das necessidades do cotidiano, da produção material e da reprodução biológica do homem urbano. Que a vida na cidade coloca necessidades básicas para a sua sobrevivência, entre as quais estão o acesso a água, a energia elétrica, as condições das vias de circulação e dos meios de transporte. O reconhecimento do direito de acesso a essa infraestrutura urbana básica, foi que mobilizou os moradores dos bairros periféricos e os favelados de Campinas na Assembléia do Povo. As respostas da Prefeitura iriam diferenciá-los e deixariam transparentes a segregação socio-espacial dos moradores de favela. O discurso e a argumentação utilizada pela Prefeitura, para não atender as reivindicações, estavam apoiados na concepção de cidade que pressupunha uma determinada organização espacial funcional, racional e fundamentada na propriedade privada da terra. As formas de moradia urbana, fora desse modelo, faziam parte do contra discurso. Se um pressupunha a ordem, o outro era a própria desordem. Logo a solução era extirpar, acabar e remover, dar condições para o seu desaparecimento. Enquanto

não realizava tal empreitada, tentava controlar corpos e mente. Permitia e alojava barracos nas praças, mudava-os de lá para cá, controlava politicamente o acesso a água e a luz e negociava a circulação das pessoas, não como um direito mas como um privilégio concedido pelo filantropo de plantão. A Assembléia do Povo reforçou o seu papel de interlocutor político quando incluiu, no rol de suas reivindicações, o direito a terra e a autogestão das áreas. A Prefeitura recorreu a lei e ao saber competente especializado a justificativa de suas ações, deixando evidente qual era a possível arena de diálogo. O Movimento, para afirmar-se enquanto interlocutor político, ampliou a sua base de mobilização e de apropriação desse saber. Os assessores técnicos, politicamente comprometidos com a Assembléia do Povo, foram responsáveis pelas discussões com os moradores, esclarecendo as propostas e as soluções da Prefeitura, articularam informações e sugeriram ações que justificaram e legitimaram as posições dos favelados.

A Lei da Terra, com suas diretrizes urbanísticas e construtivas, caminhos, passagens, escadas, lotes individuais e moradia isolada, reproduzia a concepção de cidade corrente na época. Apesar de elaborada pelos moradores de favela, foi só mais uma lei disciplinadora, uma normativa a mais da cruzada anti-promiscuidade. Talvez fosse reflexo da imagem de cidade construída no cotidiano através da comparação com o bairro regularizado ou o da segregação social e espacial da favela, contido não só no discurso dos técnicos, como daqueles que detinham o poder. Moradores de brejo, de sub-habitação, maloqueiros e marginais, eles eram identificados com a desordem urbana. A Lei da Terra foi, no fundo, uma tentativa de romper com esse discurso, de demonstrar que não eram favelados por opção, mas por necessidade e mostrar que mesmo assim, eram capazes de dar uma ordem ao seu próprio espaço. Visto por esse lado, é possível, talvez, compreender porque os favelados aceitaram a urbanização “arrasa quarteirão”. Prática demolidora que abriu caminhos e passagens, demarcou lotes padronizados e individuais, removeu barracos aniquilando as relações de vizinhança do espaço consolidado.

A urbanização de fato e de direito mobilizou a Assessoria de Moradia que tateou os caminhos de atuação e tentou estruturar um método de trabalho que privilegiasse a relação de socialização do saber técnico com o conhecimento prático. Procurou abrir e incentivou espaços

para a discussão das aspirações, dos desejos e dos sonhos, que estimulasse a disposição, o interesse e a curiosidade do morador de favela. Acreditava que, juntos construiriam um espaço com identidade própria capaz de traduzir a mobilização política da luta pela terra. Mas, ela viveu numa situação de conflito permanente entre a prática profissional ditada pelos seus conhecimentos técnico-teóricos e as situações que tinha que enfrentar na prática cotidiana da urbanização das áreas de favela. Recuperou práticas tradicionais, improvisou referências nos sinais padronizados do espaço urbano, associou experiências cotidianas aos espaços da moradia. Quanto mais fundo ia na prática de socialização do saber, mais aprendia do que ensinava. Percebia a importância simbólica da casa no processo de discussão dos modelos de moradia. A resistência à solução das casas geminadas e a um modelo padrão não foram superados, nem com as argumentações técnicas e econômicas de racionalização do sistema construtivo. Os moradores tinham referências culturais e de vida muito fortes, nada mais justo do que respeitá-las e deixá-las florescer. Afinal o sonho era conjunto, mas a casa era deles.

A trajetória deste trabalho chega ao seu final. Espero que tenha cumprido com seus objetivos iniciais, revendo os conceitos de ordem e desordem, questionando a “isonomia” das normas, códigos, leis e os limites implícitos dos modelos descritivos e analíticos de cidade, resgatando a Favela enquanto fragmento urbano por excelência, possuidor de uma “ordem” e lógica própria e recuperando a cidade enquanto espaço das diferenças e da heterogeneidade social. E assim contribuído para a reflexão contemporânea da questão urbana nesse fim de século.

- BIBLIOGRAFIA -

ABRAMS, Charles:

1964: **Habitação, Desenvolvimento e Urbanização**; Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro.

ALEXANDER, Christopher:

s/d "A cidade não é uma árvore" *in* Cuadernos Summa-Nueva Vision n.9, pp.20-30.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de:

1990: "A cidade como um corpo são e belo: o pensamento urbanístico do Eng. Saturnino de Brito"; comunicação Seminário de História Urbana/Salvador.

1992: "De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito" *in* A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos: SITTE Camilo; São Paulo, Ed. Ática.

ANT, Clara L e KOWARICK, Lúcio F.:

1980: "A favela na cidade de São Paulo: último recurso de moradia"; COGESP/PMSP - maio. (mimeo)

ARANTES, Otilia:

1995: "A ideologia do lugar público na arquitetura moderna", *in* O lugar da Arquitetura depois dos Modernos; São Paulo, EDUSP, p.95.

ARGAN, Guilio Carlo:

1995: **A história da arte como história da cidade**; São Paulo, Martins Fontes.

AZEVEDO, Aluizio:

1925: **O Cortiço**; Rio de Janeiro, Livraria Ganier (Paris, Imp. Paul Dupont).

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares:

1999: "A construção da cidade na primeira metade do século 20: Niterói, espelho do Rio" *in* Urbanismo no Brasil 1895-1965, org Maria Cristina da Silva Leme; São Paulo, Studio NOBEL; FAUUSP;FUPAM.

AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luis Aureliano Gama de:

1982: **Habitação e Poder: da fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**; Rio de Janeiro, Zahar.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos:

1986: **“O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)”**; São Carlos, dissertação de Mestrado, departamento de Arquitetura, Escola de Engenharia de São Carlos, USP.

1996: **Campinas: o despontar da modernidade**; Campinas: Área de Publicação CMU/UNICAMP.

BAENINGER, Rosana:

1996: **Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**; Campinas, CMU/UNICAMP.

BARDET, Gaston:

1990: **O Urbanismo**, Campinas, Ed. Papyrus.

BARTHES, Roland:

1981: **Fragments de um Discurso Amoroso**, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

1984: **A câmara clara**; Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

1985: **Mitologias**, São Paulo, DIFEL.

BENEVOLO, Leonardo:

1974: **História de La Arquitectura Moderna**, Barcelona, Gustavo Gili

1984: **“A cidade na história”**, in *A cidade e o Arquiteto*; Lisboa, Edições 70, pp. 15-31.

1984: **A cidade e o Arquiteto**, Lisboa, Edições 70.

BÉGUIN, F.:

1978: **“Les Machineries Anglaises du Confort”** in *L’Haleine des Doubourg: Ville, habitat et santé au XIX siècle*, org. Lion MURARB e ZYLBERMAN in *Recherches* n.29.

BENJAMIN, W.:

1972: **Illuminaciones II: Baudelaire un poeta en el esplendor del Capitalismo**; Madrid, Taurus.

1975: **Illuminaciones III: tentativas sobre Brecht**; Madrid, Taurus.

1983: **“O Narrador”** in *Os pensadores*; trad. José Lino Grunnewald, São Paulo, Abril Cultural, pp.57-74.

1984: **Origem do Drama Barroco Alemão**; São Paulo, Brasiliense.

1989: **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**; São Paulo, Brasiliense.

BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; e outros:

1983: **“Textos Escolhidos”** in *OS PENSADORES*; São Paulo, Abril Cultural.

BERLINCK, Manoel T.:

1975: **Marginalidade Social e Relação de Classes em São Paulo**; Petrópolis, Rio de Janeiro,

Vozes.

BLUMENFIELD, Hans:

1973: "Metrópole moderna", in *Cidades - A urbanização da Humanidade*, São Paulo, Publicação interna FAU/USP.

BRESCIANI, M. Stella

1984: *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*; São Paulo, Brasiliense.

1985: "Metrópoles: as faces do monstro Urbano (as cidades no século XIX)" in *Cultura e Cidades*, Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5 n.8/9 set. 1984/abril/1985.

1990: "Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades"; Campinas, (xerox) UNICAMP.

BOSI, Ecléa:

1983: *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, São Paulo, T.A. Queiroz.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de:

1944: *URBANISMO: Traçado Sanitário das Cidades*; Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BURGESS, Ernest:

1925: "The Growth of the City" in *The City*, PARK, R.L. e BURGESS, E., Illinois, University of Chicago Press.

CALVINO, Ítalo:

1990: *Cidades Invisíveis*; São Paulo, Companhia das Letras.

CAMARGO, Cândido P. Ferreira de:

1982: "A Igreja do Povo" in *Revista Novos Estudos CEBRAP*, vol.1 nº 2, abril, pp. 49-53.

CAMPINAS: Prefeitura

1864: *Código de Posturas da CÂMARA*, Janeiro de 1864.

1934: *Código de Construções*.

1959: *Código de Obras*.

1991: *Caderno de subsídios para a discussão do Plano Diretor*.

1995: *Plano Diretor 1995 - Documento de Sustentação da Lei do Plano Diretor*: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: SEPLAMA.

1995: *Plano Diretor de Campinas: instrumentos urbanísticos*: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: SEPLAMA.

1996: *Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo* - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: SEPLAMA / UNICAMP e PUCCAMP.

CAMPOS Filho, Cândido Malta:

1989: **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos**; São Paulo, NOBEL.

CARDOSO, Ruth:

1982: "Duas faces de uma experiência"; *in* **Revista Novos Estudos CEBRAP**, vol.1 nº 2, abril, pp.53-58.

CARPINTÉRO, Antônio Carlos Cabral:

1991: "**Momento de Ruptura: As transformações no centro de Campinas na década dos 50**"; São Paulo, dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, São Paulo.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira:

1990: "**A Construção de um Sonho - 'Habitação Econômica' - projetos e discussões (São Paulo-1917/1940)**"; Campinas, tese de mestrado em História/ UNICAMP.

1997: **A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil (S. Paulo 1917/1940)**; Campinas, Editora da UNICAMP.

CARVALHO, Edemir:

1991: "**Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870/1956**"; Campinas, dissertação de mestrado Departamento de Ciências Sociais/ IFCH / UNICAMP.

CASTELLS, M.:

1974: **Movimientos Sociales Urbanos**; Madrid , Siglo Veintiuno, Espanha.

1975: **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**; Lisboa, Presença.

1975: **La Questión Urbana**; Madrid, Siglo Veintiuno, Espanha.

CHINELLI, Filippina:

1980: "Os loteamentos de Periferia" *in* **Habitação em Questão**; org. Lícia do Prado Valladares, Rio de Janeiro, Zahar.

CHAUI, Marilena:

1982: **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**; São Paulo, Moderna.

1983: **Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo**; São Paulo, Brasiliense.

1986: **Conformismo e Resistência, aspectos da cultura popular no Brasil**; São Paulo, Brasiliense.

CHOAY, Françoise:

1965: **L'Urbanisme: Utopies et Réalité**; Paris, Éditions du Seul.

1979: **O Urbanismo: Utopia e Realidade**; São Paulo, Perspectiva.

1985: **A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo**; São Paulo, Perspectiva.

CORBIN, Alain:

1987: *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*, São Paulo, Companhia das Letras.

COSTA, Lúcio:

s/d "Estudos e Artigos de L.C."; org. Centro de Estudos de Teoria de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul.

De PAOLI, Tércia Pilomia:

1981: "Projeto: financiamento para tratamento de córregos de localização urbana"; Prefeitura Municipal de Campinas, dezembro (colaboradora).

1983: "Um estudo da Política Urbana no Brasil no pós-64 (análise da história do SERFHAU *1964 *1975)"; dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.

1984: "Assembléia do Povo / Favelas: o primeiro passo de uma experiência de urbanização de favelas em Campinas, SP" - trabalho apresentado no Iº SEDUR, Unb, Brasília, DF, setembro.

1985: "Vila Iporã: um exemplo de participação e conflito na urbanização de Favelas em Campinas, São Paulo"; comunicação ANPOCS, Águas de São Pedro.

1986: "Imagens de uma Avenida"; Campinas, IFCH/UNICAMP (ensaio).

1987: "São Paulo-Centro"; Campinas, IFCH/CUNICAMP.

DELLE DONNE, Marcella

1990: *Teorias sobre a Cidade*; Lisboa, Edições 70.

DELSON, Roberta Marx:

1997: *Novas Vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*; Brasília: Ed. ALVA-CIORD.

DOIMO, Ana Maria:

1995: *A vez e a voz do Popular*; Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS.

DURHAN, Eunice R.:

1973: *A Caminho da Cidade*; São Paulo, Perspectiva.

ECO, Humberto:

1983: *O Nome da Rosa*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

1984: *Viagem na Irrealidade Cotidiana*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

ENGELS, Friedrich:

1960: *La Situation de la classe Laborieuse en Angleterre*; Paris, Ed. Sociales.

1971: *Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico*; Lisboa, Ed. Estampa.

ENGELS, F. e MARX, K.:

1972: **Manifeste du Parti Communiste**; Paris, Editions Sociales.

EVERS, T.; PLANTENBERG, C. e SPESSAT, S.:

1982: **Movimentos de Bairro X Estado na America Latina**; Recife FASE (fev. mimeo).

FERNANDES, Marlene:

1982: **Diretrizes para a urbanização dos aglomerados de sub-habitações**; Curitiba, CNPq/IPPUC.

FERNANDES, Ana e FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A.

1990: **"Idealizações urbanas e a construção da Salvador MODERNA: 1850/1920"**, comunicação Seminário de História Urbana/Salvador.

FERNANDES, Ana Cristina de Almeida:

1989: **Uma imagem em negativo: considerações em torno da assessoria do movimento popular**"; Campinas, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP.

FIGUEIREDO, Rubens e LAMOUNIER, Bolivar:

1997: **As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira**; Brasília, MH Comunicação.

FOUCAULT, Michel :

1974: **A Arqueologia do Saber**; Petrópolis, Vozes, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro.

1984: **Microfísica do Poder**; Rio de Janeiro, Graal.

FREUND, G.:

1976: **La Fotografia como documento social**, Gustavo Gilli, Barcelona.

GILLE, Didier

1988: **"Estratégias Urbanas" in Contratempo: Ensaio Sobre Algumas Metamorfoses do Capital**"; org. E. Alliez; Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

GOULART, José Alipio:

1957: **Favelas do Distrito Federal** ; Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura / IBGE.

GROSTEIN, Marta Dora:

1987: **A cidade clandestina: os ritos e os mitos, o papel da irregularidade na estruturação do Espaço Urbano no município de São Paulo 1900 à 1987**; Tese de doutorado, São Paulo, FAUUSP.

GULAR Ferreira:

s/d **Dentro da noite veloz**, São Paulo, Ed. Circulo do Livro.

HALBWACHS, Maurice:

1990: *A Memória Coletiva*; São Paulo, Editora Vértice.

HANDKE, Peter:

1985: *A mulher Canhota e Breve Carta Para um Longo Adeus*; São Paulo Brasiliense.

HAROUEL, Jean-Louis:

1990: *História do Urbanismo*; Campinas, Papirus.

HARVEY, David:

1980: *A Justiça Social e a Cidade*; São Paulo Ed. HUCITEC.

1992: *A condição Pós-moderna*; São Paulo, Edições Loyola.

HEIBORN, Maria Luiza:

1984: "Visão de mundo e ETHOS em camadas médias suburbanas no Rio de Janeiro" *in Ciências Sociais Hoje*, GT Cultura Popular e Ideologia Política.

HOBBS, T.:

1979: *Leviatan ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil*; São Paulo, Abril Cultural.

HOBBSBAWN, E. J. :

1978: *Rebeldes Primitivos*; Rio de Janeiro, Zahar

1974: "El Trabajador pobre" *in Las Revoluciones Burguesas*, Madrid, Guadarrama, p. 357.

1975: *Bandidos*; Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

1978: "A turba Urbana" *in Rebeldes Primitivos*; Rio de Janeiro, Zahar, Cap. VII, p. 112.

HOWARD, Ebenezer:

1972: "Ciudades-jardín del mañana" *in Desarrollo de la ciudad moderna*, org. Carlo Aymonino, Barcelona, Gustavo Gili.

JENCKS, Charles:

1985: *Movimentos Modernos em Arquitetura*; Lisboa, Edições 70.

JESUS, Carolina Maria de:

1960: *Quarto de despejo*; São Paulo, Oficinas Gráficas de Linográfica Ed. Ltda.,

JOYCE, James:

1983: *Ulisses*; tradução Antônio Houais, São Paulo, Abril Cultural.

KOTHE, Flávio R. org.:

1985: **Textos de WALTER BENJAMIN**; São Paulo, Ática.

LAMPARD, Eric E.:

1971: **Aspectos Históricos da Urbanização**; São Paulo, FAU/USP.

LE CORBUSIER:

1969: **Maneira de Pensar o urbanismo**; Coleção Saber, Publicações Europa-América.

LE GOFF, J.:

1982: **Reflexões sobre a História**; Lisboa, Edições 70 e Livraria Martins Fontes, (data da edição italiana).

1984: "História" *in* **Memória e História**; Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional vol. 1 pp. 158-259.

1984: "Memória" *in* **Memória e História**; Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional vol. 1 pp. 11-49.

LE GOFF, J. e NORA, P.:

1986: **História: novas abordagens**; Rio de Janeiro, Francisco Alves.

LEME, Maria Cristina da Silva (org):

1999: **Urbanismo no Brasil 1895-1965**; São Paulo, Studio NOBEL; FAUUSP; FUPAM,

LEMINSKI, Paulo:

1991: **La vie en close**; São Paulo, Brasiliense.

LIMA, Maria Helena B. de:

1980: "Em Busca da Casa Própria: Auto-construção na Periferia do Rio de Janeiro" *in* **Habitação em Questão**; org. Lícia do Prado Valadares, Rio de Janeiro, Zahar.

LLOSA, M. Vargas:

1984: "A mentira e a verdade na Ficção" *in* **New York Times Book Review**, tradução Caderno de Cultura do "Estado de São Paulo", 18 de novembro de 1984, nº.232, ano IV pp.1-2.

LOCKE, J.:

1983: **Segundo Tratado Sobre o Governo e outros Escritos**; São Paulo, Abril Cultural.

LOJKINE, Jean:

1979: "O papel do Estado na Urbanização Capitalista" *in* **Marxismo e Urbanismo Capitalista**; org. Reginaldo Forti, São Paulo, Ed. Ciências Humanas.

LOPES, Doraci Alves:

1997: *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo*, Campinas, São Paulo, Ed. Alinea.

LYNCH, Kevin:

s/d (?) *La buena forma de la ciudad*; Barcelona, Gustavo Gili.
1988: *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70.

MACHADO DA SILVA, L.A. (org.):

1982: *Solo Urbano: Tópicos sobre o uso da Terra*; Série Debates Urbanos, Rio de Janeiro, Zahar.

MARX, Karl:

1977: *O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann*; Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MILLET PINHEIRO, Vera e outros:

1990: "Pina: imagens e representações simbólicas do morar"; comunicação Seminário de História Urbana/Salvador.

MINTER/CNDU/FAUUSP:

1984: "Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e Revisão de critérios de seleção das referidas cidades"; São Paulo, FAUUSP, volumes I-IX.

MOREIRA, Fernando Diniz:

1999: "A aventura do urbanismo moderno nas cidade do Recife" *in* *Urbanismo no Brasil 1895-1965*, org Maria Cristina da Silva LEME, São Paulo, Studio NOBEL; FAUUSP; FUPAM,

MUNFORD, Lewis:

1982: *A Cidade na História; suas origens transformações e perspectivas*; São Paulo, Martins Fontes.

NORMAN W.Jr.:

1966: "The structure of urban zoning and its dynamics" *in* *Urban planning and Development*, New York, Buttenheim Pub.

PARK, Robert and BURGESS, Ernest W.:

1967: "The City", Chicago, University of Chicago Press.

PECHMAN, Robert M.:

1990: "Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade", comunicação Seminário de História Urbana/Salvador.

PERROT, Michelle:

1988 - **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**; Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PETERSON, Jon A.:

1976: "The City Beautiful Movement: forgotten origins and lost meanings" *in Journal of Urban History*, vol.2, n.4, august, pp. 415-434.

PIERUCCI, A. F. De Oliveira:

1982: "Origens e desenvolvimento" *in Revista Novos Estudos CEBRAP*; São Paulo, vol.1, nº 2, abril, pp.48-49.

POE, Edgar A.:

1985: **Contos de Edgar Allan Poe**; tradução. José Paulo Paes, São Paulo, Cultrix.

PORTO, Rubens:

1938: **O problema das casas operárias e os institutos e caixas de pensão**; (cidade ?) Ed. ?

PROUST, Marcel:

1982: **Em Busca do Tempo Perdido**; Rio de Janeiro, Globo, vol. 1- 7.

PUPO, C.M. de M.:

s/d: **Campinas, seu berço e juventude**; São Paulo: Academia Campinense.

RAGO, Margareth:

1984: **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930**; São Paulo, Brasiliense.

REIS FILHO, Nestor Goulart:

1968: **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720**; São Paulo, Pioneira.

ROLNIK, Raquel:

1995: "Planejamento Urbano nos Anos 90: Novas Perspectivas para Velhos Temas" *in A cidade contemporânea: tendências e conceitos*; org. Kleber Pinto Silva, Bauru, UNESP, F.A.A.C., Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

1997: **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**; São Paulo, Studio NOBEL; FAPESP.

ROSSI, Aldo:

1995: **A arquitetura da cidade**; tradução Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes.

SANTOS, Carlos Nelson:

s/d : "Quando as pranchetas mudam de rumo" (?).

1981: *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro, Zahar.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira:

1996: *A febre amarela em Campinas 1889-1900*; Campinas, Área de Publicação CMU/UNICAMP.

SÃO PAULO: Prefeitura

1981: *Favelas no Município de São Paulo*; São Paulo Coordenadoria do Bem-estar Social.

1982: *Favelas-1980; Município de São Paulo, Brasil e Grande São Paulo*; São Paulo, Secretária Municipal da Família e Bem-Estar Social, junho.

SEMEGHINI, Ulisses Cidade:

1988: *Cidade: Campinas (1860/1980) agricultura, industrialização e urbanização*; Campinas, dissertação de Mestrado/Economia/UNICAMP.

SENNETT, Richard and THERNSTROM, Stephan:

1974: *Nineteenth-Century Cities: essays in the New Urban History*, London, Yale University Press.

SILVA, José Afonso:

1995: *Direito Urbanístico Brasileiro*; São Paulo, Malheiros Editores.

SILVA, Kleber Pinto:

1996: *A cidade, uma região, o sistema de saúde*; Campinas, CMU/UNICAMP.

1995: *A cidade contemporânea: tendências e conceitos*; Bauru, UNESP, F.A.A.C., Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

SIMÕES, J. R.:

1999: "Melhoramentos na área central de São Paulo" *in* *Urbanismo no Brasil 1895-1965* org, Maria Cristina da Silva Leme; São Paulo, Studio NOBEL; FAUUSP; FUPAM.

SITTE, Camilo:

1992: *A Construção das Cidade Segundo seus Princípios Artísticos*; São Paulo, Ed. Ática.

SOUZA, Célia Ferraz de:

1999: "Trajetórias do urbanismo em Porto Alegre 1900-1945" *in* *Urbanismo no Brasil 1895-1965* org, Maria Cristina da Silva Leme; São Paulo, Studio NOBEL; FAUUSP; FUPAM

SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de:

1982: "Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política" *in*

Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80; Petrópolis Ed. VOZES/CEDEC.

TASCHNER, Suzana e MAUTNER, Yvone:

1982: **Habitação da Pobreza Alternativas de Moradia Popular em São Paulo;** São Paulo FAU/USP.

TAUBE, Maria José:

1986: **De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório;** Campinas, Ed. UNICAMP.

TELLES, Vera da Silva:

1987: "Movimentos sociais: reflexão sobre a experiência dos anos 70", *in Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul* - org. Ilse Scherer-Warren, e Paulo J. Krischke; São Paulo, Brasiliense.

TODOROV, Tzvetan:

1980: **Os gêneros do discurso;** São Paulo, Martins Fontes.

VALLADARES, Lícia do Prado:

1981: "A propósito da urbanização de Favelas", *in Espaço e Debate - Revista de Estudos Regionais e Urbanos;* São Paulo, Cortez Editora, ano 1 n.2 maio; pp.5-18.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.):

s/d : **Repensando a Habitação no Brasil,** Série Debates Urbanos, Rio de Janeiro, Zahar

VEYNE, Paul:

1982: "Foucault Revoluciona a História" *in Como se escreve a História;* Brasília, Editora da UnB, p. 149.

1983: **O inventário das diferenças;** São Paulo, Brasiliense.

VIRILIO, Paul e LONTRINGER Sylvere:

1984: **Guerra Pura: a militarização do Cotidiano;** São Paulo, Brasiliense.

WEBER, Max:

s/d: "El Profeta" *in Economia y Sociedade: esboço de Sociologia Compreensiva,* México, Fondo de Cultura Econômica, pp. 356-363.

ZOLA, Emile:

1973: **Nana ; (?)**, Publicações Europa-América.

s/d: **Ventre de Paris;** Lisboa, Editora Guimarães.

ASSEMBLÉIA DO POVO: Documentos, textos e desenhos

1981: **Carta da Assembléia do Povo ao Prefeito Chico Amaral: Substitutivo - Projeto de Lei nº.....**: Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terrenos públicos por interesse social e dá outras providências.

1982: **A luta pela TERRA**; Campinas, Assembléia do Povo.

1980 - 1986: Anotações pessoais de reuniões, assembléias, encontros e seminários.

1980 - 1985: 15 fitas K7 - gravações de reuniões, debates, entrevistas e debates. (arquivo pessoal).

CAMPINAS: Arquivo da Câmara dos Vereadores

RESOLUÇÕES n^{os}:

- 726 de 2 de agosto de 1923.
- 752 de 25 de janeiro de 1924.
- 753 de 25 de janeiro de 1924.

Decretos n^{os}:

- 11 de 19 de fevereiro de 1931 - cria a "Comissão de Urbanismo".
- 76 de 16 de março de 1934- "Código de Construções" de Campinas.
- 83 de 1934 - Dispõe sobre alargamento de rua.
- 97 de 29 de dezembro de 1934 - Cria a Seção de Arquitetura e Urbanismo da Diretoria de Obras e Viação
- 116 de 18 de fevereiro de 1935 - Nomeia engenheiro- arquiteto na Diretoria de Obras e Viação.
- 135 de 12 de agosto de 1935 - Cria a "Comissão de Urbanismo".
- 160 de 1936- Dispõe sobre alargamento de rua.
- 7.690 de janeiro de 1983.

Decreto-Lei n° 82 de 26/12/1940 - Estabelece normas para facilitar a formação de núcleos de habitação tipo mínimo e construção de habitações econômicas.

LEIS n^{os}:

- 40 de 10 de junho de 1895 - Regulamentada em 26 de novembro de 1895, "estatuindo sobre as atribuições dos delegados de Hygiene Municipal".
- 43 de 27 de agosto de 1895 - Regulamentada em 22 de setembro de 1896. Dispõe sobre a construção dentro do perímetro da cidade.
- 257 de 21 de setembro de 1920.
- 284 de 24 de maio de 1922.
- 265 de 22 de novembro de 1920.
- 400 de 26 de fevereiro de 1927 - Serviços de Águas e Esgoto.

- 308 de 1923 - Concede favores às empresas construtoras de habitação popular.
- 409 de 23 de setembro de 1936 - Cria a Comissão de Melhoramentos Urbanos.
- 496, 497 e 498 de 1936.
- 19 de 23 de julho de 1948 - Dispõe sobre construção de habitações proletárias em determinadas zonas.

- **640 de 28 de dezembro de 1951- Aprova a revisão do Plano de Melhoramentos**

Urbanos:

.Complementação e modificações da Lei n° 640 -

Leis n°:

- 794 de 29 de novembro de 1952.
- 1.279 de 18 de março de 1955.
- 1.894 de 26 de junho de 1958.
- 2.221 de 29 de dezembro de 1959.
- 2.324 de 6 de julho de 1960.
- 2.626 de 22 de dezembro de 1961.
- 4.487 de 16 de outubro de 1975.
- 4.934 de 5 de maio de 1979.

LEIS n°:

- 1.184 de 1954 - Cria a "Comissão de Planejamento do Município
- 1.993 de 29 de janeiro de 1959 - Código de Obras e Urbanismo.
- 2.363 de 9 de novembro de 1960 - Modifica a Lei n° 19 de 23 de junho de 1948:
"Dispõe sobre construção de Habitações proletária em determinadas zonas.

- 3.960 de 9 de março de 1971 - Aprova o Plano Preliminar de Desenvolvimento -
PPDI.

- 3.964 de 16 de março de 1971 - Aprova o Plano de Transportes, Fase I previsto no
PPDI de Campinas.

ATOS n°:

- 85 de 21 de outubro de 1935 - Aprova o Regimento interno da "Comissão de
Urbanismo"

- 115 de 18 de março de 1938 - Cria a "Comissão de Melhoramentos Urbanos".

- 118 de 23 de abril de 1938 - Aprova o "Plano de Melhoramentos Urbanos".

- 138 de 24 de outubro de 1938 - Concede favores às grandes indústrias que se
estabelecessem no município.

Lei Orgânica do Município de Campinas: Lei promulgada em 1990, edição publicada pela
Câmara de Vereadores.

Constituição do Estado de São Paulo: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S.A, IMESP,
1989.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Título VII - Da ordem econômica e financeira; cap.II - Da política urbana art. 182 , paraf. 1º; Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP - São Paulo, 1988, p. 35.
- **Lei Federal nº. 6.766** de dezembro de 1979: “**Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências**”.
- **Decreto Lei Federal nº 58** de 1937.
- **Decreto Lei Federal nº 271** de 1967.

REVISTAS:

REVISTA AU:

1987 - **Le Corbusier: a herança discutida**, São Paulo, Ed. Pini, ano 3, nº 14 out./nov.

JORNAIS:

CORREIO POPULAR

- 31 de março de 1981.
- 5 de janeiro de 1998 - Caderno Cidade.
- 14 de janeiro de 1998 - Caderno Cidade.
- 28 de janeiro de 1998 - Caderno Cidade.
- 6 de fevereiro de 1998 - Caderno Cidade.
- 5 de março de 1998 - Caderno Cidade.

Caderno Especial Correio Popular e Diário do Povo:

Campinas Século XX: 100 anos de História, 18 de fevereiro de 2000.

DIÁRIO DO POVO:

- Joelmir Beting - Diário do Povo, 27 de novembro de 1980.
- Ronaldo Simões Gomes - “Cartas na Mesa”, 17 de dezembro de 1978.

JORNAL DE HOJE:

- **OPINIÃO** - “Bolachas em Plenário” - J.B. Oliveira (interino) p.2 , 28 de fevereiro de 1981.

O REPÓRTER da REGIÃO:

- “ Favelada saca uma arma mortal - Título de eleitor pra acertar contas com vereador”; Campinas, ano III, nº.14 , abril de 1981.
- “A caça a codorna”- Campinas, ano III, nº.14 , abril de 1981.

HORA SACRA:

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO:

- Caderno Especial - ANO 2000 cidades: 2 de maio de 1999.

JORNAL DO IAB/SP: setembro de 1982.

FONTES:

- . Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- . Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- . Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.
- . Biblioteca da Câmara de Vereadores de Campinas.
- . Biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP.

- ANEXO -

As imagens em preto e branco, reproduzidas nesse anexo, fazem parte do acervo da Assembléia do Povo e foram produzida pelos fotógrafos: “Batata” - Ronaldo Simões, “Martinha”- Marta Lúcia Alves, Marco-Aurelio De Paoli e a autora desse trabalho. As coloridas fazem parte do arquivo pessoal da autora.



Foto 01: Mutirão - 1981

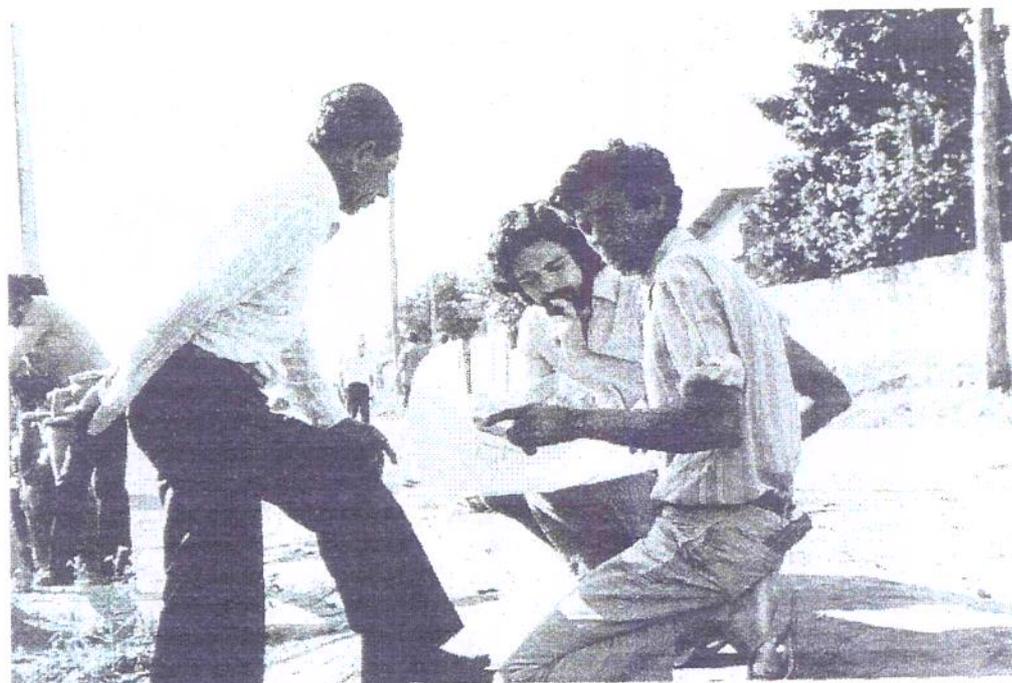


Foto 02: Mutirão - 1981

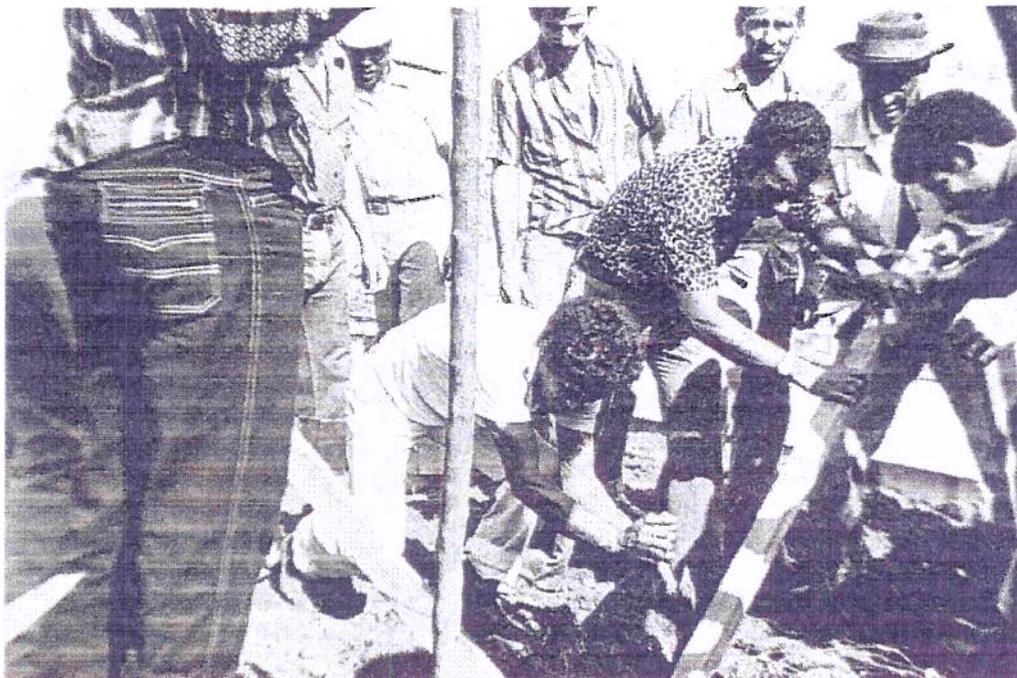


Foto 03: Mutirão -



Foto 04: Mutirão -



Foto 05: Mutirão - 1981

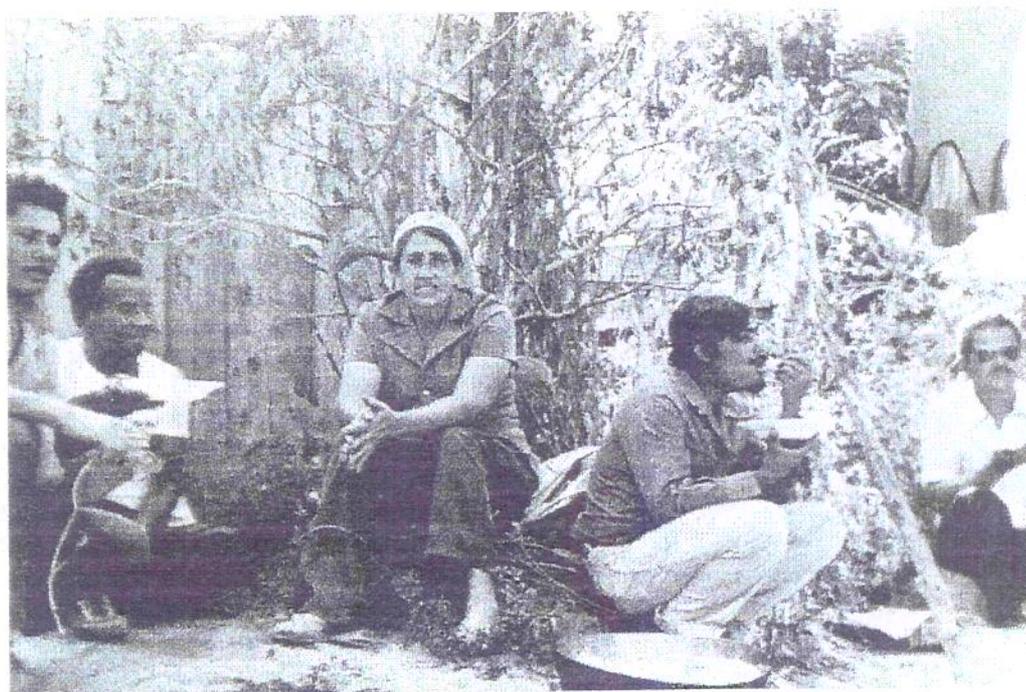


Foto 06: Mutirão - 1981



Foto 07: Mutirão - 1981

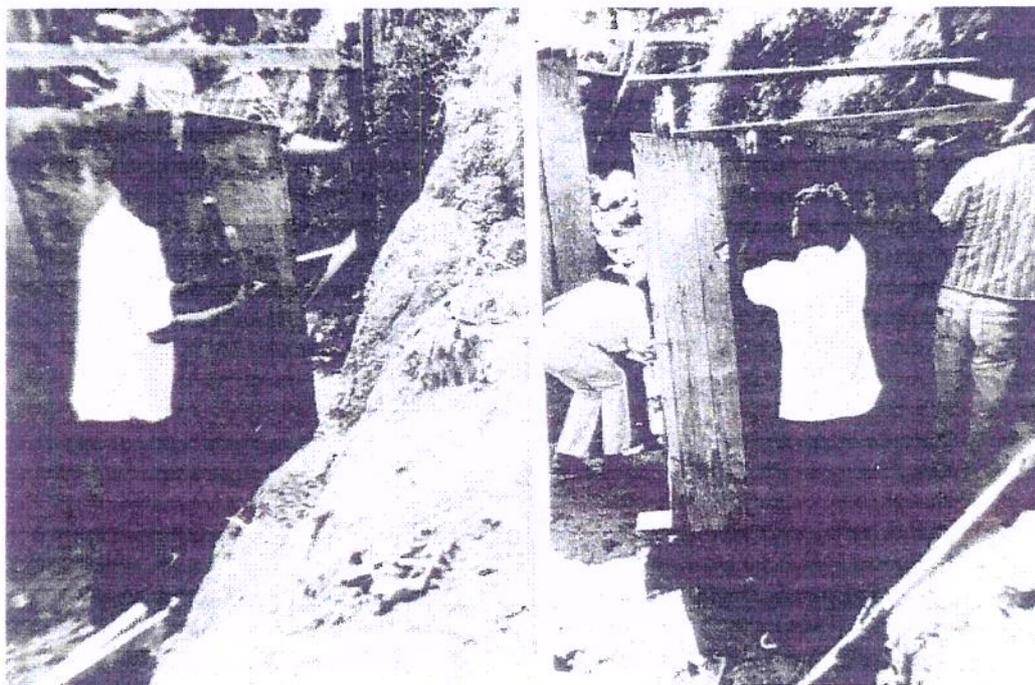


Foto 08: Mutirão - 1981

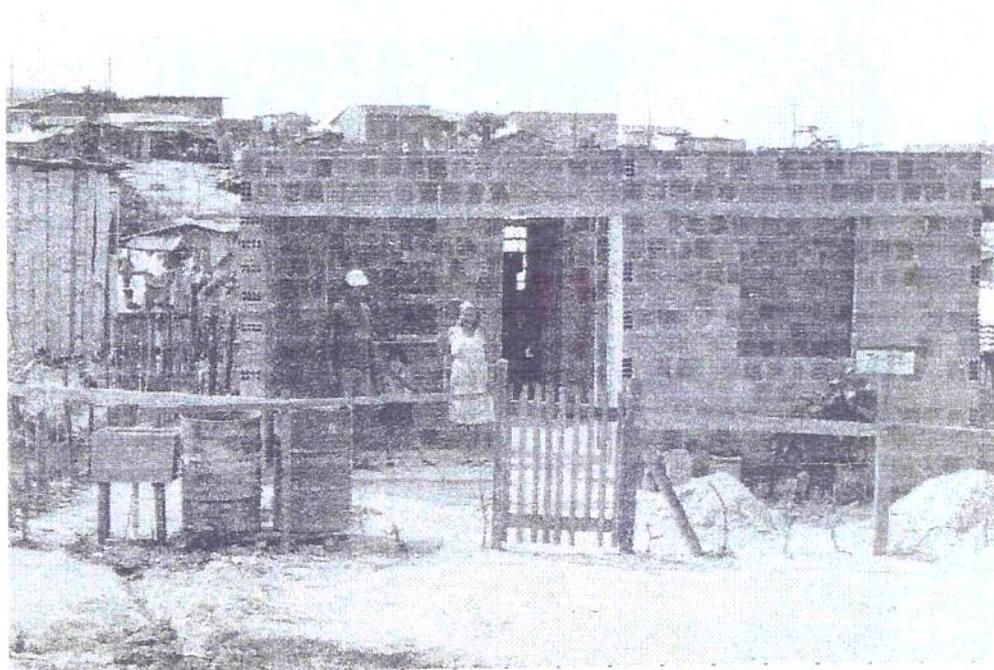


Foto 09: Mutirão - 1981

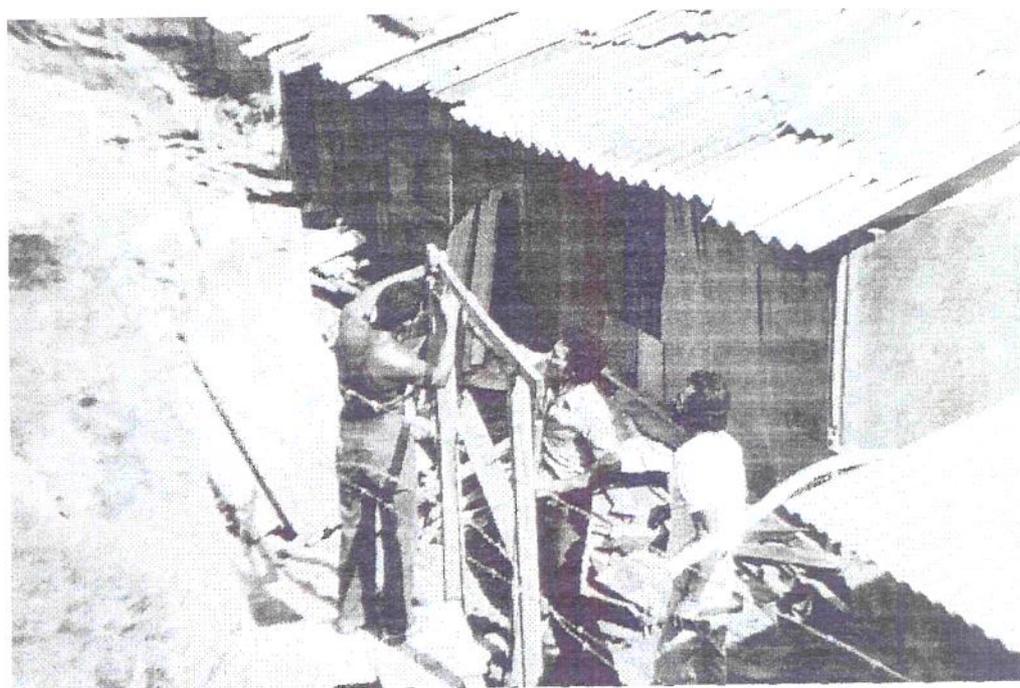


Foto 10: Mutirão - 1981



Foto 11: Vila Lourdes/São José - 1996



Foto 12: Vila Lourdes/São José - 1996



Foto 13: Vila Lourdes/São José - 1996

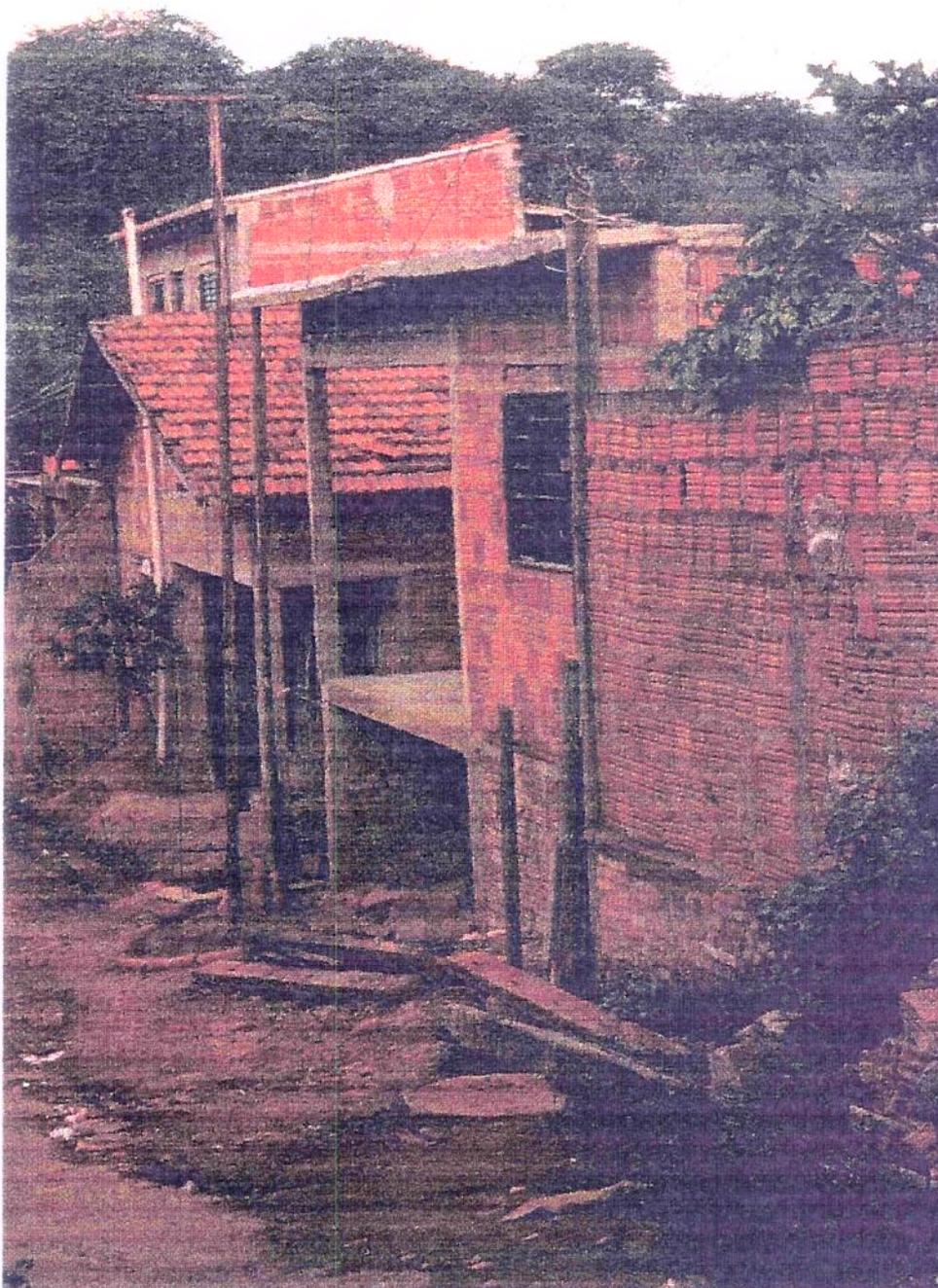


Foto 14: Vila Lourdes/São José - 1996

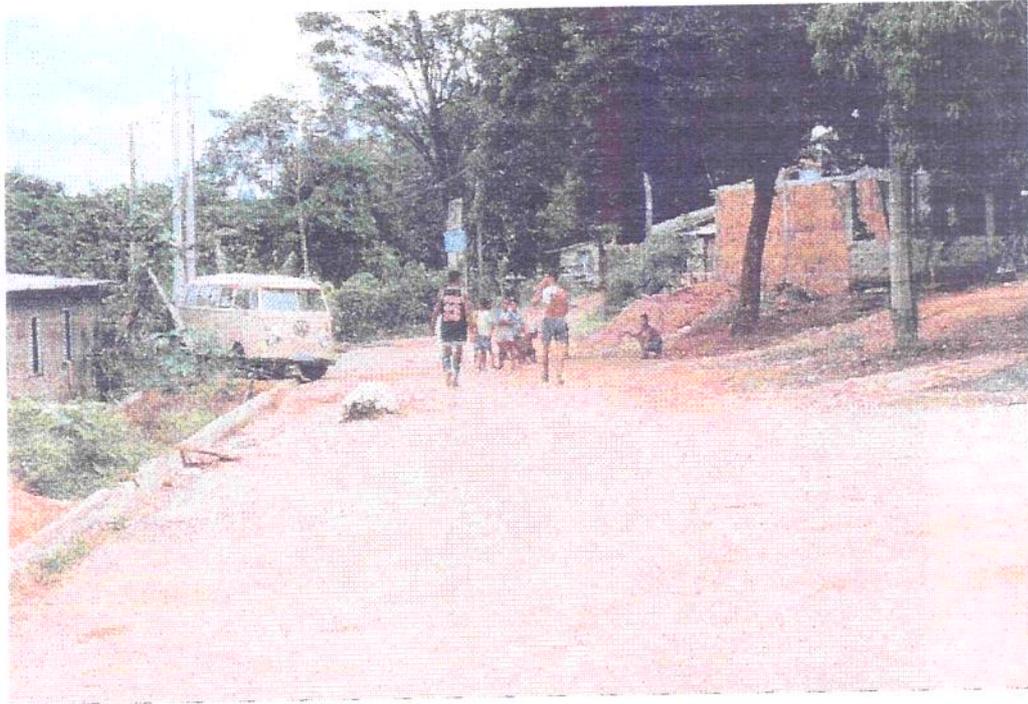


Foto 15: Vila Lourdes/São José - 1996

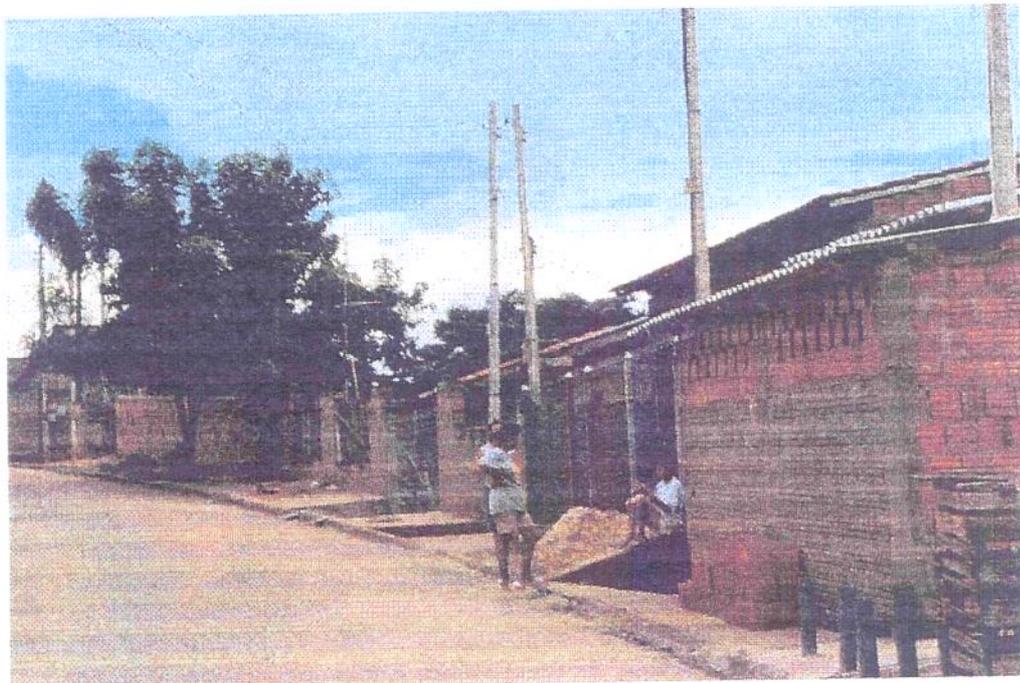


Foto 16: Vila Lourdes/São José - 1996



Foto 17: Eleição da Diretoria da Associação do Jardins das Bandeiras II - 1996



Foto 18: Eleição da Diretoria da Associação do Jardins das Bandeiras II - 1996

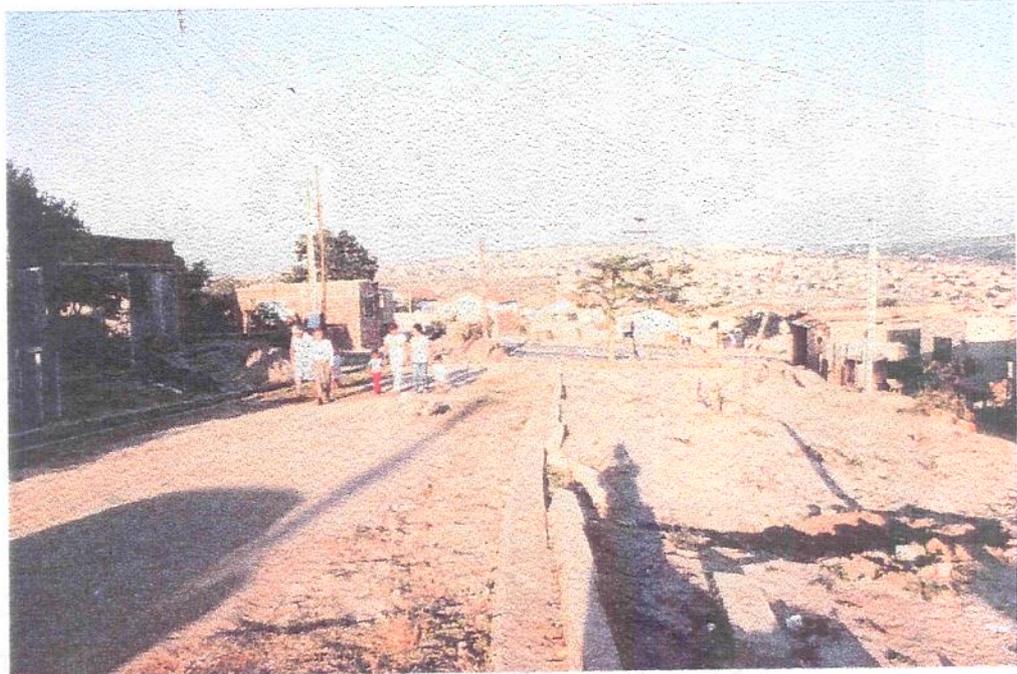


Foto 19: Vila Iporã - 1984



Foto 20: Vila Iporã - 1984

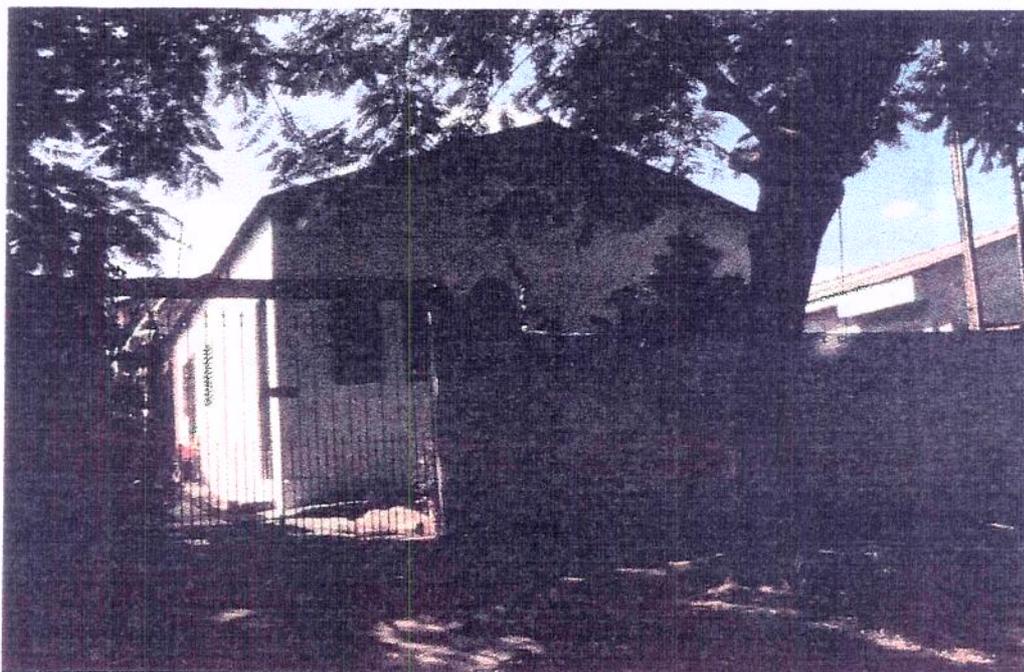


Foto 21: Vila Iporã - 1996

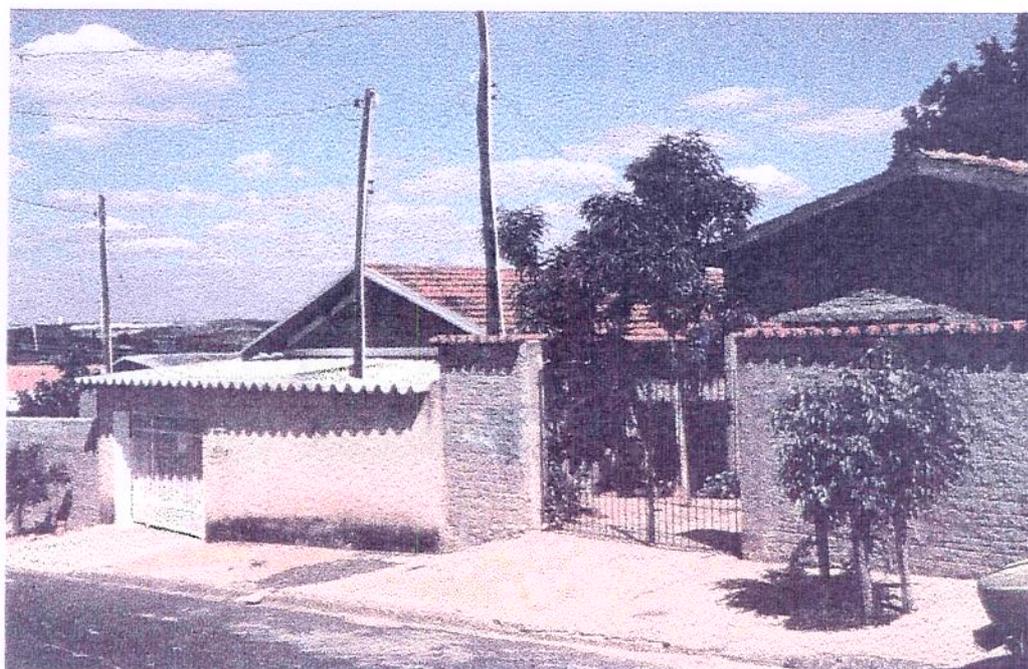


Foto 22: Vila Iporã - 1996

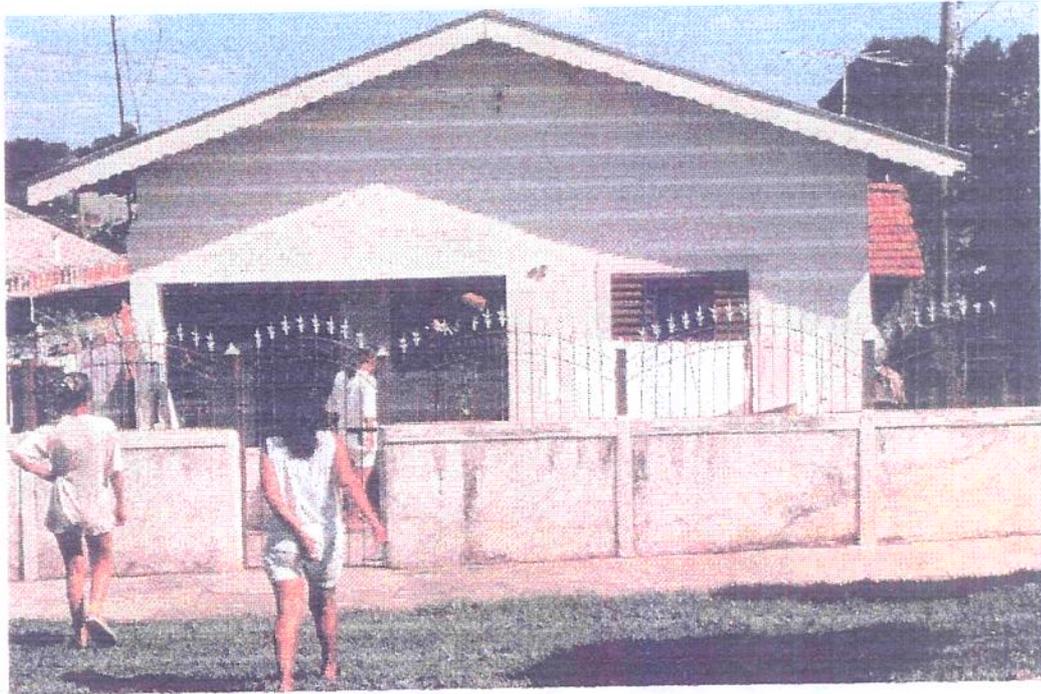


Foto 23: Vila Iporã - 1996

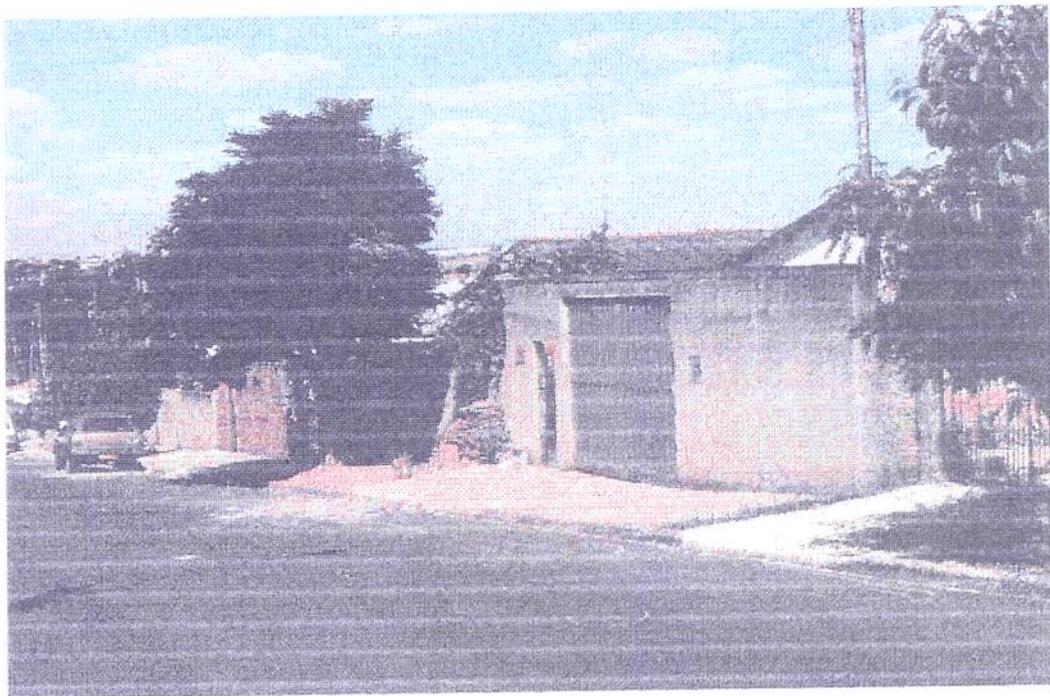


Foto 24: Vila Iporã - 1996

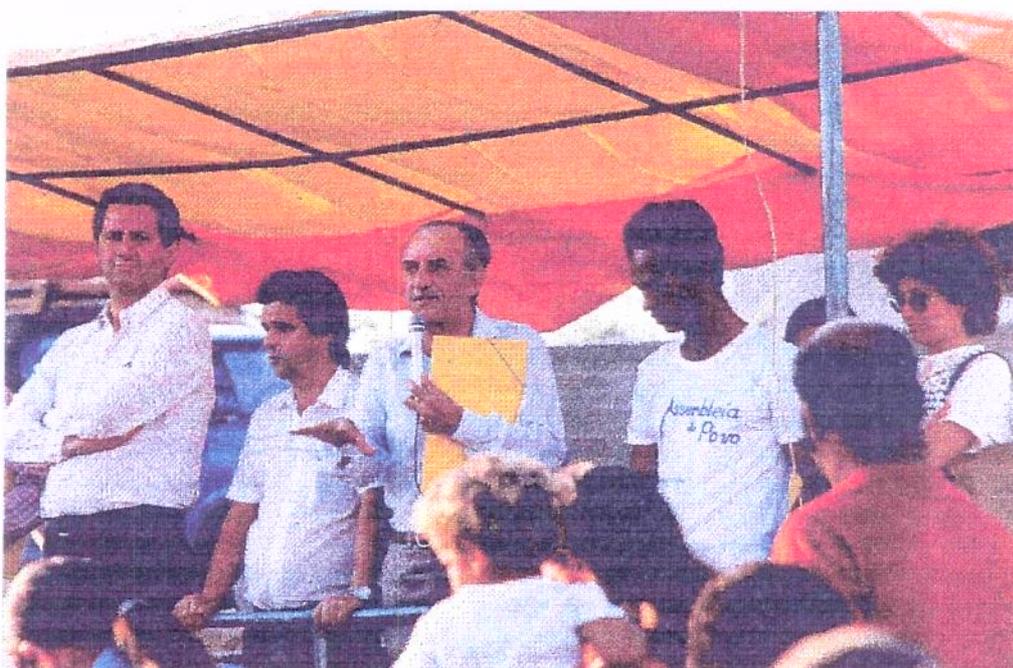


Foto 25: Vila Iporã: entrega dos títulos da terra - 1984



Foto 26: Vila Iporã : entrega dos títulos da terra - 1984



Foto 27: Vila Iporã: entrega dos títulos da terra - 1984



Foto 28: Vila Iporã: entrega dos títulos da terra - 1984